

FERNANDA STELLA CAVICCHIA

A TEORIA DE LUTA POR RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH E OS PROTESTOS PELA EDUCAÇÃO DE MAIO DE 2019 NO BRASIL



ARARAQUARA – S.P.

2021

FERNANDA STELLA CAVICCHIA

A TEORIA DE LUTA POR RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH E OS PROTESTOS PELA EDUCAÇÃO DE MAIO DE 2019 NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre. Com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Linha de pesquisa: Democracia, Cultura e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

ARARAQUARA – S.P.

2021

C382t

Cavicchia, Fernanda Stella

A teoria de luta por reconhecimento de Axel Honneth e os protestos pela educação de maio de 2019 no Brasil / Fernanda Stella Cavicchia.

-- Araraquara, 2021

191 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Milton Lahuerta

1. Reconhecimento. 2. Identidade. 3. Honneth. 4. Protesto. 5.
Universidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FERNANDA STELLA CAVICCHIA

A TEORIA DE LUTA POR RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH E OS PROTESTOS PELA EDUCAÇÃO DE MAIO DE 2019 NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre. Com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Linha de pesquisa: Democracia, Cultura e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Data da defesa: 28 de junho de 2021

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof^ª. Dr^ª. Alessandra Santos Nascimento
Universidade de Araraquara

Membro Titular: Prof^ª. Dr^ª. Renata Medeiros Paoliello
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP - Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Dedico este trabalho aos meus pais, Ruy Cláudio Cavicchia e Lélia Arruda Stella Cavicchia, que tanto me incentivam na busca por conhecimento.

Agradeço de forma muito especial à Maria Antonieta Parahyba Leopoldi pela ajuda durante esta trajetória, e, principalmente, por ter feito com que eu acreditasse que o Mestrado era um sonho possível.

Ao meu orientador Milton Lahuerta e às discussões proporcionadas pelo Laboratório de Política e Governo da Unesp (LabPol), que contribuíram sobremaneira para o meu desenvolvimento durante a pesquisa.

Ao meu amigo Matheus Garcia de Moura por todas as discussões sobre Axel Honneth e pela participação neste trabalho, debatendo e colaborando.

Às professoras Alessandra Santos Nascimento e Renata Medeiros Paoliello pelas inestimáveis contribuições no Exame de Qualificação e na Defesa desta dissertação.

À Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Unesp-FCLAr) pela oportunidade de vivenciar este aprendizado.

A todas as pessoas que dividiram seus conhecimentos comigo durante este período: Antonio Ianni Segatto, Ariel Torres Alves, Augusto Moreira Magalhães, Carlos Eduardo Tauil, Claudemir Carlos Pereira, Cláudia de Carvalho Cavicchia, Gabriel Ávila Casalecchi, Geovania da Silva Toscano, João Mauro Gomes Vieira de Carvalho, Juliano Machado, Luana Darby Nayrra da Silva Barbosa, Lucas Henrique de Sousa, Lucas Marcelino Santos, Marcelo Santos, Maria Aparecida Chaves Jardim, Maria do Rosário Rolfsen Salles, Maria Ribeiro Do Valle, Maria Teresa Miceli Kerbauy, Marília de Azevedo Pereira, Mateus Henrique Serrano, Mateus Tobias Vieira, Murilo Petito Cavalcanti, Olavo Barreto Negrão, Ricardo Lima, Tiago Barros de Oliveira Rosa.

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão sobre a teoria de luta por reconhecimento, de Axel Honneth, identificando e definindo os conceitos centrais de suas formulações, como moralidade, sofrimento, luta, autonomia e autorrealização. Ao fazer isso, o estudo busca explicitar o significado e a abrangência que o termo identidade assume em sua teoria, diferenciando-a de outras proposições que tratam de reconhecimento e identidade. Além do estudo teórico investigativo e comparativo, é feita a análise dos protestos de maio de 2019 no Brasil, ocorridos após o anúncio do contingenciamento de verba pelo governo federal e o recolhimento de bolsas de pesquisa. A união entre teoria e empiria permite a reflexão sobre o significado dos conceitos articulados pelo autor ao mesmo tempo em que contribui para refletir sobre a realidade atual. Utilizando a técnica de grupo focal, investiga-se a motivação de estudantes universitários participantes das manifestações de rua, no intuito de desvendar seus sentimentos. A investigação empírica levanta discussões sobre a situação da pesquisa científica no Brasil e as mudanças sociais estruturais trazidas pela modernidade, que afetam a universidade e a expectativa de vida dos estudantes. Essa discussão evidencia a relevância social do conceito de reconhecimento e examina o vínculo entre o sofrimento individual e a luta social.

Palavras-chave: Reconhecimento. Identidade. Honneth. Protesto. Universidade.

ABSTRACT

This work reflects on Axel Honneth's theory of struggle for recognition, identifying and defining the main concepts of his formulations, such as morality, suffering, struggle, autonomy and self-realization. In doing so, the study seeks to clarify the meaning and scope of the term identity in his theory, differentiating it from other propositions that deal with recognition and identity. In addition to the theoretical investigative and comparative study, an analysis is carried out on the protests of May 2019 in Brazil, which took place after the announcement of university cuts. The union between theory and empiricism allows reflection on the meaning of the concepts articulated by the author, while contributing to reflect on current reality. Using the focus group technique, the motivation of university students participating in demonstrations is investigated, in order to reveal their feelings. The empirical investigation raises discussions about the situation of scientific research in Brazil and the structural social changes brought about by modernity, which affect the university and the life expectancy of students. This discussion highlights the social relevance of the concept of recognition and examines the link between individual suffering and social struggle.

Keywords: Recognition. Identity. Honneth. Protest. University.

SUMÁRIO

Apresentação	7
1 A IDENTIDADE EM HONNETH: REFLEXÕES CONCEITUAIS	8
Introdução	8
1.1 Formação da pessoa	10
1.2 Déficit sociológico: o aspecto moral do conflito	14
1.3 Desenvolvimento moral da sociedade	18
1.4 Autonomia e autorrealização	21
1.5 A moral do reconhecimento	23
1.6 Sentimento individual de desrespeito social	25
1.7 Transcendência na imanência	29
2 HONNETH EM UM ESTUDO COMPARATIVO: FRASER E TAYLOR	38
Introdução	38
2.1 Moralidade, identidade e autenticidade	39
2.2 Ética, identidade coletiva e multiculturalismo	45
2.3 Os sentidos da luta: assentimento social e experiência negativa	54
2.4 Reconhecimento: percepção e atribuição	59
3 ANÁLISE EMPÍRICA: OS PROTESTOS DE MAIO DE 2019 NO BRASIL	66
Introdução	66
3.1 Os protestos de maio e as esferas do direito e estima social	68
3.2 Nossa hipótese: a ação de desrespeito	73
3.3 A técnica de grupo focal	76
3.4 Apresentação do conteúdo empírico	78
3.5 Identidade	94
3.6 A ação de desrespeito	98
3.7 As causas sociais do desrespeito	105
3.8 A motivação	109
3.9 Sofrimento e luta	112
4 CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
APÊNDICE	129
1 Questionário de seleção dos participantes	129
2 Roteiro de condução dos grupos focais	130
3 Grupo Focal 1 (26/10/20)	132
4 Grupo Focal 2 (27/10/20)	163

Apresentação

Este trabalho é composto por três capítulos, sendo os dois primeiros de reflexões conceituais e debate teórico e o terceiro direcionado à coleta de dados empíricos por meio de uma técnica de análise qualitativa.

Iniciamos nosso trabalho com o intuito de estudar a teoria de Axel Honneth, mais especificamente o que denominamos de primeiro momento teórico do autor, no qual ele busca apresentar a dinâmica das relações de reconhecimento a partir de alguns elementos centrais, como desrespeito, sofrimento e conflito. Nossa proposta era voltada somente para um estudo teórico, mas, enquanto esse processo se desdobrava, pensávamos se o conceito de reconhecimento poderia contribuir para a reflexão sobre problemas atuais. Com essa questão em mente, lançamos nosso olhar para os protestos de maio de 2019 no Brasil, quando milhares de pessoas foram às ruas após o então ministro da Educação no governo Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub, anunciar o corte de bolsas de pesquisa e a redução da verba orçamentária das universidades federais. Decidimos, então, desenvolver um trabalho que associa teoria e empiria, em que uma dimensão pudesse auxiliar na explicação da outra.

Assim, no primeiro capítulo, procuramos definir alguns conceitos presentes na teoria de Honneth, especialmente o de identidade, visando mostrar que sua concepção não se restringe ao aspecto cultural com o qual é frequentemente associada (DERANTY, 2009; ZURN, 2015). No capítulo dois, estabelecemos um diálogo de Honneth com dois importantes teóricos que também tratam da temática reconhecimento: Charles Taylor e Nancy Fraser. Nosso intuito foi mostrar como as formulações de Honneth se diferenciam de outras concepções teóricas (DERANTY, 2009; ZURN, 2015). Por fim, no capítulo três, apresentamos o trabalho de coleta de dados empíricos, a partir da realização de grupos focais.

Capítulo 1

1 A IDENTIDADE EM HONNETH: REFLEXÕES CONCEITUAIS

Introdução

Inspirado nas ideias desenvolvidas pelo jovem Hegel (1770-1831), durante o período em que ele passou na Universidade de Jena, na Alemanha (1801-1806), Honneth (1949-) concebe sua teoria de luta por reconhecimento a partir do processo de formação do sujeito por meio de relações intersubjetivas.

Os escritos de Hegel introduziram uma mudança teórica no conceito hobbesiano de luta social (HONNETH, 2009a, p. 36), substituindo a ideia de sujeito atomístico pelo vínculo social entre os sujeitos, atribuindo uma motivação moral (busca do reconhecimento) aos conflitos entre indivíduos, e não os reduzindo apenas aos instintos de autoconservação. A própria individualização ocorre a partir das relações sociais, e esse processo de socialização se dá por uma luta em que o sujeito busca, no outro, o reconhecimento de si mesmo. Para dar aos escritos de Hegel uma linguagem pós-metafísica (HONNETH, 2009a, p. 123), para submeter a ideia original de Hegel a uma verificação empírica, Honneth recorre à psicologia social de George H. Mead (1863-1931) e outros estudos.

Baseando-se em Hegel e Mead, Honneth (2009a) apresenta uma teoria com três esferas de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. A cada etapa, o indivíduo desenvolveria uma forma distinta de autorrelação prática: pelo amor, desenvolve a autoconfiança; pelo direito, alcança o autorrespeito; e pela solidariedade, desenvolve a autoestima. A formação da identidade individual ocorre quando há o reconhecimento intersubjetivo. Quando esse reconhecimento é negado, quando há uma ruptura na relação de reconhecimento, surgem as lutas sociais.

O horizonte da (teoria de) luta por reconhecimento é a formação da identidade. Por meio de um processo conflituoso, o indivíduo busca o reconhecimento do outro para construir sua identidade pessoal. Mas o que é essa identidade? Integridade, personalidade, autorrealização, autonomia, liberdade individual? Podemos dizer que a identidade, em Honneth, engloba todos esses aspectos. Para compreender a concepção de identidade em Honneth, é importante apresentar algumas discussões conceituais no sentido de explicar a abrangência do termo e evitar, dessa forma, interpretações equivocadas da (teoria de) luta por reconhecimento, que relacionam a identidade apenas ao seu aspecto cultural.

A identidade é apresentada por Honneth, logo no início de sua obra *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2009a)¹, a partir de uma leitura que ele faz dos escritos do jovem Hegel. Segundo Honneth, a convicção de Hegel é que “resulta de uma luta dos sujeitos pelo reconhecimento recíproco de sua identidade uma pressão intrassocial para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras da liberdade” (2009a, p.29). Identidade é, portanto, o princípio e o horizonte da luta; os sujeitos buscam, por meio de relações intersubjetivas, construir sua identidade plena, e a disposição ao conflito surge quando são violadas as pretensões de formação da identidade individual. Ao reconstruir a gramática moral dos conflitos sociais, a teoria de luta por reconhecimento quer explicar o desenvolvimento moral das sociedades, colocando a luta moral como responsável pelas mudanças sociais.

A identidade em Honneth engloba uma série de conceitos, como personalidade, conflito, progresso, autonomia, autorrealização, moralidade, desrespeito e sofrimento. Nas próximas páginas, buscaremos destrinchar cada um desses aspectos constitutivos da teoria do reconhecimento, a fim contribuir para diferenciar a proposta de Honneth de outras concepções teóricas sobre o reconhecimento.

Na primeira seção, mostraremos que Honneth concebe identidade como um processo de formação da pessoa. Por meio de relações intersubjetivas, o sujeito passa a conceber a si mesmo como um ser humano livre, autônomo e autorrealizado. A constituição da identidade individual, para Honneth (2009a), se dá como um processo de aprendizado em que o indivíduo, a partir da referência do outro, passa a construir aspectos positivos de sua própria personalidade para formar sua identidade plena.

Nas seções dois e três, destacaremos que a teoria da identidade individual² de Honneth se entrelaça com uma teoria da sociedade, evidenciando que a teoria de luta por reconhecimento possui duas dimensões evolutivas: a interna e a externa³. O reconhecimento que fundamenta a formação da identidade individual também explica o desenvolvimento moral das sociedades. Para isso, discorreremos sobre a importância do conceito de luta, formulado como uma oportunidade teórica de preencher as lacunas sociológicas que, na visão de Honneth, foram deixadas por seus antecessores dentro da tradição de pensamento da Teoria Crítica. Essas lacunas se devem, segundo Honneth, à incapacidade de apreensão do

¹ Neste trabalho, tomamos como referência a segunda edição da tradução em português dessa obra, publicada em 2009. O título original da obra em alemão é *Kampf um Anerkennung. Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*.

² O termo teoria da identidade foi usado por Deranty (2009) e Zurn (2015).

³ Zurn (2015) discorreu sobre essas dimensões, definidas por ele como teoria da identidade pessoal e teoria da reprodução social.

aspecto moral dos conflitos sociais. Para Honneth (2009a), a formação da personalidade individual depende do assentimento do outro, e essa interação ocorre de maneira conflituosa; a luta contra o não reconhecimento do outro leva à constituição da identidade individual e, ao mesmo tempo, explica as mudanças sociais, pois os conflitos pautados pelo reconhecimento são capazes de estabelecer novas ou ampliadas formas de relação social (HONNETH 2009a, 2003), contribuindo para o progresso moral das sociedades.

Na seção quatro, abordaremos o conceito de eticidade formal apresentado por Honneth: um padrão normativo para avaliar a direção evolutiva das sociedades e estabelecer as condições para o desenvolvimento de relações bem-sucedidas de reconhecimento (HONNETH, 2009a, p. 266). Com esse conceito, inserimos Honneth no debate entre liberais e comunitaristas, mostrando, nas seções cinco e seis, como Honneth tece suas concepções de autonomia, autorrealização, ética e moralidade, a fim de colocar a teoria do reconhecimento como uma alternativa intermediária à ideia kantiana de igualdade universal e o telos ético das proposições aristotélicas (DERANTY, 2009, p. 378).

Depois de tratar da importância do conceito de luta para a teoria de Honneth, abordaremos, nas partes finais, o papel teórico e prático desempenhado pelo sofrimento individual, articulando, assim, os dois elementos primordiais da teoria de luta por reconhecimento: conflito e desrespeito. A relação entre teoria e práxis estabelecida por Honneth visa cumprir, segundo ele mesmo afirma (2003), os requisitos de uma análise crítica de caráter imanente orientada para a emancipação social. A perseguição desse propósito se dá associando o sofrimento individual do desrespeito à luta social. Afetados pelo não reconhecimento, os sujeitos se engajam em manifestações sociais para se libertarem do sofrimento causado pelo desrespeito.

1.1 Formação da pessoa

Identidade pode ser entendida no sentido de personalidade, ou seja, da qualidade de ser humano, de existir enquanto pessoa. A ideia de personalidade é utilizada por Honneth a partir da obra do jovem Hegel, sendo reforçada pelos estudos de psicologia social de Mead.

Segundo Honneth, ao discorrer sobre a motivação moral do crime, Hegel afirma:

[...] é pressuposta para as duas pessoas implicadas no conflito uma referência à totalidade, no sentido de que se trata da "totalidade" de sua **existência individual**, pela qual elas se engajam; isso pode ser entendido de modo que já no próprio ato de ofensa do criminoso reside o propósito de chamar a atenção publicamente para a **integridade da própria pessoa** e reclamar

assim seu reconhecimento; mas nesse caso o ato ofensivo do criminoso já remontaria por sua vez à experiência prévia de não ser completamente reconhecido como uma [sic] **personalidade individuada**. Em todo caso, ambas as partes que se contrapõem no conflito emergente perseguem a meta de pôr à prova a "**integridade**" da **própria pessoa**; Hegel atribui esse propósito reciprocamente perseguido a uma necessidade de "honra", atendo-se à linguagem corrente da época. Por essa expressão é preciso entender primeiramente, como diz o texto, um tipo de **atitude em relação a si próprio**, "pela qual [...] o indivíduo" vem a ser "um **todo e pessoal**" [...] o termo "honra" caracteriza, portanto, uma **relação afirmativa consigo próprio**, estruturalmente ligada ao pressuposto do reconhecimento intersubjetivo da **particularidade sempre individual**. Daí os dois sujeitos perseguirem na luta a meta de reparar sua honra, ferida por razões diferentes em cada caso, procurando convencer seu oponente de que **sua própria personalidade é digna de reconhecimento** (HONNETH, 2009a, p. 55-56, grifos nossos).

Para dar uma linguagem empírica às ideias de Hegel, Honneth (2009a) recorre aos estudos de Mead, visando confirmar o processo de formação da identidade por relações de reconhecimento e a diferenciação de três etapas de reconhecimento. No seguinte trecho, enxergamos uma compilação dessas ideias feita por Honneth:

Com a categoria "Me", Mead designou até aqui a **imagem cognitiva que o sujeito recebe de si mesmo**, tão logo aprenda a **perceber-se** da perspectiva de uma segunda pessoa. Ele chega a uma nova etapa na preparação de sua psicologia social, tão logo inclua na consideração da relação interativa o aspecto das normas morais; pois, desse modo, impõe-se-lhe a questão de como aquela autoimagem firmada no "Me" deve estar constituída, quando se trata, nas reações do parceiro de interação, não mais simplesmente das exigências cognitivas do comportamento, e sim de expectativas normativas [...] Em seus trabalhos posteriores, Mead faz rapidamente dessa ideia fundamental o ponto de apoio para uma explicação da formação da **identidade humana**. A ideia pela qual ele se deixa guiar aí é a de uma generalização gradual do "Me" no curso do desenvolvimento social da criança: se o mecanismo de desenvolvimento da **personalidade** consiste em que o sujeito aprende a **conceber-se a si mesmo** desde a perspectiva normativa de seu defrontante, então, com o círculo de parceiros de ação, o quadro de referência de sua **autoimagem** prática deve também se **ampliar gradativamente** (HONNETH, 2009a, p. 133-34, grifos nossos).

Com essas duas citações, podemos entender como o conceito de identidade, para Honneth, assume a ideia de constituição do próprio sujeito. Além disso, é possível perceber por que a identidade envolve uma dimensão evolutiva e é comumente definida como um processo de formação. A consciência de si é adquirida a partir da relação com o outro. E, a

cada etapa das relações de reconhecimento, o indivíduo enxerga em si mesmo um aspecto de sua personalidade antes desconhecido⁴.

Como dissemos, em Hegel e em Mead, há a diferenciação de três etapas de reconhecimento. Hegel as descreve como família, sociedade civil e Estado; e Mead como relações primárias, relações jurídicas e trabalho (HONNETH, 2009a, p. 158). Em Hegel, “são atribuídos respectivamente a esses três padrões de reciprocidade conceitos especiais de pessoa, no sentido de que a autonomia subjetiva do indivíduo aumenta também com cada etapa de respeito recíproco” (HONNETH, 2009a, p. 157-58). Em Mead, “a relação positiva da pessoa consigo mesma se intensifica passo a passo na sequência das três formas de reconhecimento” (HONNETH, 2009a, p. 158).

Essa é a dimensão evolutiva interna da teoria de luta por reconhecimento que confere à identidade a característica de um processo: a cada etapa das relações intersubjetivas, a pessoa adquire um conhecimento maior de si. Tanto Hegel quanto Mead atribuem a cada esfera de reconhecimento uma forma distinta de autorrelação. Pelas relações afetivas, o indivíduo desenvolve a autoconfiança; na esfera do direito, o autorrespeito; e dentro de uma comunidade de valor, o sujeito adquire a autoestima. Conforme explica Honneth, a identidade individual se constitui pela autorrelação prática a partir da intersubjetividade:

O nexo existente entre a experiência do reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades (HONNETH, 2009a, p. 272).

Assim, conseguimos relacionar dois conceitos envolvidos no significado de identidade: personalidade e processo de formação. Identidade individual, em Honneth, constitui o processo de formação da pessoa, que ocorre a partir da relação com o outro e da relação consigo mesmo. A cada nova relação com o outro, o sujeito adquire um conhecimento de si.

Personalidade⁵, aqui, significa muito mais que a atribuição de uma característica pessoal; é, sim, a constituição da própria pessoa enquanto pessoa. Reforçando a primeira

⁴ O aspecto evolutivo inscrito na teoria de luta por reconhecimento se apresenta em duas dimensões, a interna, que se refere à identidade individual, e a externa, que envolve as mudanças sociais. Nesta seção, abordamos a primeira dimensão.

⁵ O termo “personalidade” aparece diversas vezes na tradução em português de Luta por reconhecimento. Em alemão, o termo “persönlichkeit” aparece tanto na obra de Honneth (Kampf um Anerkennung) quanto de Hegel (System der Sittlichkeit). Somente a título de esclarecimento, não fizemos a análise das obras em sua língua original (alemão). Apenas buscamos verificar se o termo em questão estava presente.

citação destacada nesta seção, para Hegel, na luta por reconhecimento, a pessoa procura “convencer seu oponente de que sua própria personalidade é digna de reconhecimento”.

A formação da identidade, em Honneth, é um processo conflituoso. Essa ideia de luta foi extraída dos escritos de Hegel⁶ e Mead. A negação do outro motiva a busca pelo reconhecimento em um processo de superação dessas violações. Nas três esferas de reconhecimento está presente a luta do sujeito pelo reconhecimento do outro e o desenvolvimento de diferentes formas de autorrelação. A cada etapa, a formação da pessoa caminha no sentido de um aumento gradativo da autonomia e da individuação, conforme afirma Honneth:

[...] só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, como garante sucessivamente a experiência das três formas de reconhecimento, uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e individuado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos (HONNETH, 2009a, p. 266).

A dimensão evolutiva interna da teoria de luta por reconhecimento está no fato de que, a cada etapa de reconhecimento, os indivíduos se confirmam reciprocamente como pessoas autônomas e individualizadas em uma medida cada vez maior (HONNETH, 2009a, p. 121). A identidade plena é o resultado das relações bem-sucedidas de reconhecimento.

Honneth destaca que a distinção de esferas de reprodução social está presente em diferentes pensadores, como Scheler e Plessener, mas a especificidade da teoria de Hegel e Mead está em atribuir a cada esfera de interação “um potencial particular de desenvolvimento moral e formas distintas de autorrelação individual” (HONNETH, 2009a, p. 159). A teoria de luta por reconhecimento possui, então, duas dimensões evolutivas: a externa e a interna, a relação social e a relação da pessoa consigo própria. Trataremos do aspecto externo mais adiante.

Em uma entrevista com Honneth, realizada em 2001, os sociólogos dinamarqueses Anders Petersen e Rasmus Willig (2002) resumiram o significado de identidade na teoria de Honneth:

A abordagem de Honneth pode ser resumida da seguinte forma: a possibilidade de realizar as necessidades e desejos de alguém como um ser totalmente autônomo e individual, isto é, a possibilidade de formação da identidade, depende do desenvolvimento da autoconfiança, do respeito

⁶ Hegel se inspira no modelo de reconhecimento pelo conflito elaborado por Fichte (HONNETH, 2009a, p. 37-47).

próprio e da autoestima. (PETERSEN; WILLIG, 2002, p. 265, tradução nossa).

As relações bem-sucedidas de reconhecimento, ou seja, as relações que possibilitam que o sujeito desenvolva a autoconfiança, autorrespeito e autoestima, permitem a formação plena, ou completa, da identidade. Podemos dizer que Honneth define o resultado desse processo de formação da identidade com o conceito de “integridade pessoal”, que aparece na última parte de sua obra (2009a, a partir da p. 269) e está relacionado à concepção de eticidade formal que ele elabora. Esta, por sua vez, incorpora as concepções de autonomia e autorrealização. Para relacionar essas ideias, é preciso abordar, antes, o conceito de luta e a luta como elemento explicativo do desenvolvimento moral das sociedades, o que faremos nas duas próximas seções.

1.2 Déficit sociológico: o aspecto moral do conflito

Em sua tese de doutorado, *The critique of power. Reflective stages in a critical social theory*⁷ (apresentada em 1983 na Universidade Livre de Berlim e publicada em livro em 1985), Honneth faz um estudo sobre a história da Teoria Crítica e apresenta o que ele denomina de déficit sociológico, que seriam as limitações dos modelos teóricos de Horkheimer, Adorno, Habermas e Foucault. São essas lacunas teóricas, presentes de diferentes maneiras nesses autores, que Honneth vai buscar solucionar com sua tese de livre-docência *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*, defendida em 1990 na Universidade de Frankfurt e publicada em 1992.

Nas explicações posteriores, tomaremos como base, principalmente, o posfácio da 2ª edição em alemão do livro *The critique of power* (1993), publicada em 1988, na qual Honneth atualiza e amplia a fundamentação teórica do déficit sociológico.

Segundo Honneth (1993), Horkheimer não foi capaz de atender a um requisito básico da Teoria Crítica esboçado por ele mesmo: a vinculação entre teoria e práxis, que significa ancorar a teoria na própria realidade, entendendo que os fatos são produtos históricos e podem ser alterados. Nesse sentido, uma teoria crítica tem de ser capaz de enxergar, na realidade social, os potenciais de superação da própria realidade, ou seja, identificar os impulsos sociais para vencer as formas estabelecidas de dominação. Assim, Honneth afirma:

⁷ Utilizamos a edição em inglês da obra, publicada em 1993. Em português, o título da seria: *Crítica do poder. Estágios de reflexão de uma teoria social crítica*. O título original da obra em alemão é: *Kritik der Macht. Reflexionsstufen einer kritischen Gesellschaftstheor.*

Um problema central para uma teoria social crítica hoje é, portanto, a questão de como o arcabouço conceitual de uma análise deve ser apresentado para que seja possível compreender tanto as estruturas de dominação social quanto os recursos sociais para sua superação prática. (HONNETH, 1993, p. xiv, tradução nossa).

Em *The critique of power*, Honneth não busca superar essa deficiência (ele fará isso posteriormente com sua teoria de luta por reconhecimento), mas sim “fornecer uma reconstrução histórica da Teoria Crítica na forma de um processo de aprendizado” (1993, p. xix-xv).

Segundo Honneth, a incapacidade de Horkheimer de atender à exigência de um fazer teórico que se pretende crítico deriva da redução da práxis social ao conceito de trabalho (MELO, 2017). Ao voltar-se exclusivamente para a dimensão do trabalho social, Horkheimer teria deixado de apreender um aspecto importante da vida social, que é o conflito moral. Sua compreensão da ação humana enquanto trabalho para a dominação da natureza impediu que ele fosse além da ordem utilitária (autoconservação), fazendo com que ele deixasse encoberta a dimensão de uma luta moral (por reconhecimento).

Em Adorno, o déficit sociológico apontado por Honneth também diz respeito à desconsideração de aspectos importantes da vida social, pois, segundo Honneth, ele também compreende toda a ação social apenas como “uma mera extensão da dominação humana da natureza” (1993, p. xvi). Honneth expõe que Adorno e Horkheimer viam a práxis social apenas como atividade produtiva, tornando a “esperança emancipatória” (1993, xiv) menos convincente.

Honneth entende que, embora o pensamento crítico deles estivesse orientado para a emancipação, eles consideravam que ela estava bloqueada nas condições históricas de uma realidade de dominação capitalista; e conceber a ordem social sob a ótica reducionista de uma ação instrumental negligencia outras dimensões da vida cotidiana, denominadas por Honneth como o “espaço moral das interações sociais” (1993, p. xvii).

No posfácio de 1988, Honneth atualiza as críticas a Adorno, fazendo referência a novos estudos que ampliaram o entendimento sobre o conceito de racionalidade desenvolvido pelo autor. Essas novas interpretações da obra de Adorno apontaram que o comportamento mimético descrito por ele é uma forma de resistência ao domínio da razão instrumental. Embora incorpore essas reflexões, Honneth reforça as críticas quanto aos aspectos negligenciados da atividade social, pois entende que o potencial emancipatório não pode ser compreendido apenas dentro dos limites da esfera da produção estética (1993, p. xxii). Em uma síntese de sua crítica a Adorno, Honneth argumenta que:

Durante sua vida, Adorno se limitou tão exclusivamente às possibilidades de uma relação não-instrumental com a natureza apresentada dentro do domínio único da obra de arte que, dentro da estrutura conceitual de sua teoria, as diferentes formas da experiência social da natureza em todo o seu horizonte podem ser retomadas apenas com grande dificuldade. (HONNETH, 1993, p. xxi, tradução nossa).

Na visão de Honneth, Horkheimer e Adorno não conseguiram apreender a importância dos processos morais na reprodução da sociedade. Já Habermas, no entendimento de Honneth, caminha em um sentido diferente. O conceito de racionalidade, em Habermas, não se reduz à razão instrumental, pois ao lado dela está a razão comunicativa. Sua teoria apresenta duas concepções de sociedade que se reproduzem simultaneamente: sistema e mundo da vida. A primeira esfera é formada pela lógica instrumental das estruturas econômicas e a outra pela racionalidade comunicativa das interações sociais (NOBRE in HONNETH, 2009a, p. 13-14). A razão comunicativa, em Habermas, permitiria a autorreflexão dos sujeitos, os conduzindo para um processo emancipatório. O indivíduo pode conquistar sua autonomia por meio de relações intersubjetivas estabelecidas pela linguagem. Essas relações comunicativas são orientadas para o entendimento, para a solução de conflitos (NOBRE in HONNETH, 2009a, p. 13-14).

Honneth critica três importantes aspectos da teoria de Habermas. Primeiro, a concepção dual de sociedade, em que as duas razões se desenvolvem separadamente; segundo, a redução da intersubjetividade à ação comunicativa; e terceiro, a concepção das interações sociais pela via do consenso, sendo a sociedade mantida por “esforços cooperativos” (1993, p. xxxii).

Honneth utiliza a intersubjetividade descrita por Habermas, mas coloca o conflito moral como aspecto essencial e constitutivo das interações sociais. Ao contrário das interações pela linguagem, ele trabalha o conceito de reconhecimento presente em todas as esferas da vida, mas cuja interação se dá não pelo entendimento mútuo, mas pelo conflito (NOBRE in HONNETH, 2009a, p. 17). Nas afirmações de Honneth,

[...] a dinâmica que surge no desenvolvimento histórico das ordens sociais só pode ser totalmente explicada estendendo a esfera da ação comunicativa para incluir a dimensão negativa da luta. Como objetivo de uma conexão interna entre interação e luta, eu tinha em mente o esboço de uma teoria social na qual o processo de racionalização prática é atribuído ao desenvolvimento de uma luta gradualmente cada vez maior por reconhecimento. (HONNETH, 1993, p. xxviii-xxix, tradução nossa).

Já em Foucault, o déficit sociológico apontado por Honneth não é pela ausência do conflito, como em Habermas, mas pela compreensão do conflito por uma ótica funcionalista. Segundo Honneth (1993, p. 175), as ideias de Foucault apresentam algumas brechas teóricas resultantes de sua compreensão reducionista do conflito social (relações de poder), não considerando outras formas de interação social que não a ação estratégica, relegando às orientações morais um papel secundário.

A teoria de luta por reconhecimento vem preencher o déficit sociológico, que pode ser resumido como a incapacidade de Horkheimer, Adorno, Habermas e Foucault em apreender um aspecto importante da sociedade: o conflito moral. Ao não olharem para o conflito, ou enxergarem o conflito de forma limitada, eles deixaram de compreender a luta por reconhecimento como elemento explicativo da reprodução social.

Portanto, em nossa visão, o conceito de déficit sociológico trabalhado por Honneth engloba três aspectos: falta de sociologia, negligência ao conflito e incompreensão dos aspectos morais das interações sociais (HONNETH, 1993). O déficit sociológico que ele procura preencher ao analisar as lacunas de cada autor compreende essas três ideias juntas e não pode considerar cada uma delas separadamente. Assim, as lacunas descritas por Honneth não podem ser explicadas apenas pelo conflito, mas sim pelo conflito moral, ou melhor, pelo aspecto moral presente nos conflitos sociais. Portanto, o que Honneth sugere é uma análise sociológica profunda para identificar que as sociedades se desenvolvem pelo conflito (o que faltou a Horkheimer, Adorno e Habermas), e que esse conflito possui uma força moral (que não foi apreendida por Foucault).

Assim, Honneth enxerga, com Habermas, o aspecto moral das relações sociais e, ao contrário deste, considera que essas interações se estabelecem pela via do conflito, porém, não por uma luta funcionalista, como em Foucault, e sim por uma luta moral.

Com as análises feitas em *The critique of power*, Honneth procura, como ele mesmo afirmou, fazer uma reconstrução histórica da Teoria Social Crítica para que

[...] pelo menos os contornos iniciais da ideia de um modelo de conflito social fundamentado em uma teoria da comunicação começam a emergir. Em contraste com a tradição normativista da teoria social, nesse modelo o processo de integração social é concebido como um processo que assume a forma de uma luta entre os atores sociais pelo reconhecimento de sua identidade até que todos os grupos e indivíduos possuam a mesma chance de participar da organização de sua vida comum. [...] em contraste com a tradição da teoria social na qual a luta é transformada em uma característica universal de toda evolução social, no modelo alternativo o conflito social brevemente identificado deve ser concebido como um processo que se refere às reivindicações morais dos indivíduos [...]. Dessa maneira, pego, de forma

alterada, a ideia básica que Habermas introduziu no projeto de uma teoria social crítica, quando compreendeu a prática comunicativa como um evento intersubjetivo, cujos pressupostos idealizadores geram, por assim dizer, um desenvolvimento moral. (HONNETH, 1993, p. xvii-xviii, tradução nossa).

No que discorreremos até aqui, não procuramos colocar em debate as teorias de Horkheimer, Adorno, Habermas e Foucault, mas sim expor o caminho percorrido por Honneth para desenvolver o conceito de luta e seu papel na formação da identidade individual. Assim sendo, para compreender o conceito de identidade em Honneth, é preciso entender que ele é resultado de um processo de luta, que não se reduz apenas aos interesses, mas que envolve também a questão moral. As sociedades se estabelecem pelo conflito, em que os sujeitos lutam para atenderem suas reivindicações morais de reconhecimento da identidade.

1.3 Desenvolvimento moral da sociedade

Para os debates desta seção, retornamos ao livro *Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais* (2009a), no qual Honneth procura superar as lacunas apontadas em *The critique of power*.

É importante destacar que, ao longo dos anos, a teoria elaborada por Honneth sofreu mudanças. Conforme apontado por Rúrion Melo (2014, p. 20) e Luiz Gustavo da Cunha de Souza (2012, p. 68-69), Honneth se distanciou de sua teoria do conflito e de seu conceito de luta. Segundo Melo (2014, p. 20), a trajetória teórica seguida por Honneth levou a uma conversão da teoria do reconhecimento em “um tipo particular de “teoria da justiça”, distanciando-se assim da perspectiva ligada aos sentimentos de injustiça e, sobretudo, do conceito de “luta”, que eram tão importantes para a compreensão da gramática moral dos conflitos sociais”. Neste trabalho, voltamos nossa análise para o primeiro momento da teoria de Honneth, colocando no centro de nossas discussões o sentimento individual de desrespeito e o conflito social.

No texto utilizado nesta seção para complementar as exposições, *Grounding recognition* (2002), tradução em inglês do posfácio da segunda edição em alemão do livro *Luta por reconhecimento*, Honneth busca se aprofundar na conceituação do reconhecimento e, embora possa estabelecer mudanças teóricas, a luta por reconhecimento ainda é um elemento presente.

Feitas essas breves introduções, retomemos nossa análise. Como dissemos anteriormente, entendemos que a teoria de luta por reconhecimento possui uma noção

evolutiva que se manifesta em dois aspectos: o primeiro, já abordado, refere-se à ampliação do conhecimento de si próprio a cada nova relação de reconhecimento. O segundo refere-se ao desenvolvimento moral das sociedades. É a partir de relações de reconhecimento estabelecidas de forma conflituosa que o indivíduo amplia a relação consigo mesmo e que a sociedade amplia as condições para o estabelecimento de relações de reconhecimento bem-sucedidas, aquelas capazes de garantir a integridade individual. É dessa forma que o externo e o interno se entrelaçam, e que o social e o individual se relacionam. É isso que Honneth denomina de duas direções normativas do uso do conceito de reconhecimento:

[...] em uma direção, as oportunidades individuais de uma relação positiva consigo dependem de condições de caráter social, uma vez que compreendem formas normativamente reguladas de reconhecimento mútuo; por outra direção, a chance de uma determinada sociedade de encontrar o apoio não coagido de seus membros depende de sua capacidade de organizar as relações de reconhecimento de uma maneira que permita o desenvolvimento individual dessas formas positivas de relação consigo mesmo. (HONNETH, 2002, p. 501, tradução nossa).

A alavanca desses dois processos de desenvolvimento (individual e social) está no conceito de luta. Para tratar da luta por reconhecimento como “fonte motivacional de um progresso social” (HONNETH, 2009a, p. 228), é preciso compreender que as três esferas de reconhecimento, responsáveis pela formação do indivíduo, se constituem a partir de um processo histórico. O reconhecimento tem um aspecto ontológico, que é a dependência do ser humano do reconhecimento intersubjetivo. Mas essa necessidade está ancorada na sociedade, isto é, as demandas por reconhecimento são moldadas pela sociedade. Embora essa ancoragem histórica esteja presente em *Luta por reconhecimento*, foi em escritos posteriores que a ideia foi mais bem desenvolvida por Honneth, conforme ele mesmo explica:

Em Luta pelo reconhecimento, eu não havia realmente decidido se esses três modos deveriam ser concebidos como constantes da natureza humana ou como resultado de processos históricos. Todo o tom e argumentação sugeriam claramente que as várias formas de reconhecimento só poderiam ser tidas como condições universais para uma relação humana positiva consigo; ao mesmo tempo, eu dera à distinção entre respeito legal e estima social um fundamento histórico, pelo menos na medida em que a interpretava como resultado do conceito tradicional de honra se dividindo em um elemento moral universalista e um elemento meritocrático. Distingo agora muito mais nitidamente do que em minha abordagem original entre condições de partida “antropológicas” e contingência histórica: embora a forma de vida humana como um todo seja marcada pelo fato de que os indivíduos possam obter associação social e, portanto, uma relação positiva consigo mesmo via reconhecimento mútuo, sua forma e conteúdo mudam

durante a diferenciação de esferas de ação normativamente reguladas. (HONNETH, 2002, p. 501, tradução nossa).

Portanto, não só o conteúdo das três formas de reconhecimento está suscetível à pressão histórica como as próprias esferas. Amor, direito e estima social são resultado do “desenvolvimento sócio-moral da sociedade capitalista-burguesa” (HONNETH, 2003, p. 137).

A teoria social de Honneth está vinculada às demandas individuais por reconhecimento. A cada nova esfera, “também surge a oportunidade de maior individualidade - entendida como a possibilidade de garantir cada vez mais a singularidade da própria personalidade em um contexto de aprovação social” (HONNETH, 2003, p. 143).

Os conflitos por reconhecimento formam a identidade individual e pressionam o estabelecimento de novas ou ampliadas relações de reconhecimento, impulsionando, assim, o desenvolvimento social. Os sentimentos morais, que levam à luta, antes vistos apenas como “a matéria-prima emotiva dos conflitos sociais, perdem sua suposta inocência e se tornam momentos retardadores ou aceleradores num processo evolutivo abrangente”, evidenciando a luta por reconhecimento como um “processo histórico do progresso moral” (HONNETH, 2009a, p. 266).

Esse modelo teórico tem a luta moral como explicação do progresso moral das sociedades. Para trabalhar metodologicamente essa ideia, Honneth estabelece o conceito de eticidade formal, um “critério normativo” para “marcar uma direção evolutiva com a antecipação hipotética de um estado último aproximado” (2009a, p. 266). A abordagem teórica de Honneth busca avaliar, além da origem do conflito, o seu papel no processo histórico do progresso moral. Os conflitos, na teoria de luta por reconhecimento, não são meramente episódicos; eles fazem parte de um processo de mudança. Para avaliar se essas mudanças caminham na direção de maior justiça ou não, é necessário ter um padrão normativo, pois o processo de desenvolvimento é marcado por momentos “progressivos” e “retrocessivos” (HONNETH, 2009a, p. 266).

Essa concepção de eticidade relaciona o social e o particular ao traçar as “condições sociais sob as quais os sujeitos humanos podem chegar a uma atitude positiva para com eles mesmos” (HONNETH, 2009a, p. 266). Essas condições devem, então, permitir o desenvolvimento da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima, garantindo a “integridade da pessoa”⁸, conceito que abarca a autonomia e autorrealização.

⁸ Termo utilizado por diversas vezes em *Luta por reconhecimento*.

11.4 Autonomia e autorrealização

As dimensões interna e externa da teoria de Honneth que descrevemos aqui, o individual e o social, são tratadas por Christopher Zurn, comentarista da obra de Honneth, como dois principais blocos de sustentação do novo paradigma de sua teoria social crítica. A teoria da identidade pessoal está enraizada na psicologia social, na teoria moral e na antropologia filosófica (ZURN, 2015, p. 6) e a teoria da reprodução social se sustenta na sociologia, na história e na filosofia social e política (ZURN, 2015, p. 7). Podemos dizer que a teoria da identidade individual e a teoria do desenvolvimento social se entrelaçam no conceito de eticidade formal.

Para tratar da concepção de eticidade em Honneth, não podemos deixar de fazer referência ao debate entre liberais e comunitaristas, denominação dada às discussões teóricas sobre justiça que se desenrolaram a partir da década de 1980 em consequência da publicação da obra de John Rawls (1921-2002), *Uma teoria da justiça*, em 1971. Na explicação de Rainer Forst (1964-), os liberais são aqueles que “esquecem do contexto”. Já os comunitaristas fazem parte da tradição hegeliana e são definidos como os “obsessivos pelo contexto”. (Forst in WERLE e MELO, 2007, p. 18).

Convém deixar claro que não existe homogeneidade de pensamento em nenhum dos grupos, pois cada teoria possui suas especificidades. Mas o que se convencionou chamar de “liberais e comunitaristas” baseia-se em princípios gerais comuns capazes de agrupar pensamentos teóricos e os colocar em oposição. Dentro dessas concepções generalizadas, o debate é pautado por dicotomias como contexto e ausência de contexto, bem e justo. Para os propósitos deste trabalho, vamos pensar esse debate em termos de autonomia e autorrealização, expondo a intenção de Honneth em formular uma teoria para ser apresentada como uma alternativa intermediária a essa oposição conceitual. Honneth manifesta essa intenção em *Luta por reconhecimento*, ao fazer referência ao debate liberal-comunitarista na apresentação de seu conceito de eticidade formal (2009a, p. 154).

Para situar melhor a discussão sobre liberais-comunitaristas, nos valem das explicações feitas por Fraser em *Redistribution ou recognition? A political-philosophical Exchange* (2003). Traçando a procedência dos termos “redistribuição” e “reconhecimento”, Fraser (2003, p. 10) afirma que o primeiro “vem da tradição liberal, especialmente de seu ramo anglo-americano do final do século XX” e busca “sintetizar a ênfase liberal tradicional na liberdade individual com o igualitarismo da socialdemocracia”, propondo “concepções de justiça que poderiam justificar a redistribuição socioeconômica”. Por outro lado, o termo

reconhecimento “vem da filosofia hegeliana, especificamente da fenomenologia da consciência” e considera que as “relações sociais são anteriores aos indivíduos e a intersubjetividade é anterior à subjetividade”. Em síntese, ao contrário da redistribuição, “o reconhecimento é geralmente visto como pertencendo à "ética" em oposição à "moralidade", isto é, como promovendo fins substantivos da autorrealização e da boa vida, em oposição à "retidão" da justiça processual”.

Honneth, com sua concepção formal de eticidade, afirma querer se colocar no meio-termo desse debate. Para Honneth, a formação da identidade plena depende do desenvolvimento da autonomia moral e das condições de autorrealização. Portanto, ele defende a ideia de direitos universais ao mesmo tempo em que ressalta a importância do contexto social para garantir as condições de autorrealização.

A concepção abstrata de vida ética, em Honneth, compreende todas as condições necessárias para o desenvolvimento de relações bem-sucedidas de reconhecimento possibilitadoras da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima, sendo essas as circunstâncias para a autorrealização (HONNETH, 2009a). A concepção de vida boa deve ser formal o suficiente para não se restringir a uma noção particular de bem (2009a).

Portanto, Honneth concebe o sujeito livre como sujeito autônomo e autorrealizado, entendendo que liberdade não diz respeito, simplesmente, “à ausência de coerção ou influência externa; ela significa ao mesmo tempo a falta de bloqueios internos, de inibições psíquicas e de angústias” (2009a, p. 273). Para Honneth, o sujeito não é livre apenas com a garantia de direitos universais para preservação da autonomia no sentido de tomar decisões livres de coerção externa; ele precisa ter asseguradas as condições de autorrealização e estas, por sua vez, são adquiridas socialmente. Nas afirmações de Honneth:

[...] sem a suposição de uma certa medida de autoconfiança, de autonomia juridicamente preservada e de segurança sobre o valor das próprias capacidades não é imaginável um êxito na autorrealização, se por isso deve ser entendido um processo de realização espontânea de metas da vida autonomamente eleitas. [...] Nesse sentido, a liberdade da autorrealização depende de pressupostos que não estão à disposição do próprio sujeito humano, visto que ele só pode adquiri-la com a ajuda de seu parceiro de interação (2009a, p. 173).

Se o conflito moral impulsiona a formação da identidade individual e as transformações sociais, a eticidade formal é o padrão normativo para indicar os critérios de constituição da integridade pessoal e para apontar a direção evolutiva das sociedades. E esse parâmetro normativo para medir o significado das relações de reconhecimento é uma

grandeza historicamente variável (2009a, p. 274); é dependente de valores socioculturais sujeitos a transformações. Embora a estrutura das relações de reconhecimento seja universal, ou seja, o reconhecimento é tido como uma necessidade ontológica, a forma e o conteúdo dessas relações intersubjetivas estão sujeitas a transformações históricas.⁹

1.5 A moral do reconhecimento

A posição intermediária em que Honneth busca se colocar diante do debate entre liberais e comunitaristas se torna mais clara quando compreendemos o significado de “moral” na teoria formulada por ele. Entendemos que, para Honneth, moral significa reconhecimento, pois este engloba as concepções de ética e de moralidade, como veremos a seguir.

No artigo *Between Aristotle and Kant: recognition and moral obligation* (publicado pela primeira vez em 1998), Honneth afirma que moralidade é a “quintessência das atitudes que somos mutuamente obrigados a adotar para garantir conjuntamente as condições de nossa integridade pessoal” (2007a, p. 137). O ponto de vista moral da teoria do reconhecimento, segundo o próprio Honneth, compreende as atitudes que tomamos com os outros e das quais também somos dependentes. O reconhecimento, nesse sentido, não é uma ação instrumental, que visa atender a interesses egoístas, mas sim um ato moral (DERANTY, 2009, p. 367); por saber-se dependente do reconhecimento do outro, ajo de forma a respeitar as necessidades do outro. É nesse sentido que o sujeito moral em Honneth, conforme definiu Deranty, é “sinônimo de ser vulnerável”, pois o indivíduo se torna livre somente “na dependência radical de outros sujeitos” (2009, p. 367).

No artigo (2007a, p. 130), Honneth discorre sobre as implicações morais da teoria do reconhecimento e chama atenção para a diversidade semântica do termo reconhecimento, esclarecendo que seu conteúdo moral se altera de acordo com o significado que lhe é imputado. A moral do reconhecimento, em Honneth, é fundamentada em torno de três princípios - amor, igualdade jurídica e realização (2003, p. 143), relacionados às três esferas de reconhecimento. Com isso, conforme explica Deranty (2009, p. 365), Honneth desenvolve as bases normativas de uma teoria que transita entre as proposições kantianas e aristotélicas, articulando duas ideias aparentemente contraditórias: o universalismo igualitário e o reconhecimento da diferença:

⁹ Já citamos aqui que no posfácio da segunda edição em alemão de *Luta por reconhecimento*, Honneth deixa claro a vinculação histórica dos três padrões de reconhecimento (Honneth, 2002, p. 501).

Honneth vê na sua ética do reconhecimento um caminho alternativo entre essas dicotomias, um caminho que lhe permite combinar os componentes simétricos e assimétricos da justiça, “entre Aristóteles e Kant”, entre a diferença e a ética do discurso. [...] O simples erro que todas essas propostas cometem é não atribuir peso igual aos dois princípios. (DERANTY, 2009, p. 365, tradução nossa).

Para Deranty, em *The Other of Justice: Habermas and the Ethical Challenge of Postmodernism* (2007b), publicado pela primeira vez em 1994, Honneth combina os pensamentos de Habermas e Derrida (1930-2004) para encadear a ideia do universalismo simétrico com o princípio assimétrico do cuidado, a fim de mostrar que a noção de justiça não consiste apenas no tratamento igualitário, mas também na utilização do princípio da diferença (DERANTY, 2009, p. 367). Para Honneth,

[...] uma obrigação de cuidar e ser benevolente só pode existir quando uma pessoa está em um estado de necessidade ou sofrimento tão extremo que o princípio moral da igualdade de tratamento não pode mais ser aplicado de uma maneira equilibrada. Portanto, os seres humanos que são física ou mentalmente incapazes de participar de discursos práticos merecem pelo menos o cuidado abnegado daqueles que estão emocionalmente ligados a eles. Mas, inversamente, no momento em que o outro é reconhecido como um ser igual a todos os outros - na medida em que é capaz de participar de discursos práticos - a relação unilateral de cuidado deve acabar, pois uma atitude de benevolência não é permissível para sujeitos que são capazes de articular suas crenças e pontos de vista publicamente. (HONNETH, 2007b, p. 124, tradução nossa).

Com sua teoria de luta por reconhecimento, Honneth desenvolve três esferas de reconhecimento e, em cada uma delas, o sujeito adquire, a partir da relação com o outro, novos elementos para a formação de sua identidade individual, constituindo, assim, sua personalidade plena, ou seja, concebendo-se como pessoa livre, isto é, autônoma e autorrealizada. Segundo Deranty,

A reivindicação de Honneth por sua ética de reconhecimento é, portanto, altamente ambiciosa. A conclusão de seu artigo [O outro da Justiça] argumenta claramente que sua ética atinge uma grande síntese: de Kant (segunda esfera, “princípio de justiça”), com Aristóteles (terceira esfera, “solidariedade”) e com a ética do cuidado (primeira esfera, “cuidado”) (DERANTY, 2009, p. 367, tradução nossa).

Com isso, o ponto de vista moral descrito por Honneth diz respeito à ideia kantiana de obrigação universal com o outro, mas, ao mesmo tempo, difere dela no sentido de estabelecer um horizonte ético para justificar o que é moralmente correto, assumindo, dessa forma, uma

preocupação aristotélica, na medida em que se atribui um caráter teleológico à concepção de moralidade (HONNETH, 2007a, p. 137). A teoria do reconhecimento acompanha a filosofia moral kantiana ao enfatizar o respeito igual à autonomia dos sujeitos, mas contrasta com essa ao entender que o ponto de vista moral deve abranger três modos independentes de reconhecimento e não apenas o respeito legal (2007a, p. 139). A obrigação moral com o outro varia de acordo com a relação de reconhecimento que é estabelecida (2007a, p. 139).

Portanto, os atos morais são representados por três formas de reconhecimento: o particularismo moral do cuidado com o outro da primeira esfera, a fim de garantir segurança emocional; o universalismo dos direitos básicos na segunda esfera, para garantir segurança jurídica; e o incentivo mútuo de uma comunidade de pessoas fundada na solidariedade, visando garantir segurança sobre o valor das próprias capacidades (DERANTY, 2009, p. 367; HONNETH, 2009a, p. 273).

Assim, concordando com Deranty, a moralidade do reconhecimento, em Honneth, está entre a igualdade universal de Kant e o telos ético das proposições aristotélicas:

[...] mesmo uma moralidade de reconhecimento segue as intuições que sempre prevaleceram na tradição kantiana da filosofia moral: no caso de um conflito moral, as reivindicações de todos os sujeitos de respeito igual à sua autonomia individual gozam prioridade absoluta. Mas, no caso de tal conflito, uma teoria da moralidade pode apenas descrever os pontos de vista que devem ser levados em consideração em um procedimento racional de deliberação moral. Portanto, mesmo uma teoria principalmente aristotélica é essencialmente processual. Mas no que diz respeito à descrição do que constitui a estrutura de tal conflito, a concepção desenvolvida aqui difere consideravelmente de todas as premissas kantianas: não é o dever e a inclinação que normalmente se confrontam, mas as obrigações diferentes, que sem exceção possuem caráter moral no sentido de emprestar expressão a uma forma diferente de reconhecimento em cada caso. Com esse insight, torna-se evidente que, além da concepção kantiana, tanto a tradição da ética do cuidado quanto os modelos comunitários podem reivindicar um lugar legítimo na moralidade do reconhecimento. Em cada uma das três tradições, articula-se uma das atitudes morais que correspondem às três formas de reconhecimento com as quais, juntas, protegemos nossa integridade pessoal como seres humanos. (HONNETH, 2007a, p. 141-42, tradução nossa).

1.6 Sentimento individual de desrespeito social

A conexão entre moralidade e reconhecimento se faz pela ótica negativista (DERANTY, 2009, p. 392, 397) de análise das experiências de injustiça¹⁰ vivenciadas pelos sujeitos. Segundo Honneth, “o desenvolvimento de uma moralidade de reconhecimento consiste na prova essencial de que a possibilidade de danos morais decorre da intersubjetividade da forma de vida humana” (2007a, p. 137). Conforme já mencionamos, o ponto de vista moral, segundo Honneth, é o conceito positivo extraído dessa premissa antropológica de formação da identidade pela dependência intersubjetiva, visando proteger os indivíduos desse dano.

O comportamento moral é explicado a partir da experiência de injustiça decorrente do reconhecimento negado. Segundo Honneth, a situação é avaliada como uma injustiça moral pelo impacto que ela causa na relação positiva que o sujeito pode ter consigo mesmo. Honneth explica que

Com base nos critérios que os próprios indivíduos afetados usam para distinguir entre um ato moral e a mera má sorte ou constrangimento, pode-se mostrar facilmente que um aspecto de um comportamento moral consiste em um aspecto de reconhecimento ter sido retido ou negado, enquanto que no último caso tal referência seja obviamente omitida. Assim, uma lesão física se torna uma injustiça moral se a pessoa afetada não tiver outra escolha a não ser vê-la como uma ação que desconsidera intencionalmente um aspecto essencial do seu bem-estar; não é meramente a dor corporal como tal, mas a consciência que acompanha o fato de não ser reconhecido no próprio entendimento de alguém que causa dano moral. (HONNETH, 2007a, p. 133-34, tradução nossa).

A partir da relação com o outro, o sujeito desenvolve uma relação consigo mesmo. São os aspectos positivos dessa autorrelação prática que permitem aos indivíduos desenvolverem sua identidade plena. Pelo reconhecimento na esfera do amor, é adquirida a autoconfiança; no direito, o autorrespeito; e na solidariedade, a autoestima. A frustração das expectativas de reconhecimento em qualquer uma dessas esferas causa um dano pessoal; e é essa experiência negativa que, na visão de Honneth, caracteriza a injustiça moral.

A vinculação de uma injustiça social aos aspectos psicológicos da experiência do desrespeito suscitou importantes debates teóricos. Fraser foi quem dirigiu uma das mais fortes

¹⁰ Embora tenhamos situado Honneth dentro do debate entre liberais e comunitaristas, a fim de articular os conceitos de ética e moralidade, autorrealização e autonomia, entendemos que ele se coloca mais fortemente presente nas discussões sobre teorias de justiça a partir de suas obras *Sufrimento de indeterminação* (2001) e *O direito de liberdade* (2011). Mas o foco deste trabalho está no primeiro momento da teoria de Honneth, principalmente na obra *Luta por reconhecimento* e em escritos que entendemos complementarem as discussões conceituais sobre reconhecimento e desrespeito. Dessa forma, utilizamos o termo injustiça da mesma maneira em que aparece em *Luta por reconhecimento*, ou seja, como uma referência ao sentimento de desrespeito vivenciado pelos sujeitos que se engajam em movimentos sociais.

críticas a esse aspecto da teoria de luta por reconhecimento. As objeções de Fraser à teoria do reconhecimento e as respostas de Honneth deram origem ao famoso debate *Redistribution or Recognition? A political-philosophical Exchange*¹¹.

Fraser reconhece a importância do impacto psicológico de uma injustiça social, mas critica o que denomina de “psicologização” (FRASER, 2003, p. 31) da teoria social, que busca identificar a injustiça por meio da psicologia individual e não das relações sociais. Para Fraser, a injustiça deve ser constatada como tal independentemente do dano psicológico que pode causar:

Quando o não reconhecimento é identificado com distorções na estrutura da autoconsciência do oprimido, é apenas um pequeno passo para culpar a vítima, como imputando dano psíquico àqueles sujeitos ao racismo, por exemplo, parece adicionar insulto à injúria. [...] Ao tratar o reconhecimento como uma questão de status, em contraste, o modelo que estou propondo evita hipotecar reivindicações normativas a questões de fato psicológicas. Pode-se mostrar que uma sociedade cujas normas institucionalizadas impedem a paridade de participação é moralmente indefensável, quer distorçam ou não a subjetividade dos oprimidos. (FRASER, 2003, p. 31-32, tradução nossa).

Honneth, por sua vez, afirma que uma teoria social crítica apoiada no reconhecimento permite colocar em evidência aspectos do cotidiano que ainda não foram tematizados, ao contrário de outras propostas teóricas amparadas apenas nas demandas já articuladas publicamente. Conforme explica Zurn,

Honneth argumenta que as experiências psicológicas têm uma vantagem sobre os discursos explícitos de justiça existentes em uma sociedade. Pois, enquanto os discursos linguísticos de justiça podem ser distorcidos pela ideologia, experiências psicológicas incipientes de desconforto moral podem detectar problemas sociais onde eles ainda não se aglutinaram em entendimentos explícitos, especialmente onde essa coalescência é bloqueada por interpretações ideológicas prevaletentes dos princípios de reconhecimento de uma sociedade. (ZURN, 2015, p. 151, tradução nossa).

Em sua resposta a Fraser, Honneth (2003, p. 110-34) afirma que é um erro fazer uma divisão histórica entre novos e antigos movimentos sociais, como se no passado as lutas populares se restringissem a reivindicações materiais e, na história recente, houvesse uma

¹¹ As críticas de Fraser a Honneth foram publicadas pela primeira vez em 1995, no artigo *From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a “postsocialist” age*. Honneth respondeu às críticas em 2001, no artigo *Redistribution or recognition: changing perspectives on the moral order of society*, publicado na revista *Theory, Culture and Society*. O livro *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*, que traz o debate completo entre eles, foi publicado em 2003 (MENDES DUARTE, 2019, p. 325-326).

sobreposição das lutas por reconhecimento. Esse parâmetro histórico é adotado por Fraser ao afirmar que as “novas” reivindicações populares teriam feito com que teóricos colocassem o reconhecimento no centro de suas concepções da justiça, negligenciando demandas por redistribuição econômica. Com isso, ela defende a integração entre redistribuição e reconhecimento como categorias normativas para o estabelecimento de padrões de justiça social. Para Honneth (2003), essa visão revela uma falta de acesso teórico às experiências cotidianas de injustiça, pois se pauta pela observação das demandas expostas na esfera pública, em vez de buscar a causa do sentimento de desrespeito.

Com vimos, Honneth alicerça sua teoria no sentimento de desrespeito, pois entende que este é o caminho para explicar historicamente o desenvolvimento das sociedades e para indicar os objetivos normativos de um processo emancipatório. O sentimento de desrespeito fundamenta sua teoria moral, conectando as dimensões interna e externa que apresentamos anteriormente.

Compilando os escritos de Honneth, entendemos que o sentimento de desrespeito, em sua dimensão interna, se expressa pelas emoções individuais negativas diante da experiência de recusa do reconhecimento, e, em seu aspecto externo, pela experiência social de injustiça. No artigo “The social dynamic of disrespect”, originalmente um discurso proferido em 1993 no instituto de pesquisa Otto Suhr, da Universidade Livre de Berlim, Honneth afirma: “Eu gostaria de me referir a experiências morais como sentimentos de desrespeito social” (2007c, p. 71), explicitando o vínculo entre o sentimento individual e a experiência social. No debate com Fraser, ele clarifica essa relação (2003, p. 129): “esses sentimentos de descontentamento e sofrimento, na medida em que são designados como “sociais”, coincidem com a experiência de que a sociedade está fazendo algo injusto, algo injustificável”.

Portanto, o sentimento individual de desrespeito é uma experiência social. Em outras palavras, a experiência da injustiça social é uma experiência moral de desrespeito pela “violação das reivindicações de identidade adquiridas na socialização” (HONNETH, 2007c, p. 70). Em seu aspecto individual, a experiência do desrespeito leva a uma reação interna com sentimentos morais de vergonha, raiva ou indignação (2007c, p. 72). Para Honneth, esses sentimentos possibilitam ao indivíduo ter a compreensão da injustiça social sofrida. Portanto, segundo Honneth, o sentimento de desrespeito é a interiorização da injustiça social sofrida pelo sujeito; e a consciência da injustiça vivenciada se dá a partir do sofrimento pessoal causado pelo desrespeito.

No artigo *Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition*, publicado em 1992, Honneth se aprofunda nas discussões sobre o papel

social desses sentimentos negativos, buscando formular “uma concepção teórica da ação das emoções humanas” (1992, p. 197). Segundo ele, “a experiência do desrespeito é, como consequência, sempre acompanhada de emoções que revelam ao indivíduo que, em princípio, a sociedade o está privando de certas formas de reconhecimento” (HONNETH, 1992, p. 197). Essas emoções, que são um tipo de perturbação interna, não estão relacionadas à ação em si, mas às expectativas que precedem à conclusão da ação; se as expectativas são atendidas, os indivíduos experimentam uma sensação de sucesso; se são frustradas, há o sentimento de fracasso; se esse fracasso ocorre por violação de normas consideradas válidas, os sujeitos experimentam uma indignação moral (1992, p. 198-200). O fato de haver essa reação interna negativa, ou seja, os sujeitos não reagem com neutralidade à uma frustração, é o que permite uma compreensão da injustiça sofrida (1992, p. 198-200). É nesse ponto que Honneth relaciona o sentimento individual de desrespeito à ação social de luta contra as injustiças:

[...] essas reações emocionais não revelam automaticamente a injustiça que o desrespeito implica, mas apenas têm o potencial de fazê-lo. Se o potencial cognitivo inerente aos sentimentos de vergonha e ofensa social evolui para uma convicção moral depende em grande parte da forma que o ambiente político e cultural dos sujeitos em questão assume. (HONNETH, 1992, p. 200, tradução nossa).

O sofrimento individual guarda, portanto, o potencial emancipatório das sociedades; ele é o elemento pré-científico que confere à teoria de luta por reconhecimento o potencial crítico de transcendência imanente, conforme veremos a seguir.

1.7 Transcendência na imanência

Para discorrer sobre o significado do sofrimento individual na teoria social de Honneth, é preciso, antes, resgatar os princípios que sustentam a tradição de pensamento conhecida como Teoria Crítica, na qual Honneth está inserido. Para isso, utilizamos os escritos de Marcos Nobre e Rúrion Soares Melo.

A expressão “Teoria Crítica” foi utilizada pela primeira vez por Horkheimer em seu artigo *Teoria tradicional e teoria crítica*, publicado em 1937 na *Revista de Pesquisa Social* (*Zeitschrift für Sozialforschung*) do Instituto de Pesquisa Social vinculado à Universidade de Frankfurt, na cidade de Frankfurt am Main, na Alemanha (NOBRE, 2011, posição 82). O Instituto foi fundado em 1924 por Horkheimer, Felix Weil (1898-1975) e Friedrich Pollock (1894-1970) com o objetivo principal de “promover, em âmbito universitário, investigações científicas a partir da obra de Karl Marx (1818-1883)”, lembrando que “o marxismo, à

exceção da então União Soviética, era então marginalizado na universidade em todo o mundo, contando apenas com alguns poucos professores” (NOBRE, 2011, posição 94-98). O primeiro diretor do Instituto foi Kurt Albert Gerlach (1886-1922), seguido por Carl Grünberg (1861-1940). Em 1930, Horkheimer assumiu a direção, dando início à uma “nova etapa da vida do Instituto”, “aquela que irá dizer respeito mais propriamente à Teoria Crítica” (NOBRE, 2011, posição 103).

A Teoria Crítica se sustenta no requisito da relação entre teoria e práxis, que se faz por meio de dois princípios básicos fundamentadores da teoria marxista: a orientação para a emancipação e a crítica imanente. O conceito de emancipação significa a superação das formas de dominação; esse princípio norteador da Teoria Crítica tem que se fundamentar sob um ponto de vista imanente, ou seja, buscar na própria realidade social os obstáculos e as possibilidades de superação dessa realidade. Na síntese feita por Rúrion Melo (2011, p. 249), “o que distingue uma teoria crítica das demais posturas teóricas no campo das ciências humanas consiste em seu interesse pelas condições emancipatórias socialmente existentes”. Discorrendo sobre o significado dessa vertente teórica, Melo afirma que:

Apesar de sua composição necessariamente heterogênea, a história dessa rica tradição de pensamento pode ser reconstruída a partir dos problemas teóricos e práticos surgidos inicialmente na teoria crítica de Marx, especialmente no que diz respeito à exigência teórica de fundamentar adequadamente a crítica social de modo imanente. Por essa razão, inicio apresentando o que entendo ser, desde sua fundação com Marx, a tarefa comum da teoria crítica na formulação de diagnósticos de época para a práxis emancipatória, ou seja, para a relação entre teoria e prática (MELO, 2011, p. 249-50).

Em sua teoria de luta por reconhecimento, Honneth busca, na própria sociedade, um elemento que tenha o potencial de superação do estado presente; esse elemento é o sofrimento do desrespeito pelo não reconhecimento intersubjetivo. Em sua resposta a Fraser (2003), Honneth discorre sobre o desafio teórico de direcionar a análise a um elemento pré-científico capaz de sustentar a crítica imanente e evidenciar o potencial de transcendência. Ele aponta que, de Marx até Horkheimer e Adorno, o conceito de práxis estava vinculado ao trabalho social e, quando se percebeu que o trabalho não “podia produzir automaticamente o interesse emancipatório” (HONNETH, 2003, p. 240), novas propostas teóricas surgiram com o intuito de identificar outras instâncias que poderiam fornecer a possibilidade de superar a ordem dada. Esse ponto de referência empírico, anterior à reflexão teórica, com capacidade para ir além das formas dadas de organização social, é o que define uma teoria crítica com elementos

normativos que garantem a “transcendência dentro da imanência social” (HONNETH, 2003, p. 244).

Segundo Honneth (2003, p. 238-39), “a ideia de que uma análise crítica da sociedade precisa estar ligada a um exemplo de transcendência do mundo interior representa o legado da tradição hegeliana de esquerda da Teoria Crítica”. Essa transcendência, de acordo com Honneth, é uma propriedade da imanência e “designa um potencial normativo que ressurgem em toda nova realidade social, porque está fortemente fundido à estrutura dos interesses humanos” (2003, p. 244). A transcendência na imanência consiste em um elemento pré-científico identificado nas experiências sociais que seja, ao mesmo tempo, “indispensável à reprodução social” e, “devido ao seu excedente normativo”, aponte para “além de todas as formas dadas de organização social” (2003, p. 244).

No artigo *The social dynamics of disrespect*, Honneth afirma que uma teoria crítica da sociedade deve ser capaz de “informar sobre o recurso pré-teórico (Vorwissenschaftliche Instanz), no qual seu próprio ponto de vista crítico está ancorado extra teoricamente como um interesse empírico ou uma experiência moral” (2007c, p. 63-64). Essa premissa crítica, segundo Honneth, é identificada ao “desdobrar o fenômeno social” que ele define como “dinâmica social do desrespeito” (2007c, p. 64). É nesse sentido que ele coloca o modelo de luta por reconhecimento como o caminho para enfrentar as lacunas teóricas deixadas por Horkheimer (conforme vimos na seção sobre o déficit sociológico), com uma abordagem que vai além das relações pela comunicação estabelecidas por Habermas.

Para entender de que forma Honneth coloca a dinâmica que envolve as relações de reconhecimento como uma alternativa teórica, é importante expor brevemente o contexto histórico em que as teorias de Horkheimer e seus contemporâneos foram desenvolvidas. Segundo Nobre (2011), três elementos contribuíram para o diagnóstico crítico de bloqueio das possibilidades de emancipação. O primeiro é a nova fase do capitalismo que possibilitou um novo tipo de relação entre Estado e capital, não confirmando o diagnóstico de colapso da lógica de valorização do capital (2011, posição 459). O segundo elemento é a mudança social no interior da classe trabalhadora. A melhoria das condições de vida do proletariado frustrou a previsão de empobrecimento crescente da classe (2011, posição 463), tornando-a menos disposta a uma ação revolucionária. Por fim, o terceiro elemento é a ascensão do nazismo e do fascismo, que tornava improvável a reorganização trabalhadora diante da repressão desses regimes, considerando, ainda, o desenvolvimento da comunicação de massa, o que contribuiu para o controle das massas (2011, posição 468-471). De acordo com Nobre:

Ao examinar esses três elementos em conjunto, é possível entender por que Horkheimer considerava que os potenciais de emancipação da dominação capitalista encontravam-se bloqueados naquele momento: estabilização dos elementos autodestrutivos do capitalismo, integração das massas ao sistema e repressão a todo movimento de contestação. Com isso, era a própria ação transformadora, a própria prática que se encontrava bloqueada, não restando ao exercício crítico senão o âmbito da teoria (NOBRE, 2011, posição 472-475).

Segundo Honneth, as formulações de Horkheimer se pautam pela aceitação do legado hegeliano de esquerda (que tem Marx como um dos herdeiros) de que uma teoria crítica da sociedade deve ser capaz de “redescobrir um elemento de seu próprio ponto de vista crítico na realidade social”, formulando um “diagnóstico da sociedade que pudesse trazer à luz um certo grau de transcendência intramundana” (HONNETH, 2007c, p. 64). No entanto, na visão de Honneth, essas formulações teóricas não foram eficazes com essa missão devido à incapacidade de apreensão do elemento moral que permeia as relações sociais. Conforme ele afirma, “Horkheimer e seu círculo permaneceram presos a um funcionalismo marxista que os induziu a aceitar uma esfera teórica tão fechada de dominação capitalista e manipulação cultural que não poderia haver espaço para um domínio de crítica prático-moral” (HONNETH, 2007c, p. 65). Em outras palavras, o elemento pré-teórico estava vinculado à classe trabalhadora, impossibilitada de agir devido às circunstâncias históricas, políticas e sociais. Embora Horkheimer mantivesse em vista a emancipação como orientação teórica, esta não podia mais ser identificada como uma possibilidade real; isso levou ao “fato embaraçoso de que essas abordagens eram teoricamente dependentes de um recurso pré-teórico para a emancipação, cuja própria existência não podia mais ser provada empiricamente” (HONNETH, 2007c, p. 65).

Portanto, para Honneth, qualquer tentativa de renovação da Teoria Crítica deveria buscar “restabelecer o acesso teórico à esfera social na qual um interesse na emancipação pode ser ancorado pré-teoricamente” (2007c, p. 65). Direcionada a esse fim e em contraponto com as teorias sociais negativistas, a teoria da comunicação de Habermas, segundo Honneth, recuperou os meios categóricos para restabelecer o acesso a uma esfera de ação emancipadora:

Ao mudar a Teoria Crítica do paradigma de produção para o paradigma da comunicação, Habermas revelou uma esfera social que cumpre todos os pressupostos incluídos na reivindicação da transcendência intramundana. Na ação comunicativa, os sujeitos se encontram dentro dos horizontes das expectativas normativas, cuja decepção se torna uma fonte constante de demandas morais que vão além das formas de dominação já estabelecidas.

Enquanto Horkheimer via as relações de produção capitalistas estabelecendo limites injustificados ao desenvolvimento da capacidade humana para o trabalho, Habermas vê as relações sociais da comunicação colocando restrições injustas ao potencial emancipatório do entendimento intersubjetivo. (HONNETH, 2007c, p. 69, tradução nossa).

No entanto, Honneth aponta que o processo de racionalização comunicativa de Habermas não está ancorado em experiências morais dos sujeitos envolvidos. Vendo as relações sociais sob a ótica linguística, Habermas identificou o elemento pré-teórico no processo social pelo qual as regras linguísticas do entendimento comunicativo são desenvolvidas. Assim, surge a dificuldade de identificar quais “experiências morais na realidade social deveriam corresponder a esse ponto de vista crítico” (HONNETH, 2007c, p. 70). Portanto, conforme Honneth, a teoria de Habermas, diferentemente de Horkheimer, não visava “dar expressão a uma experiência existente de injustiça social” (2007c, p. 70).

A solução, segundo Honneth, é olhar as relações sociais para além do paradigma da linguagem, “alegando que as experiências morais não são despertadas por uma restrição das capacidades linguísticas, mas por uma violação das reivindicações de identidade adquiridas na socialização” (2007c, p. 70). Assim sendo, Honneth afirma:

Como a experiência do reconhecimento social representa uma condição da qual depende o desenvolvimento da identidade humana, sua negação, isto é, desrespeito, é necessariamente acompanhada pelo sentimento de uma ameaçadora perda de personalidade. Diferentemente do modelo de Habermas, esse modelo estabelece uma estreita conexão entre os tipos de violação dos pressupostos normativos da interação social e as experiências morais que os indivíduos têm em sua comunicação cotidiana. Se essas condições são prejudicadas pelo fato de que as pessoas não têm o reconhecimento que merecem, geralmente reagirão com sentimentos morais que acompanham a experiência de desrespeito - vergonha, raiva ou indignação. Assim, um paradigma de comunicação concebido não em termos de uma teoria da linguagem, mas em termos de uma teoria de reconhecimento, pode finalmente fechar a lacuna teórica deixada em aberto por Habermas em seu desenvolvimento posterior do programa de Horkheimer (HONNETH, 2007c, p. 71-72, tradução nossa).

Com isso, voltamos à discussão que iniciou esta seção: o significado teórico e prático do sentimento individual de desrespeito. De acordo com Honneth, o sofrimento dos sujeitos é o recurso pré-teórico, identificado nas experiências individuais, que guarda o potencial de transcender a realidade. A maneira como o sofrimento atinge os indivíduos é o que os torna dispostos para a ação prática. Uma relação de reconhecimento fracassada gera um sofrimento individual, pois fere as expectativas de formação da identidade dos sujeitos. A relação entre o

sofrimento particular e a ação prática de resistência política é construída por Honneth com conceitos psicológicos, conforme ele demonstra em *Luta por reconhecimento*:

Nem em Hegel nem em Mead havia-se encontrado uma referência à maneira como a experiência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático; faltava de certo modo o elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa, informando cognitivamente a pessoa atingida acerca de sua situação social. Gostaria de defender a tese de que essa função pode ser cumprida por reações emocionais negativas, como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo (HONNETH, 2009a, p. 220).

Para destrinchar a estrutura social do desrespeito, podemos pensá-la como se fosse um processo composto por duas dinâmicas: 1) não reconhecimento e desrespeito: o reconhecimento recusado gera o sentimento individual de desrespeito; 2) sofrimento e conflito social: a forma como esse sofrimento impacta o indivíduo impulsiona a luta. Essa estrutura é um aspecto fundamental da teoria de Honneth e a diferencia de outras proposições que tratam do reconhecimento; nesse sentido, os conceitos de luta e de sofrimento são pontos chave. A teoria de Honneth é desenvolvida sob uma ótica negativista (DERANTY, 2009, p. 397), ou seja, o sujeito da ação não é o indivíduo que busca o reconhecimento, mas sim o indivíduo que luta contra o não reconhecimento. Desse modo, o sofrimento, mais do que o resultado negativo do reconhecimento frustrado, é o elemento propositivo que traz a possibilidade de transcendência, de emancipação, de superação das injustiças.

Para descrever o que chamamos de primeira dinâmica, Honneth utiliza conceitos negativos para se referir às formas de desrespeito ou de reconhecimento recusado. Na esfera do amor, o desrespeito acontece na forma de maus-tratos e violação; no direito, como privação de direitos e exclusão; e na estima social, como degradação e ofensa. Ações definidas com esses conceitos representam uma injustiça não somente porque estorvam “os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas” (HONNETH, 2009a, p. 213). O conceito de desrespeito significa não apenas a ação do outro, mas a individualização do não reconhecimento, a relação do indivíduo consigo mesmo a partir da ação do outro. Maus-tratos e violação são capazes de ferir a forma elementar de autorrelação que é a confiança em si mesmo, também definida por Honneth como “autoconfiança psíquica” (2009a, p. 215). Privação de direitos e exclusão não representam somente a limitação da autonomia pessoal, mas podem, sobretudo, destruir o “autorrespeito moral” (2009a, p. 216), que significa a “perda da capacidade de se referir a si

mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos” (2009a, p. 217). A terceira forma de rebaixamento, designada por degradação e ofensas, “tira dos sujeitos a possibilidade de atribuir valor às próprias capacidades” (2009a, p. 217); a desvalorização social leva a uma perda da autoestima pessoal.

Na descrição das consequências individuais do desrespeito, Honneth recorre a metáforas de estudos psicológicos que fazem uma analogia entre a dor física e a dor psíquica, entre o impacto que as enfermidades têm no corpo físico e o dano do sofrimento do desrespeito na integridade psíquica. A “morte psíquica” é usada para se referir à seqüela de tortura e violação; “morte social” para definir privação de direitos como escravidão; e “vexação” para a degradação cultural de uma forma de vida (2009a, p. 218).

O sofrimento individual é uma espécie de sintoma do sentimento de desrespeito. Esse é o “elo psíquico” (2009a, p. 220) que faz com que o sujeito passe do sofrimento para a luta. Nesse ponto, seguimos para a explicação do que denominamos de segunda dinâmica, que é a possibilidade aberta pelo sofrimento para que a pessoa tenha uma compreensão cognitiva da injustiça sofrida, motivando a resistência política (2009a, p. 224). Como vimos no encerramento da seção anterior, Honneth deixa claro que o sofrimento não leva automaticamente à ação, mas guarda o potencial para tal (HONNETH, 1992, p. 200). Essa conexão é feita com a ajuda da psicanálise.

Em *Una patología social de la razón* (artigo publicado em 2004), Honneth explica o potencial emancipatório do sofrimento moral com uma referência à condição para a psicanálise: o indivíduo que sofre tem o desejo de se libertar desse sofrimento (2009b, p. 49). No artigo, Honneth traça a história do pensamento na Teoria Crítica a partir da reflexão sobre o diagnóstico das patologias sociais, apontando que os autores dessa tradição teórica têm em comum a visão de que o capitalismo é uma forma de organização social que bloqueia o uso da racionalidade. Outro elemento comum tomado como base para o pensamento dos autores da Teoria Crítica é a utilização de conceitos da psicanálise. Para Honneth, a mesma importância que Hegel, Marx, Weber e Lukács têm para o conteúdo central da Teoria Crítica tem também a psicanálise de Freud, pois “os autores tiram dele a ideia de que as patologias sociais devem sempre se expressar no sofrimento que mantém vivo o interesse pelo poder emancipatório da razão” (2009b, p. 45). Apesar das críticas recebidas, principalmente de Fraser, que abordamos anteriormente, entendemos que essa é uma contribuição importante da teoria de luta por reconhecimento, pois busca refletir sobre a motivação da ação e sobre como pode se dar a passagem para a práxis.

No artigo, Honneth relata a mudança de perspectiva da Teoria Crítica quando foi constatado que o proletariado não poderia produzir automaticamente uma capacidade de reação crítica. O caminho, a partir disso, foi considerar que “todos os sujeitos têm, em princípio, a mesma predisposição motivacional” (2009b, p. 47). Mas como os sujeitos podem agir com racionalidade se essa se supõe bloqueada? Segundo Honneth, a resposta está em um campo teórico situado entre a psicanálise e a psicologia moral” (2009b, p. 47), porque se trata sempre de descobrir as raízes motivacionais que mantêm viva em cada sujeito a disposição para o conhecimento moral, apesar do comprometimento da racionalidade (2009b, p. 47).

Segundo Honneth, de Horkheimer a Habermas, a Teoria Crítica se orienta pela ideia freudiana de vincular o sofrimento individual às patologias sociais, o que conduz à tese antropológica de que os sujeitos “não podem se comportar indiferentemente diante de uma restrição de suas faculdades racionais” (2009b, p. 48). Portanto, um primeiro importante caminho é a constatação que os indivíduos não reagem com neutralidade à injustiça. Um segundo passo, também influenciado pelos estudos de Freud, é a passagem para a práxis, ancorada, conforme já mencionamos, na condição para o início do tratamento psicanalítico, conforme apontado por Honneth:

[...] na Teoria Crítica pressupõe-se que esse sofrimento experimentado subjetiva ou objetivamente atribuível leva os membros da sociedade ao mesmo desejo de cura, de libertação dos males sociais, que o analista deve assumir em seus pacientes; e tanto em um caso como no outro, o interesse pela própria cura estará documentado na disposição de reativar, apesar das resistências, justamente as capacidades racionais que foram deformadas pela patologia individual ou social. Todos os autores que fazem parte do cerne da Teoria Crítica contam com o interesse latente de seus destinatários em explicações sensatas, em interpretações racionais, pois o desejo de se emancipar do sofrimento só pode ser satisfeito com a recuperação de uma racionalidade intacta. Ora, é esse pressuposto arriscado que permite estabelecer um vínculo entre teoria e práxis diferente daquele que era dado nas tradições marxistas: os defensores da teoria crítica não compartilham com seus destinatários um espaço de objetivos comuns ou projetos políticos, mas um espaço de razões potencialmente comuns que mantém aberto o presente patológico à possibilidade de uma transformação por meio de compreensão racional (HONNETH, 2009b, p. 49-50, tradução nossa).

Retomando o que discutimos até aqui, ao buscar preencher as lacunas deixadas por seus antecessores (déficit sociológico), Honneth se debruça sobre os conflitos sociais e busca compreender suas motivações, deslindando o aspecto moral presente nas lutas sociais. Para além de questões materiais ou políticas, o que está no cerne dos movimentos sociais são experiências morais, pois o que se busca com o engajamento em ações de resistência política

é uma forma de se libertar do sofrimento ocasionado por relações fracassadas de reconhecimento que interferem negativamente no processo de formação da identidade individual. Por isso, o sofrimento pelo não reconhecimento é o elemento pré-científico capaz de explicar a reprodução social e, ao mesmo tempo, apontar para a possibilidade de transcendência. Em vez de seguir a tendência utilitarista na análise dos movimentos sociais, Honneth aponta os sujeitos da ação como atores morais.

Assim, concordando com Zurn e Deranty, entendemos que a teoria de luta por reconhecimento, formulada por Honneth, se sustenta na psicologia moral do sofrimento do desrespeito para explicar o processo de formação da pessoa; embora tenha uma teoria da identidade individual, Honneth se diferencia de outros teóricos do reconhecimento ao se afastar do aspecto reducionista do identitarismo associado às reivindicações populares dos novos movimentos sociais.

As três esferas de reconhecimento são baseadas em valores socialmente construídos, que dão ao indivíduo a possibilidade de criar expectativas de reconhecimento. Essas expectativas cumprem o papel de formação da identidade individual. Portanto, na formulação da teoria de luta por reconhecimento, Honneth busca entender a motivação do conflito social, resultado, segundo ele, do sofrimento pela individualização do desrespeito social em decorrência da negação do reconhecimento. Portanto, falar de expectativas de reconhecimento para entender a motivação moral por trás de atos populares está, para Honneth, além de uma agenda política tematizada pelos novos movimentos sociais (HONNETH, 2003). Entendemos que, embora a luta por direitos legais de movimentos étnicos e culturais possa ser explicada pela teoria de Honneth, o conceito de reconhecimento desenvolvido por ele não se restringe à pauta política dos manifestantes, pois, como ele mesmo afirma, visa se debruçar sobre o que podemos dizer ser um princípio motivacional universal, um elemento capaz de levar qualquer sujeito à luta política, fazendo a conversão da teoria à práxis. Esse elemento pode ser explicado pelas relações intersubjetivas de reconhecimento, que intentam satisfazer as expectativas de formação da identidade dos sujeitos.

Identidade em Honneth é, portanto, a dinâmica moral capaz de explicar o processo de formação da pessoa pela gramática das lutas sociais. Identidade se define pela moralidade do reconhecimento, que abarca reivindicações de autonomia e autorrealização, que quando violadas pelo desrespeito social guardam o potencial de impulsionar o sujeito para a ação, na tentativa de transcender as injustiças sociais.

Capítulo 2

2 HONNETH EM UM ESTUDO COMPARATIVO: FRASER E TAYLOR

Introdução

No capítulo anterior, buscamos abordar alguns conceitos presentes na teoria de Honneth e, neste momento, veremos como esses conceitos podem auxiliar em nosso intuito de diferenciar as proposições de Honneth de outras concepções teóricas sobre reconhecimento e identidade.

São vários os autores que tratam dessas temáticas, mas para este trabalho nos valem da análise feita por Mattos (2006) para delimitar nossas discussões. Ao apontar para a “crescente importância da categoria neo-hegeliana do reconhecimento social no debate contemporâneo de vanguarda” (2006, p. 15), ela afirma que os “principais autores que procuram re-trabalhar, cada um a seu modo, essa honorável herança hegeliana são: o filósofo político canadense Charles Taylor, o filósofo social e sociólogo alemão Axel Honneth e a cientista política americana Nancy Fraser” (2006, p. 15-16).

Assim sendo, queremos estabelecer um diálogo entre as formulações de Honneth e Taylor. A opção por trazer o Taylor para este trabalho justifica-se por duas razões. Primeiro, pela importância da produção de Taylor para o debate contemporâneo sobre reconhecimento, conforme colocado por Mattos. Segundo, porque, compartilhando da visão de Deranty (2009) e Zurn (2015), entendemos haver uma tendência equivocada de associar a teoria do Honneth a uma política identitária (ZURN, 2015, p.9), estabelecendo um paralelo errôneo entre as formulações de Honneth e Taylor (DERANTY, 2009; ZURN, 2015). Quando dizemos que queremos estabelecer um diálogo entre Honneth e Taylor, pensamos no levantamento dos pontos de comunicação entre essas teorias, mas não no sentido de buscar uma concordância. Queremos, pelo contrário, estabelecer as divergências entre eles, mostrar como e porque Honneth se diferencia de Taylor. Para isso, traremos a esse debate as críticas formuladas pela autora americana, pois entendemos que, ao se colocar contra o que ela chama de reducionismo de uma política da diferença, Fraser acaba ignorando diferenças essenciais entre as formulações de Honneth e Taylor (ZURN, 2015, p. 137).

Aqui cabe uma interrupção narrativa para expormos brevemente a trajetória teórica que nos levou a esse debate. Iniciamos nosso trabalho com o intuito de estudar a teoria de Honneth, mais especificamente o que denominamos de primeiro momento teórico do autor,

no qual ele busca apresentar a dinâmica das relações de reconhecimento a partir de alguns elementos centrais, como desrespeito, sofrimento e conflito. Conjuntamente, buscamos pensar se a teoria poderia contribuir para refletir sobre a realidade contemporânea, trazendo, ao mesmo tempo, elementos empíricos da realidade para pensar a teoria (capítulo 3). Nesse caminho, passamos a observar as críticas direcionadas à teoria de Honneth e não poderíamos deixar de abordar o debate estabelecido com Fraser. Apresentar aqui as discussões de Honneth com Fraser nos parece fundamental não somente pela ampla repercussão que tiveram, mas por contribuírem com nosso objetivo de refletir sobre as características particulares da teoria de Honneth. Entendemos que a reverberação dos apontamentos de Fraser acabou por associar a Honneth aspectos que não são próprios de sua teoria, dando uma falsa impressão de que os conceitos de Honneth e Taylor sobre reconhecimento e identidade são semelhantes, quando na verdade apresentam diferenças significativas (DERANTY, 2009; ZURN, 2015). Portanto, neste segundo capítulo, vamos “criar” uma discussão entre Honneth, Fraser e Taylor. Criar porque o debate direto entre os três autores nunca existiu (MENDES DUARTE, p. 326). É importante salientar que o artigo escrito por Fraser, que se transformaria na primeira parte do livro *Redistribution or Recognition?*, apresenta críticas direcionadas a Honneth e Taylor, mas Taylor nunca respondeu Fraser (MENDES DUARTE, p. 326).

Na primeira seção, trabalharemos a concepção de moralidade na teoria de Taylor e como ela leva à definição de identidade enquanto autenticidade. Depois, abordaremos a identidade coletiva e o multiculturalismo. Na seção 3, falaremos sobre os diferentes sentidos da “luta” por reconhecimento em Honneth e Taylor. Por fim, trataremos uma discussão sobre a própria concepção de reconhecimento, a partir das visões de atribuição e percepção.

2.1 Moralidade, identidade e autenticidade

No capítulo anterior, fizemos uma tentativa arriscada de definir os conceitos utilizados por Honneth. Essa tarefa era necessária porque é nas questões conceituais que encontramos as importantes divergências entre Honneth e Taylor. A busca por definir e explicar de que forma alguns termos são utilizados por Honneth foi possível somente porque entendemos que ele desenvolve sua própria teoria do reconhecimento (DERANTY, 2009; ZURN, 2015). Mesmo ancorada, principalmente, nos pensamentos de Hegel e Mead, a teoria de luta por reconhecimento possui particularidades que não permitem, ou pelo menos não deveriam permitir, que ela seja analisada na mesma chave das teorias chamadas comunitaristas ou identitaristas sobre reconhecimento. Embora Honneth e Taylor se apoiem em uma ontologia

do sujeito e dela tirem suas consequências normativas (DERANTY, 2009, p. 385), a fundamentação teórica utilizada por cada um possui pontos divergentes e, por isso, implicações diferentes. Começemos, pois, por entender o sentido de moralidade em Taylor, que fundamentará o conceito de autenticidade e sua concepção de identidade. Honneth busca no jovem Hegel a fundamentação para sua tese antropológica da dependência intersubjetiva dos sujeitos (ZURN, 2015), ou seja, os indivíduos se constituem como tal a partir de relações intersubjetivas. Identidade, portanto, como vimos anteriormente, é o processo de formação da pessoa, de constituição do próprio sujeito. Desse modo, o reconhecimento é a condição para a vida. Em outra perspectiva, o reconhecimento em Taylor é uma necessidade para que os sujeitos possam expressar sua autenticidade, para que os sujeitos sejam quem realmente são, assumindo sua originalidade. Taylor resgata o pensamento rousseauiano da voz interior da natureza e a mudança na compreensão da identidade a partir da virada teórica do expressivismo. Para descobrir quem realmente é, o indivíduo tem que olhar para dentro de si mesmo. Descobrir sua originalidade e sendo fiel a ela, o sujeito exige o reconhecimento do outro.

Como vimos no capítulo 1, a moralidade do reconhecimento em Honneth está ligada à ideia kantiana sobre as atitudes que tomamos com os outros e das quais também somos dependentes. A moral do reconhecimento se fundamenta em torno de três princípios, ligados às três esferas de reconhecimento (amor, direito e solidariedade). Assim sendo, a obrigação com o outro não se refere somente ao respeito igual à autonomia dos sujeitos, mas varia de acordo com a relação de reconhecimento estabelecida, ou seja, de acordo com a esfera de reconhecimento em que a relação intersubjetiva se desenvolve. A formação da identidade plena depende de relações bem-sucedidas de reconhecimento nas três esferas.

Em *Sources of the self* (2013 [1994]), Taylor faz um denso trabalho de construção da história da identidade moderna. Resgatando as obras de pensadores contemporâneos, ele apresenta, conforme ele mesmo afirma, um retrato da identidade moderna, de como o agente humano enxerga a si próprio. Em sua obra, Taylor mostra que a compreensão moderna sobre identidade individual é resultado da influência do expressivismo, que resgata a ideia rousseauiana de que as fontes morais se encontram dentro dos próprios sujeitos.

Taylor mostra que o final do século XVIII foi marcado por uma série de reações ao naturalismo iluminista e ao deísmo racionalista, levando a uma profunda transformação da cultura moderna. Rousseau exerceu “influência crucial” nesse pensamento e inspirou as novas ideias que contribuíam para a construção da identidade moderna, seguindo uma corrente da

internalização, isto é, que localiza as fontes morais dentro do próprio sujeito. (TAYLOR, 2013, p. 455)

Em Rousseau, na explicação de Taylor, a voz da natureza toma o lugar da interpretação ortodoxa do pecado original. “A natureza é fundamentalmente boa, e a alienação que nos deprava é o que nos separa dela” (TAYLOR, 2013, p. 458). Isso significa dizer, segundo Taylor, que não há pecado original; a nossa natureza é boa, mas nós a pervertemos. Nas explicações de Taylor sobre Rousseau:

O impulso original da natureza é correto, mas o efeito de uma cultura depravada é que perdemos contato com ele. Sofremos essa perda porque não dependemos mais de nós mesmos e desse impulso, e sim das outras pessoas e do que pensam a nosso respeito, do que esperam de nós, do que admiram ou desprezam em nós, recompensam ou punem em nós. Estamos separados da natureza pela densa teia de opiniões criada entre nós na sociedade e não conseguimos mais recuperar o contato com ela. (TAYLOR, 2013, p. 458).

Rousseau, portanto, vai contra a ideia naturalista do Iluminismo “de que o que precisamos para nos tornar melhores é de mais razão, mais cultura, mais *lumières*”. Para ele, esse tipo de progresso, pelo contrário, “é muito frequentemente acompanhado de uma decadência moral” (TAYLOR, 2013, p. 459). Essa oposição entre moralidade e progresso, explica Taylor, levou a interpretações num sentido primitivista, mas a visão dele, conforme explica Taylor, “não envolvia uma volta ao estágio pré-cultural ou pré-social”. O que ele fazia era uma “defesa incontestada da austeridade contra uma civilização de necessidades e consumo cada vez maiores” (TAYLOR, 2013, p. 460); a consciência é a voz da natureza e olhar para dentro de si é o que evita distorções. Com essa visão, Rousseau “leva um passo à frente o subjetivismo da compreensão moral moderna” (2013, p. 463).

A partir de Rousseau, Taylor apresenta duas formas dessa internalização moderna: Kant e o expressivismo. Taylor expõe que “Rousseau está na origem de grande parte da cultura contemporânea, das filosofias de autoexploração, assim como dos credos que fazem da liberdade autodeterminante a chave para a virtude”, a exemplo da noção de autonomia de Kant (2013, p. 464).

Kant “concorda com Rousseau ao definir a liberdade e a moralidade essencialmente uma em relação à outra” (2013, p. 465). Uma ação moral se define não pelo seu resultado, e sim pela motivação. “O que a pessoa moral deseja acima de tudo é conformar sua ação à lei moral”, e isso é “liberdade, porque agir moralmente é agir de acordo com o que realmente somos, agentes morais/rationais” (2013, p. 465). Na explicação de Taylor:

Kant fornece uma base firme, porém nova, à subjetivação ou internalização das fontes morais que Rousseau inaugura. A lei moral é o que vem de dentro; não pode mais ser definida por qualquer ordem externa. Porém, tampouco é definida pelo impulso da natureza em mim, mas apenas pela natureza do raciocínio, pelo que poderíamos chamar de procedimentos do raciocínio prático, que exigem que se aja de acordo com princípios gerais. [...] Em Kant, o que assume o lugar da benevolência universal é algo próximo de um princípio de justiça universal, a determinação de agir apenas segundo máximas universais e de tratar a todos os seres racionais como fins. [...] Tornar-se mais racional significa chegar a essa determinação (TAYLOR, 2013, p. 466, 469).

Além de Kant, outra forma da internalização moderna inspirada por Rousseau é o que Taylor chama de teoria expressivista, uma visão de entender a vida “como realizadora de uma essência ou forma” e não uma mera “corporificação dessa forma na realidade” (TAYLOR, 2014, p. 37). Segundo Taylor:

A ideia não é meramente a de que os seres humanos são diferentes; isso dificilmente teria sido novidade; é, antes, que as diferenças definem a única forma que cada um de nós é instado a realizar. As diferenças adquirem importância moral, de modo que, pela primeira vez, pôde-se perguntar se uma dada forma de vida era expressão autêntica de certos indivíduos ou povos. Essa e a nova dimensão acrescentada por uma teoria da autorrealização. (TAYLOR, 2014, p. 37).¹²

O expressivismo, portanto, traz a ideia de autenticidade, de buscar a originalidade que existe dentro de si. E é esse pensamento que, segundo Taylor, molda a identidade moderna. Conforme explica Mattos,

[...] o expressivismo propõe uma nova leitura sobre o sentido da moralidade. O que é valorizado não são as características que me igualam a qualquer pessoa que deseje ter sucesso no mundo, mas, sim, o que há de particular em mim e que descubro em mim mesma, sendo fiel a mim mesma e à minha maneira de ser. [...] O que está em jogo aqui é a necessidade de ser autêntica, de estar em contato com minhas intuições morais. Estar em contato com os sentimentos assume um sentido moral. [...] A identidade tradicional era algo objetivo, fora do indivíduo, isto é, era dada pelo lugar que a pessoa ocupava na sociedade e pelos papéis sociais vinculados a essa atividade. É claro que até hoje podemos nos definir pelos papéis sociais que exercemos, contudo, o elemento inovador é a proclamação do ideal de autenticidade. Sou chamada a descobrir o meu jeito original de ser, que não pode ser dado pelo externo, pelos papéis sociais, mas tem que ser descoberto internamente (MATTOS, 2006, p. 126-127).

¹² Para uma explicação adicional sobre o expressivismo, recorremos aqui à outra importante obra de Taylor: *Hegel: sistema, método e estrutura*, publicada em 1975.

Somente para recapitular, essa compreensão moderna de moral apresentada pelo expressivismo resgata a ideia de Rousseau e dá um passo adiante (TAYLOR, 2013, p. 464). Segundo Taylor, a voz interior, ou os nossos sentimentos, não permite apenas reconhecer o bem universal, mas define o que é o bem; a voz interior é o bem e é ela que devemos ouvir para descobrir o bem, conforme explica Taylor:

Rousseau nunca deu o passo radical para essa posição muito mais subjetivista. Manteve sua voz interior atrelada à forma tradicional de compreender e reconhecer o bem universal. Mas ele foi a figura-chave, porque, com uma eloquência ímpar, forneceu a linguagem que poderia articular essa visão mais radical. Bastava que a voz interior se libertasse do jugo e declarasse sua plena competência moral. Uma nova ética da natureza surge com o expressivismo romântico e dá esse passo (TAYLOR, 2013, p. 464).

Vimos que em Taylor a identidade está associada à autenticidade e, por sua vez, é resultado da revolução expressivista inspirada pelo pensamento de Rousseau. Mas podemos contribuir um pouco mais para delinear de forma mais precisa o significado de identidade na obra de Taylor. Em *Identidad y reconocimiento* (1996), conferência proferida em 1995 na França, Taylor aponta para dois contextos do uso da identidade: um no sentido psicológico da definição de si mesmo e o outro é o que esboçamos aqui, relacionado à autenticidade. Esses dois usos se entrelaçam na definição que ele traz sobre a identidade moderna.

Com relação ao primeiro sentido, a referência são os estudos de Erik Erikson. Conforme Taylor expõe, identidade é a definição que o próprio sujeito faz de si e a capacidade de perceber o que importa e o que não importa para si. Segundo Taylor, “a minha identidade define de alguma forma o horizonte de meu mundo moral” (1996, p. 10); “minha identidade é “o que eu sou”” (1996, p. 11). E nesse sentido, identificar-se significa se situar, se colocar dentro de um campo social. “Meu documento de identidade fornece meu nome, e talvez minha origem, ou meu número de seguro social. Isso me coloca em uma família, em uma região, no catálogo dos cidadãos trabalhadores do Ministério do Trabalho, etc” (TAYLOR, 1996, p. 11).

Segundo Taylor, o uso do termo no sentido individual (que transporta o horizonte moral do exterior para o interior) é resultado da história moderna, que assume o segundo sentido abordado, o da autenticidade: “algo pessoal, potencialmente original e inédito e, portanto, inventado ou assumido em alguma medida. Esse contexto é o que torna a relação entre identidade e modernidade claramente visível” (TAYLOR, 1996, p. 12). Esse segundo sentido é resultado da revolução igualitária, que retirou a influência da posição social que

ditava o lugar dos sujeitos na sociedade. A transformação de uma sociedade cada vez mais igualitária foi acompanhada pela revolução expressivista, que como já dissemos exaltou a originalidade do indivíduo. É nesse ponto que Taylor introduz as discussões sobre reconhecimento. A definição da identidade depende do indivíduo, mas não somente dele; o processo se dá a partir de uma negociação com o meio, de uma interação com o outro.

Assim, os dois eixos de definição do discurso da identidade são:

primeiro, da identidade como horizonte moral que nos permite definir o que importa. É desta identidade que fala Erikson e daqueles que a definem como condição de saúde e integridade da pessoa. Falei então da identidade como o que é pessoal, assumido pelo indivíduo como seu, o que ele não quer dizer simplesmente decidido por ele arbitrariamente. É a identidade que surge da revolução expressivista, herderiana, que desloca o horizonte moral do registro do destino para o da negociação e da luta pelo reconhecimento. (TAYLOR, 1996, p. 14-15, tradução nossa).

Taylor aborda, ainda, um terceiro eixo, a identidade de grupo, ou identidades coletivas, mas trataremos disso posteriormente.

Com essa fundamentação, Taylor vai mostrar que identidade e reconhecimento são preocupações modernas, não porque nunca existiram, mas porque antes não eram um problema. As revoluções igualitária e expressivista abriram espaço para a busca pela autenticidade (TAYLOR, 2011), para o discurso do reconhecimento. Ao voltar-se para si próprio, o indivíduo descobre quem realmente é; a definição de si mesmo não é mais algo estabelecido pela sociedade. Embora seja uma busca pessoal, a definição da identidade individual não depende apenas da vontade do sujeito, existe uma lacuna entre “o que queremos e o que os outros estão dispostos a nos dar” (TAYLOR, 1996, p. 13). É nesse ponto que se estabelecem as demandas por reconhecimento; o assentimento dos outros é importante para que o sujeito assuma sua própria identidade. Sem o reconhecimento, o indivíduo tem sua integridade pessoal ameaçada.

Portanto, entendemos que o ponto de vista moral da formação da identidade em Taylor é o voltar-se para si mesmo, mas, ao contrário de uma autorrealização individualista egoísta, a força moral da identidade está na autenticidade, em estar em contato com os próprios sentimentos, em ser fiel a si; esse é o sentido moral por trás da autorrealização (TAYLOR, 2011).

Em Honneth, as relações de reconhecimento também são a garantia da integridade pessoal, mas essa integridade não diz respeito a “ser você mesmo”, e sim somente a “ser”, “existir”, entender-se como sujeito, como pessoa (DERANTY, 2009). A identidade plena

depende do desenvolvimento da autonomia e das condições de autorrealização. Assim, o ponto de vista moral em Honneth abarca reivindicações de autonomia e autorrealização¹³; o reconhecimento não é uma necessidade apenas para estabelecer e ter o assentimento social de suas metas de vida, ou para ser o que realmente é; é para poder ser um sujeito capaz de escolher seus próprios objetivos e metas. As relações de reconhecimento definidas por Honneth permitem a formação da autoconfiança, autorrespeito e autoestima; somente com isso “uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e individuado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos” (HONNETH, 2009a, p. 266).

2.2 Ética, identidade coletiva e multiculturalismo

Quais são as implicações da diferença no conceito de identidade em Honneth e Taylor? Dissemos anteriormente que Honneth e Taylor se apoiam em uma ontologia do sujeito e dela tiram suas consequências normativas (DERANTY, 2009, p. 283, p. 385). Mas suas diferentes concepções de identidade levam a diferentes consequências. O que vamos tratar nesta seção é o reconhecimento em Honneth enquanto uma questão moral, pois o foco da teoria dele está na intersubjetividade; isso leva a uma concepção de eticidade formal e não concreta, pois busca as condições intersubjetivas para a conquista de “qualquer coisa ética” (DERANTY, 2009, p. 434). Em Taylor, a identidade enquanto autenticidade leva, em nosso entendimento, à formulação de identidades coletivas, estabelecendo metas coletivas enquanto objeto de justiça, focando, dessa forma, na comunidade e em concepções concretas de vida boa. A seguir, explanamos os passos que fundamentam essas colocações.

Entendemos que a diferença na compreensão da relação entre reconhecimento e identidade faz com que Honneth se distancie do grupo de comunitaristas, do qual Taylor se aproxima. No capítulo 1, já fizemos referência ao debate entre liberais e comunitaristas e não queremos absolutizar qualquer posição. No entanto, dentro das dicotomias que pautam essa discussão, a ênfase de Taylor está na comunidade, enquanto Honneth destaca o lado individual (DERANTY, 2009, p. 386).¹⁴

Conforme explica Deranty (2009), “em Honneth, o reconhecimento não é o reconhecimento de uma identidade já formada”; “a ênfase não está no dano a um sujeito ou

¹³ Falamos sobre isso no capítulo 1.

¹⁴ Taylor também faz críticas ao comunitarismo e, em virtude disso e de outros aspectos, não pretendemos fixar os autores em um grupo específico; utilizamos, sim, os elementos mobilizados no debate liberal-comunitarista como um recurso explicativo e comparativo.

grupo quando sua identidade preexistente não é reconhecida” (2009, p. 431). Em vez disso, o ponto central da teoria de luta por reconhecimento está na “total dependência de sujeitos e grupos de relações reconhecíveis para que sua própria identidade seja possível” (2009, p. 431).

Deranty afirma que Honneth raramente usa a palavra identidade, optando, em vez disso, por “autorrelação positiva”, “autorrealização” e “integridade”. Nós, ao contrário, percebemos um grande uso da palavra identidade em *Luta por reconhecimento*. No entanto, admitimos que realmente é difícil saber se a palavra é uma escolha do próprio autor ou se é apenas uma reprodução da utilização feita por Hegel e Mead. Mas é bem verdade que não utilizaríamos a expressão “política de identidade” (que entendemos ser bem diferente de uma “teoria da identidade individual”, denominação que adotamos na parte 1, concordando com a visão de Deranty (2009) e Zurn (2015)) para fazer referência à obra de Honneth, como entendemos ser feito de forma equivocada por parte da crítica. No capítulo 1, dirigimos nossos esforços no sentido de buscar conceituar a identidade em Honneth, pois, se são nesses termos que a crítica é feita, é justamente nesse o ponto que entendemos ser importante o esclarecimento; e nosso trabalho busca dar essa contribuição. Assim, tão importante quanto definir identidade em Honneth é apresentar o que a identidade em Honneth não é. Compreendemos que a teoria de Honneth tem uma concepção de identidade, mas isso está longe de uma política de identidade da qual teóricos do reconhecimento lançam mão.

Deranty explica que em teorias comunitaristas “o reconhecimento é concebido como um bem que causa injustiça quando ausente”. Em Honneth, “o reconhecimento não é primariamente um bem, mas uma condição quase transcendental da própria subjetividade” (DERANTY, 2009, p. 431). O reconhecimento é “a condição da própria vida normativa, a condição para a existência do sujeito, se por sujeito entendermos um ser humano que pode levar uma vida minimamente humana, uma vida, ou seja, onde ele ou ela pode ser minimamente sujeito” (DERANTY, p. 433). Portanto, conforme Deranty, o reconhecimento é “condição da própria vida moral” (p. 433). Ao destacar os fundamentos das concepções de Honneth e Taylor, Deranty afirma que:

A teoria do reconhecimento de Honneth não emerge das tradições expressivistas e hermenêuticas, nas quais a questão do diálogo entre os mundos simbólicos existentes é decisiva. Surge das tradições pós-kantianas e pós-hegelianas, nas quais o problema central é o da transformação das questões transcendentais em um contexto “destranscendentalizado”, historicizado e “socializado” (DERANTY, 2009, p. 433).

Nesse ponto, introduzimos a crítica de Fraser. Ela destaca que muitas proposições normativas acabam tratando reconhecimento e redistribuição como reivindicações mutuamente excludentes e, por isso, sugere uma integração dessas duas categorias. Assim, ela apresenta uma concepção de justiça social sustentada pelo tripé: reconhecimento, redistribuição e política¹⁵; diretrizes ancoradas no princípio da paridade participativa. Fraser explica que “questões de justiça são geralmente entendidas como questões do “direito”, que pertencem diretamente ao terreno da “moralidade”. Questões de autorrealização, em contraste, são consideradas questões do "bem", que pertencem mais ao domínio da “ética”” (FRASER, 2003, p. 27-28). Honneth argumenta que mesmo as questões de redistribuição são melhor respondidas dentro de uma teoria do reconhecimento com a diferenciação das esferas de interação. Fraser parece definir Honneth como um comunitarista, no sentido de entender o reconhecimento como uma questão ética, tratando as formulações dele como uma teoria teleológica, que coloca o bem acima do justo. Mas em Honneth o reconhecimento é uma questão moral, pois trata das condições para aquisição de “qualquer coisa ética” (DERANTY, 2009, p. 434). Como afirma Deranty, Honneth é criticado no mesmo fôlego de Taylor (2009, p. 432, 436), sem considerar as diferenças que existem entre eles.

Fraser questiona se o reconhecimento é uma questão de justiça ou de autorrealização e responde afirmando que:

Geralmente, o reconhecimento é considerado uma questão de autorrealização. Essa é a opinião de Charles Taylor e Axel Honneth, os dois mais importantes teóricos contemporâneos do reconhecimento. Para Taylor e Honneth, ser reconhecido por outro sujeito é uma condição necessária para atingir uma subjetividade completa e sem distorções. [...] Assim, esses dois teóricos interpretam o reconhecimento errôneo em termos de subjetividade prejudicada e auto-identidade danificada. E ambos entendem a lesão em termos éticos, como atordoando a capacidade do sujeito de alcançar uma "vida boa". [...] Ao contrário de Taylor e Honneth, proponho conceber o reconhecimento como uma questão de justiça. Portanto, não se deve responder à pergunta "o que há de errado com o reconhecimento errado?" dizendo que isso impede a autorrealização distorcendo a "relação prática consigo mesmo". Deve-se dizer, antes, que é injusto que a alguns indivíduos e grupos seja negado o status de parceiros plenos na interação social simplesmente como consequência de padrões institucionalizados de valor cultural em cuja construção eles não participaram igualmente e que depreciam suas características distintivas ou características distintas que lhes são atribuídas (FRASER, 2003, p. 28-29)

¹⁵ Na obra que tomamos como base para as discussões deste trabalho, *Redistribution or recognition?*, essa terceira dimensão é apresentada de forma introdutória por Fraser, sendo que sua fundamentação é feita em outros trabalhos da autora.

Ao afirmar que Honneth e Taylor tratam o reconhecimento como uma questão de autorrealização e não de justiça, Fraser está criticando a densidade ética das teorias do reconhecimento. Entendemos que isso pode ocorrer no pensamento de Taylor, mas não é o caso de Honneth.

Já abordamos no capítulo 1 deste trabalho que Honneth estabelece um conceito de eticidade formal como uma antecipação hipotética para marcar a direção evolutiva das sociedades; trata-se de um critério normativo abstrato para definir se as mudanças sociais são progressivas ou retrocessivas. Esse conceito de eticidade, no entanto, não é uma concepção densa de vida boa, pois não estabelece o que é vida boa, e sim somente as condições necessárias para uma vida boa. Conforme afirma Deranty, é equivocado acusar Honneth de definir o justo pelo bem, ou de colocar o bem acima do justo (2009, p. 434). “Integridade através do reconhecimento não é um bem, mas a condição para qualquer concepção de vida boa”; “não é um argumento “ético”, é um argumento sobre a condição de possibilidade de qualquer coisa ética” (DERANTY, 2009, p. 434).

O resultado do reconhecimento em Honneth é a formação da integridade pessoal, é a condição para a vida, é a possibilidade de desenvolvimento da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima, aspectos da personalidade capazes de assegurar a conquista da autonomia para que o sujeito seja capaz de escolher por si próprio seus objetivos de vida. Portanto, autoconfiança, autorrespeito e autoestima são as condições para se atingir uma vida boa.

A moral do reconhecimento¹⁶ em Honneth fica clara quando ele expõe as reivindicações redistributivas enquanto demandas por reconhecimento, conforme ele mesmo explica em uma entrevista a Rúrion Melo e Marcos Nobre:

[...] estou convencido de que os conflitos por redistribuição representem formas implícitas de luta por reconhecimento porque, na demanda por uma maior participação no total da riqueza social, visam ao reconhecimento de um benefício que até então não foi adequadamente honrado nem tornado digno - quem insiste em aprofundar o vão entre os dois tipos de conflito social perde de vista a dimensão moral de todas as lutas por distribuição (HONNETH in MELO; NOBRE, 2009, p. 2).

A identidade no sentido de autenticidade, por outro lado, é carregada de conteúdo ético. Vale ressaltar que não é nosso objetivo expor as possíveis vantagens e desvantagens de cada modelo teórico. Relembramos que o intuito aqui é compreender a teoria de Honneth, buscando explicar alguns conceitos. Para debater sobre a teoria de luta por reconhecimento,

¹⁶ No capítulo 1, tratamos do aspecto moral do reconhecimento quando discutimos o déficit sociológico da Teoria Crítica apontado por Honneth, que seria a falta de compreensão do aspecto elementar da reprodução social, que são as lutas (morais) por reconhecimento.

entendemos que também é importante mostrar o que ela não é, e fazemos isso à luz das críticas recebidas.

Retomando nosso argumento, a identidade como expressão da autenticidade, ao contrário de Honneth, é bastante substantiva. Para discorrer sobre isso, buscamos os escritos do próprio Honneth, a partir de um debate (2004) com o filósofo italiano Alessandro Ferrara. Embora apresente uma abordagem diferente da de Taylor, Ferrara também tem uma perspectiva teórica pautada na autenticidade. Honneth refere-se à autenticidade como uma “ideia substancialista” (2004, p. 12), que entende o significado de liberdade individual na modernidade a partir da personalidade autêntica do sujeito e não em termos de autodeterminação. Para Honneth, como consequência desse entendimento, há o risco de colocar a autorrealização acima da autonomia. Referindo-se a Ferrara, Honneth afirma que:

seu curso de pensamento equivaleria à seguinte tese verdadeiramente radical: nos debates morais que ocorrem hoje em campos privados e legais entre reivindicações de autorrealização e autodeterminação, a primeira demanda deve sempre assumir o controle, porque é justificada pela natureza historicamente em desenvolvimento dos membros da sociedade moderna (HONNETH, 2004, p. 12)

Ferrara rebate a crítica dizendo que nunca teve a intenção de afirmar que a autenticidade é uma ideia normativa melhor que a autonomia para compreender a noção de liberdade moderna. Ele declara ter uma tese mais modesta, sugerindo “que a noção normativa de autenticidade reflexiva pode ser útil se quisermos reconstruir nossa compreensão contemporânea da normatividade - e dentro da normatividade é claro que podemos incluir a normatividade da liberdade” (FERRARA, 2004, p. 21). Apesar das divergências dos autores, a ideia levantada por Honneth nos ajuda a fazer a discussão no sentido de mostrar como a noção de identidade autêntica carrega mais conteúdo ético que a eticidade formal de Honneth e não nos parece um bom caminho tratá-las da mesma forma.

A ideia expressivista de identidade autêntica acaba levando à ideia de identidade de grupo, ou identidade coletiva. O trabalho de Taylor dedica bastante atenção à identidade de grupo, como é o caso do envolvimento dele com a questão do Quebec (Canadá), sobre a qual faremos uma breve contextualização¹⁷. A partir da década de 1960, tomavam o Canadá as discussões do Quebec pelo reconhecimento de sua diferença cultural, com o surgimento de um movimento em favor da soberania da província. As discussões giravam em torno da língua, principalmente. Uma lei quebequense definiu o francês como a única língua oficial da

¹⁷ Contextualização com informações de MATTOS (2006) e TAYLOR (1994).

província e, entre outros termos, determinava que filhos de imigrantes frequentassem escolas francófonas e que os órgãos governamentais e campanhas publicitárias utilizassem o francês. O governo canadense estabeleceu, então, a Carta Canadense dos Direitos e das Liberdades, que defendia a unidade nacional e um federalismo simétrico, impedindo que qualquer província fosse tratada de forma distinta.

Taylor foi um defensor do reconhecimento das singularidades culturais do Quebec, mas, contrário à fragmentação política que ele considera um dos grandes problemas das sociedades multiculturais (TAYLOR, 2011), se opôs ao movimento pela soberania do Quebec. Ele propôs uma “política baseada na descentralização do poder com a instauração de um federalismo assimétrico e uma política de reconhecimento das diferenças”, opondo-se ao liberalismo procedimental do governo canadense que “coloca os direitos individuais como absolutos” e ao discurso pela neutralidade em questões de boa vida (MATTOS, 2006 p. 108). Segundo Mattos, Taylor buscava conciliar as demandas de minorias por reconhecimento com o respeito aos direitos individuais (2006, p. 108). É dessa forma que ele se insere no debate entre liberais e comunitaristas. Nossa compreensão é a de que Taylor se aproxima do segundo grupo no que diz respeito à ênfase que sua teoria atribui à comunidade. No entanto, reconhecemos que ele é contrário a muitas concepções defendidas por comunitaristas. Conforme mostra Mattos,

[...] o que Taylor afirma como deficiência no debate entre liberais e comunitaristas é a dicotomia e a impossibilidade de conciliação entre a garantia de liberdades individuais e a construção de projetos comuns feita pelos liberais. Taylor pensa que sociedades com fortes metas coletivas também podem ser liberais, desde que respeitem a diversidade, especialmente em suas relações com os que não compartilham suas metas comuns (MATTOS, 2006, p. 131).

Embora apresente ideias que assumam uma posição intermediária no debate, não é possível falar em identidade de grupo, em ser fiel a suas próprias características, sem estabelecer metas coletivas. Para Taylor, a identidade individual e a coletiva se misturam (1996, p.14). Indivíduos encontram no grupo a forma de assumir sua própria identidade, criando, assim, uma identidade coletiva, que busca o reconhecimento.

Taylor afirma que o liberalismo processual é hostil à diferença, pois não assimila a aspiração de coletividades que buscam a garantia de sobrevivência cultural. Mas ele também aponta a fragilidade da política da diferença, pois a ideia de igual respeito a todas as culturas pode acabar por promover a homogeneização que elas combatem, pois invoca os próprios critérios para julgar todas as culturas (TAYLOR, 1994, p. 71). A proposta apresentada por

Taylor é a de um “pressuposto de igual valor” (1994, p. 72). Significa partir da hipótese de que todas as culturas têm igual valor e, portanto, merecem igual respeito. O pressuposto é “uma posição que assumimos quando nos dedicamos ao estudo do outro” (1994, p. 72), é questionar qual a melhor maneira a ser utilizada na abordagem do outro, e isso quer dizer se abrir para novos horizontes. O pressuposto “exige uma disposição para nos abirmos ao estudo comparativo das culturas do tipo de nos obrigar a deslocar nossos horizontes nas fusões resultantes” (1994, p. 73). Na explicação de Mattos, na comparação entre as culturas é necessária a “transformação do meu juízo inicial em relação à outra cultura” e isso só é possível “na medida em que entro em contato” com a outra cultura (MATTOS, 2006, p. 133). Segundo Taylor, “atingimos o juízo de valor, em parte, porque transformamos os nossos critérios” (TAYLOR, 1994, p. 67).

Taylor critica a suposta neutralidade do liberalismo, que é, na visão dele, resultado de padrões culturais dominantes. Por isso, ele defende políticas multiculturalistas no sentido de proteger as minorias em face aos padrões dominantes. Mesmo sob a proposta de um pressuposto do igual valor, o que se vê é que suas formulações se voltam para a consideração dos objetivos coletivos. Taylor defende um modelo de sociedade liberal que se fundamenta “em juízos de valor sobre o que constitui uma vida boa – juízos esses em que a integridade das culturas ocupa um lugar importante” (TAYLOR, 1994, p. 61). Assim, entendemos que nas formulações de Taylor há a defesa de um modelo de sociedade baseado em uma concepção de vida boa e que seu pressuposto pode abarcar outras concepções de vida boa, mas, ainda assim, são as metas coletivas que merecem fundamental atenção, desde que respeitadas as liberdades fundamentais.

O que vemos, então, é que as diferentes fundamentações de identidade em Honneth e Taylor levam a diferentes consequências normativas (DERANTY 2009; ZURN 2015). Enquanto a identidade em Honneth é a condição da existência humana e a sua concepção de justiça significa eliminar os obstáculos para que os indivíduos tenham sua integridade garantida, a identidade autêntica em Taylor leva a uma concepção de identidade de grupo, o que coloca em evidência os laços comunitários e as metas coletivas. Embora Taylor se coloque contrário a metas comunitárias, digamos, mais radicais, a comunidade em si é a preocupação principal. Deranty explica que, “enquanto os comunitaristas enfatizam o lado da comunidade na dialética individual-comunitária, Honneth enfatiza o lado individual” (2009, p. 386); isso quer dizer que a teoria de Honneth foca na dependência intersubjetiva dos sujeitos e não na comunidade em si; “o conceito central é o da autorrealização individual, e não se a comunidade é ela própria um bem primário” (DERANTY, 2009, p. 386). Honneth não

defende metas coletivas. O que ele coloca como fundamental é a abolição das causas sociais que impedem a possibilidade de cada indivíduo buscar a estima social.

Retomando a crítica de Fraser (2003, p. 30-31), ela propõe um modelo de reconhecimento que ela chama de status, que, segundo ela, possui algumas “vantagens conceituais sobre o modelo de autorrealização de Taylor e Honneth”. Uma delas é permitir “justificar reivindicações de reconhecimento como moralmente vinculantes sob as condições modernas do pluralismo de valores”, não definindo “uma única concepção de autorrealização ou a boa vida que seja universalmente compartilhada, nem nenhuma que possa ser estabelecida como autoritário”. Segundo ela, “o modelo de status é deontológico e não sectário”. Aqui Fraser faz uma definição reducionista das teorias que ela critica. Como vimos, Honneth não estabelece uma concepção concreta de autorrealização, nem mesmo Taylor defende um conteúdo ético com aceitação universal, mas a diferença entre eles é notável.

Enquanto a concepção de Taylor ampara as metas comunitárias, a coletividade em Honneth aparece de outra forma. Não se trata de uma identidade coletiva, mas sim de indivíduos que, desrespeitados, se engajam em uma coletividade para lutar contra o não reconhecimento e não pela identidade de grupo. A identidade coletiva, se assim podemos chamar, na teoria de luta por reconhecimento é o que Honneth define como uma semântica coletiva, “doutrinas ou ideias morais” que abrem uma “perspectiva exegética sob a qual se tornam transparentes as causas sociais responsáveis pelos sentimentos individuais de lesão” (HONNETH, 2009a, p. 258); trata-se de uma solidariedade coletiva que permite entender que a experiência de desrespeito não é algo que afeta somente um indivíduo, mas um grupo. Assim, a identidade de grupo é a coletividade que se forma para lutar contra o não reconhecimento; a identidade de grupo não é o bem em si como nas formulações de Taylor.

Essa diferenciação do sentido de coletividade em Taylor e Honneth nos ajuda a compreender outra crítica feita por Fraser no que diz respeito às políticas afirmativas de redistribuição, que em vez de solucionar a injustiça acabam perpetuando as causas da má-distribuição:

Quando aplicados ao reconhecimento equivocado, os remédios afirmativos tendem a reificar identidades coletivas. Ao valorizar a identidade do grupo em um único eixo, eles simplificam drasticamente o auto-entendimento das pessoas - negando a complexidade de suas vidas, a multiplicidade de suas identificações e as interações de suas várias afiliações. Na pior das hipóteses, essas abordagens tendem a pressionar os indivíduos a se conformarem a um tipo de grupo, desencorajando dissidência e experimentação, que são efetivamente equiparadas à deslealdade. Suprimindo a exploração de divisões intragrupo, eles mascaram o poder das frações dominantes e

reforçam os eixos transversais de subordinação. Longe de promover a interação entre as diferenças, as estratégias afirmativas para corrigir o mau reconhecimento se prestam com muita facilidade ao separatismo e ao comunitarismo repressivo (FRASER, 2003, p. 76, tradução nossa).

A crítica de Fraser também é formulada por vários opositores às políticas de reconhecimento, que criticam o que ficou conhecido como “identitarismo”. Honneth, recapitulando o que citamos anteriormente, está muito longe de pregar uma “política identitária”. Ao contrário disso, ele rechaça a ideia de rotulação de características de grupo, conforme ele mesmo explica em uma entrevista:

qualquer forma de reconhecimento social que fixe as pessoas em certas categorias é, de certa forma, uma forma injustificada de reconhecimento. Aqui temos o grande problema de diferenciar entre o que eu chamaria de reconhecimento e não reconhecimento. Mas, definitivamente, esse tipo de rotulagem de grupos é algo que, na minha opinião, é um tipo de reconhecimento incorreto. [...] o ponto desta questão é que eu não compartilho a linguagem que Fraser está usando. [...] as ideologias são formas de falso reconhecimento de grupos, e o que devo fazer é preservar os meios conceituais para fazer uma distinção entre essas falsas formas de reconhecimento que estão definitivamente lá e as formas de reconhecimento justificado, nesse sentido o reconhecimento correto (HONNETH in MARKLE, 2004, p. 388).

Com tudo o que discorremos até aqui, fica claro que Fraser e Taylor entendem que as demandas contemporâneas por reconhecimento dizem respeito, principalmente, a demandas culturais. Logo no início de sua crítica, Fraser apresenta um panorama das demandas por justiça social que, segundo ela, podem ser divididas em dois tipos: reivindicações redistributivas, que defendem uma distribuição mais igualitária de bens materiais, e o segundo tipo denominado de “política do reconhecimento”, cujo objetivo é “um mundo favorável às diferenças, em que a assimilação às normas culturais majoritárias ou dominantes não é mais o preço do respeito igual”. E os exemplos desse tipo incluem “reivindicações para o reconhecimento das perspectivas distintas das minorias étnica, “raciais” e sexuais, bem como da diferença de gênero” (FRASER, 2003, p. 7). Esses são grupos que, conforme Fraser apresenta, lutam pelo respeito das características que os unem culturalmente. A teoria de Honneth busca, por meio da linguagem do reconhecimento, acessar as experiências de injustiças vivenciadas pelos sujeitos. Os princípios normativos de sua teoria são tirados do desrespeito experienciado pelos indivíduos em decorrência da frustração das expectativas de reconhecimento, formuladas em três diferentes esferas: amor, direito e solidariedade. Diferentemente de Fraser, cujos objetivos normativos de sua proposta são concebidos “como

produto de uma síntese de considerações “materiais” e “culturais” de justiça” (HONNETH, 2003, p. 113), Honneth defende uma estrutura unificada de reconhecimento com a devida diferenciação de esferas que abarcam tanto, e não somente, reivindicações culturais e redistributivas. Para ele, não é possível separar o material do cultural (PINTO, 2008, p. 45).

Portanto, diferentemente de Taylor, Honneth apresenta uma estrutura das relações de reconhecimento que não se restringe ao aspecto da política da diferença; sua teoria é baseada em três princípios que extrapolam a questão culturalista, com a qual o reconhecimento é comumente associado. Conforme afirma Mendes Duarte (2019, p. 329), o conceito de reconhecimento em Honneth “não se limita, como em Taylor, a uma nova ideia de opressão coletiva caracterizada em termos de diferença”. Mendes Duarte chama a atenção para a importância teórica da categoria do reconhecimento em Honneth por sua “capacidade de nos ajudar a identificar as fontes morais da experiência de descontentamento social como um todo, abarcando inclusive aquelas que envolvem conflitos redistributivos”, pois estes “ganham vida apenas quando o contexto econômico e as desigualdades materiais por eles questionados são reconhecidos como injustos” (2019, p. 329). Celi Pinto também segue nessa linha, afirmando que “diferentemente dos culturalistas, Honneth não está pensando no reconhecimento como constituição de diferença, mas como uma forma de luta que substituiria a luta de classes e outras lutas por distribuição” (2008, p. 43).

Portanto, retomando a questão feita no início desta seção, o entendimento sobre identidade em cada autor justifica os diferentes rumos que suas concepções teóricas adotam. Com ênfase na comunidade, Taylor realça o aspecto cultural das identidades coletivas, tratando a identidade de grupo como um bem em si, o que justifica a consideração de metas coletivas. Em Honneth, identidade é o desenvolvimento da própria personalidade, que não se restringe ao sentido cultural, portanto, não há em sua teoria a mobilização da expressão “identidade cultural”, pois o reconhecimento não pode estar associado à valorização de grupos sociais. Ele defende uma concepção plural de justiça fundamentada na diferenciação de três esferas de reconhecimento, e seu conceito de vida boa é formal e amplo o bastante para conter os pressupostos normativos que se referem às condições intersubjetivas para a autorrealização individual.

2.3 Os sentidos da luta: assentimento social e experiência negativa

Taylor defende um liberalismo que reconheça a diferença, a fim de acomodar os diferentes grupos culturais num mesmo território. Como proposta normativa, apresenta uma

concepção de direitos diferenciados, uma cidadania assentada em direitos de grupo, um modelo de sociedade com objetivos coletivos.

Poderíamos esboçar a dinâmica da teoria de Taylor da seguinte forma: existe uma comunidade cujos valores existentes não gozam de reconhecimento dos membros que estão no exterior dessa comunidade, que são o grupo majoritário; os sujeitos oprimidos vão lutar para que seus valores sociais já estabelecidos sejam reconhecidos e respeitados.

A consequência desse desprezo social, ou do não reconhecimento social, é que as pessoas da referida comunidade estariam sujeitas a projetarem em si mesmas o desprezo que recebem da cultura dominante, desenvolvendo um “sentimento incapacitante de ódio contra elas mesmas. Por isso, o respeito devido não é um ato de gentileza para com os outros. É uma necessidade humana vital” (TAYLOR, 1994, p. 26). O sentimento negativo nos indivíduos está presente na teoria de Taylor, mas o que produz a luta é, antes de tudo, a identificação que os membros de um grupo possuem entre si, é a pertença a um grupo. Os grupos vão à luta justamente porque querem preservar e valorizar as características que unem os indivíduos nesses grupos. Em Honneth, os indivíduos vão à luta motivados pelo sentimento de desrespeito.

Assim, diferentemente de Taylor, Honneth utiliza uma “metodologia negativista” (DERANTY, 2009, p. 392, 397) em que os princípios de justiça não são tirados do assentimento social perseguido por uma comunidade já existente cujos valores são menosprezados; os princípios de justiça são vinculados à experiência negativa de injustiça. Desenhada essa dinâmica, teríamos um determinado contexto histórico e social em que indivíduos nele inseridos se veem desrespeitados em suas particularidades; o sofrimento individual causado pelo não reconhecimento é o que torna esses sujeitos dispostos a se engajarem em atos de protesto para lutarem contra a injustiça sofrida. A maneira como essa gramática moral dos conflitos sociais é apresentada por Honneth é resultado da herança do hegelianismo de esquerda dentro da Teoria Crítica, conforme já tratamos no capítulo 1. Os princípios normativos na teoria de luta por reconhecimento estão atrelados ao sentimento de desrespeito, pois é o sofrimento individual que confere à teoria seu potencial crítico de transcendência dentro da imanência.

Para Deranty (2009, p. 393), no comunitarismo, os princípios normativos “ênfaticam as pré-condições intersubjetivas da realização subjetiva, e estão hermeneuticamente vinculados a comunidades distintas, por referência à noção específica de boa vida de cada comunidade”. Segundo Deranty, “isso sempre ameaça roubar a filosofia política normativa da possibilidade de crítica, porque a metodologia hermenêutica não fornece acesso válido às

normas transcendentais ao contexto no qual a crítica se fundamenta” (2009, p. 393). Como já abordado no capítulo 1, Honneth, ao fazer uma crítica dentro do princípio da transcendência na imanência, busca apontar para as práticas sociais potencialmente transformadoras, voltadas à emancipação.

Essa abordagem suscitou duas importantes críticas feitas por Fraser: a problematização do caráter transcendental das expectativas de reconhecimento por não estarem livres da influência de formas institucionalizadas de poder; a psicologização da teoria social, por vincular os princípios normativos ao sofrimento dos indivíduos. Vamos à primeira crítica.

Diferentemente de Fraser e Taylor, Honneth não parte, necessariamente, das demandas mobilizadas pelo que é chamado de novos movimentos sociais. Embora esteja olhando para os movimentos sociais contemporâneos, sua teoria busca acesso ao elemento pré-científico capaz de explicar a realidade passada e presente e apontar para a possibilidade de transcendência. O mesmo elemento que explica a reprodução social também tem que poder acessar as demandas que ainda não foram tematizadas pela esfera pública.

Fraser questiona a vinculação da imanência a uma experiência subjetiva. Segundo ela, “Honneth baseia seu monismo de reconhecimento em uma psicologia moral do sofrimento pré-político” que não é capaz de “estabelecer uma dialética genuína de imanência e transcendência” (2003, p. 202). Ela contesta que o sofrimento possa estar livre dos “vocabulários de julgamento normativo publicamente divulgados” e afirma que “certamente, nas sociedades democráticas, nenhum firewall isola a vida cotidiana da contestação política na esfera pública” (2003, p. 204). Fraser propõe que uma mudança de foco da experiência para o discurso é a melhor estrutura para tratar as injustiças de status enraizadas culturalmente. O que ela quer dizer com isso é que a teoria de Honneth não trata “adequadamente das relações de poder que perpassam a interação social como um todo” (BRESSIANI, 2013, p. 276-277).

Reproduzimos novamente a citação que trouxemos na seção anterior. Para Fraser, o não reconhecimento é uma injustiça porque impede a paridade participativa em “consequência de padrões institucionalizados de valor cultural” que foram construídos sem que indivíduos e grupos pudessem participar “igualmente e que depreciam suas características distintivas ou características distintas que lhes são atribuídas” (FRASER, 2003, p. 28-29). Nas explicações de Bressiani, Fraser diz que “aquilo que veio a ser tomado como expectativas bem fundadas de reconhecimento não necessariamente exclui as formas de dominação que perpassam as interações sociais” (BRESSIANI, 2013, p. 277). Assim, “os três princípios do reconhecimento não possuiriam, portanto, um vínculo necessário com uma interação social não distorcida” (2013 p. 277).

Para contrapor o argumento de Fraser, Honneth apresenta a ideia de “excedente de validade”, que são reivindicações que ainda não encontraram atenção adequada na sociedade e que sua consideração leva a uma expansão das esferas de reconhecimento. Honneth quer se contrapor à afirmação de Fraser de que a paridade de participação é um princípio moral superior e por isso ela opta por desenvolver uma concepção de justiça nesses termos em vez de apelar à ideia ética de autorrealização individual. Para Honneth, a noção de participação paritária não está livre de conteúdo ético, pois só é possível saber quais aspectos da vida pública são importantes para a autonomia individual a partir de uma concepção de bem-estar pessoal. Ele também considera arbitrário afirmar que o direito à participação pressuponha somente a eliminação da desigualdade econômica e da humilhação cultural (HONNETH, 2003, p. 179), mostrando uma análise da ordem social capitalista partindo apenas das perspectivas econômica e cultural, sem incluir outros aspectos como moralidade e lei (HONNETH, 2003, p. 156). Por isso, Honneth defende uma concepção plural de justiça social baseada em três princípios: amor, direito e realização, referentes às três esferas de reconhecimento. Para Honneth, o reconhecimento é a categoria que torna possível o acesso à experiência de injustiça em uma ordem social capitalista. Cada esfera de reconhecimento possui um excedente de validade, “cujo significado normativo é expresso pela luta constante por sua aplicação e interpretação apropriadas” (HONNETH, 2003, p. 186). São expectativas individuais de reconhecimento que diferem da práxis interpretativa dominante e estão sendo negligenciadas. A devida consideração exige uma expansão das esferas de reconhecimento.

Honneth afirma que dentro de cada esfera é possível estabelecer uma dialética moral do geral e do particular: “reivindicações são feitas para uma perspectiva particular (necessidade, situação da vida, contribuição) que ainda não encontrou a consideração apropriada apelando para o princípio geral do reconhecimento (amor, lei, realização)” (2003, p. 186). Dessa forma, a teoria de justiça “pode exercer a validade excedente dos princípios de reconhecimento contra a facticidade de sua interpretação social” (2003, p. 186).

E aqui passamos para a segunda crítica de Fraser: a psicologização da teoria. Para ela, a injustiça não pode ser medida pela presença de efeitos psicológicos nos sujeitos afetados; ela tem que ser identificada independentemente do sofrimento causado. Consideramos que as duas críticas de Fraser que apresentamos aqui são direcionadas a um ponto crucial da teoria do Honneth: o poder emancipatório do sofrimento individual, já abordado no capítulo 1. Honneth defende que o sofrimento pessoal é o elemento pré-científico capaz de promover a emancipação. Mas, nas discussões com Fraser, ele acrescenta critérios para diferenciar, a partir do que os sujeitos entendem como injustiça, o que é considerado justo e injusto, o que

pode ser fundamentado e o que não pode. Cada esfera do reconhecimento possui uma noção de progresso, como acabamos de descrever com o excedente de validade. O que pode ser considerado legítimo depende se suas consequências são capazes de atender a dois critérios que não haviam sido mencionados em *Luta por reconhecimento*: a inclusão e a individualização.

Só podemos identificar reivindicações moralmente justificadas, o que parece necessário para essa tarefa, se primeiro nomearmos esses princípios de justiça com referência aos quais demandas legítimas podem ser feitas em primeiro lugar. No meu modelo, isso corresponde à idéia de que enfrentamos três princípios fundamentais de reconhecimento em nossas sociedades, cada um com um excedente normativo específico de validade que permite apelar para diferenças ou estados de coisas que ainda não foram considerados. Mas, a fim de agora escolher particularidades moralmente justificadas da multidão daquelas tipicamente reivindicadas nas lutas sociais por reconhecimento, é primeiro necessário aplicar um critério de progresso, por mais implícito que seja. Pois apenas demandas que potencialmente contribuem para a expansão das relações sociais de reconhecimento podem ser consideradas normativamente fundamentadas, pois apontam na direção de um aumento no nível moral da integração social. As duas medidas de individualização e inclusão [...] representam os critérios pelos quais essa pesagem pode ser realizada (HONNETH, 2003, p. 187, tradução nossa)

Portanto, Honneth entende a necessidade do reconhecimento como uma questão ontológica. No entanto, a forma e o conteúdo do reconhecimento surgem das condições históricas, conforme abordamos no capítulo 1. As três esferas de reconhecimento são resultado das sociedades capitalistas modernas. É nesse sentido que as expectativas de reconhecimento variam com o curso da história e, por isso, não há a definição de uma concepção sólida de vida boa. Honneth entende essas expectativas quase como um interesse transcendental (2003, p. 174). O sofrimento é o elemento transcendental, e ele é o resultado da frustração das expectativas de reconhecimento que foram criadas socialmente. Segundo Honneth, os princípios básicos que devem orientar a ética política não podem ser confiados apenas a interesses empiricamente dados, e sim em “expectativas relativamente estáveis que podemos entender como expressão subjetiva de imperativos de integração social” (2003, p. 174).

Embora Honneth e Taylor apelem igualmente para os efeitos danosos do não reconhecimento, o sofrimento individual é tratado de maneira peculiar na teoria de Honneth. A “metodologia negativista” (DERANTY, 2009, p. 392, 397) usada por Honneth permite extrair os princípios normativos do sofrimento individual, apelando para uma eticidade formal que contenha as condições intersubjetivas sob as quais os sujeitos forjam sua identidade

(DERANTY, 2009). A luta por reconhecimento, em Honneth, é uma luta contra o não reconhecimento.

Por outro lado, na perspectiva de Taylor, a normatividade é tirada da identidade coletiva. O liberalismo proposto por ele defende uma política da diferença, enxergando que o não reconhecimento mantém grupos sociais em uma posição de subordinação a culturas majoritárias. A própria comunidade menosprezada é, assim, o horizonte de valor. A identidade individual é mobilizada pelo autor, entre outras consequências, para demonstrar a dependência que o sujeito possui do reconhecimento intersubjetivo. Embora a identidade individual fundamente sua política do reconhecimento, as consequências normativas estão vinculadas às identidades coletivas (DERANTY, 2009).

Portanto, o sentido das lutas de reconhecimento em Honneth é se libertar do sofrimento causado pelo sentimento de desrespeito; e as expectativas frustradas pelo não reconhecimento podem promover mudanças sociais para um desenvolvimento no sentido de maior autonomia. Em Taylor, o sentido da luta é a identidade coletiva; e a política da diferença deve dar conta dessas diversas identidades em um mundo cada vez mais multicultural.

2.4 Reconhecimento: percepção e atribuição

Feitas essas considerações sobre identidade individual, identidade de grupo, luta e moralidade, partimos para conceituar o “reconhecimento” em Honneth, apresentando como sua concepção difere da que entendemos ser traçada por Taylor. Assim, se no primeiro capítulo nos dedicamos a conceituar a identidade em Honneth, agora nos voltamos para o reconhecimento. A tarefa neste momento é menos complexa, pois o próprio Honneth buscou se aprofundar nas questões conceituais sobre reconhecimento no texto *Grounding recognition* (2002), posfácio na segunda edição em alemão do livro *Luta por reconhecimento*.

Nesse texto, Honneth apresenta suas reflexões a partir das discussões iniciadas por Heikki Ikäheimo e Arto Laitinen, da Universidade de Jyväskylä, na Finlândia.¹⁸ Honneth afirma que os dois autores compartilham quatro premissas fundamentais e delas extraem diferentes concepções de reconhecimento (HONNETH, 2002, p. 505-506). A primeira premissa exposta por Honneth recorre à semântica (alemã) da palavra, que denota afirmar qualidades positivas de indivíduos e grupos (no inglês e no francês abrange o sentido de

¹⁸ Em *Grounding recognition*, não há referências sobre os ensaios de Ikäheimo e Laitinen, mas acreditamos serem: *On the Genus and Species of Recognition* (Ikäheimo, 2002) e *Interpersonal Recognition: A Response to Value or a Precondition of Personhood?* (Laitinen, 2002).

identificar ou conhecer de novo). A segunda premissa aponta o reconhecimento como uma ação ou atitude: “um ato de reconhecimento nunca se esgota por meras palavras ou expressões simbólicas, uma vez que é apenas o comportamento correspondente que estabelece a credibilidade que importa normativamente para o sujeito reconhecido” (HONNETH, 2002, tradução nossa, p. 505-506). A terceira diz respeito ao reconhecimento como atitude positiva direcionada à outra pessoa e cujo objetivo é voltado à essa pessoa e não aos meus próprios interesses. Por fim, a quarta premissa é compreender o reconhecimento como um conceito que engloba três diferentes formas: amor, respeito legal e estima. Honneth conclui afirmando que as quatro premissas levam ao seguinte conceito de reconhecimento, também compartilhado por ele: trata-se de um “gênero composto por três formas de atitudes práticas, cada uma refletindo o objetivo principal de uma certa afirmação do outro” (p. 506).

A concordância entre Ikäheimo e Laitinen cessa nesse ponto, pois a partir daí eles acabam defendendo modelos distintos de reconhecimento, conforme aponta Honneth (p. 507): “se os entendi corretamente, Ikäheimo recomenda que eu siga o modelo de atribuição, enquanto Laitinen me aconselha a adotar o modelo perceptivo” (ou modelo responsivo). Enquanto percepção, reconhecimento quer dizer reagir corretamente ou apropriadamente às propriedades avaliativas que os seres humanos já possuem de várias maneiras, ou seja, o reconhecimento não gera qualidades relevantes pela primeira vez. No modelo atributivo, essas características positivas não existem previamente, elas são constituídas no ato do reconhecimento.¹⁹ Honneth parece endossar o modelo perceptivo, mas, na verdade, ele introduz novos elementos a essa discussão, defendendo uma concepção que não é meramente perceptiva nem totalmente atributiva. Ele assume “uma posição intermediária entre o construtivismo puro [atributivo] e o mero representacionismo [perceptivo]” (HONNETH, 2002, p. 510).

Diante de todas as conceituações sobre identidade feitas anteriormente, tendemos a ver o reconhecimento em Honneth como uma questão atributiva. Acreditamos que isso está parcialmente correto. Na dimensão antropológica, temos um sujeito totalmente vulnerável, intersubjetivamente dependente na formação de sua identidade. O sujeito livre em Honneth é autônomo e autorrealizado, plenitude adquirida somente por meio do outro. Na internalização do reconhecimento do outro, constitui a mim mesmo. Mas Honneth pontua que, na ótica do reconhecido, o que se adquire é algo novo, mas não é exatamente o “conteúdo” distribuído

¹⁹ Honneth afirma que Ikäheimo se “inclina inequivocadamente” (2002, p. 507) ao modelo atributivo. No entanto, Ikäheimo responde dizendo que buscou um meio-termo entre as visões atributiva e perceptiva (2007, p. 53).

pelo reconhecedor e sim uma internalização desse “conteúdo”. Esse talvez seja o ponto primordial de discordância com o modelo atributivo.

Na perspectiva normativa, Laitinen argumenta que no modelo atributivo (ou *generation-model*, como ele denomina) o reconhecimento “cria estatutos normativos do zero, em um vazio normativo”. Somente depois que um direito é concedido, é que existe um status normativo correspondente (LAITINEN, 2002, p. 51). Laitinen ilustra a situação dizendo que direitos de propriedade, por exemplo, parecem existir apenas porque pessoas conceberam a outras pessoas o status de proprietário (2002, p. 51-52). Laitinen concorda que essa afirmação possa ser verdadeira, mas argumenta que existem outros “requisitos normativos mais fundamentais” (2002, p. 57) que somente a dinâmica perceptiva pode dar conta, pois ela incorpora a visão atributiva, mas entende que, embora o reconhecimento de direitos determine se os direitos são respeitados na prática, “a validade do requisito não depende de nossas respostas ao requisito” (LAITINEN, 2002, p. 57). Assim, o modelo sustentado por Laitinen afirma que o reconhecimento é uma questão de resposta a reivindicações normativas pré-existentes encontradas em situações cotidianas (2002, p. 53).

É aqui que entra a problematização feita por Honneth. Ele concorda com Laitinen que o ato de reconhecer é uma manifestação de valor; ao reconhecer o outro damos expressão pública a qualidades que consideramos valiosas. O problema, segundo Honneth, é que para especificar o status dessas razões avaliativas é necessário recorrer a um realismo de valor e isso acabaria culminando em uma ontologia do mundo social, não compatível com uma visão pós-metafísica. A solução apresentada por Honneth é um “realismo de valor moderado”: “as qualidades avaliativas que teríamos que ser capazes de perceber para responder 'corretamente' a elas no reconhecimento de uma pessoa ou grupo não seriam mais imutáveis e objetivas, mas historicamente alteráveis” (p. 508). Nas palavras de Zurn, “as propriedades avaliativas das pessoas às quais o reconhecimento responde são construídas socialmente” (2015, p. 53).

Do ponto de vista normativo, são necessários critérios para diferenciar reivindicações de reconhecimento justas e injustas. Então Honneth pondera que somente um realismo de valor moderado não seria suficiente para evitar um relativismo cultural, pois os atos de reconhecimento teriam validade normativa apenas dentro de uma cultura específica. Dessa forma, conforme ele aponta, o modelo perceptivo acabaria caindo no mesmo relativismo do modelo atributivo. Para Honneth, na visão de percepção,

[...] as qualidades valiosas pelas quais podemos reconhecer apropriadamente alguém só têm realidade dentro do horizonte experiencial de um mundo da vida específico; aqueles que foram socializados com sucesso na cultura

desse mundo da vida consideram esses valores "dados" objetivos do mundo social [...]. Isso gera, dentro dessa concepção, o perigo de uma forma de relativismo que é fundamentalmente incompatível com os objetivos normativos do conceito de reconhecimento; pois os valores em termos dos quais a adequação dos atos de reconhecimento seria avaliada parecem ter validade normativa apenas para uma única cultura. [...]. Em ambos os casos, a validade da atitude de reconhecimento, seja ela descrita como uma atribuição ou como uma resposta apropriada, dependeria exclusivamente dos dados normativos da forma de vida em questão (HONNETH, 2002, p. 508, tradução nossa).

Por isso, Honneth associa uma concepção de progresso à visão atributiva. A qualidade avaliativa confirmada pelo reconhecimento é justificável se contribuir para o desenvolvimento da autonomia do sujeito. Para isso, Honneth resgata os dois critérios apresentados na discussão com Fraser: inclusão e individuação. Assim, atos de reconhecimento capazes de garantir maior inclusão e individuação podem ser tomados como válidos. Essas formulações só são possíveis porque as dimensões interna e externa, que tanto tratamos no primeiro capítulo deste trabalho, estão entrelaçadas na teoria de Honneth. Só é possível demonstrar o sentido normativo do progresso, segundo Honneth, se houver uma conexão entre a expansão crescente de valores no curso do desenvolvimento histórico e o aumento da autonomia do indivíduo. Para Honneth,

Essa demanda teórica levanta a questão que ocupa extensivamente Ikaheimo e Laitinen em seus ensaios, a saber, até que ponto o reconhecimento representa uma prática que deveria ter significado normativo para a vida prática humana. A resposta já sugerida por Hegel (e subsequentemente proposto em versões em constante mudança) reintroduz a autonomia humana como objetivo de reconhecimento: somente a pessoa que sabe que é reconhecida pelos outros pode se relacionar racionalmente de uma maneira que possa, no sentido pleno da palavra, seja chamada de 'livre' (HONNETH, 2002, p. 509, tradução nossa).

Dessa forma, no aspecto normativo, o reconhecimento para Honneth segue uma visão perceptiva, submetida a um realismo de valor moderado e a uma concepção de progresso. A qualidade normativa, em Honneth, é deduzida da dimensão interna do reconhecimento. Assim, na ótica do reconhecido, a importância do reconhecimento está na total dependência que os indivíduos têm dele, a partir de relações intersubjetivas, para o desenvolvimento da própria autonomia, o que torna possível falar do reconhecimento enquanto atribuição:

Podemos falar do papel constitutivo do reconhecimento da personalidade humana em um sentido direto ou indireto, dependendo se o reconhecimento gera as qualidades relevantes pela primeira vez ou apenas as atualiza. Nos dois casos, o reconhecimento é uma condição necessária para se tornar uma pessoa capaz de autodeterminação autônoma; mas somente no primeiro caso

o reconhecimento também é uma condição suficiente, uma vez que o sujeito não adquire as capacidades em questão antes do ato de reconhecimento, enquanto no segundo caso essas capacidades já devem estar presentes como potencialidades para então ser realizado, em certo sentido, como resultado do reconhecimento (HONNETH, 2002, p. 509, tradução nossa).

Honneth endossa, então, uma combinação dos dois modelos, entendendo que as qualidades avaliativas nos indivíduos não são pré-existentes. O que existe é um potencial para o desenvolvimento dessas qualidades pelo reconhecimento. Apenas pelo reconhecimento, o indivíduo pode se tornar verdadeiramente autônomo, pois é capaz de se identificar com suas próprias capacidades, potencialmente existentes. Na analogia feita por Zurn: “tanto o reconhecedor quanto o reconhecido estão no banco do motorista, por assim dizer, para um reconhecimento bem-sucedido: ambos têm um papel constitutivo na dialética entre outras atitudes relacionadas e a relação prática consigo mesmo” (2015, p.54).

Fizemos essa longa discussão sobre o reconhecimento em Honneth, a partir do texto “*Grounding Recognition: A Rejoinder to Critical Questions*”, para tentar estabelecer um parâmetro de diálogo com a teoria de Taylor. O não reconhecimento, afirma Taylor, pode “infligir dano” à pessoa não reconhecida, causando “distorção” e “opressão” (TAYLOR, 1994) quando a imagem de inferioridade é internalizada. Assim, a imagem de si depende do reconhecimento do outro. Essa é a premissa inspirada em Hegel da qual tanto Taylor quanto Honneth partem. Mas se tratamos a identidade enquanto autenticidade, vemos que o aspecto atributivo do reconhecimento em Taylor é menos forte. A ideia de autenticidade influenciada por Rousseau demonstra que a identidade se forma procurando em si mesmo o que existe de original. Isso, claro, não depende unicamente da vontade do indivíduo, o reconhecimento tem papel elementar. Mas o ponto é que a identidade enquanto autenticidade parece apontar para uma qualidade pré-existente; o que depende do outro é a relação positiva do sujeito com essa qualidade. Na visão de Deranty,

A identidade em Taylor está fortemente ligada à autenticidade, a ponto de ser quase sinônimo dela. O reconhecimento é necessário naquele modelo porque sem ele um sujeito (individual ou coletivo) não pode ser quem realmente é. Parece haver alguma justificativa em argumentar que, neste modelo, apesar de suas referências à dependência intersubjetiva, Taylor conceitua identidade como pré-existente e reconhecimento como reconhecimento, como confirmação *ex post* de uma instância já existente (2009, p. 432-433, tradução nossa).

Quando transferimos a dinâmica da autenticidade para pensar a identidade coletiva, e colocamos a identidade coletiva como finalidade do reconhecimento, nos deparamos com as

questões apontados por Honneth no modelo de percepção adotado por Laitinen: o reconhecimento justificável associado a identidades coletivas pode culminar em um relativismo cultural.

Dentro desse debate perceptivo e atributivo, o reconhecimento em Taylor, na ótica de seu aspecto antropológico, se distancia da concepção atributiva. Isso traz consequências na proposta normativa de Taylor, que entendemos se aproximar da aceção perceptiva de Laitinen, pois a validade das reivindicações de reconhecimento nesse contexto está vinculada às identidades coletivas; assim, o reconhecimento é visto como um bem. Já a normatividade em Honneth está fortemente ligada à intersubjetividade e aos princípios da Teoria Crítica (imanência e transcendência); o reconhecimento não é o bem em si, mas a condição para se atingir qualquer bem; e a justificação do reconhecimento está vinculada à noção de progresso e aos critérios de inclusão e individuação.

A partir da definição de alguns conceitos identificados na teoria de Honneth, buscamos estabelecer um diálogo com Taylor, aproximando teorias bastante distintas, embora fundamentadas pelo mesmo tema do reconhecimento. Vimos que em Honneth as relações bem-sucedidas de reconhecimento permitem ao indivíduo constituir sua personalidade, sua identidade plena. Em Taylor, o reconhecimento possibilita a expressão pública da identidade autêntica. O reconhecimento frustrado, em Honneth, gera um sentimento de desrespeito, que impede a formação da identidade saudável. O sofrimento individual gerado a partir da frustração de expectativas de reconhecimento é capaz de levar os sujeitos à luta. Honneth volta-se para as sociedades capitalistas modernas e enxerga que seu modo de reprodução está nas lutas por reconhecimento, capazes de impulsionar seu desenvolvimento. Para Taylor (2011), um dos grandes males das sociedades capitalistas modernas multiculturais está na fragmentação política, que tem como principal causa o individualismo atômico, a falta de identificação dos sujeitos com uma comunidade política, afastando os indivíduos de suas fontes morais. Assim, ele defende um liberalismo que vai além das liberdades individuais, conciliando as demandas por reconhecimento das minorias culturais dentro de uma comunidade política comum. A política do reconhecimento, em Taylor, considera a importância das demandas das minorias culturais para a expressão das identidades autênticas e fortalecimento das democracias.

Taylor parte de uma filosofia antropológica para fundamentar a política do reconhecimento, colocando as comunidades minoritárias no centro de sua normatividade. Honneth parte de uma filosofia antropológica e da psicologia social para fundamentar sua

sociologia do reconhecimento, sua teoria da reprodução social; extraindo os princípios normativos dos conflitos sociais (DERANTY, 2009; ZURN, 2015).

Os dois autores estão de olho nos conflitos contemporâneos. Enquanto Taylor busca uma forma de acomodar, em uma sociedade democrática, as demandas dos movimentos sociais, Honneth quer desenvolver uma teoria capaz de fundamentar todas as diferentes formas de injustiça. O reconhecimento em Honneth é a “ferramenta teórica para articular e justificar moralmente as reivindicações sociais como um todo”; ele quer compreender aquilo que é inerente a todas as formas de injustiça social, “a ruptura de um dos três princípios de reconhecimento” (MENDES DUARTE, 2019, p. 331).

O reconhecimento em seu aspecto cultural, que muitas vezes relega a um segundo plano as demandas redistributivas, conforme apontado por Fraser, não define a amplitude da teoria de Honneth. O conceito de identidade na teoria dele é mais abrangente, não está limitado a uma comunidade de origem, por exemplo, como é o caso das preocupações de Taylor voltadas ao multiculturalismo. Esperamos poder ilustrar isso com as reflexões empíricas do próximo capítulo.

Capítulo 3

3 ANÁLISE EMPÍRICA: OS PROTESTOS DE MAIO DE 2019 NO BRASIL

Introdução

Dissemos que nosso intuito, ao iniciarmos esta pesquisa, era fazer uma discussão teórica, levantando e definindo alguns conceitos presentes em Honneth, a fim de mostrar a abrangência de suas concepções de identidade e reconhecimento²⁰. Embora nossa proposta inicial fosse voltada para um estudo teórico, não poderíamos deixar de refletir a teoria diante dos problemas atuais. Com essa questão em mente, e enquanto iniciávamos o trabalho teórico, lançávamos nosso olhar sobre os protestos de maio de 2019 no Brasil, quando milhares de pessoas foram às ruas após o então ministro da Educação no governo Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub, anunciar o corte de bolsas de pesquisa e a redução da verba orçamentária das universidades federais. Assim, a análise teórica e a oportunidade empírica se desdobravam concomitantemente, se assim podemos dizer.

Pretendemos, neste capítulo, unir teoria e empiria, para que uma possa auxiliar na explicação da outra. Não queremos cair na armadilha de alimentar o objeto empírico apenas com uma fonte teórica, nem achar que apenas esta pesquisa empírica possa ser capaz de validar ou invalidar a abordagem teórica em questão. Fazemos esta análise com três objetivos gerais: ilustrar os conceitos que buscamos delinear nos capítulos um e dois; refletir sobre a relevância social do conceito reconhecimento; e problematizar o vínculo entre o sentimento moral de desrespeito e a luta social.

No que tange ao primeiro objetivo geral, buscamos nos protestos de maio de 2019 elementos que pudessem permitir um diálogo com a teoria de luta por reconhecimento, verificando se na fala dos manifestantes há indícios de uma reação a um não reconhecimento (1). Na presença desses elementos que possam nos remeter à teoria, passamos a refletir sobre os conceitos de identidade, luta e desrespeito. Ao nos voltarmos para os protestos relacionados ao meio universitário, cujas características dos sujeitos participantes extrapolam o escopo étnico ou cultural, visamos debater a identidade em uma concepção abrangente, conforme a análise teórica nos indicou (2).

²⁰ Nesse sentido, concordamos com a visão de Deranty (2009) e Zurn (2015) sobre a abrangência do significado de identidade em Honneth.

Sobre o segundo e terceiro objetivos gerais, partimos de uma provocação feita pelo próprio Honneth ao final de *Luta por reconhecimento*. Segundo ele, “a fixação da teoria social na dimensão do interesse”, que trata os conflitos sociais pela ótica utilitarista, “acaba obstruindo o olhar para o significado social dos sentimentos morais” (2009a, p. 261). Por isso, ele enxerga que a teoria do reconhecimento, além de ampliar as explicações sobre as causas dos conflitos sociais, possui uma tarefa corretiva, de promover uma interpretação retificadora dos conflitos sociais, evidenciando a dimensão do reconhecimento (2009a, p. 261). No entanto, Honneth admite que uma resposta sobre as causas sociais de conflitos políticos só pode ser dada em termos empíricos: “permanece sempre uma questão empírica saber até que ponto um conflito social segue a lógica da persecução de interesses ou a lógica da formação da reação moral” (2009a, p. 261).

A relevância social do reconhecimento, segundo objetivo geral traçado por nós, pode ser debatida se for possível identificar que por trás de conflitos atuais está uma motivação moral de uma busca por respeito legal e estima social (3). Mas é justamente esse vínculo entre o sentimento moral e o protesto que buscamos problematizar com nossa pesquisa empírica. A partir de entrevistas com participantes dos atos de maio de 2019 pela educação, procuraremos entender o motivo explícito e implícito do engajamento na manifestação. Queremos acessar e compreender os sentimentos dos manifestantes (4).

Consideramos importante expor que entendemos as dificuldades de associar um estudo teórico à análise empírica, principalmente quando se trata de uma pesquisa de mestrado, cujo tempo disponível é relativamente exíguo. No entanto, mesmo que não consigamos tratar nossos objetivos de forma mais conclusiva, nossos levantamentos certamente servirão a outras pesquisas que venham a ser realizadas no futuro, tanto no sentido de uma análise mais aprofundada sobre os atos de maio de 2019 (seus diferentes sujeitos e contexto histórico-político) quanto de busca por novos elementos empíricos capazes de pensar a relevância do conceito de reconhecimento na atualidade.

Portanto, nas entrevistas realizadas, voltamos nossa investigação para o sentimento dos manifestantes, mais especificamente dos estudantes universitários (graduação e pós-graduação) que participaram de pelo menos um dos dois atos de protesto ocorridos em 15 e 30 de maio de 2019, em diversas cidades do Brasil. Nessa análise qualitativa, utilizamos a técnica de grupo focal, devidamente justificada mais adiante, e seguimos um roteiro elaborado para compreender o sentimento dos manifestantes de forma direta (com perguntas sobre os sentimentos deles e suas motivações) e de forma indireta (com abordagens para conhecer a percepção deles sobre a vida e a universidade).

Antes de descrever os protestos de maio de 2019 e de apresentar os fatos que antecederam às manifestações, o que faremos na próxima seção, queremos justificar a escolha deste objeto de análise, e fazemos isso elencando três fatores.

Dissemos que os protestos aconteceram enquanto iniciávamos nosso trabalho teórico. Isso fez com que buscássemos pensar na relevância da teoria de luta por reconhecimento para explicar os acontecimentos contemporâneos. Temos em questão dois atos de protesto com uma participação popular expressiva e, assumindo uma provocação feita por Melo (2014, p. 30-31), a fecundidade do conceito de reconhecimento para explicar as reivindicações políticas atuais é uma questão que precisa ser empiricamente enfrentada.

Os protestos de maio nos trouxeram essa possibilidade: a de pensar o reconhecimento à luz de um evento atual. Isso nos levou a um segundo fator que justifica nossa escolha: o maio de 2019 dava a oportunidade de conversar com os próprios atores do movimento e de questionar, de forma direta e indireta como mostraremos, quais foram suas motivações. Um terceiro elemento importante é que a escolha do objeto permitiria fazer a análise no momento em que a ação se desdobrava, pois, como veremos mais a diante em nossa hipótese, entendemos que a ação de desrespeito que teria contribuído para levar os sujeitos às ruas não se findou naquele maio de 2019, estando em curso até o presente momento e, portanto, durante a coleta de dados empíricos, embora não afetados pelo calor do momento das manifestações, os participantes dos atos, segundo nossa hipótese, ainda estariam sofrendo com a ação de desrespeito.

Assim, para nossa finalidade de investigar a motivação dos sujeitos envolvidos em atos de protesto, poderíamos determinar como objeto de análise qualquer ato de protesto, mas escolhemos o maio de 2019 pelas razões descritas acima. Isso também justifica a menor atenção que damos ao contexto sociopolítico em que as manifestações de 2019 ocorreram. Não buscamos entender por que elas ocorreram e sim o motivo que leva os sujeitos às ruas em atos de protestos. Exploramos brevemente o contexto sociopolítico dos atos de maio de 2019 nesta parte do trabalho, como um resultado das nossas conclusões, pois é nesse ponto que problematizamos um aspecto da teoria de Honneth: o vínculo entre o sofrimento e o surgimento da luta.

3.1 Os protestos de maio e as esferas do direito e estima social

Em 15 e 30 de maio de 2019, milhares de pessoas foram às ruas em diversas cidades brasileiras em defesa da educação, contra o corte de bolsas de pesquisa e contra a redução do

orçamento das universidades federais. Os atos ocorreram após declarações do governo Bolsonaro direcionadas à comunidade universitária, as quais serão expostas mais adiante, mas, a título de situar os acontecimentos, mencionamos a afirmação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que pode ser considerada o estopim das manifestações: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” (AGOSTINI, 2019). Em decorrência do que o ministro da Educação chamou de bagunça, “sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus”, “plantação de maconha dentro do campus”, a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade da Bahia (UFBA) teriam um corte de 30% em suas dotações orçamentárias anuais (AGOSTINI, 2019).

Após a repercussão negativa das declarações, e com a iminente possibilidade de reversão da decisão juridicamente, o Ministério da Educação (MEC) anunciou um contingenciamento de 30% estendido a todas as universidades federais (SALDAÑA, 2019). Houve também, em 8 de maio, o congelamento, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de mais de 4 mil bolsas de mestrado e doutorado utilizadas para financiamento de pesquisas (CAPES MANTÉM, 2019).²¹ Em 15 de maio, milhares de pessoas foram às ruas em forma de protesto. Em 30 de maio, os atos se repetiram.

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo (MANIFESTANTES, 2019), participaram dos atos de 15 de maio “manifestantes convocados por sindicatos contrários à reforma da Previdência, pauta original dos atos”, além de “estudantes e professores de escolas e universidades públicas e privadas”. Também havia, segundo o jornal, “militantes de partidos de esquerda”, “integrantes de centrais de trabalhadores” e “milhares de manifestantes, crianças e idosos” sem ligação com siglas, em uma “participação espontânea”. O Estado de S. Paulo (PROTESTOS, 2019), ao descrever o ato de 15 de maio na capital paulista, considerado pelo jornal como o mais expressivo, afirmou que os “participantes carregavam bandeiras de movimentos estudantis, centrais sindicais e partidos de esquerda. Mas a grande maioria era formada por professores e pais de alunos que foram à manifestação de forma espontânea”. O jornal O Globo (PELA EDUCAÇÃO, 2019) informou que “professores e servidores do ensino público federal foram os catalizadores do movimento” de 15 de maio, que contou também com “alunos, pais e profissionais do ensino privado, além de trabalhadores de outras áreas, em menor número, e partidos políticos”.

²¹ A medida não atingiu as bolsas que estavam sendo pagas, somente as que estavam em processo de transição.

Nas exposições feitas pelos principais jornais do país, com circulação nacional e diária, às quais recorremos no intuito de descrever os atos, é possível perceber que as manifestações contaram com diversos sujeitos, mas que a comunidade universitária ocupou papel de destaque, seja por sua participação expressiva, seja por canalizar a principal pauta objetivada pelos atos: a defesa da educação. É nesse sentido que estabelecemos como objeto deste estudo empírico os protestos de maio como uma forma de expressão da comunidade ligada à educação pública universitária, mais especificamente dos estudantes e docentes universitários. Enxergamos a amplitude dos protestos, que reuniram diversos atores, assim como entendemos que a retórica do governo assume uma dimensão ampla ao voltar-se para a educação e para o conhecimento científico em geral, e não apenas para as universidades públicas federais; no entanto, para este estudo, direcionamos a análise aos estudantes universitários.

Embora os jornais tenham destacado, em suas reportagens, a participação espontânea da população nos protestos de 15 de maio, os editoriais dos mesmos veículos, publicados em 17 de maio de 2019, descreveram as manifestações como uma demonstração da polarização política existente no Brasil, chamando a atenção para a perspectiva de um confronto político-partidário.

A Folha de São Paulo, em uma crítica ao governo Bolsonaro por representar uma “ameaça à educação” com suas “intenções persecutórias”, afirmou que o debate sobre o financiamento do ensino superior público foi transformado em um “confronto de bandeiras ideológicas” e abordou, também, o “oportunismo de forças opositoristas” (IDIOTA, 2019). O jornal O Globo condenou o “perigoso estilo de governar pelo confronto”, com ataques de “fundo ideológico à universidade”, e destacou que as atitudes do governo fizeram “ressuscitar a oposição” (NÃO SE GOVERNA, 2019). O Estado de S. Paulo condenou a “hostilidade como método” de governo, e disse que temas cruciais para o país são desvirtuados pelo “alarido dos radicais” em um ambiente de “nós contra eles” (HOSTILIDADE, 2019).

Com o intuito de investigar a motivação dos estudantes universitários participantes das manifestações de maio de 2019, queremos verificar se, para além da disputa entre interesses políticos, esses protestos guardam uma dimensão moral; se nas ações coletivas ocorridas em maio de 2019 é possível identificar um sentimento de desrespeito, experienciado em decorrência da desvalorização social da universidade pública, identificada nas atitudes e discursos do governo Bolsonaro.

Das três formas de reconhecimento que se dão pelo amor, direito e estima social (solidariedade), o que aqui é definido como “ações de desvalorização da universidade

pública” se encontra, segundo nosso entendimento, nas esferas da estima social e das relações jurídicas.

A estima social diz respeito a uma “comunidade de valores” (HONNETH, 2009a, p. 187) na qual existe uma aceitação recíproca das qualidades e capacidades particulares dos sujeitos. Nessa forma de reconhecimento, está inscrita uma dimensão histórica, ou seja, a estima social se altera de acordo com as modificações e evolução histórica da sociedade. Enquanto em comunidades tradicionais a estima social se dava pela honra – pela reputação social que a pessoa podia adquirir no seu estamento, nas comunidades modernas a estima está ligada a um pluralismo de valores, que pressupõe um maior número de relações simétricas constituídas pela diversidade de valores. Na esfera da estima social, portanto, o sujeito recebe a chance de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades [no estilo de vida escolhido], como valioso para a sociedade (HONNETH, 2009a, p. 211). A desvalorização dos estudantes universitários, pesquisadores e professores pode ser vista como uma forma de reconhecimento recusado. O desrespeito referente a essa esfera de reconhecimento se expressa por ofensas e degradação.

Sobre a esfera do direito, Honneth afirma:

[...] Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um "outro generalizado", que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões (HONNETH, 2009a, p. 179).

A forma de reciprocidade do reconhecimento jurídico, assim como na esfera da estima, só pode se constituir na sequência de uma evolução histórica (HONNETH, 2009a, p. 180). Isso significa dizer que o saber individual sobre suas obrigações jurídicas se altera ao longo do tempo, e, dessa maneira, essa abertura de modificação histórica possibilita evidenciar uma diferenciação daquelas formas tradicionais de justiça, baseadas numa comunidade de valores intactos, para uma forma universalista de direitos, que abarque a pluralidade de valores concernente às sociedades ocidentais modernas.

Nas relações jurídicas tradicionais, o reconhecimento estava fundido com a estima social, com o papel desempenhado pelo ser humano naquela determinada comunidade (HONNETH, 2009A, p. 183). Essa ligação foi se dissolvendo ao longo do tempo, dando origem a duas formas distintas de respeito: direito e estima social. Esta última, como vimos,

está relacionada às características particulares do indivíduo e ao valor dessas características para uma comunidade. Já o respeito na esfera do direito está associado a propriedades universais do indivíduo e permite o reconhecimento do ser humano como pessoa, independentemente da estima que se tem por essa pessoa.

Discorrendo sobre esse processo histórico, Honneth utiliza o estudo clássico de T. H. Marshall sobre o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra. Marshall (1967, p. 63) dividiu o conceito de cidadania em três elementos, de acordo com a evolução histórica: civil, política e social. A cidadania é, assim, constituída por direitos civis de liberdade, direitos políticos de participação e direitos sociais de bem-estar. Segundo Marshall, esses direitos foram sendo introduzidos, na Inglaterra, de forma linear, e sua ampliação se deu pela demanda crescente por igualdade como um dos princípios de justiça social. De uma forma geral, no contexto inglês, os direitos civis se constituíram no século XVIII, os políticos no século XIX e os sociais no século XX.

Para Honneth (2009a, p. 191), o estudo de Marshall demonstra que a “imposição de cada nova classe de direitos fundamentais foi sempre forçada historicamente com argumentos referidos de maneira implícita à exigência de ser membro com igual valor da coletividade política”. Ou seja, a luta por reconhecimento abriu caminho para a conquista de novos direitos. Honneth (2009a, p. 191), nesse sentido, chama a atenção para como cada classe de direitos foi impulsionada historicamente por meio de uma exigência por mais direitos. Assim, seu argumento segue na lógica de que existe uma busca sempre crescente de mais direitos, sob o valor da igualdade entre os sujeitos, assim como uma busca por inclusão de grupos que antes se viam “excluídos ou desfavorecidos” desses direitos já usufruídos por alguns (HONNETH, 2009a, p. 191).

Nessa perspectiva, no caso de nossa análise, são os direitos sociais que aparecem como alvo de uma possível retração, pois nessa categoria de direitos encontra-se o acesso à educação:

O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Os direitos sociais garantem, portanto, que a igualdade entre os cidadãos não se restrinja a uma concessão formal, pois assegurariam condições mínimas de segurança

econômica e formação cultural para que o ser humano possa participar da vida social de forma autônoma. A educação é, portanto, um dos indicadores de medição da qualidade de uma cidadania. Na esfera da estima, debatemos o valor social da educação e, na do direito, tratamos a educação como um direito social.

A educação pública no Brasil, um país com grande desigualdade de renda,²² aparece como uma das principais políticas de justiça social. No caso específico das bolsas de estudo, entendemos que, além de fomentarem a pesquisa científica no país, possibilitam certa medida de justiça no acesso ao saber e, conseqüentemente, a uma forma de reparo social da desigualdade. As bolsas de estudo visam permitir ao pesquisador de baixa renda realizar sua pesquisa em regime de dedicação exclusiva, sem a preocupação de como garantirá sua subsistência. Dessa maneira, sujeitos pertencentes a grupos de baixa renda podem adquirir um grau de instrução que lhes permite ter uma chance maior de usufruir de sua autonomia em pé de igualdade com outros grupos. O “contingenciamento” de recursos e o recolhimento de bolsas, ainda que pudessem ser descritos enquanto ações puramente administrativas ou econômicas se estivessem dissociados de um discurso político ideológico, não excluem a possibilidade de serem vistos como uma tentativa de subtração de direitos.

Isso demonstra que o caminho para a conquista de direitos não é sempre progressivo. Outra manifestação disso já foi apresentada por José Murilo de Carvalho, ao esclarecer que o caso brasileiro de evolução dos direitos, diferentemente do caminho linear da Grã-Bretanha apresentado por T. H. Marshall, nem sempre seguiu uma linha reta, passando por momentos de desvios e retrocessos (CARVALHO, 2016, p.11).

Em que pese o “descontingenciamento” dos recursos anunciado em outubro de 2019 pelo Ministério da Educação (MEC LIBERA, 2019), bem como a retomada de parte das bolsas que haviam sido represadas, o que pudemos verificar foi um desses momentos em que a evolução dos direitos sofre uma nova tentativa de entrave.

3.2 Nossa hipótese: a ação de desrespeito

Para buscarmos nos protestos de maio de 2019 elementos que possam permitir um diálogo com a teoria de luta por reconhecimento, e antes de verificarmos se na fala dos manifestantes existem indícios de uma reação a um não reconhecimento, precisamos caracterizar o não reconhecimento. Partimos da hipótese de que os estudantes foram às ruas em resposta a ações de desvalorização da comunidade acadêmica; atitudes essas que, além do

²² Dados do IBGE, divulgados em 2019, mostram o aumento da desigualdade no Brasil (NERY, 2019).

corte de bolsas de pesquisa e da redução no repasse de verbas às universidades federais, são constituídas pela narrativa do governo Bolsonaro, estabelecida ainda como um discurso eleitoral e intensificada após as eleições, ampliando sua visibilidade e assumindo um caráter institucional. Levantamos algumas declarações para exemplificar o que podemos definir como ofensas e degradação, a fim utilizá-las durante as entrevistas com os manifestantes, como forma de ilustrar o ambiente que antecedeu às manifestações. Seguem algumas declarações:

- a) Jair Bolsonaro em entrevista à Globonews, em 18 de agosto de 2018: “Há uma certa tara por parte da garotada em ter um diploma. [...] essa tara por diploma superior não pode existir. É bom? Sim, vamos ter nossos mestres, nossos doutores, sim. Mas se você no ensino médio colocar algo técnico, você melhora nossa economia” (BOLSONARO DIZ, 2018).
- b) Jair Bolsonaro em sua conta no Twitter, em 31 de dezembro de 2018: “Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos rankings de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o Ministro de Educação e outros envolvidos vamos evoluir em formar cidadãos e não mais militantes políticos” (BOLSONARO, 2018).
- c) Jair Bolsonaro em discurso durante a posse do novo ministro da educação, Abraham Weintraub, em 9 de abril de 2019: “Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece a aprender coisas que possam levá-las ao espaço no futuro” (LINDNER, 2019).
- d) Jair Bolsonaro em sua conta no Twitter, em 26 de abril de 2019: “O Ministro da Educação @abrahamWeinT [menção no Twitter a Abraham Weintraub] estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina” (LOPES, 2019).
- e) Abraham Weintraub em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, em 29 de abril de 2019: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” (AGOSTINI, 2019).
- f) Jair Bolsonaro em entrevista à RedeTV, veiculada em 7 de maio de 2019: “Ninguém vai cortar dinheiro por prazer. Para algumas universidades, que formam militantes apenas, talvez o corte seja um pouquinho maior” (GUIMARÃES, 2019).
- g) Jair Bolsonaro em entrevista à imprensa após as manifestações de rua, em 15 de maio de 2019: “É natural, é natural, mas a maioria ali é militante. Se você perguntar a

fórmula da água, não sabe, não sabe nada. São uns idiotas úteis, uns imbecis que estão sendo usados de massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo das universidades federais no Brasil” (BATISTA; ORTE, 2019).

- h) Waldir Soares de Oliveira, líder do PSL na Câmara Federal, em 15 de maio de 2019: “O que acontece é que as pessoas não estão acostumadas com as palavras firmes e duras do presidente. As pessoas são manipuladas, é uma minoria. Quantas pessoas foram para rua? Quem foi? Foram aqueles fumadores de maconha, aqueles baderneiros” (TRUFFI; RIBEIRO, 2019)²³.

Se considerarmos que uma concepção individual de felicidade pode estar associada à realização profissional, ao exercício de determinada profissão, e que o alcance desse objetivo pode passar por uma relação com a universidade, então o desprestígio dessa escolha de vida fere um instrumento essencial para a autorrealização. Na teoria de Honneth, uma semelhante “degradação valorativa de determinados padrões de autorrealização tem para seus portadores a consequência de eles não poderem se referir à condução de sua vida como a algo a que caberia um significado positivo no interior de uma coletividade” (HONNETH, 2009a, p. 217).

A degradação de certas formas de vida

[...] tira dos sujeitos atingidos toda a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades. A degradação valorativa de determinados padrões de autorrealização tem para seus portadores a consequência de eles não poderem se referir à condução de sua vida como a algo a que caberia um significado positivo no interior de uma coletividade; por isso, para o indivíduo, vai de par com a experiência de uma tal desvalorização social, de maneira típica, uma perda de autoestima pessoal, ou seja, uma perda de possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características (HONNETH, 2009a, p. 217-218).

Assim, a nossa hipótese é que essa narrativa foi vista pela comunidade universitária na forma de um desrespeito, pois abriu a possibilidade de retirada de um assentimento social das capacidades e realizações individuais dos sujeitos componentes desse grupo.

Foi após uma série de declarações dirigidas ao meio educacional e, especialmente, à comunidade universitária, algumas elencadas aqui, que o ministro Weintraub anunciou um “contingenciamento” no orçamento das universidades federais. A medida foi inicialmente

²³ Nota-se que as declarações do governo, assim como as narrativas da imprensa, reforçam a tendência de interpretar as manifestações sociais de um ponto de vista dual (ora econômico, ora político), desconsiderando uma terceira via, a moral. Neste estudo, tentamos demonstrar a contribuição interpretativa que esse terceiro elemento oferece.

apresentada como uma penalidade imposta às instituições que estariam promovendo “balbúrdia” em seus campi (AGOSTINI, 2019).

Após a repercussão negativa das declarações, e com a possibilidade de reversão jurídica da decisão, o MEC anunciou um contingenciamento de 30% estendido a todas as universidades federais (SALDAÑA, 2019). Houve também, em 8 de maio, o congelamento, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de mais de 4 mil bolsas de pós-graduação utilizadas para financiamento de pesquisas (CAPES MANTÉM, 2019)²⁴.

As ações do governo, com a “retenção” de verbas e a utilização de discursos depreciativos, teriam motivado os atos de protesto.

3.3 A técnica de grupo focal

Na tentativa de verificar se nos atos de protesto de maio de 2019 é possível identificar um elemento moral motivador, recorreremos à técnica de grupo focal.

Morgan (1997) define grupo focal como uma “técnica de pesquisa que coleta dados através de uma interação de grupo sobre um tema determinado pelo pesquisador” (MORGAN, p. 6, tradução nossa). De acordo com Krueger e Casey, o grupo focal é uma forma de promover a autodivulgação entre os participantes e é utilizado para saber o que as pessoas realmente pensam e sentem (2000, p. 7). O grupo deve ser formado por pessoas que possuam algo em comum e o ambiente deve ser confortável e permissivo (KRUEGER; CASEY, 2000, p. 9). Para Keil, essa técnica de pesquisa busca, “ao mesmo tempo, a expressão da alteridade e a compreensão da subjetividade” (KEIL, 2015, p. 50).

Diante disso, acreditamos que a técnica de grupo focal permitirá capturar os sentimentos dos manifestantes, verificando se existe a vivência de um desrespeito e de que forma ele se faz presente. A população ligada à universidade pública foi às ruas e isso é um fato. Mas o que buscamos, do ponto de vista científico, é compreender o porquê de os manifestantes irem às ruas. O que os afetou ou machucou? Foram somente os cortes/contingenciamento? Com a reversão dos cortes, os manifestantes ficam satisfeitos ou o sofrimento ainda persiste? O que eles buscam, de fato, é um reconhecimento?

Conforme apresentamos anteriormente, entendemos que as ações de desprezo são voltadas à comunidade ligada à universidade, formada por professores, pesquisadores e estudantes. Para a aplicação da técnica de grupo focal, no entanto, buscamos apenas

²⁴ A medida não atingiu as bolsas que estavam sendo pagas, somente as que estavam em processo de transição.

estudantes/pesquisadores de graduação e de pós-graduação de universidades públicas, sendo eles bolsistas e não bolsistas, que tenham participado de pelo menos um dos dois atos de protesto realizados em maio de 2019. Dentro desse universo (o de estudantes universitários), trabalhamos com a diversidade de características nos participantes. Buscamos, por exemplo, pessoas de diferentes cursos e idades. Não recrutamos professores para o grupo focal, pois acreditamos que colocar professores e alunos em um mesmo grupo poderia gerar algum tipo de inibição ou direcionamento das discussões.

No início, pensamos em trabalhar com dois grupos, sendo um deles formado por estudantes da UNESP-Araraquara e outro por alunos da UFSCar-São Carlos. A escolha dos locais leva em consideração a proximidade geográfica que temos com essas cidades. No entanto, com o início das medidas de distanciamento social devido à pandemia da Covid-19, tivemos que suspender a realização de grupos na forma presencial, e acabamos por optar pela formação de grupos somente com os estudantes da UNESP-Araraquara, pois nosso vínculo com a universidade nos garante mais possibilidades de recrutamento. Também convém observar que nosso cronograma de trabalho previa a realização dos grupos focais em abril de 2020. No entanto, decidimos adiar o trabalho, pois entendemos que as medidas de distanciamento social, que em seu início provocaram uma mudança drástica no comportamento e na rotina das pessoas, poderiam distorcer a percepção dos estudantes sobre seus próprios sentimentos. Realizamos os grupos em outubro de 2020.

Pesquisadores e especialistas na técnica de grupo focal apresentam divergências com relação à quantidade indicada de componentes por grupo, mas, de uma forma geral, o número recomendado de participantes varia entre seis e doze pessoas. Com relação ao número de encontros para cada grupo, a definição depende dos objetivos a serem atingidos. Portanto, optamos por realizar dois grupos mistos (feminino e masculino), com seis participantes cada e, a princípio, com um encontro por grupo. Escolhemos realizar grupos com o número mínimo de participantes para dar conta de cumprir a proposta estabelecida no roteiro.

Silva et al (2014, p.180-186) descrevem cinco fases de um processo de grupo focal. São elas: planejamento (aspectos teóricos e metodológicos), preparação (elaboração de questionário e recrutamento, eixos temáticos e escolha do moderador), moderação (condução da entrevista), análise dos dados e divulgação dos resultados. A etapa de planejamento consiste no que expusemos até aqui. Passaremos, agora, à etapa de preparação, que dividimos em duas partes: 1) elaboração de questionário para seleção dos participantes, 2) planejamento dos eixos temáticos para a condução dos trabalhos nos grupos.

- 1) Questionário para recrutamento:

As informações solicitadas no questionário buscam um levantamento de dados preliminares para selecionar os participantes e, sobretudo, para a análise posterior dos dados coletados nos grupos focais. O questionário aplicado consta em Apêndice.

2) Eixos temáticos e condução do grupo:

Preparamos um roteiro composto por três momentos. O primeiro é denominado ambiente espontâneo, no qual buscamos, primeiramente, conhecer os participantes e a percepção deles sobre a vida e a universidade e, posteriormente, conhecer a visão deles sobre o governo federal e suas ações. No segundo momento, apresentamos uma reconstrução das ações e discursos do governo Bolsonaro em relação à população universitária, investigando quais foram os sentimentos dos universitários diante das declarações apresentadas. No terceiro momento, passamos para as manifestações e para a participação deles nos atos, questionando de forma direta suas motivações.

Para a condução das discussões no grupo, seguimos, então, a técnica de funil, descrita por Morgan (1996). A princípio, apresentamos questões mais genéricas para, depois, afunilar os questionamentos a fim de obter dados mais específicos sobre a relação dos participantes com as manifestações e suas reações frente às ações de desprezo. Também nos atentamos para manter, nos dois grupos realizados, certo grau de standardização (MORGAN, 1996), que significa adotar os mesmos procedimentos de condução/intervenção, seguindo o mesmo roteiro e ordem de assuntos/perguntas, visando facilitar a comparação das respostas na fase de análise dos dados.

De uma forma geral, investigamos, nos participantes, sentimentos ou reações que possam estar ligados ao desrespeito, sofrimento, ofensa, degradação, privação de direitos e exclusão, além de possíveis consequências/impactos na formação do autorrespeito e da autoestima. O roteiro de condução dos grupos consta em Apêndice.

3.4 Apresentação do conteúdo empírico

Nesta seção, apresentaremos parte do conteúdo que consideramos mais relevante para nossos propósitos. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, achamos necessário expor algumas declarações antes de seguirmos para a análise nas seções seguintes. E faremos isso de forma resumida, pois o material completo consta na seção Apêndice. Traremos, ao mesmo tempo, breves observações sobre as falas dos participantes. Convém destacar que os nomes dos participantes foram alterados a fim de não identificá-los.

O Grupo Focal 1 foi realizado em 26 de outubro de 2020, às 18h, em formato on-line. Participaram seis estudantes, todos com vínculo com a UNESP-Araraquara, além da moderadora (autora deste trabalho) e do convidado Matheus Garcia de Moura, estudante de pós-graduação na FCLAR. Dois estudantes participantes eram da pós-graduação (um em Biotecnologia e o outro em Nutrição) e o restante da graduação (dois em Ciências Sociais, um em Economia e um em Letras). Dois participantes possuíam bolsa de pesquisa durante as manifestações e apenas um participante relatou ter sido afetado pelo corte de bolsas.

O Grupo Focal 2 ocorreu em 27 de outubro de 2020, às 15h, em formato on-line, com seis estudantes com vínculo com a UNESP-Araraquara, sendo quatro de pós-graduação (dois em Linguística, um em Farmácia, um em Economia) e dois de graduação (Economia e Ciências Sociais). Quatro participantes relataram possuir bolsa de pesquisa durante os atos de protesto, mas não foram afetados pelos cortes.

Grupo Focal 1: **Rodrigo:** 21 anos; branco; estudante de graduação em Ciências Sociais; participou dos dois atos de protesto; é contemplado com bolsa de pesquisa, mas não era bolsista durante as manifestações. **Pablo:** 27 anos; pardo; doutorando em Biotecnologia; participou do ato de 15 de maio; possuía bolsa CAPES durante as manifestações. **Igor:** 23 anos; branco; estudante de graduação em Ciências Sociais; participou dos dois atos de protesto; nunca foi bolsista. **Camila:** 21 anos; preta; estudante de graduação em Economia; participou dos dois atos de protesto; possuía bolsa de pesquisa durante as manifestações. **Bruna:** 20 anos; branca; estudante de graduação em Letras; participou dos dois atos de protesto; possui bolsa CAPES, mas não era bolsista durante os atos. **Bianca:** 23 anos; amarela; mestranda em Nutrição; participou do ato de 30 de maio; possui bolsa CAPES, mas não era bolsista durante os atos (foi alvo dos cortes).

Grupo Focal 2: **Elisa:** 29 anos; branca; mestranda em Farmácia; participou do ato de 15 de maio; bolsista CNPq. **Andréa:** 27 anos; branca; doutoranda em Linguística; participou do ato de 15 de maio; bolsista CAPES. **Nathália:** 23 anos; branca; mestranda em Economia; participou do ato de 15 de maio; bolsista CAPES. **Amanda:** 26 anos; amarela; doutoranda em Linguística; participou dos dois atos; é bolsista CAPES. **Iuri:** 22 anos; branco; estudante de graduação em Economia; participou dos dois atos; nunca foi bolsista. **Arthur:** 23 anos; pardo; estudante de graduação em Ciências Sociais; participou do ato de 15 de maio; nunca foi bolsista.

Conforme relatamos anteriormente, conduzimos os grupos de forma a dividir as intervenções em três momentos: ambiente espontâneo (momento de conhecimento dos participantes e identificação da percepção deles sobre a própria vida e a universidade),

ambiente reconstruído (investigação do sentimento deles com relação às declarações do governo Bolsonaro) e questionamento direto (perguntas sobre a motivação deles para engajamento nos atos de protesto). Entendemos que o primeiro momento das entrevistas possui grande relevância para os propósitos desta pesquisa, pois como queremos investigar a existência de um elemento moral motivador, acreditamos que tal aspecto se expressaria no sentimento dos participantes com relação à própria vida e à condição de estudante/pesquisador, na relação deles com a universidade e na visão que eles têm do significado da universidade para a sociedade. Isso quer dizer que entendemos que a motivação moral tem que ser buscada, principalmente, na expressão espontânea dos manifestantes. Se existe um sentimento de sofrimento, se existe um sentimento moral pela interiorização do desrespeito social sofrido, esse sentimento deve se manifestar nas declarações deles sobre a própria vida, sobre si mesmos e sobre a universidade, e não somente quando questionados quanto à participação nos atos de protesto.

Para a exposição do conteúdo, apresentaremos os dados por tópicos, de acordo com o tema das perguntas apresentadas durante os grupos.

Apresentação:

Os grupos tiveram início com a apresentação dos participantes.

Grupo 1: percebemos a universidade bastante presente na vida deles. Dos seis participantes, três deles, além dos estudos na graduação, ministram aulas. Os dois estudantes de pós-graduação colocaram seus trabalhos de pesquisa empírica como os projetos de vida do momento, assim como o estudante de graduação que falou sobre a dedicação para conclusão da monografia. Nas apresentações pessoais, apenas dois participantes relataram uma atividade externa, que não tem relação com a universidade ou com o curso em que estão matriculados: estágio em marketing e atividade profissional de tranças em cabelo. Logo na primeira apresentação, um participante demonstrou uma expectativa de vida relacionada à universidade: conquistar uma bolsa para continuar ministrando aulas no cursinho popular.

Grupo 2: nas apresentações pessoais, a maior parte dos participantes apresentou atividades externas à universidade: tae-kwon-do, yoga, corrida, futebol, projeto de discussão política. Uma participante relatou uma expectativa negativa com relação à bolsa de pesquisa e outra relatou o projeto de vida de seguir carreira acadêmica. “Trabalho como autônoma em pesquisas e projetos que vão chamando, porque enquanto a bolsa não vem, né, que está um pouco difícil agora nesse momento, então a gente vai trabalhando nesses projetos” (Nathália, p. 117-118). “Pretendo seguir um doutorado, se eles me aprovarem, né, se me deixarem fazer” (Elisa, p. 118).

Nas perguntas de apresentação, os participantes foram estimulados (de forma indireta) a apresentarem atividades externas ao meio acadêmico. Mesmo assim, a universidade apareceu em suas apresentações. A importância da universidade na vida dos participantes ficou ainda mais evidente quando eles expuseram seus projetos de vida.

Projetos de vida:

A segunda pergunta para o grupo foi com relação a projetos de vida, buscando descobrir quais são as expectativas deles. No Grupo 1, todos os participantes relataram expectativas relacionadas ao meio acadêmico, seja no sentido de continuidade dos estudos ou de docência. A dúvida quanto ao futuro e quanto às próprias escolhas esteve muito presente. Mesmo assim, o desejo ou a possibilidade de seguir na vida acadêmica apareceu em todos os participantes. Apenas um participante aventou também uma possibilidade externa ao meio acadêmico: trabalho na área política. Em dois participantes, as dúvidas quanto ao futuro pareceram estar mais relacionadas à própria indecisão sobre qual carreira seguir, pois apresentaram a possibilidade de fazer um novo curso em outra área. No restante dos participantes, as dúvidas quanto ao futuro estão relacionadas ao meio exterior, às oportunidades oferecidas. Dois participantes demonstraram a desvalorização social da pesquisa científica.

Vejamos as declarações:

“(...) também imagino dar aulas, mas tenho que construir um caminho (...) espero conseguir que a gente pense em outras perspectivas para a gastronomia” (Bianca).

“Tenho interesse em continuar a dar aulas, mas não tenho certeza (...). Tenho vontade de ir para a gastronomia (...) penso em trabalhar na área de política (...). Não tenho certeza se tenho interesse em entrar no mestrado ou algo do tipo, se a área acadêmica é o que eu pretendo continuar” (Rodrigo).

“Acho que objetivos a curto prazo é não morrer de Covid-19 e a longo prazo é não morrer de fome (...) sou biólogo, mas meio ambiente já era. Posso ser professor, mas educação já era. Posso ser pesquisador, pesquisa já era. (...) esses planos a longo prazo são muitos modificados, pois dependem de muitos fatores, que na verdade não têm nada a ver com a gente, tipo, governo, tipo, vida pessoal, psicológico, emocional, financeiro” (Pablo).

“Não sei muito bem que área pretendo seguir da Economia, acho que continuar dando aulas, mesmo não tendo licenciatura, e ingressar em outra faculdade, fazer uma segunda graduação e uma pós, mas é um pouco difícil no tempo que a gente está vivendo. A questão da pesquisa tem sido extremamente desqualificada. A gente passa tantos anos estudando, se

dedicando, pensando nessa área acadêmica e não sei muito bem como vai ser daqui a alguns anos” (Camila).

No Grupo 2, os participantes também demonstraram expectativas de vida ligadas à universidade e ao meio acadêmico:

“Gostaria de tentar algum projeto de extensão (...). E no futuro tentar algum... provavelmente algum emprego” (Iuri).

“Passar no doutorado (...). Longo prazo, ter um concurso (...) para dar aula (...). Mas meu objetivo realmente é seguir na carreira acadêmica e pesquisa” (Elisa).

“Tentar processos seletivos que eu tô tentando e esperar algum resultado, ver se sai, ou tentar outros projetos, projetos de pesquisa mesmo (...). E talvez um doutorado, mais a longo prazo, mas não logo pro ano que vem” (Nathália).

“Depois da faixa preta, também conciliar um mestrado e um doutorado” (Arthur).

Dois participantes, cujos projetos de vida estão fortemente relacionados à universidade, demonstraram uma frustração de expectativa quanto ao futuro.

“Na verdade eu sempre (...) quis muito seguir a carreira acadêmica, eu fiz iniciação, mestrado, doutorado e tal. É... embora eu esteja um pouco desanimada, é... um pouco, é... atualmente em relação a isso, né. Acho que a longo prazo também seria dar aula na universidade, mas desde que eu vim pra São Paulo, tenho pesquisado sobre outras coisas e tenho gostado bastante também da área de linguística computacional”. Moderadora questiona o motivo do desânimo. “Desde que eu comecei a graduação, eu tinha muito essa ideia de que eu ia fazer graduação, passar no doutorado, e isso realmente aconteceu até aqui, né, e depois eu ia ter grandes chances de concluir e seguir a carreira acadêmica, dar aula em uma universidade, prestar concurso, ou numa universidade particular e tudo mais (...). Está um pouco difícil essa questão de concurso, muita gente prestando, pouquíssimas vagas, vagas não abrindo (...). Muitos alunos tendo que trabalhar junto para se manter, não tendo bolsa, e pouquíssimas vagas de concurso abrindo, vagas de substituto, vagas nem de substituto, mas de aluno bolsista, então você nem passa por um concurso de fato, você só... é... você só dá aula por uma bolsa... você assume uma disciplina na graduação, né, por uma bolsa bem baixa. Então algumas coisas desse tipo foram me desanimando” (Andréa).

“A curto prazo, terminar o doutorado, né, conseguir concluir o doutorado será uma vitória. É... e a longo prazo, é meio triste, né, mas é ter um emprego, não é nem grandes, grandes objetivos, é ter um emprego, não ser uma doutora desempregada, que eu acho que é um dos maiores temores assim, que eu também converso com outros colegas que são da pós e tudo (...). Não estou nem almejando a universidade pública (...) há muito tempo atrás, no

governo do PT, a gente tinha um vislumbre, assim, uma possibilidade... e ainda no imaginário de outras pessoas que não conhecem a pesquisa, que não conhecem a universidade de perto acham que, tipo, ser doutor já te garante alguma coisa, né. Mas, enfim, concurso não tá abrindo, não vai abrir tão cedo, tá difícil, né... Mas, é..., como é triste isso, então vou falar outra coisa também, é... sei lá... ter um emprego pra ter dinheiro pra viajar, esse acho que é um objetivo bom (risos), não tão pesado, como o que eu falei anteriormente (Amanda).

Até aqui, em uma análise geral dos dois grupos, percebemos que a universidade está presente na definição que os participantes fazem de si mesmos, e identificamos que existem expectativas de vida muito ligadas ao meio acadêmico. Um ponto interessante a ser observado é que nos dois grupos foi relatada, de forma espontânea, uma falta de perspectiva de futuro na área acadêmica e de pesquisa no Brasil. Palavras como desânimo, temor, psicológico e emocional foram utilizadas pelos participantes antes mesmo de serem questionados sobre o que é ser pesquisador no Brasil.

A pesquisa científica no Brasil:

Neste momento, os participantes foram questionados sobre o que é ser pesquisador no Brasil, como é a vida de um estudante universitário no Brasil e como eles acham que são vistos pela própria família e pela sociedade. Nos depoimentos dos participantes do Grupo 1, foram utilizadas expressões como falta de reconhecimento, desvalorização, descaso, sucateamento, frustração, desmorte, tristeza, falta de perspectivas, desmotivação. A falta de incentivo social, partindo inclusive de dentro da universidade, foi relatada de forma unânime pelos participantes. Também foram apontados conflitos dentro da própria família, mas não por todos os participantes, além de dificuldades financeiras para seguir a carreira.

“A gente não é reconhecido como pesquisador”; “a quantidade de estudantes dentro de uma iniciação científica, dentro de um mestrado, de um doutorado é muito, mas muito maior do que qualquer tipo de alocação de bolsa”; “insumos laboratoriais são extremamente escassos”; “tive que comprar detergente do meu bolso para lavar minha vidraria no laboratório, entende? Não tem papel, não tem fita-crepe, não tem reagentes. Imagina, se não tem detergente, vai ter reagente, por exemplo?”; “então o descaso, não só o sucateamento do ensino, mas o descaso com a pesquisa no país é absurdamente alto”; “a pesquisa não é considerada uma profissão no país, isso é fato, você não acha um edital de um concurso para pesquisador, entendeu?”; “a bolsa científica é algo, no estado, hoje em torno de quatrocentos reais. E você não pode arrumar emprego porque você tem uma bolsa de quatrocentos reais, entendeu? Eu sei porque eu passei por isso”; “eu vivia tipo com quatrocentos reais só que eu tinha que viver de bico”; “a gente tá vivendo uma onda de anticidência, a gente tá vivendo uma

onda de antieducação, tudo isso influencia porque quando mais verbas eles cortarem dessas áreas, melhor, mais populistas eles estão tentando ser. Então essa onda anticiência, que inclusive está gerando essa conturbada onda antivacina, antimedamentos, anticomprovação científica, tudo isso gera um, um descrédito da sociedade com a ciência” (Pablo).

“Eu tive essa frustração de laboratório quando entrei na graduação”; “Não tinha insumo”; “tive pouquíssimas aulas práticas, ou por falta de laboratório ou por falta de insumo”; “foi uma frustração muito grande”; “é muito triste mesmo esse desmonte do ensino e da pesquisa”; “é muito triste não ter perspectiva”; “converso com meu pai e ele fica, não sei por que você está escolhendo isso, você sabe que está tudo quebrado” (Bianca).

“Ser jovem no Brasil mesmo é você saber lidar com incerteza, de realmente, assim, de sentir uma retirada das perspectivas”; “tem que acabar sendo um faz tudo, tem que saber um pouquinho de tudo e realmente não conseguindo apostar numa carreira só, porque você pode acabar tendo um diploma na mão e totalmente endividado, né, passando fome” (Rodrigo).

“Em alguns momentos eu vejo até um discurso um pouco desmotivador por parte dos professores em relação a seguir essa área da pesquisa, essa área mais acadêmica”; “em relação à minha família, eu queria ter feito outro curso, né, que era um curso de História, mas meu pai, principalmente, falou não, faz outro curso, porque, né, se você fizer História, você prioritariamente vai ser uma professora, que é o que eu tenho vontade de ser, inclusive, e a gente sabe que essa carreira é muito desvalorizada no Brasil, né, e talvez não encontre emprego”; “não tem tanta motivação em relação a seguir a área acadêmica”; “infelizmente, a área da pesquisa, né, dessa questão academicista, é bem desvalorizada” (Camila).

“Sou a primeira pessoa do meu grupo familiar que ingressou numa universidade, tanto pública quanto privada, então a minha experiência de descoberta da Universidade aconteceu em conjunto com os meus pais, então, assim, todo passo que eu dou aqui dentro, cada passo novo, assim, para eles é um sucesso, eles adoram, então eu acredito que, independente do âmbito, qualquer, qualquer lado que eu optasse que fosse ligado ao mundo acadêmico eles iriam me apoiar. Eles me apoiam muito também, acho que principalmente na questão da educação, mas é complicado, né, a gente acaba sendo desmotivado” (Bruna).

“Estar estudando sem ter um trabalho junto, sem ter esse emprego junto, às vezes causavam, causa, na verdade, certos conflitos internos, conflito na psicologia, no próprio psicológico meu, e um pouco com a família também, né, porque às vezes meu pai fica um pouco sem fazer essa compreensão do que eu ando fazendo aqui e sem ter conseguido bolsa, sem ter conseguido estabelecer algum emprego aqui, e às vezes bate até um certo desânimo com o próprio curso em si, ao longo desse período e por conta dessa situação” (Igor).

Os sentimentos de desmotivação, desvalorização e falta de reconhecimento também estiveram muito presentes nas declarações dos participantes do Grupo 2. Algumas expressões usadas foram: desvalorização, desgaste emocional, falta de reconhecimento, desmotivação, desestímulo, ultraje, tristeza. A falta de incentivo dentro da família também foi relatada, mas não de forma unânime como foi o relato sobre a falta de incentivo por parte da sociedade:

“Gosto muito de ser estudante, de ser pesquisadora, realmente não me imagino fazendo outra coisa, acho que eu seria muito infeliz fazendo outra coisa, mas é muito desgastante”; “a gente não é valorizado, nem muitas vezes pela nossa própria família, às vezes não entende, acha que é... ah, você só estuda, você não trabalha”; “isso é muito desgastante pro emocional”; “porque você não se sente valorizado”; “acaba não se sentindo como profissional”; “acho muito que é pelo fato de não ser uma profissão reconhecida, profissão de pesquisador”; “isso desmotiva muito”; “concurso para substituto... é um absurdo você... no mínimo doutor, sendo que um salário de mil e duzentos reais, menos que uma bolsa de mestrado. É um ultraje” (Elisa).

“É muito desgastante”; “desestimulante”; “eu acabei tendo que trabalhar junto, porque a minha bolsa foi uma bolsa de um ano só da CAPES. Não renovou. Que é aquela bolsa que eles chamam de auxílio social”; “realmente, pouco valorizado”; “é um futuro meio triste”, “eu acho que a minha família até compreende” (Nathália).

“Apesar disso que a gente tá falando, ser estudante é um privilégio no Brasil”; “porque, em todo esse contexto e panorama que a gente tá falando, da universidade pública, ainda continua a super desigualdade de que não entra outra classe social a não ser as classes mais privilegiadas, que podem estudar, e podem entrar, passar no vestibular”; “quando a gente conversa com outros pesquisadores de fora, por exemplo, da América Latina, o modelo de pesquisa, o modelo educacional de fomento à pesquisa foi modelo para outros países”; “Então ter essa possibilidade, esse vislumbre, né, de poder vivenciar isso socialmente, e ver isso caindo aos pedaços, desaparecendo... daqui um tempo, desaparecer completamente, é muito triste”; “não é triste só porque individualmente a gente não vai ter emprego, vai ser muito difícil a gente passar num concurso, porque não vai ter concurso. É triste todo o panorama, assim, de pesquisa no Brasil” (Amanda).

“A gente tá com cada vez laboratórios mais sucateados, tendo que tirar do próprio bolso pra comprar reagente, vidraria, material de consumo que seria, inclusive, obrigação da Unesp fornecer, e isso não tem acontecido mais. É... é realmente um problema geral na universidade, na pesquisa no Brasil” (Elisa).

“Essa parte de pesquisa virou algo, infelizmente, de amor mesmo. Você tem que ir contra tudo e todos pra conseguir, pra conseguir seguir nessa trajetória de vida tão bonita, né, de educação, de pesquisa, de desenvolvimento, que pra mim era um sonho, pra muitas pessoas que eu vi entrando na faculdade, era um sonho. Muitas delas nem tão na faculdade, não conseguiram se manter” (Iuri).

“Eu fiquei pensando, né, mas quem é que pode ter o luxo de ter amor, né... Assim, não querendo contradizer o Iuri, né, eu acho que tenha razão. Eu também faço pesquisa porque eu gosto, né, afinal, é tão sofrido, se eu não gostasse, é um completo masoquismo. Então, minimamente, eu tento gostar da minha área, tento gostar do que eu faço (...). É a única coisa que eu preciso ter pelo menos, além da bolsa e tudo mais. É o mínimo pra minha saúde mental” (Amanda).

“Ser estudante e ser pesquisador é... não é essencial isso, mas é também amar, resistir, lutar” (Arthur).

A pesquisa científica e o governo Bolsonaro:

Até este momento das entrevistas nos grupos focais, não foi feita, por parte da moderadora, referência ao governo Bolsonaro. Em alguns momentos, a menção foi trazida pelos participantes de forma espontânea. Mesmo assim, pudemos observar que os relatos até aqui foram no sentido de expor o sentimento individual a partir da relação deles com a universidade e a relação da universidade com a sociedade. A preocupação com o futuro e a falta de perspectiva de vida apareceram de forma espontânea durante a realização dos grupos; e os relatos traçaram um panorama de desvalorização da pesquisa no Brasil que vem se construindo há muitos anos e que se intensificou no governo Bolsonaro.

Vejamos os relatos do Grupo 1:

“Acho que é esse processo de desmonte mesmo, que infelizmente não é de agora Eu lembro que eu fui para o Conune, encontro de estudantes da UNE, em 2015, (...) aí eu lembro que a gente já tava brigando porque já tinha cortado sete bilhões da educação”; “e aí a gente foi vendo uma coisa atrás da outra, né, teve a PEC, lembro que no meu instituto era PEC da Morte, e aí a agente está vendo agora os reflexos disso tudo”; “então as falas de vocês só me vem que a gente, dentro da universidade, é a falta de saúde mental que a gente fica mesmo, porque aí precisa manter uma produtividade muito alta”; “a gente não tem nenhuma estabilidade e a gente fica pensando, quando eu vou me aposentar? Se eu entrar num doutorado eu vou terminar com quase 30 anos, né, sem nunca ter tido uma carteira registrada”; “pensando num governo, qual a perspectiva que a gente tem de trabalhar como professor universitário hoje?” (Bianca).

“Eu não sou da área da pesquisa, não estou inserido em todo esse processo de estudante beneficiado com bolsa e etc e isso já é desalentador para mim, tanto por conta de todo o processo que eu passei nesses cinco anos correndo atrás de conseguir isso. E já é difícil também eu conseguir estar me mantendo, às altas custas, desempregado com o curso e um curso que eu vou receber meu certificado de conclusão e a licenciatura e o único lugar possível onde eu consigo me alocar é na área da educação é na área da fornecer aulas etc e é a área mais desvalorizada assim enquanto trabalho mesmo”; “o reconhecimento do esforço, o reconhecimento das atividades do pesquisador, do trabalhador já está superada em prol de uma maior dinamização, uma maior dinamicidade, né, em que isso afeta drasticamente o nível de vida da pessoa que está exercendo aquela atividade e aquela profissão”; “eu penso que isso vai além do governo atual também, porque o governo atual tem conseguido atacar a educação com mais facilidade”, “tudo aquilo que eu Weintraub tocou nesse um ano e meio que ele foi o ministro da educação do governo atual estava alinhado com aquilo que eram as reestruturações na educação, as reformas na educação que já vinham dos governos anteriores, já vinham do projeto que o governo Dilma tinha para o novo marco da educação no Brasil, já vinha do teto de gastos do Temer, da própria reforma do ensino médio que ele aplicou” (Igor).

“Eu era o presidente do comitê de ética na greve de 2013, no governo Dilma, quando o Aloizio Mercadante meteu o louco e cortou a estadia do pessoal. O pessoal tinha que escolher, ou ganhar quatrocentos reais ou morar na moradia. Tipo, ah, mas eu tenho um teto e o que é que eu vou comer? Não interessa, você tem um teto. Então, assim, não é de hoje, é de muito tempo atrás” (Pablo).

A seguir, os relatos do Grupo 2:

“Eu acho que já vem de um certo tempo (...) é que é muito complicado, né, porque no período do governo do PT, o cenário econômico do Brasil já era um cenário um pouco mais favorável, e fora as medidas sociais que teve por parte do governo, facilitaram bastante coisa”; “chegar no doutorado sempre foi pra poucos, no mestrado, sempre foi, e na graduação, também”; “a impressão que passa é que quando a gente tava tendo um pouquinho de avanço nesse sentido, de massificar as pessoas com um título de graduação, esse... esse movimento foi cortado” (Arthur).

“Nos meus avós, né, nos meus tios mais velhos, a questão de fazer uma graduação ou de ser um pesquisador era realmente uma coisa muito distante da realidade, era uma coisa exótica (...) e isso depois começou a mudar”; “mas isso, realmente, como ele falou, foi cortado, não teve uma continuidade. E uma coisa que eu tenho visto de alguns anos pra cá, e agora a gente tá no momento de ápice disso, que é a falta de credibilidade da ciência”; “sem

respeito às Ciências Sociais, né, à pesquisa nessa área, como se não fosse uma área importante, como se fosse uma subárea” (Elisa).

Passamos, agora, para o segundo momento dos grupos: ambiente reconstruído, quando apresentamos as declarações do governo Bolsonaro direcionadas à universidade e aos estudantes.

Exposição das declarações do governo Bolsonaro:

Neste momento da condução dos grupos, os participantes foram questionados sobre a visão do governo federal a respeito da universidade e, no intuito de reconstruir o ambiente que antecedeu às manifestações, foi transmitida uma apresentação das principais declarações do governo Bolsonaro direcionadas aos estudantes e à universidade, proferidas pelo presidente, pelo então ministro Weintraub e por outros atores políticos ligados ao governo.²⁵

Algumas reações dos participantes foram: “é um ataque, claro”; “ai, gente, tô tomando fôlego. Eu não ouvia essas frases faz muito tempo. Mas é só um desserviço”; “a gente acaba ficando revoltado”; “eu acho que é no mínimo triste”; “a gente sente de fato pessoalmente atacado”; “são frases que a gente vê, assim, uma situação outra, mas ver todas juntas, assim, é triste”; “parece uma barbarice o que ele tá falando e tudo mais, mas representa boa parte da população”; “eu acho, assim, que parte, que boa parte concorda com isso, sim” (Grupo 1).

“Nojo”; “tô muito triste de ter lembrado”; “muita indignação”; “Acho que é só tristeza, nem forças pra sentir raiva mais eu tenho”; “dá nojo”; “asco”; “dei muita risada, mas é que é ridículo o que foi... É muito ridículo. Ao mesmo tempo que eu fico triste”; “é um desgosto profundo; é realmente rir para não chorar”; “é esse cara que tá me menosprezando, é esse cara que a sociedade tá indo atrás”; “eu continuo sentindo muito orgulho de ser estudante, de ser pesquisadora, e cada vez mais”; “a impressão de que dá é que com o Bolsonaro, com a eleição, né, do Bolsonaro, ele autorizou todos que já pensavam, que pensavam desse jeito preconceituoso contra a ciência, contra o conhecimento, a realmente falar na cara, a realmente não mais esconder”; “a impressão que dá é que às vezes a gente tá sozinho; por mais que isso dê ainda força pra gente continuar, eu acho que dá um gás, mas tem hora de desanima um pouco, também”; “eu me sinto muito desrespeitada por esse vídeo, extremamente desrespeitada”; “curioso como a questão de você pegar e ser estudante, passar numa universidade, deixou de ser um orgulho, né, e deixou de ser um signo do bem-sucedido, como passou de uma imagem totalmente invertida disso”; “Esse tipo de pensamento tá cada vez mais disseminado na nossa população de que a universidade, que o estudo, que a ciência é

²⁵ O conteúdo do material apresentado foi extraído da Seção 3.2. As declarações foram apresentadas aos participantes do grupo no formato de texto e a leitura das frases foi feita pela moderadora.

um inimigo, que é errado você querer estudar, que é errado você querer fazer ciência, que é errado você querer se qualificar, você pensar, é errado questionar” (Grupo 2).

A seguir, entramos no que denominamos terceiro momento dos grupos, quando os participantes foram questionados de forma direta sobre o que os levou às ruas nos protestos de maio de 2019.

A motivação para os protestos:

Quando questionados de forma direta sobre o motivo do engajamento nos atos de protesto, os participantes tenderam a dar justificativas mais sociais e não pessoais, buscando um motivo coletivo, uma causa, algo que está acima de qualquer reivindicação pessoal. Nos dois grupos, apenas uma participante foi diretamente afetada pelos cortes. Outros participantes, embora não afetados, apresentaram relatos de pessoas próximas que sofreram com os cortes. Um participante, no questionamento direto sobre a motivação para protestar, respondeu lutar contra o governo Bolsonaro. A referência aos ataques verbais do governo contra a universidade foi feita por dois participantes. De uma forma geral, os participantes relataram que foram às ruas para lutar pela educação.

Seguem alguns relatos do Grupo 1:

“Fui porque eu fui um dos chocalatinhos (...) perdi minha bolsa e estava desesperada (...) eu fiquei muito em choque (...) parecia que não tinha mais saída. Por mais que já houvesse esse desmonte (...) mas eu acho que o ódio à educação, né, pessoas que antes não se posicionavam sobre a universidade. E aquele momento o ataque da população também para as pessoas da Filosofia, de Ciências Humanas, né?” (Bianca).

“Realmente os ataques que aconteceram, né, e a questão do corte de bolsas (...). Eu acredito que essa foi uma grande oportunidade de conseguir demonstrar que o governo Bolsonaro não era uma unanimidade” (Rodrigo).

“(...) essa insegurança de não saber o dia de amanhã, né, em relação não só à questão das bolsas, mas da permanência estudantil, em relação ao desmonte da universidade pública, que por mais que já, como bem pontuaram, já, já existia esse cenário, eu acho que foi, foi muito mais forte” (Camila).

“(...) além dos motivos da, do contexto onde os cortes aconteceram (...) aproveitar o momento também para colocar em evidência, a partir da agitação e da mobilização política dentro dos nossos campi é... as pautas... do que acontecia nas universidades locais. (...) lutar pelo que é nosso (...) defender a minha classe, que é a classe de pesquisadores e pós-graduandos” (Pablo).

“O nosso movimento estudantil, justamente por se tratar da UNESP que é um campi bem... segregado, ele acaba sendo movido por questões muito... locais, do nosso campus, mas, naquele período, né, a gente viu de fato uma oportunidade pra... pra tá... pra tá fomentando de uma maneira maior essa discussão” (Bruna).

Relatos do Grupo 2:

“Participei porque... o desmonte da educação é uma das coisas de pior que se pode fazer com o país” (Elisa).

“(...) não sei dizer se era esperança, medo (...) eu tenho que lutar pela sociedade” (Iuri).

“(...) fui muito com esse sentimento de gratidão (...) me recusando a acreditar que outras pessoas não teriam a mesma oportunidade que eu tive” (Andréa).

“Eu vi muito como uma possibilidade de já manifestar um sentimento que já vinha se acumulando, né, porque, é aquilo, a gente se revolta com essa situação da educação, eu acredito que todo mundo se revolte todo dia” (Arthur).

“(...) como todo mundo falou, o sentimento de gratidão pelas oportunidades dadas, mas um sentimento de revolta por tudo que está desmoronando” (Nathália).

“(...) fui porque as ruas é a resposta e a luta mais efetiva pra se conquistar coisas. Historicamente, foi assim, tudo que se conquistou foi por meio das ruas. E foi muito bonito (...) um dos momentos únicos, assim, que a gente consegue se identificar, enquanto classe, enquanto pertencente à universidade”; “acho que aí entra muito aquela questão do ideal” (Amanda).

Os resultados do protesto:

Questionados se os protestos foram efetivos, se o objetivo buscado foi alcançado, os participantes foram unânimes em responder que o problema não foi resolvido, e demonstraram que continuam insatisfeitos. Neste momento, convém fazer uma observação com relação ao Grupo 1. Alguns dos participantes estiveram diretamente envolvidos com a organização dos atos de protesto na condição de integrantes de entidades estudantis. Durante as entrevistas, eles acabaram fazendo uma autocrítica sobre as estratégias de mobilização e pudemos observar divergências entre eles. Por isso, no Grupo 1, durante este momento, não foi possível coletar dados significativos sobre o sentimento individual, já que os participantes abordaram as estratégias de ação. Isso não ocorreu no Grupo 2.

Nos dois grupos, os participantes relataram que as manifestações não foram efetivas. Embora tenha havido a reposição de parte das bolsas de pesquisa que tinham sido retiradas, os

participantes continuaram demonstrando insatisfação. Percebemos que não houve conquista a ser celebrada.

Declarações do Grupo 1:

“Eu acho que o bom também de manifestação é a gente estar junto e ver que a gente não tá sozinho, porque quando a gente tá sozinho sem bolsa é... uma desesperança tamanha (...). Acho que tinha, pelo menos, um gosto de esperança, e isso era uma coisa muito boa. Hum... acabou que eu consegui a bolsa de volta, mas eu sei que... o meu caso foi assim... pontual, assim, sei que tem gente que continuou sem bolsa, sei que tem gente que desistiu, então, não, não foi resolvido” (Bianca).

“Acho que, acima de tudo, elas foram, foram importantes as manifestações (...). O 15M foi, assim, gigantesco, eu nunca tinha visto algo desse tamanho (...). A efetividade, assim, realmente voltaram atrás em alguns cortes e tudo mais, só que alguns impactos ficaram permanentes e infelizmente não foi resolvido, né. Eu acho que foi importante, mas a questão de efetividade não sei realmente mensurar” (Rodrigo).

“Eu acredito que no dia 15 ela deu um... acho que horizonte positivo, assim. Como foi uma manifestação que foram muitas pessoas, né, de... foram muitas pessoas eu não sei, assim, acho que deu uma esperança um pouco mais. Aí depois a do dia 30 já não foram tantas pessoas (...). Porque, poxa, foi muito massa, eu voltei para casa super, sabe? com realmente uma esperança, assim, voltei super feliz, que nossa, foi tanta gente e tal... E a gente fez alguns dias depois já tava bem mais esvaziada, então assim, a gente viu que essa descontinuidade das manifestações fizeram com que a gente não tivesse o resultado, o resultado que a gente esperava” (Camila).

“Ela teve de fato a sua importância no dia 15, mesmo porque ela serviu para recuperar várias daquelas, aquele sentimento de insurgência, daquele sentimento de debate e organização, né, que não, não se assistia dentro de uma organização, de uma manifestação nacional, né, pelo menos desde os primeiros momentos de 2013 (...). Então foi uma manifestação, um movimento descontinuado, que poderia ter se expandido para além daquele momento essencial, né, no dia 15 de maio, mas que se limitou a ficar é... naquela memória, vamos dizer assim, não teve algo que permitiu que ele se expandisse, que inclusive tomasse, que se encorpasse como uma estratégia do setor estudantil para efetivamente fazer uma reversão dos ataques que estavam acontecendo” (Igor).

“Fiz parte do grupo que foi por dentro do terminal e foi assim sensacional, foi a gente conseguiu entrar lá no horário de pico, que o pessoal tava descendo bastante e, assim, foi incrível porque muitos motoristas, muitos trabalhadores que tinham lá dentro, eles se juntaram

a nós, demonstraram apoio, saíram para falar: isso aí (...). Acho que a falta de planejamento na hora de consolidar qual era o norte do movimento acabou fazendo as pessoas se afastarem” (Bruna).

Declarações do Grupo 2:

“Vou ser bem sincero que eu não acompanhei no cenário posterior quais foram os desdobramentos das manifestações, mas, o que eu sinto é que não teve um retorno, não teve... Como se a gente tivesse só gritado, e fôssemos tratados como crianças que tavam fazendo birra e foi jogado de lado, esse foi mais ou menos o sentimento que eu tive” (Arthur).

“A impressão que eu tenho é (...) de que nada, não fez diferença (...). A gente parecia criança fazendo birra, mas a impressão que eu tenho é que de fato não fez diferença. A gente foi pra rua, gritou, lutou, mas os cortes aconteceram, continuam acontecendo. E enquanto esse governo estiver, e dependendo dos próximos, de quem vai vir, ele vai acontecer de novo, e de novo, e cada vez mais a educação vai ser deixada de lado (...). É triste. Bem triste e muito frustrante. Eu acho que, inclusive, por não ter tido uma continuidade, talvez, das manifestações, e não ter tido nenhuma resposta a isso, desestimula a ocorrerem novas manifestações e mais protestos nas ruas” (Elisa).

“Se o objetivo for, de fato, acabar com os cortes, acabar com o desmonte, não é com uma ou duas manifestações que a gente conseguiria, né? (...). A luta pra ser efetiva precisa ser sistemática. E talvez ter saído dois dias de maio, 15 e 30, não tenha sido (...). Por outro lado, se o nosso objetivo é mostrar força e união, e nos provar enquanto nós, né, saber da nossa força, mesmo, sabermos que somos potentes, eu acho que sim, nós atingimos o nosso objetivo (...). Me deu um certo alento saber que a qualquer momento, nós realmente podemos, que nós conseguimos sair às ruas e nos unir (...). Pelo menos, serve primeiramente no mínimo, no plano básico, mostrar que a gente não vai ficar de boa (...). E em segundo lugar, nós sabermos mesmo, né, porque esse sentimento de tristeza, de desânimo que todos nós sentimos, não pode ser paralisante, né?! Eu fico muito preocupada, assim, que nós ficamos paralisados muitas vezes com o medo, com a insatisfação. Eh... ela precisa ser uma força de luta, né?! E aí, é isso, acho que nós cumprimos, aí, dependendo da perspectiva da pergunta. (...) Professores junto com os alunos em manifestação. Em Araraquara, né, que historicamente é ali... As greves que aconteceram em Araraquara. Greve estudantil que não bate junto com a greve dos professores. E, e... falta ali a conexão muitas vezes, nessas manifestações e nessas lutas, e naqueles dias, todo mundo lá junto. E assim, os próprios professores, o que me deixou muito orgulhosa dos meus professores” (Amanda).

“A minha ideia de gratidão, eu acho, eu acredito que sim, eu senti na rua isso, eu senti lá. O que me decepcionou e muito foi ir na do dia 30. Na do dia 30, eu senti menos isso, e imaginar que teriam mais, e não tiveram. Eu imaginei que seria um processo, que teria uma continuidade maior, que seriam várias, e não aconteceu (...). Lembro que eu senti sim que valeu a pena. Senti que o que eu tava propondo e o que eu tava sentindo foi alcançado. A segunda, não sei se a segunda não, ou dias depois da segunda, eu não senti isso, porque eu vi menos pessoas (...). Dependendo do ponto de vista que eu olhei, sim, me satisfez. Mas dependendo do ponto de vista quando eu vi que não ia ter mais, eu me senti bem insatisfeito com o que aconteceu (Iuri).

“Não foi uma coisa que a manifestação aconteceu, e no dia seguinte, as bolsas foram restituídas, eh, e nem previsão, na verdade, o que é bastante desanimador. Mas eu acho que, pelo menos em mim, o que causou, o que me trouxe um sentimento de “não, realmente, a gente tinha que tá fazendo isso”. “Eu me senti, depois das manifestações, com muito mais ânimo, por exemplo, até pra minha pesquisa de doutorado, viu gente, confesso pra vocês” (Andréa).

“E essa questão de perceber que é a união, que realmente quando a gente quer, quando a gente se indigna, a gente consegue se juntar e ter essa força. (...) Eu fiquei também muito feliz, principalmente porque Economia, não sei se o Iuri tem essa noção, mas Economia é um curso, assim, que realmente as pessoas não vão” (Nathália).

“Eu tava ouvindo já de tempos que economia não participava, e a minha república, ela é composta por metade do pessoal de Odonto, e Odonto participou em um peso absurdo, que eu também não imaginava” (Iuri).

Encerramos a exposição do conteúdo e seguimos para nossa análise. Percebemos que, em ambos os grupos, os participantes se sentiram à vontade para compartilhar suas experiências e pudemos colher dados significativos referentes aos seus sentimentos e suas expectativas, que podem ter contribuído para a decisão de participar dos atos de protesto.

Convém destacar que vamos fazer nossa análise considerando a visão do grupo e não dos participantes individualmente. Seguimos esse caminho porque pudemos observar uma unidade de conteúdo nas exposições feitas por eles. Embora alguns aspectos se apresentem com mais ou menos frequência nos participantes, com mais ou menos intensidade, a dinâmica de conteúdo se repetiu nos dois grupos. O que percebemos foi a forte presença de um sentimento de desânimo, de descontentamento e de frustração, exposto de forma espontânea quando eles falam de si e de suas expectativas de vida. Os grupos começam com apresentações individuais, que muito rapidamente abrem caminho para a manifestação do

sentimento de pessimismo com as condições da pesquisa no Brasil. Nesse momento, o clima foi de um desânimo generalizado. Depois percebemos um momento de exaltação, primeiro com a reação negativa às declarações do governo Bolsonaro e depois com o entusiasmo pela participação nas manifestações. Então, os grupos terminam com o mesmo sentimento de desânimo que se iniciaram, ao ser constatada a falta de um resultado efetivo após os protestos.

Selecionamos algumas declarações para ilustrar essa dinâmica: “meu objetivo é não ser uma doutora desempregada”; “É um ataque”, “dá nojo”, “me sinto desrespeitada”; “bicho, meu, sério, foi uma sensação muito incrível naquele dia”; “a impressão que eu tenho é que não fez diferença, a gente gritou, lutou, mas os cortes aconteceram”.

Essa dinâmica revela os elementos que tornam possível o diálogo com a teoria, pois percebemos a existência de um sentimento de desrespeito, de um sofrimento causado pela interiorização do desrespeito social com a desvalorização da pesquisa no Brasil. Esse sentimento encontrou uma oportunidade de ser manifestado a partir da solidariedade dos atos de protesto. Assim como a ação de desrespeito continuou em curso mesmo após as manifestações, o sentimento de injustiça também se manteve depois dos atos.

3.5 Identidade

Para discorrer sobre o significado de identidade da teoria de Honneth a partir dos dados empíricos levantados, vamos mobilizar outros conceitos já levantados na primeira e na segunda parte deste trabalho: identidade coletiva, integridade pessoal, sofrimento, autonomia e autorrealização.

Trazemos, de início, o debate sobre identidade individual e identidade coletiva que apresentamos no estudo comparativo entre Honneth e Taylor²⁶. Mostramos que Deranty (2009) afirma que a teoria de Honneth enfatiza o lado individual, enquanto que nas teorias comunitaristas a comunidade é que está em evidência²⁷. Embora Honneth trate de ações coletivas, ele busca explicar sua dinâmica de funcionamento a partir dos sentimentos individuais de desrespeito. A dinâmica dos atos coletivos é explicada pela dinâmica do sofrimento individual – a interiorização do desrespeito social. O sujeito possui expectativas de reconhecimento que são frustradas pela sociedade em uma ação de desrespeito social. Essa frustração acarreta um sofrimento pessoal que possui um potencial de mobilização. O sujeito

²⁶ Ver Seção 2.2 Ética, identidade coletiva e multiculturalismo.

²⁷ Idem.

que sofre é o sujeito que se mobiliza, pois o engajamento em ações sociais é uma espécie de remédio para se livrar do sofrimento²⁸.

Os participantes dos grupos focais foram escolhidos tomando como base duas características em comum: ser estudante universitário e ter participado dos protestos de maio de 2019. Podemos ver, nesse sentido, um agrupamento em torno de uma identidade coletiva: ser estudante, ser universitário, ser pesquisador, ser jovem. Os próprios participantes, em alguns momentos, chegaram a se definir como uma classe: “foi um dos momentos únicos que a gente consegue se identificar enquanto classe, enquanto pertencente à universidade”; “a gente (acadêmicos) é a resistência da nossa classe”; “é pra defender a minha classe, de pesquisadores, pós-graduandos”. Existe, portanto, uma identificação coletiva, mas ela não é o objeto principal da interação que analisamos. A identidade protagonista nesse cenário é a individual; ela está fortemente ligada à universidade, mas não se finda nela; ela se constitui a partir das oportunidades ligadas à universidade.

Assim, tratando o reconhecimento como uma questão moral²⁹, como faz Honneth, essa identidade coletiva não se coloca como um fim e sim como um meio. A identidade que tratamos aqui é vista como integridade pessoal, como constituição da própria pessoa, e não como um bem coletivo. Retomado uma citação que já utilizamos: em Honneth, “o reconhecimento não é primariamente um bem, mas uma condição quase transcendental da própria subjetividade” (DERANTY, 2009, p. 431). O reconhecimento é “a condição da própria vida normativa, a condição para a existência do sujeito, se por sujeito entendermos um ser humano que pode levar uma vida minimamente humana, uma vida, ou seja, onde ele ou ela pode ser minimamente sujeito” (DERANTY, p. 433).

Os participantes dos grupos demonstram o desânimo e a frustração com a desvalorização da pesquisa no Brasil. A devida valorização – com a regulamentação da profissão de pesquisador, com a melhoria das condições de trabalho (mais recursos e melhor infraestrutura), com a atualização do valor das bolsas de pesquisa – não é o fim em si, mas a condição para que eles possam desenvolver seus próprios projetos de vida, como seguir a carreira acadêmica. Vejamos a frustração de um entrevistado com seus planos futuros: “sou biólogo, mas meio ambiente já era. Posso ser professor, mas educação já era. Posso ser pesquisador, pesquisa já era”.

Não vemos, no conteúdo coletado, que as reivindicações dos participantes se sustentam em metas coletivas. O grupo não é condição para assumir a própria identidade. As

²⁸ Ver Seção 1.7 Transcendência na imanência

²⁹ Ver Seção 1.4 Autonomia e autorrealização e 1.5 A moral do reconhecimento.

reivindicações de valorização da educação, comuns aos integrantes dos grupos, são a condição para formar (e não assumir algo preexistente) a própria identidade: “queria ter feito outro curso... que é o que tenho vontade de ser (professora)... e a gente sabe que essa carreira é muito desvalorizada no Brasil”. As condições para a autorrealização dos participantes passam pela valorização da educação. Aqui vemos uma busca pelo reconhecimento como condição da autorrealização.

Enxergamos, também, nas demandas por reconhecimento, a condição para a autonomia, no sentido em que ela aparece na teoria de Honneth. Recuperando uma explicação que já fizemos, a teoria de Honneth concebe o sujeito livre como sujeito autônomo e autorrealizado, entendendo que liberdade não diz respeito, simplesmente, “à ausência de coerção ou influência externa; ela significa ao mesmo tempo a falta de bloqueios internos, de inibições psíquicas e de angústias” (HONNETH, 2009a, p. 273). Questionamos os participantes dos grupos sobre seus projetos de vida e identificamos a pesquisa e a universidade muito presentes nas expectativas deles. Além disso, verificamos a manifestação de um sentimento de desânimo, que dominou essa parte da discussão nos dois grupos realizados. Essa frustração foi manifestada por alguns participantes quando faziam suas apresentações pessoais, antes mesmo de serem questionados sobre seus projetos de vida.

Vejamos alguns termos utilizados por eles: “ser estudante, ser jovem no Brasil é saber lidar com incerteza... de sentir uma retirada de perspectiva”, “planos a longo prazo (referindo-se à vida acadêmica) dependem... vida pessoal, psicológico, emocional, financeiro”, “estar estudando sem ter um trabalho junto... causa... certos conflitos internos..., no próprio psicológico meu”, “é desalentador”, “fico desmotivada”, “dentro da universidade, é a falta de saúde mental que a gente fica mesmo”, “seria muito infeliz fazendo outra coisa... a gente não é valorizado, nem muitas vezes pela nossa própria família,... isso é muito desgastante pro emocional”, “a gente não se sente valorizado”, “acaba não se sentido como profissional”, “é desestimulante”, “é um futuro meio triste”

Vemos nisso um exemplo do “sujeito vulnerável” (DERANTY, 2009, p. 367) em Honneth, que é totalmente dependente do outro para conceber a si mesmo. Para Honneth, o êxito na autorrealização é entendido como um “processo de realização espontânea de metas da vida autonomamente eleitas” (2009, p. 173). O que vimos nos grupos foi um sentimento de decepção por considerarem que seus projetos de vida estão ameaçados.

Neste ponto também podemos inserir a discussão que fizemos na Seção 2.4 sobre percepção e atribuição. Se tivéssemos tratando de uma luta pelo reconhecimento de uma identidade de classe, ela se aproximaria do modelo perceptivo. A estrutura das relações de

reconhecimento que Honneth apresenta combina os dois modelos, mostrando que o indivíduo só pode conquistar sua autonomia quando, pelo reconhecimento do outro, é capaz de identificar-se com suas próprias características. Assim, o papel do parceiro de interação vai além de um assentimento e passa a ser constitutivo da própria identidade.

Como não poderia deixar de ser, a universidade se fez presente nas apresentações pessoais de todos os participantes dos grupos: todos possuíam, durante as entrevistas, vínculo com a Unesp, e informar o curso ou a área de atuação era parte integrante das apresentações. Mas eles também foram estimulados pela pergunta inicial a apresentarem atividades não relacionadas à vida universitária. Vários deles citaram atividades esportivas e de lazer ao se referirem a um passatempo. Mesmo assim, percebemos que a universidade estava fortemente presente na vida da maior parte deles, podendo ser confundida com aspectos da própria personalidade: “passo 95% do meu tempo aqui, desenvolvendo meu projeto no laboratório”, “fiz 76 entrevistas, estou escrevendo, então esse está sendo meu hobby de quarentena”, “sou bolsista do CUCA”, “sou bolsista CAPES”, “sou professora de cursinho popular”, “sempre fiz pesquisa”, “difícil me imaginar fazendo outra coisa”.

Nesse sentido, vemos a universidade associada a uma característica pessoal: o que sou e o que faço está relacionado com a universidade. Mas, além disso, vemos a universidade como uma condição para garantir a integridade pessoal: o que quero ser depende da universidade. Se voltássemos a falar com os entrevistados daqui a alguns anos, poderíamos nos deparar com uma situação em que muitos deles tivessem seguido outros caminhos de vida. Mas as expectativas de vida que apresentaram durante as entrevistas, os projetos que traçaram para si, que escolheram viver, se mostraram dependentes da universidade e, segundo eles, estão ameaçados pela falta de valorização social. Retomando a definição que fizemos ao final da primeira parte do trabalho: identidade em Honneth é a dinâmica moral capaz de explicar o processo de formação da pessoa pela gramática das lutas sociais. Identidade se define pela moralidade do reconhecimento, que abarca reivindicações de autonomia e autorrealização, que quando violadas pelo desrespeito social guardam o potencial de impulsionar o sujeito para a ação, na tentativa de transcender as injustiças sociais.

Portanto, considerando essa definição, enxergamos, nos dados coletados, reivindicações de reconhecimento fortemente relacionadas à identidade dos participantes e às condições de garantia da integridade pessoal deles, que se faz pela autorrealização e conquista da autonomia. Além da relação reconhecimento-identidade, identificamos elementos que nos permitem relacionar reconhecimento e sofrimento. Observamos manifestações de sofrimento ligadas à ação de desrespeito social, ou seja, a internalização do desrespeito (desvalorização

da universidade) que coloca em risco a integridade pessoal dos sujeitos vulneráveis ao reconhecimento social.

Não conseguimos, nas entrevistas, avaliar a relação direta do sofrimento com a autoestima e o autorrespeito dos participantes. Vimos que o sofrimento afeta os participante e, mais adiante, discutiremos o potencial mobilizador desse sofrimento. Mas, para acessar a autorrelação prática das relações intersubjetivas de reconhecimento (autoconfiança, autorrespeito, autoestima), é necessário buscar outros métodos de pesquisa empírica, além de ser necessário um aprofundamento no campo teórico e prático da psicologia.

3.6 A ação de desrespeito

Na seção anterior, discorremos sobre a relação entre reconhecimento, identidade e sofrimento. Vimos que os participantes dos grupos focais expuseram uma situação de desvalorização social da universidade e, pelo sentimento de frustração que eles manifestaram, percebemos que essa ação de desrespeito foi internalizada na forma de um sofrimento. Buscaremos, agora, entender essa ação de desrespeito que afetou os entrevistados.

Durante as entrevistas, buscamos investigar seus objetivos de vida e identificamos que todos possuem projetos futuros relacionados à universidade, seja no sentido de iniciar uma nova graduação ou pós-graduação, seja no sentido da carreira de docente. Com relação ao vínculo atual, especificamente nos estudantes de pós-graduação, houve a manifestação da insatisfação pela falta de condições de trabalho. Quanto às expectativas futuras, o sentimento de incerteza foi geral. E esse sentimento, muitas vezes, estava ligado ao que definiram como um cenário de desvalorização da universidade e da pesquisa, com falta de oportunidades de trabalho e falta de estrutura adequada. Assim, agrupamos os problemas apresentados por eles em quatro categorias: escassez de recursos; falta de oportunidades de trabalho; não regulamentação da profissão; desprestígio social.

Sobre a primeira categoria, os entrevistados que realizam trabalho em laboratórios relataram uma situação dramática: “não tem detergente, vai ter reagente?”, “não tinha insumo..., tive pouquíssimas aulas práticas”, “é um processo de desmonte”, “preciso fazer um motor para agitar um determinado aparelho. Meu, é chiclete, goma de mascar ali embaixo, usa um celular vibrando, assim, desse jeito mesmo”, “cada vez laboratórios mais sucateados”.

Com relação à segunda categoria, os participantes manifestaram ter medo sobre a falta de oportunidades de trabalho. Isso faz com que eles questionem seus próprios desejos de seguir carreira acadêmica: “você pode acabar tendo um diploma e totalmente endividado,

passando fome”, “objetivo... é não morrer de fome”, “não ser uma doutora desempregada”, “concurso não tá abrindo, não vai abrir tão cedo”, “é um ultraje (salário professor substituto)”, “muita gente focada no mercado financeiro e a área acadêmica acaba ficando em segundo plano”.

A falta de regulamentação da profissão de pesquisador é um aspecto de insegurança quanto ao futuro e que contribui para o desprestígio social do pesquisador: “se eu entrar num doutorado, eu vou terminar com quase 30 anos, né, sem nunca ter tido uma carteira registrada”, “acaba não se sentindo como profissional, realmente, como pesquisador. Acho muito que é pelo fato de não ser uma profissão reconhecida”, “o não reconhecimento dos pós-graduandos enquanto trabalhadores... é uma coisa absurda”, “pesquisa não é considerada profissão”, “pesquisador também é trabalhador”.

Com relação ao desprestígio social, além da não regulamentação da profissão, os entrevistados afirmaram acreditar que boa parte da população compartilha da visão que o atual governo federal tem sobre as universidades: “a gente tá vivendo uma onda anticiência..., antieducação”, “parece uma barbarice... mas representa boa parte da população”, “a gente não é valorizado, nem pela própria família”, “esse tipo de pensamento está cada vez mais disseminado de que a universidade, a ciência é um inimigo, que é errado querer fazer ciência”, “é um projeto de desmonte, de eleger inimigos”, “a eleição do Bolsonaro autorizou todos que já pensavam desse jeito preconceituoso contra a ciência a falar na cara”, “passar numa universidade deixou de ser orgulho”.

Para definir essa ação de desrespeito descrita pelos participantes dos grupos focais, faremos um breve panorama da pesquisa científica no Brasil.

Por diversas vezes durante este trabalho, utilizamos universidade e pesquisa como sinônimos, pois entendemos que as duas estão fortemente vinculadas. Valemo-nos da visão apresentada por Silva (2014) para fundamentar essa associação:

Em tempos atuais, dissociar o conceito de universidade da pesquisa é praticamente inaceitável, isso porque a noção de universidade moderna associa o ensino à pesquisa científica. Em seu alicerce, a pesquisa postula a produção do conhecimento, necessária à práxis acadêmica (SILVA, 2014, p. 26).

De acordo com dados apresentados pela jornalista Mariluce Moura (2019), considerando o “volume de artigos científicos indexados em bases de dados internacionais, um indicador mundialmente consagrado”, a produção científica no Brasil “praticamente dobrou do começo para o fim da primeira década do século XXI”. Segundo a jornalista, as

universidades públicas federais e estaduais são responsáveis por “mais de 95% dessa produção científica do Brasil nas bases internacionais”.³⁰

A pesquisa científica no Brasil é, portanto, majoritariamente produzida dentro das universidades públicas federais e estaduais, por professores e alunos, e a verba para financiamento delas é proveniente, majoritariamente, de agências de fomento vinculadas a órgãos públicos, são elas: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI); Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), vinculado à FINEP; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal; e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, vinculadas aos governos estaduais, como Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).³¹

Segundo estudo publicado pela Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA), a partir de dados da Plataforma InCites (Thomson Reuters/Clarivate Analytics), coletados em 2018, “os três órgãos que mais financiaram pesquisa no Brasil de 2011 a 2018, de acordo com o número de documentos publicados, foram o CNPq (122.967), CAPES (70.048) e FAPESP (56.667)”.³²

Levantamento apresentado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)³³ mostra a redução de recursos discricionários que o MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia vêm sofrendo anualmente. De 2014 a 2019, a redução foi de mais de 50% nas

³⁰ Maricule Moura é responsável pela criação da revista *Pesquisa FAPESP*, Editada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Foi sua diretora de redação até dezembro de 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/pesquisa-as-claras/>. Acesso em: 29 mai. 2021. Os dados apresentados pela jornalista referem-se à resposta do presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, a uma declaração do presidente Bolsonaro de que poucas universidades brasileiras realizam pesquisa. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em 29 mai. 2021.

³¹ DUDZIAK, E.A. Quem financia a pesquisa brasileira? Um estudo InCites sobre o Brasil e a USP. São Paulo: SIBiUSP, 2018. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/quem-financia-a-pesquisa-brasileira-um-estudo-incites-sobre-o-brasil-e-a-usp/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

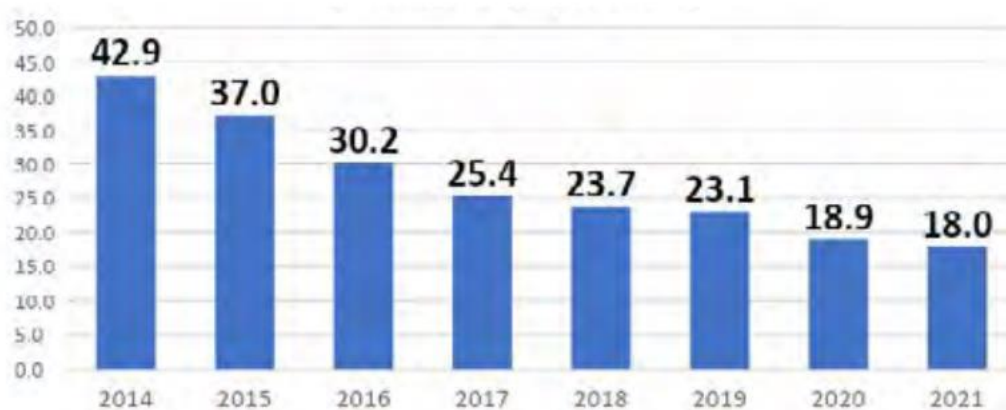
³² Idem

³³ Levantamento consta em uma carta assinada pela SBPC e mais 90 instituições ligadas à educação superior, ciência e tecnologia, endereçada aos parlamentares brasileiros com uma defesa do aumento de recursos da União para o setor. Disponível em: http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/carta-orcamento-2021-30-set_V5.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021. Os dados também constam em uma apresentação feita pelo presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, em audiência da Comissão Mista de Orçamento, realizada em 31 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/apresentacao/2019/31-10-2019-SBPC.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

duas pastas. Os recursos destinados à CAPES, excluindo a folha de pagamento, vinham em um processo de ascensão desde 2010, até sofrerem queda a partir de 2016. A verba do CNPq, excluindo folha de pagamento, apresentou crescimento de 2010 a 2014, passando a apresentar queda entre 2015 e 2018 e apresentando um aumento em 2019. Vejamos os gráficos abaixo:

Figura 1: Diminuição de recursos Ministério da Educação

Recursos discricionários do MEC (R\$ bilhões a preço de 2020)

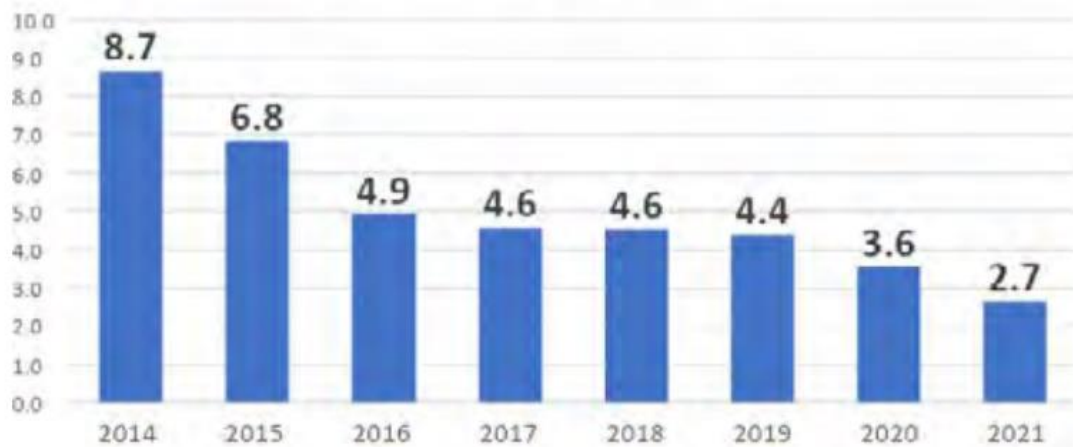


** Inclui recursos da regra de ouro. Entre 2015 e 2019, empenho. Para 2020, LOA atual. Para 2021, PLOA. Não considera emendas. Considera IPCA médio (IBGE). Siop - consulta em 9/9.*

Fonte: SBPC

Figura 2: Diminuição de recursos Ministério da Ciência e Tecnologia

Recursos discricionários MCTI (R\$ bilhões a preço de 2020)

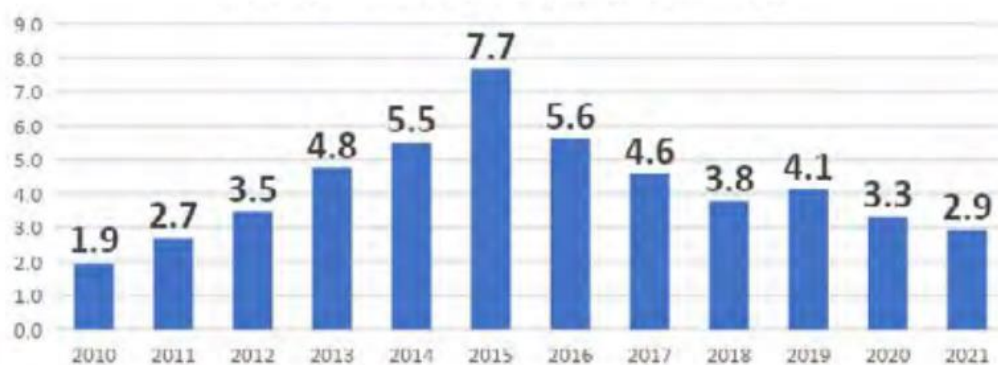


* Inclui recursos da regra de ouro. Entre 2015 e 2019, empenho. Para 2020, LOA atual. Para 2021, PLOA. Não considera emendas. Considera IPCA médio (IBGE). Siop - consulta em 9/9.

Fonte: SBPC

Figura 3: Diminuição de recursos CAPES

Recursos Capes - sem folha de pagamento (R\$ bilhões a preço de 2020)



* Inclui recursos da regra de ouro. Entre 2015 e 2019, empenho. Para 2020, LOA atual. Para 2021, PLOA. Não considera emendas. Siop - consulta em 9/9.

Fonte: SBPC

Figura 4: Diminuição de recursos CNPq



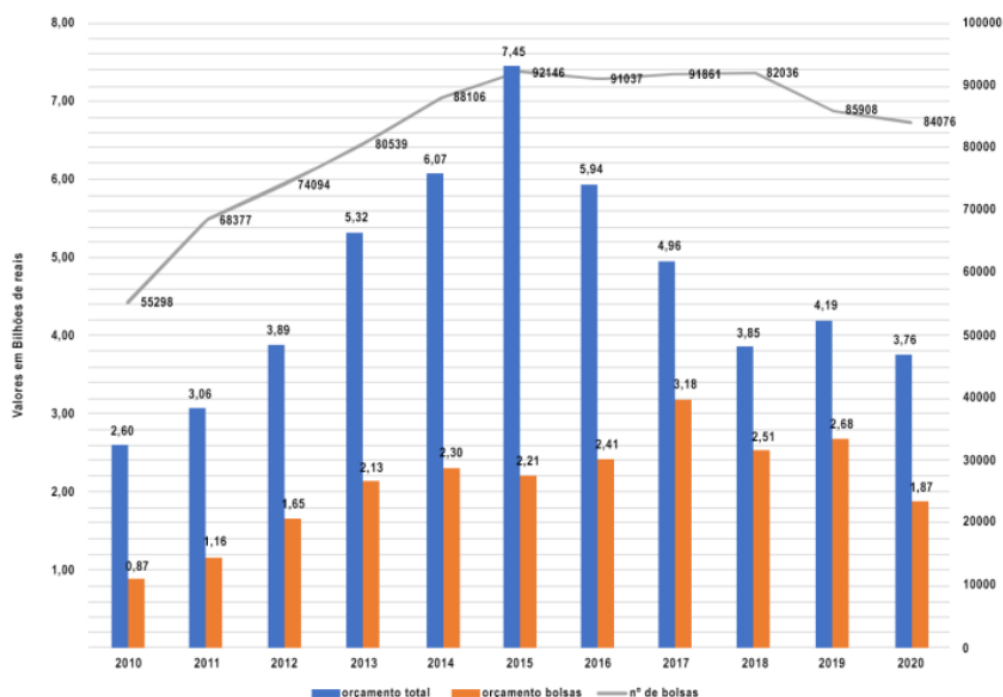
* Inclui recursos da regra de ouro. Entre 2015 e 2019, empenho. Para 2020, LOA atual. Para 2021, PLOA. Não considera emendas. Siop - consulta em 9/9.

Fonte: SBPC

Levantamento feito pela Agência Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) sobre os recursos da CAPES³⁴ demonstra o mesmo panorama apresentado pela SBPC: uma crescente entre 2010 e 2015, 186% no período, sendo o pico de investimento observado em 2015, quando houve um crescimento de 22% com relação ao ano anterior, e sucessivas quedas até 2018 (redução de 51% entre 2015 e 2018), com um aumento em 2019.

³⁴ Levantamento, segundo a ANPG, teve como base os dados divulgados pela própria CAPES, após pedido do Ministério Público federal do Rio Grande do Sul para suspensão da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, por meio da qual a CAPES estabeleceu novos critérios de distribuição das bolsas para os programas de pós-graduação. <http://www.anpg.org.br/05/06/2020/exclusivo-anpg-faz-mapeamento-nacional-de-bolsas-da-capes/>

Figura 5: Diminuição de recursos CAPES



Fonte: ANPG

Atualmente, o valor das bolsas CAPES e CNPq para mestrado é de R\$ 1.500,00 e para doutorado é de R\$ 2.200,00. Não há reajuste desde 2013 e, segundo a ANPG, houve perda de 44% do valor real desde então³⁵. As bolsas FAPESP tiveram o último reajuste em 2018, sendo que os valores iniciais, atualmente, são de R\$ 2.043,00 para mestrado e R\$ 3.010,80 para doutorado.

A profissão de pesquisador não é regulamentada no Brasil, assim, bolsistas de pós-graduação e iniciação científica não têm direitos trabalhistas, como previdência social, décimo terceiro salário e pagamento de férias.

Diante dos números apresentados e do conteúdo colhido nas entrevistas, percebemos que o panorama da pesquisa científica no Brasil impacta diretamente os estudantes universitários não somente com relação aos recursos de trabalho (laboratoriais ou financiamentos estudantis), mas principalmente com relação às suas expectativas de vida, diante de um cenário de incertezas.

Nas seções 3.1 e 3.2, quando formulamos e fundamentamos nossa hipótese, apresentamos uma discussão sobre duas esferas do reconhecimento apresentadas por

³⁵ Disponível em <http://www.anpg.org.br/20/02/2020/18-m-7-anos-sem-reajuste-nao-da-recomposicao-e-reajuste-das-bolsas-ja/>. Acesso em: 30 mai. 2021.

Honneth: direito e estima social, cujo desrespeito se manifesta na forma de privação de direitos e exclusão e na forma de ofensas e degradação. Retomando as quatro categorias que elencamos anteriormente: escassez de recursos, falta de oportunidades de trabalho, não regulamentação da profissão e desprestígio social, entendemos que elas dialogam com essas duas esferas do reconhecimento. Em nossa visão, a falta de reconhecimento legal da profissão e as mudanças em políticas públicas no que tange a programas já estabelecidos sustentam um movimento de desvalorização que se propaga pelas ofensas dirigidas à universidade. Por parte dos entrevistados, pudemos verificar a manifestação do sentimento de injustiça.

3.7 As causas sociais do desrespeito

Após termos investigado a motivação imediata dos protestos (o corte de despesas), faz-se necessário estabelecer algumas mediações para refletir sobre as causas mais profundas desse sentimento de desprezo com relação à universidade, à ciência e à educação, indo além da conjuntura e focando nas mudanças estruturais que afetam a sociedade contemporânea.

Em *Educação e política no contexto da crise contemporânea* (2020), Lahuerta discorre sobre a “crise da democracia” (p. 367) na sociedade moderna e a “desqualificação da esfera pública” (p. 356) em decorrência do que considera ser a “vitória da lógica da economia” sobre todas as esferas da vida (p. 366). Em sua análise, a sociedade, antes estruturada em um “padrão produtivo e tecnológico, fundamentalmente centrado na indústria metalmeccânica” (p. 360), passou a ser pautada pela lógica da indústria da informação, gerando grande impacto sobre as instituições políticas e sobre as instâncias de mediação cultural que deram vida à modernidade:

No final dos anos 1970, esse padrão produtivo e tecnológico, assim como as instâncias de mediação política e cultural – o sistema político partidário, o sistema educacional, o sistema universitário, o sistema de comunicação – que lhe deram sustentação, entrou em crise, com o epicentro da dinâmica capitalista se deslocando da indústria metalmeccânica para a indústria da informação. A transformação abalou radicalmente todas as relações sociais, impactou a forma e o ritmo da produção e do consumo, alterou drasticamente as relações de trabalho e as profissões, mexeu com a vida pública e com a privacidade, redefiniu a família e o modo de as pessoas se relacionarem e de lidarem com sua intimidade (LAHUERTA, 2020, p. 361-362).

A mesma visão é compartilhada por Nogueira (2001), que aborda o “desprestígio da democracia” (p. 22), a “crise da política” e o “enfraquecimento das instituições” (p. 19) como expressões do “domínio do mercado sobre o Estado” (p. 19). Para Lahuerta (2020), a

mudança do padrão produtivo, com a presença crescente da Internet e das redes sociais digitais na orientação das convicções de milhões de pessoas, tem contribuído para a emergência de subjetividades marcadas pela rusticidade e avessas à universidade, ao conhecimento e à ciência. Isso contribui para a criação de um “ambiente propício para que se negue não só a política, abrindo espaço para a intolerância, a incomunicabilidade e o obscurantismo” (LAHUERTA, 2020, p. 257).

Desde os anos 1990, Anthony Giddens (1991) e Ulrich Beck (2010), entre outros, alertavam para as grandes transformações que as sociedades contemporâneas estavam vivendo, em função da “radicalização” da modernidade e da emergência dos riscos artificiais, em que as mudanças ocorrem com extrema rapidez. Hartmut Rosa (2017), em sintonia com a análise de Giacomo Marramao (1996), aprofunda essa reflexão ao focar sua análise do sistema capitalista na exacerbação do par crescimento e aceleração. A autonomização desses dois elementos de qualquer controle político teria gerado a patologia da “irracionalidade”, ao instituir uma dinâmica de aceleração pela aceleração, com esses dois elementos se transformando em um fim em si e sacrificando todos os outros horizontes de metas - sustentabilidade, justiça social etc. (ROSA, 2017, p. 26).

A aceleração pela aceleração vem favorecendo a dinâmica de desqualificação da ciência, da educação pública e da universidade. De certo modo, essa aceleração propiciada pelas novas tecnologias só fez aprofundar a submissão da universidade e do sistema de ciência e tecnologia à lógica econômica, medida pelo cálculo custo-benefício. De maneira crescente, as instâncias de avaliação passaram a ordenar o sentido do trabalho na universidade, em especial na pós-graduação, utilizando-se de parâmetros essencialmente quantitativos e adotando como modelo a racionalidade técnico-burocrática. Com isso, a instituição universitária se fragmentou, ao permitir que se estabelecesse uma espécie de cisão entre os conhecimentos considerados “úteis”, por sua aplicabilidade imediata, e aqueles vistos como “inúteis”, por serem identificados com a reflexão e com a pesquisa. Essa distinção atingiu de forma negativa, primeiramente, as humanidades, mas acabou se estendendo às ciências básicas e à universidade como instituição, levando à “perda de prestígio que elas estão vivenciando” (LAHUERTA, 2020, p. 372-374).

Quando abordamos a ação de desrespeito (seção 3.6), descrevendo a conjuntura da pesquisa no Brasil, mostramos que a produção do conhecimento científico nas universidades é financiada pelas agências de fomento, que se pautam por critérios de avaliação para a distribuição de seus recursos. Atualmente, a pós-graduação no Brasil segue um sistema de avaliação nacional instituído pela CAPES em 1998. Os aspectos de avaliação possuem

especificidades de acordo com a área do conhecimento em questão, mas existem critérios comuns a todas, como a produção científica. Esta tem sido alvo de inúmeras críticas, que compartilham do entendimento de que a avaliação da CAPES prioriza a quantidade em detrimento da qualidade da pesquisa: Vieira; Castaman; Junges (2021), Patrus; Dantas; Shigaki (2015), Bianchetti; Valle (2014), Bianchetti; Machado (2009), Sguissardi; Silva Júnior (2009). O impacto desse sistema de avaliação na vida pessoal e profissional dos pesquisadores também tem sido considerado por estudos nessa área.

A visão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre o sistema de avaliação da CAPES sintetiza os apontamentos feitos pelos estudos recentes. Em carta enviada à CAPES em 2018, a entidade sugeriu mudanças nos critérios de avaliação da pós-graduação no Brasil, alegando que o sistema vigente, entre outros aspectos, possui uma “visão demasiadamente quantitativa” e uma “dificuldade em avaliar a relevância social dos cursos”³⁶.

Na visão de Lahuerta, a lógica da utilidade pautada pelo mercado leva ao esvaziamento da reflexão sobre a missão institucional da universidade e seu papel público (2020, p. 372), contribuindo para o seu desprestígio junto à sociedade.

Nesse ponto, resgatamos o vínculo entre educação, direitos sociais e cidadania, tratado na seção 3.1. Dentro da dinâmica descrita por Honneth, entendemos que o desrespeito sentido pelos manifestantes transita em duas esferas de reconhecimento: direto e estima social. Tratamos do valor social da educação e da educação enquanto um direito social, mostrando a educação como um meio de mudança social, de acesso à cidadania.

Offe (1983, p. 33), desde os anos 1980, já apontava que democracia e capitalismo, instâncias fundamentalmente contraditórias, só teriam podido coexistir diante de dois elementos de estabilização: a competição partidária e o welfare state keynesiano. Sem a garantia de direitos sociais, sem a existência de um estado de bem-estar social, a compatibilização entre democracia e lógica de mercado fica ameaçada. A mudança de padrão produtivo e tecnológico, conforme caracterizado por Lahuerta (2020), impactou de forma irreversível esse arranjo.

Quando olhamos para a universidade dentro de um processo de profundas transformações sociais, de desprestígio da vida pública e da democracia, de ameaça a direitos

³⁶ Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-envia-sugestoes-novo-modelo-de-avaliacao-da-pos-graduacao-no-pais/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

sociais e crise do estado de bem-estar social, buscamos pensar a ação de desrespeito social em suas transformações estruturais³⁷.

É muito importante refletir sobre a universidade, a escola e a educação pública, tendo em conta não somente os desafios conjunturais colocados, ainda que eles possam ser dramáticos, mas dando muita atenção aos processos estruturais pelos quais as sociedades contemporâneas estão passando (LAHUERTA, 2020, p. 359).

Ao longo do século XX, a educação pública teve papel fundamental na legitimação do estado nacional e na integração social, inclusive por funcionar como um horizonte de melhora de vida para as novas gerações de filhos de trabalhadores. De certo modo, desenvolveu-se a expectativa de que os sacrifícios de uma geração seriam compensados pela educação de seus filhos que com isso teriam condições de almejar um horizonte de vida melhor. Essa expectativa de futuro fica abalada com as mudanças estruturais vividas pela sociedade; “a possibilidade de uma vida mais plena para as novas gerações, mesmo que isso pudesse implicar o sacrifício de seus pais”, transforma-se “em frustração, em ressentimento e em descrença no porvir” (LAHUERTA, 2020, p. 365).

A perda de sentido do futuro, apontada por Lahuerta (2020, p. 363), é o que nossa pesquisa empírica conseguiu identificar ao analisar o sentimento dos manifestantes que participaram dos atos de 2019, e que, dentro da dinâmica de reconhecimento descrita por Honneth, chamamos de sentimento de desrespeito pela violação de expectativas. É o que Bauman (2005) denominou de “seres redundantes” (p. 20), que vivem as consequências não só de uma perda de propósito de vida, mas de uma possibilidade de perda. Essa falta de perspectiva causa sofrimentos “líquido-modernos” (p. 18) que são, conforme Bauman, as novas sensações experimentadas pela geração que vive a liquidez das relações sociais na modernidade. Em Honneth (2009a), essas expectativas são colocadas em termos de uma estrutura de relações de reconhecimento, transitando pelas esferas do direito e da estima social.

Essa mesma crise que gera a “perda do sentido do futuro”, que enfraquece as instituições públicas, provoca transformações nas relações de trabalho, gera retrocessos na rede de proteção social e leva à retirada de direitos também abre caminhando para o “avanço do populismo de direita, com uma estranha combinação entre propostas autoritárias e até

³⁷ Reproduzimos as considerações de Lahuerta (2020, p. 361) sobre o estado de bem-estar social: “Mesmo no Brasil, onde não houve a experiência do Welfare State, é inegável que foram organizadas, pelo menos desde a década de 1930, estruturas públicas que possibilitaram o acesso à educação, praticamente garantindo a universalização do ensino fundamental, ampliando muito o acesso ao ensino médio e expandindo a oferta do ensino superior nas duas últimas décadas”.

ditatoriais em nome de uma defesa fundamentalista da liberdade negativa” (LAHUERTA, 2020, p. 366):

Os fenômenos ideológicos regressivos que estão acontecendo em vários países não são mera reprodução de patologias ideológicas do passado, mas expressam algo novo e se nutrem exatamente da crise das instâncias de mediação política e cultural da modernidade, no caso, crise da universidade e dos sistemas educacionais públicos, da imprensa escrita, falada e televisada, e da própria política, especialmente da política representativa. Não à toa, mundialmente crescem os outsiders, personagens estranhos ao mundo da política profissional, chamados muitas vezes de “populistas”, que apelam aos sentimentos e encarnam a saturação da sociedade com as instituições públicas e o seu distanciamento dessas instâncias de mediação cultural, por meio das quais se garantia a legitimidade da ordem social (LAHUERTA, 2020, p. 367).

Assim, conseguimos colocar a ação de desrespeito (desvalorização da universidade) e o sentimento de desrespeito (frustração de expectativas) dentro de um mesmo cenário de mudanças sociais estruturais, que envolve, além da “crise da política”, também as instâncias de mediação cultural que legitimaram a modernidade, especialmente o sistema educacional e a universidade (LAHUERTA, 2020, p. 368).

3.8 A motivação

Na Seção 1.7, tentamos destrinchar o que Honneth define como a gramática moral dos conflitos sociais dividindo a estrutura social do desrespeito em duas dinâmicas: 1) não reconhecimento e desrespeito: o reconhecimento recusado gera o sentimento individual de desrespeito; 2) sofrimento e conflito social: a forma como esse sofrimento impacta o indivíduo impulsiona a luta.

Até agora nos dedicamos à primeira dinâmica, apresentando elementos que demonstram a existência de um sentimento de injustiça nos participantes dos dois grupos focais e contextualizando a ação de desrespeito definida por eles. As questões que ficam agora são: esse sentimento é capaz de levar os sujeitos à luta? Esse sentimento dá conta de explicar o surgimento dos atos de protesto? Discorreremos sobre esses pontos nesta e na próxima seção, buscando fazer a relação entre sofrimento e motivação, entendendo se esse sofrimento pelo não reconhecimento pode ser a “matéria-prima emotiva dos conflitos sociais” (HONNETH, 2009a, p. 265-266).

Achamos conveniente antecipar nosso entendimento de que uma manifestação política mobiliza uma série de elementos e contextos. Não pretendemos, portanto, delimitar uma

resposta. No entanto, consideramos que essa investigação é importante, justamente, para levantar esses elementos e coletar informações que contribuam para refletir sobre uma ação de protesto em sua complexidade.

Lembramos que dividimos a condução dos grupos focais em três ambientes: espontâneo, reconstruído e questionamento direto. Nas seções anteriores, analisamos, principalmente, o ambiente espontâneo. Agora, apresentaremos as declarações colhidas no ambiente reconstruído, quando reproduzimos as falas do governo Bolsonaro e investigamos a reação dos participantes.

Vejamos algumas delas: “a gente acaba ficando revoltado”, “é um ataque”, “a gente de fato se sente pessoalmente atacado”, “ouvir alguém falar coisas assim é muito triste”, “são ataques pessoais”, “a gente que compõe os cursos de humanas, é um ataque, claro”, “uma distorção da realidade”, “tô tomando fôlego”, “dá nojo”, “asco”, “tô muito triste de ter relembrado”, “muita indignação”, “me sinto muito desrespeitada”.

No terceiro ambiente, questionamos os entrevistados sobre suas motivações e colhemos declarações sobre o corte de verbas e contra o governo Bolsonaro. “(foi a) oportunidade de demonstrar que o governo Bolsonaro não era unanimidade”, “a gente vai pra lutar pela educação”, “acho que a manifestação começou em prol da educação e terminou contra o governo”, “vi muito como uma oportunidade de manifestar um sentimento que já vinha se acumulando”, “a situação da precariedade do estado e da educação... a gente tá indignado faz muito tempo”, “não foi um protesto... somente a favor da educação, foi em grande medida contra o governo Bolsonaro”, “eu estou aqui em defesa da educação e, necessariamente, por ser em defesa da educação, eu sou contra o governo Bolsonaro”, “um sentimento de revolta por tudo isso tá desmoronando”.

Com relação ao anúncio do governo sobre a diminuição do repasse para as universidades federais, ressaltamos que todos os entrevistados possuíam vínculo com a Unesp, universidade estadual, não afetada diretamente pelo anúncio do governo. Assim, podemos ver que os ataques do governo e o corte de verbas se configuram como ações de desprezo voltadas à comunidade ligada à universidade, constituída por professores, pesquisadores e estudantes, mostrando que as ações do governo criaram essa solidariedade de grupo; aqueles que fazem parte da universidade se sentiram afetados e dispostos a uma reação, mesmo não sendo diretamente atingidos. Convém lembrar que, nos dois grupos focais, apenas uma participante relatou ter sido afetada diretamente pelo corte de bolsas: “eu tava desesperada... fiquei muito em choque... parecia que não tinha mais saída”.

As manifestações juntaram alunos e professores de diferentes cursos e áreas, reunindo até aqueles que não possuem um histórico de mobilização. Os próprios participantes dos grupos relataram essa situação: “foi uma mobilização que chamou a atenção até de professores”, “fui muito com esse sentimento de gratidão, me recusando a acreditar que outras pessoas não teriam as mesmas oportunidades que eu tive”, “acho que a grande questão das manifestações foi você olhar e ver gente que eu nem sonhava”, “fiquei muito feliz porque economia é um curso que as pessoas não vão (e estavam lá, inclusive os mais novos)”, “é pra mostrar pra sociedade o quanto é revoltante”, “professores junto com alunos nas ruas; de fato a aula foi na rua”, “Odonto participou em um peso absurdo”.

Temos, então, quatro importantes elementos em questão: 1) o sentimento de desânimo pela desvalorização da pesquisa, apresentado no ambiente espontâneo, 2) a indignação enquanto reação aos “ataques” (como eles mesmos denominaram as declarações), que apareceu no ambiente reconstruído, 3) o corte das bolsas de pesquisa e a redução do orçamento das universidades federais, e 4) a oposição ao governo Bolsonaro. Os dois últimos apareceram no ambiente reconstruído e no questionamento direto e, de forma mais tímida, no ambiente espontâneo. Entendemos que as três primeiras motivações dialogam com o conceito de reconhecimento na amplitude definida por Honneth, abarcando, inclusive, questões distributivas, como é o caso do corte de bolsas, pois vimos que por trás da luta contra os cortes estão reivindicações de reconhecimento, está a luta contra a desvalorização da universidade.

Portanto, nos participantes dos grupos, temos a seguinte situação: estudantes universitários não afetados diretamente pelos cortes de recurso daquele momento (exceto uma estudante), mas com um sentimento de injustiça pela situação histórica da pesquisa no Brasil e dispostos a lutar em defesa da educação e contra o governo Bolsonaro.

Com tudo o que apresentamos até aqui, podemos afirmar que temos elementos que mostram a existência de uma ação de desrespeito social que foi sentida pelos estudantes na forma de um desrespeito e que essa interiorização do desrespeito levou a um sofrimento individual. Também levantamos elementos que indicam para o potencial mobilizador desse sentimento, como se os estudantes dissessem que estão insatisfeitos e estão aguardando a oportunidade para manifestar esse sentimento, para lutar contra as causas desse sentimento, contra esse próprio sofrimento, conforme disse uma participante: “esse sentimento de tristeza, de desânimo, não pode ser paralisante”. Vemos que temos aqui um exemplo do significado que a luta assume na teoria de Honneth: contra o não reconhecimento. Os manifestantes buscam o reconhecimento, mas a luta é contra o desrespeito que impede a realização de suas

expectativas de vida, e não uma luta em defesa de uma identidade. Como já dissemos na parte teórica, a identidade é o princípio e o horizonte da luta, pois são as expectativas de vida frustradas que possuem potencial mobilizador, e são essas mesmas expectativas que forjam a identidade do sujeito no sentido de integridade pessoal, de ser sujeito, de realizar suas metas de vida.

3.9 Sofrimento e luta

Neste trabalho, voltamos nossos esforços para investigar a motivação moral por trás dos atos de protesto. Nosso trabalho empírico permitiu o levantamento de informações para dialogar com a teoria de luta por reconhecimento, mas indicou, também, uma possibilidade de questionamento, e faremos isso ao relacionar as quatro motivações levantadas na seção anterior, ao mesmo tempo em que problematizamos o vínculo entre o sentimento moral e o surgimento da luta social.

Primeiramente, convém trabalharmos conceitualmente nosso objeto de análise. Estamos tratando os atos de protestos ocorridos em 15 e 30 de maio de 2019 em diversas cidades brasileiras, após o então ministro da Educação anunciar o corte de bolsas de pesquisa e a redução de verbas para as universidades federais. Fizemos a contextualização na seção 3.1, e buscamos denominar essas manifestações de rua como atos de protesto. É importante explicitar que tomamos o cuidado para não classificá-las como um movimento social. Utilizamos a definição de Tarrow (2009) para justificar:

O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa – embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos – e apenas em tais casos – estamos diante de um movimento social. Quando o confronto se espalha por toda uma sociedade, como às vezes acontece, vemos um ciclo de confrontos, quando tal ciclo é organizado em torno de soberanias opostas ou múltiplas, o resultado é uma revolução (TARROW, 2009, p. 27).

Com isso, entendemos que ações de protesto podem ser definidas como movimentos sociais quando envolvem densas redes sociais e são capazes de sustentar o conflito contra estruturas de poder. Na seção 3.1, quando contextualizamos os protestos de maio, mencionamos a participação de diferentes sujeitos nas manifestações de rua e optamos por

fazer um recorte, voltando nossa análise aos estudantes universitários. Embora consideremos a participação desses diferentes sujeitos, engajados naquele momento em um propósito comum, não vemos uma densa rede de solidariedade capaz de sustentar um movimento continuado. Essa descontinuidade das ações, inclusive, foi apresentada como um ponto de decepção pelos participantes dos grupos focais. O segundo protesto, em 30 de maio, já se mostrava menos expressivo que o ocorrido no dia 15. Outros atos chegaram a ser convocados pelas entidades estudantis, mas não os tomamos como objeto de nossa análise por considerarmos que não tiveram a mesma capacidade de mobilização que os dois primeiros. Não dizemos, com isso, que não possa haver uma retomada dessa ação no futuro. Mas hoje estamos diante do que caracterizamos como atos de protestos, ocorridos com a organização de duas manifestações de rua.

É importante ressaltar que não nos propusemos a trabalhar o significado político, social e histórico dos atos, pois uma análise mais aprofundada do contexto em que as manifestações ocorreram³⁸, bem como de seus diferentes sujeitos engajados, é um estudo que extrapolaria as condições que temos disponíveis no momento desta pesquisa. Isso leva em consideração, principalmente, o tempo previsto para conclusão deste trabalho, considerando, ainda, todo o tempo dispensado na realização da coleta de dados empíricos, envolvendo preparação e recrutamento, realização das entrevistas e decupagem do material.

Os elementos coletados apontam que a primeira dinâmica da gramática moral dos conflitos sociais de Honneth pode ser observada nos protestos de maio de 2019: os sujeitos “não podem se comportar indiferentemente diante de uma restrição de suas faculdades racionais” (HONNETH, 2009b, p. 48). Honneth afirma que o sofrimento não leva automaticamente à ação, mas guarda o potencial para tal (1992, p. 200), pois o indivíduo que sofre tem o desejo de se libertar desse sofrimento (2009b, p. 49).

Em nossa visão, a teoria de Honneth busca a motivação dos conflitos sociais, entendendo que esta seja uma motivação moral, de busca por reconhecimento. Honneth está investigando a motivação moral por trás das lutas sociais, que, muitas vezes, segundo ele, é deixada de lado pelas teorias que olham os conflitos somente pela ótica do interesse (2009a, p. 260-261). Não está claro, porém, se Honneth busca somente a motivação moral por trás dos atos ou se atribui o surgimento dos movimentos sociais a essa motivação moral, muito embora ele considere que o “surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como

³⁸ Ao final desta seção, apresentaremos esse contexto sociopolítico a que nos referimos, mas não nos aprofundaremos nessa discussão.

algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2009a, p. 258).

Vejamos os seguintes trechos: “às três formas de reconhecimento correspondem três tipos de desrespeito, cuja experiência pode influir no surgimento de conflitos sociais na qualidade de motivo da ação” (HONNETH, 2009a, p. 24). A motivação moral torna os sujeitos dispostos a se engajarem em lutas sociais ou os conflitos sociais surgem por causa da motivação moral? Não nos parece muito fácil fazer uma associação entre essas duas coisas.

Como dissemos, não fica claro se Honneth está tentando ou não fazer a explicação dos conflitos sociais. Talvez porque sua teoria não dedique muito espaço à análise do contexto social, econômico e político do surgimento dos protestos. Ao mesmo tempo, quando ele vincula a dinâmica do reconhecimento a uma explicação do desenvolvimento das sociedades, entendemos que o reconhecimento possui, dentro da dinâmica dos conflitos sociais, um papel que vai além da motivação política, como ele mesmo afirma, colocando a luta por reconhecimento como um “processo histórico do progresso moral” (2009^a p. 266):

Os sentimentos de injustiça e as experiências de desrespeito, pelos quais pode começar a explicação das lutas sociais, já não entram mais no campo de visão somente como motivos da ação, mas também são estudados com vista ao papel moral que lhes deve competir em cada caso no desdobramento das relações de reconhecimento. Com isso, os sentimentos morais, até aqui apenas a matéria-prima emotiva dos conflitos sociais, perdem sua suposta inocência e se tornam momentos retardadores ou aceleradores num processo evolutivo abrangente (HONNETH, 2009a, p. 265-266).

Problematizamos essa questão trazendo para a discussão a teoria de “oportunidades políticas”, desenvolvida por Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly, que propuseram uma síntese teórica e empírica para abarcar as várias subáreas ligadas ao estudo do confronto político, conforme definição a seguir:

Adotamos o termo "confronto político", em vez da conhecida tríade "movimentos sociais, revoluções e ação coletiva", não apenas por economia de linguagem, mas porque cada um desses termos está intimamente identificado com uma subárea específica que é apenas uma parte do domínio acadêmico que este artigo percorre. Incluímos a interação coletiva no confronto político na medida em que: (1) ela envolve confronto, ou seja, faz reivindicações vinculadas a outros interesses e (2) pelo menos um grupo da interação (incluindo terceiros) é um governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido. Movimentos sociais, ciclos de protesto e revoluções se encaixam neste âmbito de fenômenos (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 12).

Segundo Tarrow:

[...] o confronto político surge quando cidadãos comuns, encorajados algumas vezes por contraélites ou líderes, reagem a oportunidades que diminuem os custos da ação coletiva, revelam aliados potenciais, mostram os pontos mais vulneráveis das elites e autoridades e conduzem redes sociais e identidades coletivas à ação em torno de temas comuns. (TARROW, 2009, p. 39).

Na explicação de Tarrow, o confronto político acontece em razão da existência de variáveis cuja especificação muda em diferentes circunstâncias históricas e políticas. Para definir esses fatores, o autor utiliza o termo “estrutura de oportunidades políticas”, conforme vemos a seguir:

[...] a política de confronto é produzida quando as oportunidades políticas se ampliam, quando demonstram potencial para alianças e quando revelam a vulnerabilidade dos oponentes. O confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos da ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com opositores poderosos. Apresentando formas familiares de confronto, os movimentos tornam-se pontos focais que transformam as oportunidades externas em recursos. Os repertórios de confronto, redes sociais e quadros culturais diminuem os custos de se atrair pessoas para a ação coletiva, produzem confiança de que não estão sozinhos e dá um sentido mais amplo às suas reivindicações. (TARROW, 2009, p. 43).

O estudo de Tarrow aborda vários aspectos do confronto político, como motivação dos atos, estrutura de surgimento, rede de solidariedade, ciclos de protesto, formas de sustentação, entre outros. Muitos desses elementos também são abarcados por teorias de movimentos sociais, como é o caso da própria teoria de luta por reconhecimento. O que nos chama atenção é a tese de que “a mudança nas oportunidades e restrições políticas (...) proporciona aberturas que conduzem atores (...) a se engajar no confronto político” (TARROW, 2009, p. 39). Assim, o cenário favorável ao surgimento dos confrontos é aquele em que há uma mudança na estrutura de oportunidades e uma diminuição nas restrições. Consideramos que essa seria a ótica externa de um confronto, conforme explica Gohn:

O estudo dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: interno e externo: Eles são conectados e um é a face do outro. As duas faces compõem uma visão de totalidade dos diversos grupos; internamente, eles constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias etc. e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior. Assim, os elementos internos básicos de um movimento social a ser pesquisados, enquanto parte de suas categorias de análise, são: suas

demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, suas articulações. [...] Externamente deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores (quando existirem), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral - enquanto interlocutores do movimento - e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos de lutas sociais; suas relações com os órgãos estatais e demais agências da sociedade política; articulações com a Igreja e outras formas de religião e com outras instituições e atores da sociedade civil, como o pequeno e médio empresários e suas organizações; suas relações com a mídia em geral. (GOHN, 1997, p. 255).

Em síntese, assim como Gohn, chamamos a atenção para o cenário sociopolítico em que atos de protesto estão inseridos e, assim como Tarrow, chamamos a atenção para a oportunidade de protesto, quando há uma mudança de cenário. É nesse contexto que entram os elementos três e quatro que elencamos na seção anterior, quanto tratamos das motivações: 3) o corte das bolsas de pesquisa e a redução do orçamento das universidades federais, e 4) a oposição ao governo Bolsonaro. Vivíamos no Brasil, naquele momento, os desdobramentos de uma situação política que nos remete às manifestações de rua que ocorreram em julho de 2013 até as eleições presidenciais de 2018.

Para Gohn (2019, posição 50), “a realidade brasileira alterou-se completamente”, desde julho de 2013, impactando:

a conjuntura política, os atores em cena, os temas da agenda nacional e a situação socioeconômica da grande maioria da população. A democracia passou a ser tensionada, o sistema político e os órgãos institucionais e partidários de representatividade questionados. A política toma as ruas via o ativismo digital – meio principal de convocação e organização de grandes manifestações. Novíssimos atores entram em cena. Um processo de turbulência envolve a sociedade civil gerando polarizações e posições antissistema, dotadas de baixo grau de racionalidade e alto grau de emoção [...]. Neste período um dos pontos que mais nos impressiona é a velocidade das mudanças e a criação de novos cenários e pautas na vida cotidiana nacional, vocalizados por diferentes mídias, muitas delas baseadas ou alimentadas por fake news, ou narrativas instantâneas de fatos sem a devida comprovação. Em prazos curtíssimos aconteceram vários fatos inimagináveis há poucos anos atrás (GOHN, 2019, posição 50-56).

Essa é a cena política que arrastava as consequências de julho de 2013 e que entendemos contribuir com a estrutura de oportunidades que tornou possível o engajamento de diversos atores nos protestos de rua de maio de 2019, juntamente com o corte de bolsas e todo o panorama da pesquisa no Brasil. A herança sociopolítica, no seu curso de ação, carregou os impactos de uma eleição recente e encontrou um ambiente onde os sujeitos já

guardavam um profundo descontentamento por um processo de desvalorização, que se materializava nas ações e declarações do novo governo.

4 CONCLUSÃO

Com esse estudo, buscamos fazer uma reflexão sobre a teoria de luta por reconhecimento, de Honneth, identificando e definindo, em um primeiro momento, os conceitos centrais de suas formulações, a fim de buscar o significado que o termo identidade assume em sua teoria. Depois, aprofundamos esse trabalho teórico ao introduzir um debate com outros autores do reconhecimento, como Fraser e Taylor. Nesse caminho, agregamos novos conceitos no intuito de evidenciar as especificidades da teoria de Honneth. Assim, apresentamos uma discussão sobre a dinâmica das relações de reconhecimento a partir do significado de integridade pessoal, autenticidade, identidade individual e coletiva, ética, moralidade, autonomia, autorrealização, sofrimento, desrespeito e luta. Chegamos a uma definição de identidade enquanto um conceito amplo, que vai muito além do aspecto cultural. Identidade em Honneth é, portanto, a dinâmica moral capaz de explicar o processo de formação da pessoa pela gramática das lutas sociais. Identidade se define pela moralidade do reconhecimento, que abarca reivindicações de autonomia e autorrealização, que quando violadas pelo desrespeito social guardam o potencial de impulsionar o sujeito para a ação, na tentativa de transcender as injustiças sociais.

Na terceira parte deste trabalho, fizemos uma reflexão sobre a teoria de luta por reconhecimento a partir de dados empíricos. Voltamos nossa atenção aos protestos de maio de 2019, que ocorriam em diversas cidades brasileiras enquanto iniciávamos este estudo. Dessa forma, passamos a refletir sobre a relevância social do conceito reconhecimento e como ele poderia contribuir para a análise da realidade atual. No trabalho empírico, entrevistamos estudantes universitários de graduação e pós-graduação que participaram dos protestos, utilizando a técnica de grupo focal com o intuito de investigar o sentimento dos manifestantes e quais foram suas motivações para engajamento nos protestos.

Definimos alguns objetivos e agora vamos apresentar nossas conclusões. Ao olhar para os dados levantados a partir dos grupos focais, identificamos elementos que tornaram possível o debate com a teoria de luta por reconhecimento. Os dados revelaram situações que remetem à estrutura das relações de reconhecimento descrita por Honneth. A pergunta que fizemos ao iniciar nossa análise foi: nas declarações dos participantes dos atos, há indícios de uma reação a um não reconhecimento? Ou, em outras palavras, é possível identificar uma motivação moral por trás desses atos de protesto? Nossa resposta é sim.

Os entrevistados apresentaram uma situação de desvalorização da pesquisa científica no Brasil, comprovada por nós através do levantamento de números que mostram a redução

do investimento público destinado à educação superior e ao financiamento das pesquisas científicas. Essa situação foi apresentada e qualificada pelos entrevistados, e o sentimento de injustiça manifestado por eles nos permitiu olhar para esse panorama enquanto ação de desrespeito social. A falta de reconhecimento social impactou os entrevistados, e a interiorização do desrespeito foi identificada na manifestação do sentimento de frustração que eles demonstraram com relação às suas próprias expectativas de vida.

Resgatando a hipótese que apresentamos na introdução da terceira parte deste trabalho, consideramos que ela está parcialmente correta. Dissemos que os estudantes foram às ruas em resposta à ação de desvalorização, que além do corte de bolsas de pesquisa era constituída pelas declarações do governo Bolsonaro contra a universidade. Na investigação das motivações dos manifestantes, percebemos uma reação à ação de desvalorização da universidade, mas nossa pesquisa revelou que o descontentamento sentido já vinha sendo construído antes do governo Bolsonaro. O sofrimento diante de um processo de desvalorização social, manifestado pelos sentimentos de frustração, desânimo e tristeza, vem sendo alimentado há anos, e os próprios números que apresentamos sobre o financiamento da pesquisa científica no país corroboram essa afirmação. Essa situação também se confirma ao olharmos para a dinâmica apresentada nos dois grupos focais. Vimos os entrevistados manifestarem espontaneamente suas frustrações. Depois, os grupos foram tomados por momentos de exaltação, quando eles reagiram à reprodução que fizemos dos ataques do governo Bolsonaro e quando eles demonstraram o entusiasmo sentido na solidariedade proporcionada pelas manifestações. Por fim, vimos o desânimo tomar a cena novamente, quando eles foram instigados a pensar sobre os resultados dos protestos. Isso significa dizer que o sofrimento causado pela frustração de expectativas de reconhecimento existia antes dos protestos e continua existindo. O sentimento de sofrimento, que segundo a teoria guarda um potencial de mobilização, já existia e continua existindo, aguardando uma nova oportunidade para se manifestar.

Esse ponto nos liga a outro objetivo levantado nesta pesquisa: problematizar o vínculo entre o sentimento moral de desrespeito e a ação de resistência. Pudemos ver fortemente presente a seguinte dinâmica de reconhecimento: ação de desrespeito e surgimento do sofrimento individual. Também identificamos o potencial mobilizador desse sofrimento. Mas esta pesquisa apontou para as condições sociopolíticas que encorajam o surgimento de conflitos sociais. Quando o sentimento de sofrimento encontra uma mudança na estrutura de oportunidades, o potencial mobilizador desse sentimento pode ser colocado em prática. Nesse

ponto, reconhecemos o impacto que o discurso e as ações no governo Bolsonaro tiveram no sentido de contribuir com a cena sociopolítica que já vinha se desenhando no Brasil.

Por fim, buscamos ampliar a análise sobre o sentimento de desrespeito manifestado pelos entrevistados. Ao refletir sobre as causas mais profundas do sofrimento, debatemos as mudanças sociais estruturais vividas pela sociedade moderna e a submissão da universidade à lógica econômica.

Nossa pesquisa focou no levantamento e análise do sentimento dos manifestantes. E essa investigação apontou que existem outros elementos em cena. Ao mesmo tempo, a investigação se mostrou relevante para colocar em evidência o sentimento moral por trás de atos políticos, que muitas vezes é colocado em segundo plano.

O entrelaçamento entre teoria e empiria cumpriu o propósito de promover uma explicação mútua, pois, nas entrevistas, encontramos respaldo para os conceitos definidos teoricamente, mostrando que o reconhecimento continua sendo um conceito vigoroso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA. **O Estado de S. Paulo**, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BATISTA, Henrique Gomes; ORTE, Paola. Bolsonaro chama manifestantes pela Educação de 'idiotas úteis'. **Valor, O Globo**, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6256929/bolsonaro-chama-manifestantes-pela-educacao-de-%3Fidiotas-uteis%3F>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BIANCHETTI, Lucídio; Machado, Ana Maria Netto. Publicar e Morrer!? Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. **Educação, Sociedades e Culturas**, Porto, PT, n. 28, p. 53-69, 2009. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC28/28_lucidio.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

BIANCHETTI, Lucídio; Valle, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 89-110, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRESSIANI, Nathalie. “Luta por reconhecimento e diagnóstico de patologias sociais; Dois momentos da teoria crítica de Axel Honneth. In: Melo, Rúrion (coord.). *A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 257-292.

BOLSONARO diz que jovem brasileiro tem ‘tara’ por formação superior. **Exame**. 29 ago. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-jovem-brasileiro-tem-tara-por-formacao-superior/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BOLSONARO, Jair M. Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos rankings de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o Ministro de Educação e outros envolvidos vamos evoluir em formar cidadãos e não mais militantes políticos. 31 dez. 2018. **Twitter**: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1079686972673806336>. Acesso em: 16 dez. 2019.

CAPES mantém o pagamento de todas as bolsas em vigor. **CCS/CAPES**, 9 mai. 2019. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/9477-capes-mantem-o-pagamento-de-todas-as-bolsas-em-vigor>. Acesso em: 16 dez. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 [2001].

CIÊNCIA, Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC). Às senhoras e senhores parlamentares brasileiros. **Carta das entidades nacionais** do sistema de educação, ciência, tecnologia e inovação sobre o orçamento da União. Disponível: http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/carta-orcamento-2021-30-set_V5.pdf. Acesso em: 31 mai. 2021.

CUNHA DE SOUZA, Luiz Gustavo da. “O que há de especificamente sociológico na teoria do reconhecimento de Axel Honneth?” **Sociologia & Antropologia**. 2012, v. 02.04, p. 61-79.

DERANTY, Jean-Philippe. **Beyond Communication**. A Critical Study of Axel Honneth’s Social Philosophy. Brill: Leiden, Boston, 2009.

DUDZIAK, E.A. **Quem financia a pesquisa brasileira? Um estudo InCites sobre o Brasil e a USP**. São Paulo: SIBiUSP, 2018. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/quem-financia-a-pesquisa-brasileira-um-estudo-incites-sobre-o-brasil-e-a-usp/>. Acesso em 29 mai. 2021.

FERRARA, Alessandro. “Considerations on Alessandro Ferrara’s Reflective Authenticity”. *Philosophy & Social Criticism*, vol 30, nº 1, Sage Publications, DOI: 10.1177/0191453704039396 2004 pp. 17-24.

FRASER, Nancy. “Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation”; “Distorted Beyond All Recognition: A Rejoinder to Axel Honneth”. In FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange**. Verso: London; New York, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, Ed. Unesp, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012, 8ª edição, coleção questões da nossa época, v. 37.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**. Editora Vozes: 2019, Edição do Kindle.

GRADUANDOS, Associação Nacional de Pós-. **Exclusivo: ANPG faz mapeamento nacional de bolsas da CAPES**. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/05/06/2020/exclusivo-anpg-faz-mapeamento-nacional-de-bolsas-da-capes/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

GRADUANDOS, Associação Nacional de Pós-. **18M – 7 anos sem reajuste, não dá! Recomposição e reajuste das bolsas já!** Disponível em: <http://www.anpg.org.br/20/02/2020/18-m-7-anos-sem-reajuste-nao-da-recomposicao-e-reajuste-das-bolsas-ja/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

GUIMARÃES, Hellen. É #FAKE que universidades não comprovaram destino de 30% dos recursos. **Valor, O Globo**, 9 mai. 2019. Disponível em:

<https://www.valor.com.br/fatooufake/6247713/e-fake-que-universidades-nao-comprovaram-destino-de-30-dos-recursos>. Acesso em: 16 dez. 2019.

HONNETH, Axel. “Integrity and Disrespect: Principles of a Conception of Morality Based on the Theory of Recognition”. **Political Theory**. Vol. 20, n°. 2. May/1992, p. 187-201.

HONNETH, Axel. **The Critique of Power: Reflective Stages in a Critical Social Theory**. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 1993 [1985, 1988].

HONNETH, Axel. “Grounding Recognition: A Rejoinder to Critical Questions”. **Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy**, 45:4, 2002, p. 499-519.

HONNETH, Axel. “Redistribution as Recognition: A Response to Nancy Fraser”; “The Point of Recognition: A Rejoinder to the Rejoinder”. In FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange**. Verso: London; New York, 2003.

HONNETH, Axel. “Considerations on Alessandro Ferrara’s Reflective Authenticity”. **Philosophy & Social Criticism**, vol 30, n° 1, Sage Publications, DOI: 10.1177/0191453704039395, 2004 pp. 11–15

HONNETH, Axel. “Between Aristotle and Kant. Recognition and Moral Obligation”. In: **Disrespect**. The Normative Foundations of Critical Theory. Cambridge: Polity Press, 2007a, p. 129-143.

HONNETH, Axel. “The Other of Justice: Habermas and the Ethical Challenge of Postmodernism”. In: **Disrespect**. The Normative Foundations of Critical Theory. Cambridge: Polity Press, 2007b, p. 129-143.

HONNETH, Axel. “The Social Dynamics of Disrespect”. In: **Disrespect**. The Normative Foundations of Critical Theory. Cambridge: Polity Press, 2007c, p. 63-79.

HONNETH, Axel. “Pathologies of the Social: The Past and Present of Social Philosophy”. In: **Disrespect**. The Normative Foundations of Critical Theory. Cambridge: Polity Press, 2007d, p. 3-48.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009a [1992].

HONNETH, Axel. “Una Patología Social de la Razón”. In: **Patologías de la razón: Historia y actualidad de la Teoría Crítica**. Buenos Aires: Katz Editores Charlone, 2009b, p. 27-51.

HOSTILIDADE como método. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 140, n. 45.867, 17 mai. 2019. Notas e informações, p. A3.

IDIOTA inútil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 99, n. 32.916, 17 mai. 2019. Opinião, p. A2.

IKÄHEIMO, Heikki. “On the Genus and Species of Recognition”. **Journal: Inquiry** (Taylor & Francis), Volume: 45, Issues: 4. DOI: 10.1080/002017402320947540. 2002, p. 447—462.

IKÄHEIMO, Heikki; LAITINEN, Arto. “Analyzing Recognition: Identification, Acknowledgement, and Recognitive Attitudes towards Persons”. In **Recognition and Power**. Axel Honneth and the Tradition of Critical Social Theory. Edited by Bert Van Den Brink, Utrecht University, David Owen, University of Southampton. Cambridge University Press, 2007.

KEIL, Ivete Manetzeder. Grupo focal: algumas notas sobre questões práticas. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 9, n.1, p. 49-59, jan-abr, 2015.

KRUEGER, Richard A.; CASEY, Mary Anne. **Focus Groups**. A practical guide for applied research. London: Sage Publications, 2000.

LAITINEN, Arto. “Interpersonal Recognition: A Response to Value or a Precondition of Personhood?”, **Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy**, 45:4, 463-478, DOI: 10.1080/002017402320947559, <http://dx.doi.org/10.1080/002017402320947559>, 2002.

LAHUERTA, Milton. **Educação e política no contexto da crise contemporânea**: formação para a vida civil e o lugar público da escola. In: A Escola Pública em Crise: Inflexões, apagamentos e desafios. Organizadores: Carlota Boto, Vinício de Macedo Santos, Vivian Batista da Silva, Zaqueu Vieira Oliveira. São Paulo: FEUSP, 2020.

LINDNER, Julia. Bolsonaro: ‘Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política’. **O Estado de S. Paulo**, 9 abr. 2019, Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,70002785320>. Acesso em: 16 dez. 2019.

LOPES, Nathan. MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas, diz Bolsonaro. **Uol**, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/26/bolsonaro-faculdades-humanas-investimento.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MANIFESTANTES vão às ruas contra cortes da educação em ao menos 170 cidades. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 99, n. 32.915, 16 mai. 2019. Cotidiano, p. B1.

MARKLE, Gwynn. “From Struggles for Recognition to a Plural Concept of Justice “. An Interview with Axel Honneth. **Acta Sociologica**, Vol. 47, No. 4, Recognition, Redistribution, and Justice (Dec, 2004), pp. 383-391.

MARRAMAIO, Giacomo. **Poder e secularização**: as categorias do tempo. São Paulo: UNESP, 1995.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967 [1950].

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento**. As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

MAURENTE, Vanessa Soares. Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. **Interface** -

Comunicação, Saúde, Educação [online]. v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2019.v23/e180734/#>. Acesso em: 13 jun. 2021.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova [online]. 2009, n.76.

MEC libera 100% do orçamento de universidades e institutos federais. **Ministério da Educação**, 18 out. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=81431>. Acesso em: 3 dez. 2019.

MELO, Rúrion. “Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea”. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Setembro-dezembro de 2014, p. 17-36.

MELO, Rúrion. **Teoria crítica e os sentidos da emancipação**. Cad. CRH [online]. 2011, vol.24, n.62, pp.249-262. ISSN 0103-4979. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000200002>. Acesso em: 18 Set. 2020.

MELO, Rúrion; NOBRE, Marcos. “A dimensão moral”, entrevista com Axel Honneth, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1-2. 27 set. 2009.

MELO, Rúrion. “Repensando o déficit sociológico da teoria crítica: de Honneth a Horkheimer”, **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 22; n. 2, 2017, p.63-76.

MENDES DUARTE, Francisco José. “Política social e antinomia entre reconhecimento e redistribuição”. In: GÓIS, João Bôsko Hora; CRISTINA DE SOUZA, Sidimara (org.). **Temas de política social: análises e discussões**. Volume I. Editora CRV: Curitiba, Brasil, 2019, p. 319-342.

MORGAN, David L. **Focus group as a qualitative research**. London: Sage Publications, 1997.

MOURA, Mariluce. Universidades Públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Academia Brasileira de Ciências; Ciência na Rua**. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respodem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

NÃO se governa por meio de confrontos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.329, 17 mai. 2019. Opinião do Globo, p. 2.

NERY, Carmen. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência IBGE Notícias**, Editoria Estatísticas Sociais. 6 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 16 dez. 2019.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2011 [2004], Edição Kindle.

NOBRE, Marcos. **Apresentação**. In **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009a [1992].

NOGUEIRA, Marco A. **Em defesa da política**. São Paulo: SENAC, 2001.

OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o welfare state keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 26, nº 1, 1983, pp. 29 a 51.

PATRUS, Roberto; Dantas, Douglas Cabral; Shigaki, Helena Belintani. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação *stricto sensu*: uma ameaça à solidariedade entre pares. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2015.

PETERSEN, Anders; WILLIG, Rasmus. “An Interview with Axel Honneth. The Role of Sociology in the Theory of Recognition”. **European Journal of Social Theory**. Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, p. 264-277, 2002.

PELA EDUCAÇÃO. Multidão vai às ruas contra cortes no MEC. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 31.328, 16 mai. 2019. Sociedade, p. 24.

PINTO, Celi Regina Jardim. “Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro”. **Lua Nova**. São Paulo, 74, 2008, p. 35-58.

PROTESTOS de rua elevam desgaste do governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 140, n. 45.866, 16 mai. 2019. Política, p. A4.

ROSA, Hartmut. Contra a inviabilização de um “poder fatídico”: apelo à renovação da crítica do capitalismo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 49, p. 17-36, jan.-jun. 2017.

SALDAÑA, Paulo. MEC estende corte de 30% de verbas a todas universidades federais. **Folha de S. Paulo**, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-estende-corte-de-30-de-verbas-a-todas-universidades-federais.shtml>. Acesso: 16 dez. 2019.

SILVA, Isabel Soares; Veloso, Ana Luísa; Keating; José Bernardo. Focus group: considerações teóricas e metodológicas. **Revista Lusófona de Educação**, 26, 175-190, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAYLOR, Charles. “The politics of recognition”. In **Multiculturalism**. Examining the politics of recognition. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 25-73.

TAYLOR, Charles. **Identidad y reconocimiento**. Conferencia impartida en el Centro Cultural Internacional de Cerisy La Salle (Francia), en junio de 1995, cedido por el autor para su publicación en el presente número de la RIFP. Traducción del francés por Pablo Carbajosa. RIFP/7), 1996, pp. 10-19.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. A construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

TAYLOR, Charles. **Hegel**. Sistema, método e estrutura. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

TRUFFI, Renan; RIBEIRO, Marcelo. Aliados de Bolsonaro criticam manifestantes: 'Fumadores de maconha'. **Valor, O Globo**, 15 mai. 2019. Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/6257529/aliados-de-bolsonaro-criticam-manifestantes-fumadores-de-maconha>. Acesso em: 16 dez. 2019.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; Castaman, Ana Sara; Junges, Mario Luiz. Produtivismo acadêmico: representação da universidade como espaço de reprodução social. **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2021, v. 26, n. 01. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/LJXc6k8hdgqCYsgY8zrWw3c/?lang=pt> . Acesso em: 13 jun. 2021.

WERLE, Denilson Luis; MELO, Rúrion Soares. "Introdução". In HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007, p. 7-44.

ZURN, Christopher F. **Axel Honneth**. A Critical Theory of the Social. Polity: Cambridge, 2015.

APÊNDICE

1 Questionário de seleção dos participantes

- Nome
- E-mail
- Data de nascimento
- Você participou das manifestações de maio de 2019 pela educação?
 - Sim, participei do ato de 15 de maio
 - Sim, participei do ato de 30 de maio
 - Sim, participei dos dois atos
 - Não participei
- Aluno(a) de
 - Graduação
 - Mestrado
 - Doutorado
- Nome do curso matriculado
- É ou já foi contemplado com bolsa de estudo/pesquisa durante a graduação ou pós-graduação?
 - Sim, CAPES
 - Sim, CNPQ
 - Sim, FAPESP
 - Sim, Outra
 - Nunca fui bolsista
- Possuía bolsa de estudo durante as manifestações de maio de 2019? *
 - Sim
 - Não
- Gênero/sexo
 - Masculino
 - Feminino
 - Homem transgênero
 - Mulher Transgênero
 - Homem Transexual
 - Mulher Transexual

- Não sei responder
- Prefiro não responder
- Outros
- Cor/etnia
 - Amarelo
 - Branco
 - Indígena
 - Pardo
 - Preto
- Município de residência permanente (cidade/Estado)
- Característica da residência atual
 - Própria
 - Alugada
 - República estudantil
 - Moradia estudantil
- Ensino médio cursado em escola
 - Pública
 - Particular

2 Roteiro de condução dos grupos focais

- Parte 1: ambiente espontâneo (informações pessoais e percepções)

1. Quem é você?

- Idade
- Onde nasceu?
- Onde mora atualmente?
- O que faz? (estuda, tem outra atividade profissional)
- Hobby/Curiosidade pessoal

2. O que você imagina para seu futuro? (falar sobre planos de vida, objetivos mais imediatos e como imaginam a vida no futuro).

3. O que é ser estudante/pesquisador? Como a família vê seu estudo/pesquisa?

4. O que é ser estudante/pesquisador no Brasil?

5. Como vocês acham que é a visão do governo federal com relação aos estudantes universitários e pesquisadores (com relação à Universidade)? Justificar. Lembram de alguma

declaração do presidente Bolsonaro ou de algum ministro com relação à universidade e aos estudantes universitários? Quais?

6. Como vocês se sentem diante da postura do governo em relação à Universidade? De que forma isso afeta a vida de vocês? Afeta a vida presente ou os planos futuros também?

- Parte 2: ambiente reconstruído (mostrar declarações do governo)

7. O que vocês acham dessas declarações, por que?

8. O que vocês sentem quando ouvem isso? É possível descrever os sentimentos que surgem diante disso?

9. Isso afeta vocês de alguma forma? Na vida particular, nas atividades de estudo e pesquisa? Como?

10. Vocês acham que a população tem a mesma visão que o governo sobre a universidade?

11. Acreditam que essas declarações influenciam a opinião da população?

12. Isso afeta a escolha de vida de vocês (o que sonham ou almejam para o futuro)? Como? De que modo? (tentar relacionar com as respostas na parte 1).

- Parte 3: sobre as manifestações (motivações)

13. Vocês declararam que participaram das manifestações de rua de maio de 2019, por que participaram?

14. A decisão de participar foi pessoal ou coletiva, vocês combinaram com colegas, por exemplo? Lembram como foi para manifestação?

15. Mesmo se amigos não fossem, cada um de vocês iria sozinho?

16. Na opinião de vocês, por que ocorreram essas manifestações? Quais foram as causas?

17. O que vocês buscavam?

18. O corte de bolsas foi a motivação principal de vocês?

19. Se não houver cortes fica tudo bem, o problema é resolvido? Ou isso não basta? O que é necessário, então?

20. Como foram as manifestações na visão de vocês, foram boas ou não foram como vocês esperavam? Foram eficazes? O que vocês buscavam foi resolvido?

21. Foi uma manifestação política, contra o Bolsonaro, ou foi uma manifestação pela educação?

22. Teve a participação de partidos políticos? Se sim, o que acharam disso?

23. Vocês lembram do movimento “Ele não”? Alguém aderiu?

3 Grupo Focal 1 (26/10/20)

Participantes

**os nomes foram alterados para não identificação*

- **Rodrigo:** 21 anos; branco; estudante de graduação em Ciências Sociais; participou dos dois atos de protestos; é ou já foi contemplado com bolsa de pesquisa, mas não era bolsista durante as manifestações; mora em Araraquara; residência alugada; cursou o ensino médio em escola particular.

- **Pablo:** 27 anos; pardo; doutorando em Biotecnologia; participou do ato de 15 de maio; possuía bolsa CAPES durante as manifestações; é de Votuporanga e mora em Ribeirão Preto; residência alugada; cursou o ensino médio em escola particular.

- **Igor:** 23 anos; branco; estudante de graduação em Ciências Sociais; participou dos dois atos de protesto; nunca foi bolsista; mora em Araraquara; residência alugada; cursou ensino médio em escola pública.

- **Camila:** 21 anos; preta; estudante de graduação em Economia; participou dos dois atos de protesto; possuía bolsa de pesquisa durante as manifestações; é de Osasco e mora em Araraquara; residência própria; cursou o ensino médio em escola particular.

- **Bruna:** 20 anos; branca; estudante de graduação em Letras; participou dos dois atos de protesto; possui bolsa CAPES, mas não era bolsista durante os atos; é de Americana e mora em Araraquara; república estudantil; cursou o ensino médio em escola pública.

- **Bianca:** 23 anos; amarela; mestranda em Nutrição; participou do ato de 30 de maio; possui bolsa CAPES, mas não era bolsista durante os atos (foi alvo dos cortes); mora em Botucatu; residência própria; cursou o ensino médio em escola particular.

Moderador: Fernanda Stella Cavicchia

Convidado: Matheus Garcia de Moura (mestrando em Ciências Sociais)

Transcrição

MODERADOR- Estamos iniciando o grupo 1, o grupo focal número um e já fiz uma breve apresentação sobre o grupo para os participantes. Comuniquei que essa reunião vai ser gravada e nenhum participante vai ser identificado e recebi autorização dos participantes. O objetivo do nosso trabalho é analisar movimentos sociais e a gente tem como tema específico as manifestações de 2019. Isso é o que eu posso apresentar para vocês agora no começo. Nós não gostaríamos de falar mais sobre a pesquisa para não influenciar a resposta de vocês e a gente quer mesmo a respostas espontâneas. Nas ao final do grupo quem quiser saber mais sobre o trabalho a gente tá disponível para falar para conversar sobre a teoria que a gente está buscando daí a gente fala ao final do trabalho. (Outros comunicados técnicos). Então vamos dar início. A gente tem alguns né alguns pontos que a gente vai abordar e o primeiro dele é conhecer vocês.

A primeira pergunta que eu gostaria que cada um respondesse individualmente é quem é você. Falar a idade, onde nasceu, onde mora, o que faz, quem estuda, se tem outra atividade profissional e, por último, um hobby, uma curiosidade. Vou começar por mim e depois passo para o Matheus e depois para vocês. Eu tenho 36 anos, nasci em Araraquara, moro em Araraquara, passei a pandemia aqui, estou passando a pandemia aqui em Araraquara. Sou formada em Jornalismo e estou fazendo mestrado em Ciências Sociais na Unesp Araraquara. Um hobby é que eu gosto de plantas, gosto muito de cuidar de plantas e elas me ajudaram muito nessa pandemia, incluindo a Netflix que tive que retomar assinatura da minha Netflix

durante a pandemia, que já fazia um ano que ela estava suspensa, mas não tive como e retomei a assinatura e isso também me ajudou muito. Passo agora a palavra para o Matheus.

CONVIDADO– Meu nome é Matheus, tenho 29 anos. Sou de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, faço mestrado em Araraquara, mas na pandemia voltei para Rio Preto, sou bolsista CAPES e um hobby, tenho uma banda de punk rock, peculiar, né? e Netflix é inescapável durante a pandemia. Eu acho que é isso, prazer, pessoal!

RODRIGO– Tenho 21 anos, estou no quarto ano de Sociais na Unesp Araraquara, nasci no Rio de Janeiro, morei até os 13 anos lá. Aí eu vim para Araraquara com meus pais, minha mãe é daqui e se mudou para cá. E aí desde os 13 anos eu moro em Araraquara, fiz o Ensino Fundamental, médio aqui e agora faculdade. Continuo aqui na quarentena também em Araraquara. Atualmente eu dou aula, além da graduação, sou bolsista do CUCA, cursinho Popular, à noite, dou aula de geografia, e também faço parte do centro acadêmico de Ciências Sociais, estou como diretor de movimento estudantil, e também a gente, junto com o pessoal da faculdade, também com outros Centros Acadêmicos, com amigos e tudo mais, a gente puxou também um Cursinho Popular Online e eu também estou dando aula de geografia, participando da organização e tudo mais, como coordenador pedagógico e a gente está puxando um cursinho online agora na quarentena e também estou dando aula online para o CUCA e a gente quer fazer presencial depois da pandemia. Tomara que consigamos uma bolsa, mas não tem uma perspectiva, queremos tentar presencial. Estamos num bairro de periferia de Araraquara, no Selmi Dei, Vale Verde, e abrir cada vez mais, tentar fazer isso virar uma, uma moda, né.

PABLO - Meu nome é PABLO eu tenho 27 anos eu sou de Votuporanga, perto de São José do Rio Preto e atualmente eu estou em Ribeirão Preto, eu sou formado em ciências biológicas pela UNESP de Assis. Fiz mestrado e estou no doutorado em biotecnologia da Unesp de Araraquara só que eu desenvolvo projeto na USP de Ribeirão Preto, então eu passo 95% do meu tempo aqui desenvolvendo meu projeto no laboratório. Basicamente a quarentena eu passei aqui, uns pulos assim durante o período mais sério vamos dizer que de Ribeirão Preto aí eu fui para Votuporanga eu passei dois meses, mas, assim, a quarentena basicamente foi jogar videogame, fazer curso, publicar artigo, reclamar do governo e brincar com meu cachorro. Acho que meu hobby é esse basicamente.

BIANCA– Meu nome é BIANCA, sou de Botucatu e estou em Botucatu. Sou formada em Gastronomia, em bacharelado pela Universidade Federal do Ceará, então eu morei três anos e meio lá e voltei para cá em 2018. Iniciei o mestrado em 2019 e peguei bem o corte de bolsas da CAPES, então era para eu estar com bolsa, perdi, eu fui aprovada no dia 6, era para ter me inscrito no dia dez e no dia seguinte as bolsas sumiram do sistema. Então eu comecei a trabalhar, eu nunca tinha trabalhado na área de Gastronomia, trabalho hoje em um restaurante, eu precisava de dinheiro para conseguir me deslocar de Botucatu para Araraquara e aí acabou que eu gostei de ficar no restaurante, então eu faço um freelancer assim. Tive que parar por conta da pandemia, pedi um afastamento para poder ficar em casa, né, eu cuido da minha mãe e... que mais? Hobby? Não tenho muitos hobbies, mais Netflix mesmo, como você falou, publicar artigos também, minha orientadora é de Botucatu, então eu trabalho em Botucatu, meu trabalho é qualitativo também, não tenho laboratório, consegui fazer uma coleta de dados online, fiz 76 entrevistas, estou escrevendo, então esse está sendo meu hobby de quarentena. Eu sou surda de um ouvido, não escuto do lado direito, tá um pouquinho baixo para mim, se vocês puderem falar mais alto, senão eu tenho que pegar um fone aqui também para poder escutar melhor.

MODERADOR - Só para tirar uma dúvida, sua bolsa foi cortada e depois?

BIANCA– Eu fiquei na fila para conseguir bolsa e conforme foi vagando eles foram me alocando e aí minha alocaram, eu consegui uma bolsa do programa CAPES em setembro, então entre Maio e Setembro eu fiquei sem bolsa e agora estou com bolsa CAPES.

IGOR - Eu sou natural de Ribeirão Preto, estou morando em Araraquara já tem cinco anos, cinco anos isso, eu vim morar aqui para estudar na Unesp, eu faço Ciências Sociais, atualmente no quinto ano do curso. Sou aluno da graduação, já tentei bolsa algumas vezes, mas eu nunca consegui ser contemplado no processo, essas coisas das exigências mesmo. No momento eu estou me dedicando à minha monografia, prestes a encerrar e me informar. Hobbies não tenho muitos.

CAMILA entra no grupo e MODERADOR passa as orientações.

BRUNA – Oi, gente, meu nome é BRUNA, eu tenho 20 anos, sou estudante do terceiro ano de Letras aqui na Unesp de Araraquara. Sou natural de Limeira, acabei me mudando de lá aos 14 anos para Americana e vim para cá em 2018. Eu passei a pandemia toda aqui também né, eu já me acostumei aqui com sendo minha casa. Eu sou professora de cursinho popular também, e atuo dando aula de reforço em escolas das periferias, então durante o ano passado eu dei aula em uma escola no bairro das Hortênsias, aqui em Araraquara, que foi interrompido nesse ano. Sou bolsista CAPES, com residência pedagógica, estou começando a trabalhar agora na área de marketing digital também, como estagiária. Eu também sou militante da União da Juventude Comunista. E durante o ano passado, quando estavam ocorrendo as manifestações, eu fiz parte do centro acadêmico de Letras, como coordenador do movimento estudantil também. E o hobby, olha durante a quarentena comecei a gostar muito de plantas também, foi um alívio, e também comecei a aprender bordado.

CAMILA- Boa tarde! Desculpa o atraso, estava em outra reunião. Sou CAMILA, estou no terceiro ano de Ciências Econômicas, sou de Osasco, tenho 21 anos, eu faço parte do Cuca, dou aula de História do Brasil este ano, mas no ano passado dava aula de Matemática. Faço parte do Centro Acadêmico de Economia e do grupo Pet que é um programa de educação tutorial na faculdade. E recebo bolsa pelo Cuca, desde o ano passado, e por não poder acumular bolsa eu não recebo do PET, e por gostar mais de dar aulas eu imagino que no PET eu talvez saia no final do ano, eu preferi receber a bolsa do Cuca, né, por não poder acumular bolsa. Uma curiosidade, eu tenho feito bastante trança agora na pandemia né, fazia bastante para amigos e família e agora na pandemia fazendo para fora, mais do que um hobby, né, comecei a me interessar bastante, fiz cursos, comprei bastante cabelo e agora eu faço para fora mesmo, né. Tomo todos os cuidados necessários, vou até a casa dos clientes, uso álcool em gel, máscara, e tenho feito bastante e tem me ajudado a ganhar um dinheirinho extra. Então é bem legal, eu gosto bastante de mexer com o cabelo, sempre gostei.

MODERADOR- Vou passar aqui para segunda pergunta das apresentações é a segunda e última, então aí a gente já passa mais para o nosso objeto. Gostaria de saber o que vocês imaginam para o futuro, um plano imediato e um plano mais a longo prazo.

BIANCA – Objetivo de imediato, também estou no mestrado, no caminho da dissertação, consegui uma prorrogação, tenho um ano, um pouco mais de um ano pela frente para finalizar. A longo prazo também imagino dar aulas, mas acho que eu tenho que construir um

caminho, assim, para conseguir dar aulas porque para dar aula numa graduação de gastronomia eu tô muito mais pensando teoricamente em uma gastronomia e segurança alimentar. Então seria uma gastronomia meio que contra-hegemônica, mas seriam aulas mais teóricas, eu acho. No movimento estudantil que eu continuo bem mais ativa, mesmo já tendo me formado há uns dois anos, espero conseguir que a gente pense em outras perspectivas para atuar em gastronomia. Então acho que é isso, dar aula também de alguma forma.

RODRIGO- Eu também tenho muitas dúvidas, estou no final do quarto ano, mas tenho mais meio ano de licenciatura e depois mais meio ano na monografia, Assim, eu tenho interesse em continuar a dar aulas, mas ao mesmo tempo não tenho certeza se é o que realmente eu quero. Tenho também vontade de ir para a gastronomia, que eu gosto, mas também penso em trabalhar na área de política também, então são muitas ideias. Não tenho certeza se tenho interesse entrar no mestrado ou algo do tipo, se a área acadêmica é o que eu pretendo continuar, mas são algumas perspectivas que eu tenho e pretendo ir amadurecendo.

IGOR – Objetivo bem a curto prazo é consegui terminar a graduação, entregar a monografia e graduar de fato. Agora com relação ao planejamento, do que fazer após isso, é um até um pouco complicado de dizer, porque eu já mudei de planos assim tantas vezes desde o primeiro ano da faculdade. No início eu queria fazer o mestrado lá em Campinas, na Unicamp e depois eu repensei até na possibilidade de fazer um mestrado. No atual momento, eu penso mais em me estabelecer de fato em Araraquara, arranjar um lugar para dar aulas aqui, possivelmente na própria atribuição de aulas do Estado, e tentar um segundo curso na Unesp também, possivelmente em economia.

PABLO – Bom, acho que objetivos a curto prazo é não morrer de Covid-19 e a longo prazo é não morrer de fome. Acho que é a melhor definição, porque é simples, tipo eu tenho sou bolsista CAPES de doutorado, a gente teve a prorrogação, tem mais ou menos um ano para acabar, já passei por qualificação e estou meio encaminhado para acabar, escrever a tese. A curto prazo é basicamente o doutorado, porque não tem muito outra coisa para fazer na quarentena. E a longo prazo, a questão é tipo assim, não para colocar exatamente planos específicos, porque assim, sou biólogo, mas meio ambiente já era. Posso ser professor, mas educação já era. Posso ser pesquisador, pesquisa já era. Então, assim, eu almejo a parte acadêmica, é a parte que me dou melhor, tanto a parte de pesquisa quanto de docências, mas esses planos a longo prazo são muitos modificados, pois dependem de muitos fatores, que na verdade não têm nada a ver com a gente, tipo governo, tipo vida pessoal, psicológico, emocional, financeiro. Então tudo isso é uma dependência, claro, plano a gente traça, mas é difícil simplesmente a gente falar eu vou ser isso.

CAMILA– Essa é uma pergunta que é um pouco difícil, sim, porque eu mesma me questiono o que eu quero fazer a longo prazo. Penso que a curto prazo, pretendo permanecer dando aulas, dou aula no CUCA, um Cursinho Popular da Unesp. A curto prazo, pretendo continuar dando aulas, terminar minha iniciação científica e já pensar no meu TCC. A longo prazo não sei muito bem que área pretendo seguir da economia, acho que continuar dando aulas, mesmo não tendo licenciatura e ingressar em outra faculdade, fazer uma segunda graduação e uma pós, mas é um pouco difícil no tempo que a gente está vivendo. A questão da pesquisa tem sido extremamente desqualificada, assim. A gente passa tantos anos estudando, se dedicando, pensando nessa área acadêmica e não sei muito bem como vai ser daqui a alguns anos, né. Mas acho que esses são meus planos pra curto e longo prazo.

BRUNA – A curto prazo, assim como todo mundo, é conseguir terminar a graduação sem se estender muito. E a longo prazo, estou patinando mais um pouco. Sempre pensei em fazer especialização na área de tradução, mas há um tempo veio a ideia de ingressar num mestrado. Aí agora também conhecendo a área de marketing digital não dá para saber muito bem para onde eu vou, mas independente de qualquer um dos lados, quero continuar exercendo a função de professora e, se possível, educadora popular, que eu acho que assim, dentro do que a gente está inserido, a gente consegue se encontrar mais com nossos objetivos.

MODERADOR– Quería saber, agora, a gente já abordou um pouco disso, mas queria saber um pouco mais. O que é ser pesquisador, o que é ser estudante para vocês? Como é a vida de estudante, como é a vida hoje?

PABLO – Isso aí, eu sou craque, não tem papo. Eu entrei na área de pesquisa em 2011, sabe, logo quando entrei na faculdade. Estou de 2011 até agora e vou estender para 2022, vou até janeiro de 2022 na área da pesquisa. Então, assim, basicamente, assim (suspiro), como o que levou às manifestações é pura balbúrdia, sabe, então, assim, basicamente a gente não é reconhecido como pesquisador, na verdade as bolsas são muito subaproveitadas, porque a quantidade de estudantes dentro de uma iniciação científica, dentro de um mestrado, de um doutorado é muito, mas muito maior do que qualquer tipo de alocação de bolsa. É... os insumos laboratoriais, é claro, falo na minha área porque trabalho em laboratório, né. Realizo minha pesquisa em laboratório. Insumos laboratoriais é extremamente escasso. Eu estou na USP, nossa, meu Deus, a USP, os intocáveis no planeta, onde uma das faculdades que recebe uma maior quantidade de verba do país. E esses tempos, agora, eu tive que compra detergente do meu bolso para lavar minha vidraria no laboratório, entende? Não tem papel, não tem fita-crepe, não tem reagentes. Imagina, se não tem detergente, vai ter reagente, por exemplo? Utiliza um reagente numa reação enzimática que ele custa dois mil e quatrocentos reais, tipo, 15 gramas dele. Então, assim, imagina a gente conseguir esse dinheiro para reagente se a gente não tem detergente. Então o descaso, não só o sucateamento do ensino, mas o descaso com a pesquisa no país é absurdamente alta. Passei por inúmeros laboratórios durante a minha iniciação científica, no mestrado e agora no doutorado, e todos os laboratórios têm o mesmo problema, falta coisa básica (corte do áudio). Enfim, o descaso é um absurdo com pesquisadores, a pesquisa não é considerada uma profissão no país, isso é fato, você não acha um edital de um concurso para pesquisador, entendeu? Então, assim, o máximo que a gente pode fazer é utilizar, fazer na gambiarra mesmo, tipo, quando falo gambiarra é assim, ah eu preciso fazer um motor para agitar um determinado aparelho. Meu, é chiclete, goma de mascar ali embaixo, usa um celular vibrando, assim, desse jeito mesmo, sabe? Então, assim, eu como pesquisador há mais de dez anos, é muito complicado a vida de pesquisador.

MODERADOR– Pessoal, vocês concordam, não concordam? Quem quer falar mais um pouco o que é ser estudante, ser pesquisador?

BIANCA– Acho que enquanto pesquisadora eu concordo bastante, mas eu acho que pensar enquanto estudante assim... Eu tive essa frustração de laboratório quando entrei na graduação, entrei na gastronomia e a gente imagina que na gastronomia a gente tem uma boa quantidade de aulas práticas, né? Me mudei de São Paulo para Fortaleza para poder fazer minha graduação esperando alguma aula prática e aí primeiro eu não tinha insumo, então não tinha recurso pra comprar ou tinha falta de licitação, problema toda hora, então tive pouquíssimas aulas práticas, ou por falta de laboratório ou por falta de insumo, então isso foi uma frustração muito grande, então eu também me envolvi com Centro Acadêmico, passei umas duas gestões. Mas até agora continuo muito envolvida pra gente... se existe um curso de

gastronomia, que agora eles têm laboratório lá, era pra estar tudo certo e a gente pergunta muito qual a função da gastronomia na sociedade assim, né? E aí a gente já mistura um pouco com a pesquisa, né, como o RODRIGO falou, sou da gastronomia pensando muito mais no campo social, assim. E aí a gente fica se perguntando se a gente reproduziu uma gastronomia elitista, branca, eurocêntrica, francesa e isso a gente, por que a gente está na universidade e por que está na universidade pública? Então minha pesquisa acho que vem muito nesse sentido. Então é muito triste mesmo esse desmonte do ensino e da pesquisa. Eu sou de uma família que meu vô foi professor da Unesp, meu pai é professor da federal do Mato Grosso, eu estou nesse caminho de ir para a pós-graduação na pesquisa e é muito triste não ter a perspectiva, né? Eu converso com meu pai e ele fica, não sei por que você está escolhendo isso, você sabe que está tudo quebrado, e aí... isso que ele apoia o Bolsonaro e eu fico meio maluca, né? Ele é professor de uma universidade pública e apoia esse... esse terrorismo que está acontecendo aqui, né? Mas, enfim, é... é isso, quanto a à pesquisa, acho que o PABLO já disse, sou contemplada com a falta de laboratórios, de todas as estruturas que a gente deveria ter.

MODERADOR– A BIANCA tocou num ponto interessante, falou da família, então, para vocês que ainda não comentaram, quero saber se vocês discordam de alguma coisa e entrar nesse ponto, como vocês acham que a família de vocês vê o trabalho de pesquisador, de estudante.

RODRIGO – Eu posso falar um pouquinho. Então, eu acho que assim, o que eu posso falar sobre isso, ser estudante, ser pesquisador, no geral, ser estudante, ser jovem no Brasil mesmo é você saber lidar com incerteza, de realmente, assim, de sentir uma retirada das perspectivas, que a gente acaba tendo, de sentir que cada vez mais a gente está limitado a algumas áreas, e tem que acabar sendo... tem que ir... acabar tendo que ser um faz tudo, tem que saber um pouquinho de tudo e realmente não conseguindo apostar numa carreira só, porque você pode acabar tendo um diploma na mão e totalmente endividado, né? Passando fome. Então, assim, eu acho que ser pesquisador, até como o PABLO falou bastante, é você ter que... aprender a lidar com essa incerteza, assim como ser estudante, tipo, eu vou me formar agora, mas eu não posso só me formar, eu tenho também que pegar, dar uma aula, fazer um curso de não sei o quê e fazer um bico não sei aonde. Sabe, pra realmente ter... ter que tirar currículo porque eu tenho que sair daqui... porque eu tenho que terminar o diploma e já estar trabalhando, sabe, realmente ter que pensar nisso, sabe? Sobre meus pais, assim como não pretendo seguir mesmo a carreira acadêmica, da pesquisa, que não é uma coisa que eu sinto mesmo que eu vou seguir, eles vêm de uma maneira positiva se eu seguir essa carreira e pegar uma bolsa, mas se pegar um mestrado sem bolsas dificulta muito. Agora, se pegar um mestrado sem bolsas, dificulta muito, né? Que as aulas são à tarde, como que dá pra conciliar trabalho com isso e tudo mais, né? Isso realmente dificulta bastante e acaba, pode acabar gerando (inteligível). E é isso.

MODERADOR– Quem não respondeu ainda, se quiser comentar... E eu queria saber também, essa visão que vocês me relataram, isso é de agora ou é uma coisa que já vem de algum tempo?

CAMILA– Só ia pontuar um pouquinho, acho que já foi essa pergunta, fiquei contemplada com a fala das pessoas também. É... eu sinto que Ciências Econômicas é um curso que ele ainda é um pouco elitizado, assim, né. Ele é um curso muito engessado, então tudo que a gente vê não é uma coisa que é aplicável, eu acho que eu fico muito... pelo menos é uma das coisas que eu fico muito desmotivada por ver a reprodução de um tipo de pensamento por

parte dos professores e por parte dos estudantes também, né? É.. muita gente no meu curso está bem focada na questão do mercado financeiro e a área acadêmica acaba ficando, é..., em segundo plano para a maior parte das pessoas que estão no curso de ciências econômicas, né? Então, em alguns momentos eu vejo até um discurso um pouco desmotivador por parte dos professores em relação a seguir essa área da pesquisa, essa área mais acadêmica, né? Então eu penso em relação a fazer uma pesquisa, uma iniciação, uma pós e em alguns momentos que você procura os professores eles até de desmotivam em relação a isso, né? Eles indicam outras áreas, outras carreiras, mercado financeiro, porque nesse sentido é o que a gente sabe que dá dinheiro, né? Porque a área acadêmica ela é muito... assim, se até pessoas que seguiram essa área indicam pros alunos não seguirem, né, a gente vê que realmente não está tendo nenhum tipo de valorização. Enquanto um educador, assim, é uma coisa de extrema importância pras nossas, pra nossa educação, assim, E em relação à minha família, eu queria ter feito outro curso, né, que era um curso de História, mas meu pai, principalmente falou, não, faz outro curso, porque, né, se você fizer História, você prioritariamente vai ser uma professora, que é o que eu tenho vontade de ser, inclusive, e a gente sabe que essa carreira é muito desvalorizada no Brasil, né, e talvez não encontre emprego, e por eu ser mais nova na época eu acabei falando, cedendo, e indo para outro curso, né? Mas... não sei, eu acho que em relação a isso da família, é... não tem tanta motivação em relação a seguir a área acadêmica, porque se eu falo que eu faço economia, meu pai trabalha em banco, minha irmã trabalha em banco, assim, então, tipo, pra eles é vai trabalhar em banco, seguir o mercado financeiro, vai fazer tal coisa e eu, assim, não quero seguir essa área, né, mas infelizmente a área da pesquisa, né, dessa questão academicista é bem desvalorizada, assim. Minha mãe, ela.. trabalhou muitos anos na USP, né, então, assim, ela apoia muito qualquer decisão que eu tenho nesse sentido, de seguir a carreira acadêmica, de dar aula, de ser educadora, mas meu pai, ele fica um pouco mais assim, mas receoso, e não me apoiaria se eu falasse que eu gostaria de seguir essa área, né.

MODERADOR– RODRIGO, BRUNA?

BRUNA – Posso comentar um pouquinho. É... em relação, assim, acho que a experiência Universitária como um todo, né, eu entendo que ela é muito transformadora e não necessariamente num sentido tão bom assim, né. A princípio, quando a gente começa a descobrir, né, é muito bom, é muito gostoso quando a gente toma a atitude do que a universidade pode ser, do que ela pode servir, e ao mesmo tempo, em contrapartida, já surgem todos os contrapontos, né, por exemplo, junto ao processos de extensão, a gente entende e conhece um novo caráter que a Universidade pode tomar, só que o incentivo vem justamente de quem constrói os próprios projetos, né, a gente acaba muitas vezes sendo barrado no institucional, quando a gente tenta criar coisas mais a fora, sendo que tá muito mais ligado ao mercado. Em relação à família, né, eu sou a primeira pessoa do meu grupo familiar que ingressou numa universidade, tanto pública quanto privada, então a minha experiência de descoberta da Universidade aconteceu em conjunto com os meus pais, então, assim, todo passo que eu dou aqui dentro, cada passo novo, assim, para eles é um sucesso, eles adoram, então eu acredito que independente do âmbito qualquer..., qualquer lado que eu optasse que fosse ligado ao mundo acadêmico eles iriam me apoiar. Eles me apoiam muito também, acho que principalmente na questão da educação, mas é complicado, né, a gente acaba sendo desmotivado. No curso de Letras, pelo menos, né, o pessoal acaba... é bem, é bem interessante até de comprar, né, o pessoal não chega muito com tanta concepção de tender para o lado academicista, mas acaba indo, porque acaba recebendo mais incentivo e também porque quando você vê como o que as pessoas são, o profissional da educação, o incentivo não é nenhum. Então... a gente acaba recebendo esse contato maior com a licenciatura em si, com

os projetos de extensão, com os cursinhos populares, eu acho que eles têm um papel fundamental nisso, porque a universidade em si não incentiva demais em relação ao curso de licenciatura, o que a gente aprende em síntese é um plano de aula, né, que quando você chega aí como professor do Estado você acaba nem exercendo, que aí é um desdobramento que é uma loucura pra você conseguir acompanhar o trabalho, enfim, é... Eu acho bem contraditória, né, eu acho que é cheio de contradições todas essas experiências. As concepções, assim, elas são... da mesma maneira que elas vêm, elas vão, conforme, conforme cada um vai absorvendo. E eu acho bem complicado.

MODERADOR- IGOR se você quiser comentar alguma coisa...

IGOR - Eu acho que eu vou acabar me delongando mais sobre tudo que já foi falado aqui. Falando pela experiência pessoal primeiro, tendo cinco anos de curso aqui em Araraquara e morando aqui em Araraquara, onde esse tempo todo eu, tanto fiquei com a necessidade de arranjar algum emprego para conseguir ajudar o sustento aqui na minha estadia, eu moro junto com a minha mãe, mas ainda assim uma renda a mais que ainda por cima pudesse facilitar minha capacitação profissional viria muito bem a calhar ficava barrada no.. no contexto da economia local, mas que a gente sabe muito bem que tá todo toda inserida no contexto da economia nacional, né. E fazer essa divisão entre o estudo e trabalho às vezes... está estudando sem ter um trabalho junto, sem ter esse emprego junto às vezes causavam, causa, na verdade, certos conflitos internos, conflito na psicologia, no próprio psicológico meu, e um pouco com a família também, né, porque às vezes meu pai fica um pouco sem fazer essa compreensão do que eu ando fazendo aqui e sem ter conseguido bolsa, sem ter conseguido estabelecer algum emprego aqui, e às vezes bate até um certo desânimo com o próprio curso em si, ao longo desse período e por conta dessa situação. E estando nessa situação às vezes eu até fico um pouco assustado com o relato das pessoas que conseguem bolsa e conseguem se inserir com mais profundidade nas atividades da carreira que ela quer desenvolver e ainda assim não conseguem garantir o próprio sustento financeiro, o sustento material com a própria atividade acadêmica delas. Elas também necessitam ir procurar outras atividades para conseguir se manter na faculdade porque não há política universitária existente no Brasil que consegue manter o estudante focado dentro das atividades dele, dentro da pesquisa, dentro do desenvolvimento dos trabalhos, dos projetos de extensão e isso é um ponto da realidade que às vezes nas próprias reflexões que a universidade acaba fazendo sobre os problemas internos dela, ela às vezes não costuma refletir um, um pouco sobre o quanto essa política ela tá um tanto atrasada, porque como até o PABLO falou na primeira fala dele, o pesquisador ele acaba não sendo tratado como pesquisador e às vezes até dentro dos próprios projetos da Universidade, às vezes dentro até da própria estrutura que tá liderando, que tá coordenando projetos, quem dita as políticas da Capes, que são políticas que tem que passar pelo pela caneta do executivo federal, isso é óbvio, mas quem dita as políticas da Capes são pessoas que representam as próprias instituições universitárias, são delegados por elas para irem lá para a Capes e decidirem tudo isso, e o pesquisador no Brasil de fato ele é um trabalhador assalariado que recebe menos que o mínimo, né, porque as bolsas dos projetos de pesquisa de fato funcionam como salários para esse pessoal todo. É um tanto contra precedente você perceber que a mesma coisa que tem que financiar o andamento do seu projeto também tem que bancar que o sustento da sua casa, porque você é inclusive impedido legalmente de ter outra fonte de renda enquanto, enquanto exerce a atividade de pesquisa. Então já é um uma limitação de origem na própria estrutura Universitária e todo o contexto dessa reorganização Universitária, essa reforma que quer fazer mais de enxugamento de gatos, mais enxugamento dos conteúdos dos currículos. Ela deixa, deixa esse cenário mais aberto ainda para continuar achatando a vida dos estudantes, a perspectiva de futuro deles. Então, é... você se sente um

pouco na corda bamba em ambas as situações, tendo uma estrutura com emprego para lidar ou não tendo, porque a busca pra você conseguir manter a sua vida em ambas é páreo duro de qualquer forma

MODERADOR– Só para entender um pouco o que todo mundo falou, existe uma desmotivação que vem também de dentro da faculdade, principalmente, de dentro da Universidade, né. Vocês acham que isso é porque os professores também estão desmotivados, é isso ou não? Qual seria um outro motivo?

PABLO– Bom, eu não sei necessariamente, se podemos ter um culpado a isso. Claro, tem culpado? Tem culpado, mas eu acho que é tipo uma junção de várias coisas. Assim, vamos começar por baixo. Um aluno de iniciação científica, a bolsa científica é algo, no estado, hoje em torno de quatrocentos reais. E você não pode arrumar emprego porque você tem uma bolsa de quatrocentos reais, entendeu? Eu sei porque eu passei por isso. Eu não tive bolsa pra pesquisa em laboratório, tive o PIBID, de iniciação à docência, e, assim, eu vivia tipo com quatrocentos reais só que eu tinha que viver de bico, então, assim, eu era chefe de cozinha, era lavador de prato, eu fazia bico à noite como bartender, é... eu fazia festa na minha comissão e tudo mais. Então assim, todas as minhas rendas eu trabalhava assim, tipo, meu curso era integral, então eu trabalhava de forma integral e aí além disso eu ainda dava aula em escola pública, em escola particular, era coordenador do cursinho da Unesp em Assis, dava aula no cursinho da Unesp, trabalhava como chefe de cozinha, trabalhava com lavador de prato e quando acabava meu turno de tudo isso, na madrugada eu fazia bico de bartender. Então assim, como que você consegue manter uma pesquisa desse jeito, sabe? Agora vamos subir um pouco, tem os professores, os professores tentam trabalhar dentro do laboratório, é claro, falando no meu âmbito que é laboratorial, não tem papel, não tem dinheiro para comprar reagente, não tem investimento. Para aprovar uma bolsa, uma bolsa de qualidade, vamos colocar a Fapesp, é absurdamente difícil, é tipo assim, você precisa de anos de experiência, ter um currículo adequado, isso no caso do professor, que é o projeto temático da Fapesp, você precisa ter um currículo adequado, você precisa ter parceria no exterior, ter feito pós-doutorado no exterior e tipo você precisa ter um dinossauro, tipo, é impossível você aprovar hoje. Quem é aprovado hoje são aquelas pessoas que têm uma ligação muito forte politicamente dentro da universidade, que são tipo assim os coordenadores de curso, são pessoas ligadas a um grupo de pesquisa absurdamente (ênfase) grande. Por exemplo, tem uma professora do laboratório que eu trabalho que ela aprovou o projeto Fapesp de um ponto seis milhões de reais. Meu, o grupo de pesquisa dela é absurdamente grande, envolve uma porrada de universidade e na hora de dividir tudo isso vai dar cinco reais para cada laboratório, entendeu? Então assim, aí você passa, vamos subir mais um pouco, você passa para o Ministério da Educação barra Ciência. A gente tá vivendo uma onda de anticiência, a gente tá vivendo uma onda de antieducação, tudo isso influencia porque quando mais verbas eles cortarem dessas áreas, melhor, mais populistas eles estão tentando ser. Então essa onda anticiência que inclusive está gerando essa conturbada onda antivacina, antimedamentos, anticomprovação científica, tudo isso gera um, um descrédito da sociedade com a ciência. E aí você sobe até o último patamar que é o presidente, que não acredita em absolutamente nada, que não acredita... Então assim, é difícil a gente falar não o culpado é o presidente, sendo que todas as castas abaixo dele estão sendo prejudicadas. Então assim você vai tirando as porcentagens do começo até lá em cima, você chega no momento que você não tem absolutamente nada para dentro... Qual é a incentivação? Nenhuma, você tem simplesmente aquele negócio, ah, trabalho pelo amor à pesquisa. Cara! amor não paga boleto. Esse é o negócio.

MODERADOR- Já aproveitando a fala aqui do PABLO, qual vocês acham que é a visão do Governo Federal, do governo atual, com relação aos pesquisadores?

BIANCA- Acho que é esse processo de desmonte mesmo, que infelizmente não é de agora. É muito complicado, né. Eu entrei na universidade em 2015, eu tô com 23 anos, eu nem falei. Eu lembro que eu fui para o CONUNE, encontro de estudantes da UNE, em 2015, no meu primeiro semestre, perdaça, e aí eu lembro que a gente já tava brigando porque já tinha cortado sete bilhões da educação, se não me engano, se eu me recordo bem, naquele ano. E aí a gente foi vendo uma coisa atrás da outra, né, teve a PEC, lembro que no meu instituto era PEC da Morte, e aí a agente está vendo agora os reflexos disso tudo. Então as falas de vocês só me vêm que a gente, dentro da universidade, é a falta de saúde mental que a gente fica mesmo, porque aí precisa manter uma produtividade muito alta, que é o que o PABLO tava falando, a demanda e, gente, eu tive uma crise esses dias, acho que semana passada, eu tô, acho que agora faz um ano e meio que eu estou no mestrado, eu já mandei alguns trabalhos, não sei o que, tenho uma atuação super grande dentro do cursos as coisas que eu tô fazendo tipo assim, aprovou um mestrado em gastronomia, é o primeiro na instituição que eu fiz a graduação, e eu fiquei super feliz porque a minha coordenadora de lá veio falar comigo, falando que a linha que eu tô pesquisando é exatamente o que eles acreditam para aquele mestrado, que eles já estão colocando isso, que ela já tá colocando essa disciplina na graduação, já me chamou pra dar aula, e eu fiquei super feliz, só que uma semana antes eu tinha surtado, porque eu falei assim, gente, eu fui para preencher aquele negócio da Capes e você tem que falar o que você fez no ano, né, e demora pra chegar os aceites dos trabalhos e aí eu mandei super pouca coisa e daí eu falei, gente, eu não produzi quase nada, mas se eu parar para pensar, né, o ano passado eu fiquei sem bolsa, trabalhando, essa rotina que ele tá falando, você está lá, tem que trabalhar, eu tenho que cuidar da minha mãe, minha mãe é deficiente, eu sou surda de um lado, então fiz uma cirurgia no mês passado, hoje tive que me deslocar pra outra cidade porque eu tô com a cabeça tudo inflamada, então assim, que vida que a gente tem? A gente não tem nenhuma estabilidade e a gente fica pensando, quando eu vou me aposentar? Se eu entrar num doutorado eu vou terminar com quase 30 anos, né, sem nunca ter tido uma carteira registrada (expressão emocionada, quase chorando, colocou a mão no rosto, nos olhos) e a gente fica nessa brisa aí, pensando num governo, qual a perspectiva que a gente tem de trabalhar como professor universitário hoje, né? Meu pai ficou conversando isso comigo esses dias quando ele veio me acompanhar para fazer a cirurgia e ele falou assim, BIANCA, você não tem como pensar em ser professora de uma Universidade Federal. Qual a perspectiva de abrir curso, de abrir concurso? Né? A gente tá vendo o desmonte de tudo isso, eu não sei, não tem não tem que falar (choro, colocou a mão no rosto, nos olhos). Porque a falta de perspectiva pra quem é jovem hoje... é só rindo pra não dizer que eu estou chorando, altas crises, altas terapias.

MODERADOR- A BIANCA deu um relato de como tudo isso que a gente está falando até agora afeta ela, inclusive falou da saúde mental, de toda essa pressão. Eu queria saber de vocês, vocês que não comentaram, como que isso afeta vocês, qual o sentimento de vocês diante disso?

BRUNA - Eu posso falar um pouco. Nunca participei diretamente de um projeto de pesquisa, mas acompanhando assim, é muito complicado a amplitude que isso toma. Desde falando da pós-graduação, o não reconhecimento dos pós-graduandos enquanto trabalhadores né, que é uma coisa absurda né, eu tenho uma pessoa próxima, um amiga muito próxima que tá no Rio de Janeiro, ela nem conseguiu pisar no Rio de Janeiro direito, porque começou a pandemia, e tá sendo um caos, tá sendo uma grande desilusão para ela porque ela sempre teve os planos do

mestrado, sempre teve os planos do doutorado e nos últimos tempos ela falou, cara, não aguento mais porque é um trabalho, é um trabalho gigantesco, só que não tem hora, eu só quero me inserir no mercado de trabalho de fato para poder ir para um lugar fazer meu trabalho, terminar e ser paga de maneira justa, sem viver nessa loucura eterna, que a gente acaba sentindo que não é trabalho de fato, justamente agora no período de pandemia que a gente não vê muito do resultado material né, você fica o dia inteiro na frente do computador produzindo, produzindo e muita gente nem reconhece isso como trabalho, então é muito complicado. No âmbito da graduação também, né, o impacto para além do... além da pandemia, né, são muitos alunos que acabam recorrendo às bolsas de iniciação científica justamente pela falta de políticas de permanência. Então isso acaba deixando muita gente assim no escuro né. Eu.. Eu por exemplo, eu... teria dado início à residência pedagógica nesse ano e antes mesmo de começar os planos do projeto, o projeto foi adiado e já tinha gente, teve gente que desistiu de outros projetos que tinham bolsa, porque não pode acumular bolsa né, então já tinha gente que tinha desistido de outros projetos para estar inserido nesse, já tinha feito plano pensando, contando com essa renda, e acabou deixando todo mundo patinando. Então é muito complicado, é muito mais abrangente do que ficar preso só na pandemia, que é uma crítica que também o pessoal coloca muito né, tipo assim, ah vocês estão falando da pesquisa, vocês estão falando do fulano, só que assim, pesquisador também é trabalhador. E é muito complicado esse não reconhecimento.

MODERADOR– IGOR, RODRIGO, CAMILA, querem comentar sobre o sentimento de vocês diante disso?

IGOR - Eu já tinha até comentado um pouco sobre o sentimento que me passa pela cabeça né, porque como comentei, eu não sou da área da pesquisa, não estou inserido em todo esse processo de estudante beneficiado com bolso e etc e isso já é desalentador para mim, tanto por conta de todo o processo que eu passei nesses cinco anos correndo atrás de conseguir isso. E já é difícil também eu conseguir estar me mantendo, às altas custas, desempregado com o curso e um curso que eu vou receber meu certificado de conclusão e a licenciatura e a único lugar possível onde eu consigo me alocar é na área da educação é na área da fornecer aulas etc e é a área mais desvalorizada assim enquanto trabalho mesmo, sequer enquanto atividade, mas uma área que não tem reconhecimento formal assim do imaginário social e de odo o campo como um trabalho de fato. A educação acaba muitas vezes sendo interpretada, conduzida, como um serviço de favores, uma certa doação acaba tendo feita e tal. É uma perspectiva, pra quem quer procurar emprego na área, quem quer ser profissionalmente dentro dessa, dentro dessa, dessa área mesmo, é sem, sem muita visão de futuro de faço, porque não se sabe como vai ser o seu tipo de vínculo no futuro mais adiante, se as contratações de professores, se ainda vai continuar havendo contratação efetiva de professores para todas as áreas, todos os cantos. A gente tá inserido num contexto em que tudo que a gente almeja como carreira, mesmo nos cursos acadêmicos que têm um perfil que, abre aspas, mais técnicos, mas a gente está inserido num cenário da economia, da política nacional, em que a gente já tá sob um novo tipo de legislação trabalhista em que todos os contratos de trabalho agora são extremamente flexibilizados, não há sequer a permanência dentro de um de um emprego, sequer um estabelecimento de um vínculo empregatício formal, nos mais diversos setores do mercado de trabalho. Então para além discussão acerca da educação tem a discussão acerca do mundo trabalho em si também, porque uma já está sendo desmontado, a outra foi desmontada de fato também, né, uma é continuidade da outra, praticamente, e a gente está inserido dentro dessa nova realidade, dentro dessa nova dinâmica, em que a formalização, o reconhecimento do esforço, o reconhecimento das atividades do pesquisador, do trabalhador já está superada em prol de uma maior dinamização, uma maior dinamicidade, né, em que isso afeta drasticamente

o nível de vida da pessoa que está exercendo aquela atividade e aquela profissão. Pra sair um pouco do campo da pesquisa, né, que eu não tô tão inserida assim e aí eu penso que isso vai além do governo atual também, porque o governo atual tem conseguido atacar a educação com mais facilidade, porque ele está estruturado sobre um, um tripé, vamos dizer assim, de preconceito, de discursos falsificadores que dão uma legitimidade nas ações que ele quer conduzir. Mas nas ações que ele foi conduzido ao longo dos dois anos correntes do mandato dele, é... para além de ser puramente ideológico, no fundo, no fundo, é... tudo aquilo que eu Weintraub tocou nesse um ano e meio que ele foi o ministro da educação do governo atual estava alinhado com aquilo que eram as reestruturações na educação, as reformas na educação que já vinham dos governos anteriores, já vinham do projeto que o governo Dilma tinha para o novo marco da educação no Brasil, já vinha do teto de gastos do Temer, da própria reforma do ensino médio que ele aplicou. É uma operação técnica que no momento está sendo conduzida por uma narrativa ideológica, mas tem um fundamento que é vinculado com a própria reestruturação da economia do país. Então para atividades de trabalho cada vez mais flexibilizadas e precárias necessita-se um sistema de ensino do Superior até o básico que também esteja flexibilizado e precário, que também esteja dinamizado, Zero Hora, essas coisas. Então a dinâmica atual tá favorecida pelo discurso do governo, mas também por esse tipo de planejamento mais tecnocrata, que de fato deixa todo mundo presente no campo educação um pouco mais frágil perante essa condução.

MODERADOR- alguém discorda do IGOR quando ele falou que é uma coisa que já vem de antes, que não é uma coisa atual, deste ano ou do ano anterior, é uma coisa que já vem sendo construída, que já existia um cenário que já é anterior, alguém discorda disso?

Manifestantes acenam a cabeça com um não.

MODERADOR- Alguém quer colocar alguma coisa com relação a isso?

Aceno de não se repete.

MODERADOR- Eu vou passar agora uma... um vídeo para você e tem dois minutinhos só e depois a gente retoma aqui as discussões.

Vídeo

MODERADOR- O que vocês acham dessas declarações?

Silêncio

MODERADOR- O que elas são pra você? Se tivessem que definir as declarações, como definiriam?

BRUNA – Ah, como um ataque! Eu acho que é imprescindível não ter essa interpretação. Que, acho que principalmente aqui, a gente compõe os cursos de humanas. É um ataque claro, né, e uma distorção do que a realidade concreta. É... Contribui muito para o distanciamento que já se tem entre a concepção da importância da pesquisa, né, para sociedade. E... ai, gente, tô tomando fôlego. Eu não ouvia essas frases faz muito tempo. Mas é só um desserviço, né, no geral. Acho que assim, em contraponto total a tudo que já foi exposto aqui.

RODRIGO – Esse é o tipo de frase que realmente serve não só pra você, justamente, radicalizar, pra conseguir apoiadores, pra conseguir polarizar os temas, porque quando você coloca esse tipo de frase você automaticamente polariza, daí simplifica o debate pra, justamente, movimentar a indignação. E a indignação vai gerar, justamente, o engajamento também. É aquela coisa, né, falando bem ou falando mal, vai acabar também estampando notícias com a cara dele nas mídias. Ele consegue estudar o terreno pra entender até que ponto as pessoas concordam com esse tipo de colocação e que é possível avançar nessas pautas. E aí ver se você também pode... tem frases do Bolsonaro dele também extrapolar um tema, pra conseguir atingir um pouco menos o que ele desejaria, já extrapola de propósito para atingir um propósito que ele desejava desde o início. Esse tipo de bravata que é utilizada pra conseguir atingir os objetivos. Não só, mas também de atacar e desvalorizar através dessa polarização. E gerar essa revolta, né. A gente acaba ficando revoltado, mas também esse tipo de frase é pra gente ficar revoltado, é de propósito também, porque muitas vezes a gente ficar revoltado, por que nós que somos do campo progressista que faz a maior oposição acabam alimentando esse próprio mecanismo. É uma isca pra gente acabar caindo muitas vezes também.

CAMILA– Eu acho que é no mínimo triste, assim, né. Ouvindo isso é... é uma questão que a gente sente de fato pessoalmente atacado, né, porque a gente gasta muito do nosso tempo, da nossa energia, não gasta, né, mas a gente dispende muito tempo da nossa vida e energia porque a gente acredita em alguma coisa. Eu, particularmente, acredito na educação, acredito na importância da pesquisa e ouvir alguém falar, falar coisas assim é realmente muito triste, né. Sem contar as outras barbaridades que ele fala em relação a muitas outras coisas que são pra mim ataques pessoais, mas eu acho que é como o Raquel bem pontuou essa questão da espetacularização, né, em alguns momentos, em algumas frases que ele traz são realmente para atacar, né, não é simplesmente uma questão de posicionamento, é uma questão proposital para criar essa indignação e esse ataque, né, para estar sempre em veículos de comunicação e etc. Mas é triste, assim, eu fiquei olhando... são frases que a gente vê, assim, uma situação outra, mas ver todas juntas, assim, é triste. Acho que é o termo que eu consegui encontrar.

MODERADOR- PABLO quer falar alguma coisa?

PABLO - Sempre quero, né (risos). Já vai entrar no hobby já. Eu acho assim, é claro, não discordo que é um ataque, não discordo, mas assim, vamos pensar um ângulo um pouquinho fora do nosso umbigo. O Bolsonaro não é burro, ele tá dentro de uma bolha de uma burrice coletiva, então assim pensa no termo utilizado, o termo gado. Quando você pensa num rebanho de gado e aí por algum motivo um componente desse rebanho parte correndo para a direita, todos os outros partem correndo atrás. Por que? Porque é o sintoma de sociedade. Eles precisam estar agrupados ali, então se esse cara da frente pular do penhasco, todos vão atrás. Por que? Porque é uma necessidade humana de você pertencer a uma comunidade. O que ele te fala aí, nossa, é... parece uma barbarice o que ele tá falando e tudo mais, mas representa boa parte da população. É esse que é o negócio. Quando... eu não lembro quem foi, acho que foi o IGOR que falou que há muito tempo atrás esse desmonte já vem acontecendo, meu, eu acho que eu era o presidente do comitê de ética na greve de 2013, no governo Dilma, quando o Aloizio Mercadante meteu o louco e cortou a estadia do pessoal. O pessoal tinha que escolher, ou ganhar quatrocentos reais ou morar na moradia. Tipo, ah, mas eu tenho um teto e o que que eu vou comer? Não interessa, você tem um teto. Então, assim, não é de hoje, é de muito tempo atrás. Quando teve a expansão no governo, no governo do Alckmin, que teve toda aquela expansão da Unesp, que, hoje, no Estado, não tem nenhum campus da Unesp a menos de cem quilômetros do outro, meu isso aí, tudo isso, é para campanha, por posição política.

Nossa! Por exemplo, em Registro tá complicado, a gente não tá conseguindo muito voto para o partido em Registro, vamos abrir um campus experimental dentro de uma escola com um curso de graduação e dividir a verba da Unesp inteira. Então assim, quando você pensa nas falas dele ou do Weintraub, eles estão refletindo o que a população pensa, e a população democraticamente elegeu esse cara porque a maior parte da população pensa isso. Por que? Porque é muito mais difícil entrar na nossa cabeça, você vê um carinha ali de jaleco bonitinho pepetando uma coisinha azul e tudo mais do que você vê, sei lá, trinta e três nego dentro, dentro de um quarto, sei lá, tudo pelado, fazendo um monte de porcaria e usando droga. Nossa! é muito mais chocante a segunda parte, mesmo que o primeiro tenha, tenha trabalhado turno extra, se matado, ganha uma bolsa precária, não ser valorizado, tá se matando, não tem condições, tem que ajudar em casa, não importa, aquele cara lá tá fazendo uma coisa que não deveria fazer, segundo os meus conceitos, é claro, ele não deveria fazer no quarto da moradia da Unesp. Então assim, quando você pensa em ataque é porque nós somos os atacados, mas quando você pensa numa democracia, na verdade ele tá falando a linguagem de todos, e por isso que democraticamente ele foi eleito, porque ele simplesmente fala o que todo mundo pensa, e é por isso que por exemplo chamam ele de mito. Por que? Porque ele é o cara que consegue falar as coisas que eu penso na minha cabeça de forma bárbara, mas eu não posso falar. Por que? Porque eu não sou o presidente da república.

MODERADOR– Então vocês acham que a população concorda com essas declarações do governo Bolsonaro? Então, essa visão do governo sobre os estudantes, sobre os pesquisadores, sobre a universidade, é uma visão compartilhada, então, pela maior parte da sociedade, é isso na visão com vocês?

BIANCA– Ia fazer um a fala um pouco parecida com a do PABLO, mas nem tanto. Eu acho assim que parte da parte, que boa parte concorda com isso sim. Eu fui para o Mato Grosso é que um estado... eu já acho São Paulo... eu estudei no Ceará, né, então o Ceará que é hegemonicamente de esquerda, que se posiciona, a gente tem muitos movimentos políticos, né, muitas forças, né, não tem só o PT, tem muitos movimentos, diversos, eu não consegui nem conhecer todos os coletivos que tinha dentro da minha faculdade. Aqui em São Paulo, como tem essa política de descentralização dos campus, acho que dificulta muito a gente conhecer as organizações políticas aqui. Acho até que falta militante, quando ele falou, tem muito militante, não, acho que a gente não se organizou aqui ainda, esse é meu ponto de vista. Mas eu concordo com a fala do PABLO no sentido de que representa boa parcela da população, sim. Me assuntou no Mato Grosso porque dentro da universidade, quando até o Bolsonaro falou, veterinário, porque eles realmente querem gado, querem produzir gado, e é esse o conhecimento que... não que eles não queiram mais a universidade, eles querem uma universidade que atenda aos interesses deles, né, e eu acho muito louco, porque lá tava uma temperatura absurda, porque eu fui num lugar que era pra ser a Amazônia Legal e tem placas na cidade pedindo pra não ser mais a Amazônia Legal, porque eles querem o desenvolvimento da cidade. Na verdade, eles estão se matando, né, de calor, né, enfim, matando a gente também, esse calor infernal que a gente nunca viu antes. Então eu acho que é o tipo de conhecimento que se está produzindo na universidade... falam que o Bolsonaro tá fazendo muito pouco, mas aí eu ouvi alguém falando, não, ele tá fazendo muito. Quem acredita, pra quem acredita nisso que ele diz, realmente ele tá conseguindo fazer tudo e tudo muito rápido. Para os apoiadores dele, ele tá de parabéns. Então, pra gente é um ataque, concordo com as falas anteriores.

CONVIDADO – Principalmente o IGOR e PABLO falaram que isso é uma certa continuidade que vem de antes, que não tem só a ver com o governo Bolsonaro, mas vocês

conseguem ver alguma diferença entre..., apesar de ter essa continuidade, vocês conseguem ver alguma diferença entre como era antes e o que é agora nesse governo, se tem alguma especificidade desse governo? Inclusive, não fica essa pergunta para o PABLO e IGOR, qualquer um que quiser comentar também...

BRUNA – Olha, só comentando rapidinho o que já havia dito antes, também acho que também acha que a gente sente e o que você questionou agora, né. Sim, acho que tudo já vinha de antes, e a questão é que no governo Bolsonaro se tem um espaço maior para deixar mais explícito esses projetos, né. E ao mesmo tempo que, assim, sim, o Bolsonaro dispõe de uma burrice terrível, concepções completamente erradas e errôneas, sempre, a partir das declarações, né. Mas assim eu acho que a gente também tem que analisar, por exemplo, né, os próprios números eleitorais, e não foi maioria da população que elegeu Bolsonaro. Então assim, muitos segmentos entram, entram nesse sentido, né, assim, o pessoal que de fato apoia a personalidade do Bolsonaro, o pessoal que de fato só queria fazer oposição ao PT, e... também pensar que, assim né, é um projeto, é um projeto que justamente não, não teve início no... e também não vai se findar no governo Bolsonaro, mas ali existia um espaço pra colocar uma figura que... para que de fato conquistasse o pessoal a partir dessas declarações, né. Mas eu acho que eu discordo um pouco onde... do ponto em que a maioria apoia o que o Bolsonaro diz, acho que justamente por isso. A questão era um pouco mais ampla, né, não era quem gostava do Haddad e quem gostava do Bolsonaro, era uma questão de polarização, né, então muitas foram as estratégias para conquistar o pessoal que só queria ter uma oposição ao PT e também acabou por ser, acabou se dando essa eleição até um pouco antidemocrática, uma vez que não foram as maiorias dos votos. E... eu acho que durante esse governo, né, a gente tem um espaço maior mesmo de... existe esse espaço maior para essas declarações, é porque a figura que foi eleita pra tá presidindo o Brasil já tinha esse aval, já tinha esse aval pra conquistar o pessoal com base nisso, né. Então era... se torna muito mais fácil escancarar os projetos, os projetos políticos que, que contêm esses ataques, que dispõem de todo esse rebaixamento. Enfim, é um pouco isso, estou um pouco confusa ainda, mas eu não quero ouvir um pouco mais as complementações.

MODERADOR– Alguém quer complementar, alguém quer falar alguma coisa?

PABLO – Só vou complementar o que o Matheus perguntou. É... sobre a questão da diferença. Bom, é muito simples a diferença. Quando em 2013 barra 2014, que foram duas paralisações que a Unesp teve e eu estive presente, atuando fortemente no movimento, é... O Aloizio Mercadante, que era o atual ministro da gestão da Dilma, ele fez diferentes cortes na iniciação científica, alguns na pós-graduação, mas principalmente esses cortes, na verdade, foram por causa de um déficit econômico gerado por atitude do governo Dilma, que foi a expansão do Fundeb de maneira absurdamente descontrolada. Então ela gerou um gasto muito grande na... na... no poder público, porque precisava pagar essas universidades, porque a ideia dela, como o próprio lema da gestão dela foi Brasil, Pátria Educadora, era colocar gente na universidade. Tá errado? Não tá errado. Só que a política econômica dela não se manteve por muito tempo e aí ela precisou tirar dinheiro de outro lugar. E tirou o dinheiro de locais onde ficou muito mais complicado, porque é basicamente, atingiu as pessoas mais carentes é... dentro da universidade pública. Diferentemente do governo Bolsonaro, mais especificamente citando as manifestações do Weintraub, porque quando ele tirou os chocolatinhos lá, os três e meio, deu a entender que esses três e meio que supostamente ele ia guardar para comer em outro momento, ele iria guardar, só que ele não foi guardado, ele simplesmente fez o que a gente chama de pedaladas fiscais, que é aloca esses três e meio por cento para outro tipo de investimento, como por exemplo as reformas agrárias, a reforma agrária não, as reformas

principalmente de, na parte de... agrotóxicos, e também na parte militar. Então esses três e meio por cento ele emprestou, o ministério emprestou para outros tipos, financiamento de bancos também teve na época, pra depois, supostamente, esses três e meio por cento voltarem para educação. Não voltaram, isso tá bem nítido que não voltaram. As bolsas foram cortadas e só uma porcentagem dessas bolsas que foram devolvidas. E quando essas bolsas foram devolvidas, teve uma propaganda absurda no ministério da Educação, nossa! estamos abrindo mil bolsas. Caramba! Cortaram, tipo, trinta mil, não! nós estamos abrindo mil bolsas. Então a diferença é basicamente essa. Uma coisa é um ato desesperado do governo Dilma, irregular, tipo, é... vamos dizer assim, um ato... totalmente errado do governo Dilma pra tentar suprir um outro erro que ela já tinha feito e um ato extremamente consciente do governo Bolsonaro em cortar as bolsas por causa, principalmente, como já foi dito, de um viés político. E, como eu falei, é... sobre a maioria do, do Bolsonaro, a diferença da maioria não é necessariamente os números, mas a classe, literalmente, o poder da classe. Tipo, os mais ricos estão do lado dele. Então isso complica muito a vida de quem, de quem quer tentar fazer uma política pública.

MODERADOR- Todos vocês que estão participando aqui declararam que vocês foram às manifestações de 2019, em pelo menos um dos dois atos que ocorreram no dia 15 e no dia 30 de maio de 2019. Por que vocês foram às manifestações?

BIANCA- Eu fui porque eu fui um dos chocolatinhos, que veio a bolsa só depois. Então, pra mim foi bem aquele momento, né. Eu perdi a minha bolsa, eu tava desesperada. Caramba! Passei no programa pra estudar o que eu quero estudar, estou super animada pra começar esse mestrado e eu perdi a minha bolsa? Então foi uma coisa muito... eu fiquei muito em choque, assim, porque eu nunca imaginava que isso fosse acontecer. E... né, porque a gente via os cortes, mas esses cortes não aconteciam como aconteceu naquele momento, né? Quando o Weintraub assumiu foi uma coisa é... que começou a desmontar tudo, né? Parecia que não tinha mais saída nenhuma., E, de fato, hoje a gente ainda não se sente segura. Você recebe bolsa, mas você não sabe se vai estar recebendo amanhã. Então até uma, só pra fundamentar o que o Matheus perguntou, eu acho que... foi um rompimento muito grande dos... por mais que já houvesse esse desmonte, concordo absolutamente que já havia esse desmonte, mas eu acho que o ódio à educação, né, pessoas que antes não se posicionavam sobre a universidade e aquele momento o ataque da população também para as pessoas da Filosofia, de Ciências Humanas, né? Eu acho que aquele momento foi bem... um rompimento, né, já vinha, mas foi pior, né, não sei se eu especifiquei.

MODERADOR— RODRIGO.

RODRIGO - Então, eu acho que... além do... claro que é mais evidente, né. Realmente os ataques que aconteceram, né, e a questão dos cortes de bolsa, eu acho que... eu também fui para as manifestações... entendendo que... e participei também da organização das manifestações com o MPJ em Disparada, que eu faço parte, é... entendendo que essa poderia ser, realmente, a grande oportunidade de começar um ciclo de manifestações que pudessem realmente bater de frente com a... a popularidade e a força que tinha o governo Bolsonaro. A gente percebeu que a pauta da educação, ela não tava tão estabelecida ainda, por mais que... é... tiverem, tiveram acontecido esses ataques dava pra ver que existia uma, uma, uma adoção da população nessa pauta de educação, pelo menos nas redes sociais assim, conversando com as pessoas mais próximas que não estão no meio universitário. Deu para ver que pelo menos esse tema não era uma unanimidade. Era um tema que daria para ser disputado e que... era importante, né, logo nos primeiros cinco meses do governo Bolsonaro ter a oportunidade de

ter uma grande manifestação, com a participação das, dos sindicatos, das, das organizações estudantis e tudo mais, e eu acredito que essa foi uma grande oportunidade de conseguir demonstrar que o governo Bolsonaro não era uma unanimidade, né. E que havia uma pressão, e que esse ano seria um ano também de manifestações assim... quase todo mês, se não fosse a pandemia.

MODERADOR– CAMILA, quer falar?

CAMILA- Eu acho que é um pouco no sentido do que já pontuaram, né, essa, essa insegurança em relação a... enquanto a gente tá numa universidade pública, essa insegurança de saber o dia de amanhã, né, em relação não só à questão das bolsas, mas da permanência estudantil, em relação ao desmonte da universidade pública, que por mais que já, como bem pontuara, já, já existia esse cenário, eu acho que foi, foi muito mais forte, né, que nos últimos anos aí, que nos últimos meses, e eu acho que a pandemia justamente foi muito estra... estratégica nesse sentido, né, político, é.. ela serviu como estratégia política pra justamente desmobilizar esses movimentos que a gente... que tava sendo construído em 2019. Mas acho que foi justamente por essa insegurança em relação ao, ao amanhã.

MODERADOR– IGOR, quer falar?

IGOR – Bom, além dos motivos da, do contexto onde os cortes aconteceram, teve também as particularidades do movimento dos campi das universidades estaduais, pelo menos o que eu soube das informações daqui de São Paulo e até participando diretamente na movimentação que ocorreu na Unesp ao longo daquele período, de aproveitar o momento também para colocar em evidência, a partir da agitação e da mobilização política dentro dos nossos campi é... as pautas... do que acontecia nas universidades locais, né, do que acontecia nas universidades estaduais e inclusive, aproveitando também para quem era... pra que não era... pra quem já era militante político, sabe? Pra quem já era... aquele estudante inserido na tarefa de fazer essa convocação de atos, de fazer... estruturar esses programas de manifestação política, que também... abordar com os estudantes do próprio campus é... o vínculo entre ambas as pautas, né, o vínculo entre o que acontece com o corte de verbas na, na Capes, a nível federal e como que isso impacta nos programas de pós-graduação na nossa universidade, em uma universidade que não é federal, é estadual, certo? mas também com políticas que eram equivalentes àquilo que o governo ia tocando para as universidades federais e que eram de praxe do governo estadual também, né, é, e inclusive da própria administrações internas das faculdades, coisas como cancelamento de programas, é, corte de benefícios de, de auxílio moradia, de assistência, de auxílio permanência, né, dentre, dentre outros fatores e... que são históricos bastante presentes na Unesp particularmente, que aqui no Estado de São Paulo, né, que sempre foi o eixo mais fraco de todas as três, e a gente saiu... a gente saiu pela, pela manifestação, né, fazendo essa agitação aqui na Unesp. No primeiro momento, do 15 de Maio, foi bastante profícuo, é... com vários estudantes do campus participado, e... se inserido também na manifestação que teve no centro da cidade, pelo menos aqui em Araraquara, e... a gente organizou tudo, no momento que a gente estava organizando aquela manifestação para fazer esse vínculo da pauta geral da educação, né, não somente algo que fosse atrelado à notícia do momento, ao impacto dos cortes de verbas para as universidades federais e para os órgãos de pesquisa naquele semestre, Mas a gente a gente fez toda uma abordagem que visava justamente trazer uma manifestação direcionada para o contexto da educação a nível global, vamos utilizar esse termo, e como que isso tava se dialogando, se inserido para a realidade total, de todos os estudantes, não somente dos estudantes das universidades federais, mas também os nossos aqui. E voltando para aquela questão da equivalência, o que que produz

essas equivalências entre o que foi determinado no governo federal e o que é determinado no governo estadual, que tem suas diferenças ideológicas marcadas por assim dizer, ou por administrações das universidades que são, se vendem como opositoras ao obscurantismo, como, é valorizadora da ciência, e até ressalta o papel das universidades, mas administram os programas que são equivalentes aquilo que foi determinado pelo MEC naquele momento. Então, a manifestação nossa também visava trazer o debate para essa, pra essa ponta também, pra esse vínculo de um, de uma discussão mais aprofundada sobre a educação. Isso naquele momento.

MODERADOR– PABLO?

PABLO – Bom, especificamente o clima geral era pela educação. Não só, não dá pra você pontuar a não, mas não sei o que. A gente vai pra lutar pela educação. Isso é uma coisa que nós acadêmicos fazemos há muito tempo, a gente literalmente é a resistência da nossa classe. Mas é assim, especificamente, é caro, eu fui para as ruas, especificamente pelo fato do corte da Capes, se fosse pra pontuar, pelo corte da Capes, a perda de bolsas, a relocação (quis dizer realocação) de acordo com o qualis de Capes, porque, tipo, as bolsas foram tiradas dos qualis 3, 4 de programas que apresentaram qualis 3 e 4, tipo, os programas mais afetadas foram os de humanas, porque eles tem um qualis relativamente mais baixo do que programas é, por exemplo eu que faço doutorado em Biotecnologia, que tem um baita de um investimento, o meu qualis, o qualis do meu programa é seis. Dentro do, do Instituto de Química tem a pós-graduação em Química e o qualis é 7, por que? Porque o governo, como já foi dito, o governo investe mais em áreas biológicas e exatas do que em humanas. Então é óbvio, se você investe mais dinheiro em áreas de biológicas e exatas, como é que o qualis de humanas vai subir, entendeu, se não tem investimento? Então assim, especificamente foi por esse motivo. Por que especificamente? Porque assim, a gente tem que lutar pelo que é nosso, pelo... literalmente, claro, a gente tem que lutar pelo bem maior? Tem, mas se ninguém lutar pelo que é nosso, eu estou como pesquisador, como bolsista da Capes, como pós-graduandos, se eu não lutar pelos pós-graduandos que perderam a bolsa, que às vezes não têm nem condições de ir numa manifestação porque tão ocupado procurando emprego, então quem vai lutar por eles, entendeu? Então eu acho que especificamente é para defender a minha classe, que é a classe de pesquisadores e pós-graduandos.

MODERADOR– Mas você não perdeu sua bolsa?

PABLO – Não, a minha bolsa foi implementada em 2017.

MODERADOR– Ok. BRUNA?

BRUNA – Vamos lá, então. Meu relato é bem parecido com o do IGOR, eu construí essa mobilização junto com pelo menos três pessoas que estão aqui. E... também participava ali da organização do movimento estudantil, então foi bem nesse sentido mesmo. O nosso movimento estudantil, justamente por se tratar da Unesp que é um campi bem... segregado, ele acaba sendo movido por questões muito... locais, do nosso campus, mas, naquele período, né, a gente viu de fato uma oportunidade pra... pra tá... pra tá fomentando de uma maneira maior essa discussão, né. Então a gente conseguiu uma grande aderência, né, do pessoal que acaba não colaborando constantemente com o ME, né, desde os primeiros prejudicados, os novos (indecifrável), os pesquisadores, até os cursos que eram mais mobilizados, até os estudantes de universidades privadas, do IFSP, então foi um momento assim que... por... justamente por se tratar de uma pauta nacional, né, saiu muito do, do individual, né, pessoal

não, não era mais sobre o que a nossa, o que tinha só sobre a nossa direção, mas também quem tinha um amigo lá no Ceará, que faz universidade e também tinha acabado de sofrer o mesmo corte, né. Então foi um, foi um... foi um movimento de unificação maior e foi interessante como foi... como a gente conseguiu construir essa pauta com diversos setores, né. A gente tinha dos diversos estudantes que já estavam inseridos na área da pesquisa até um os pais do pessoal que morava na cidade e que acabou entrando na discussão justamente porque, por estar havendo esse movimento de... de contextualizar qual era a importância da pesquisa no contexto, pra sociedade mesmo. Então acabou sendo... acabou sendo de certa maneira orgânica, né, não durou muito, mas foi um movimento bem amplo, de certa maneira.

MODERADOR- A decisão de vocês, de ir aos atos, de comparecer ali na, na manifestação, foi uma decisão pessoal? Vocês decidiram isso por vocês, foi uma decisão em grupo, foi com colegas, e aí já aproveitando para emendar, vocês foram sozinhos ou foram com outras pessoas à manifestação?

BRUNA - Eu posso responder já, né, foi uma... assim como todas as outras mobilizações que a gente constrói, né, foi uma decisão coletiva, né. Mesmo tratando de um chamado nacional, a gente passou para o processo de deliberação, no.. na (indecifrável) da Unesp Araraquara, né, a gente construiu um cronograma, construiu a mobilização para levar o pessoal pro evento, mas assim como todas as outras deliberações, elas, elas se tratam do coletivo, né. É muito difícil ser tudo pautado no individual, justamente por ser um movimento orgânico, então... não foi individual e... fui acompanhada, fui acompanhada com os colegas de curso, os colegas do ME, os colegas que não conhecia muito bem, e... não foi nada muito individual, não.

MODERADOR- Quem quer ser o próximo não posso falar?

RODRIGO - Eu posso falar também. Foi bem o que a BRUNA falou. Além da parte da Unesp também teve ajuda, tanto pra conseguir recurso quanto a parte de organização, dos movimentos sindicais também de Araraquara, né, é... carros de som, é... fazer, organizar o percurso, fazer ofício do trajeto e tudo mais, isso também foi feito em diversas reuniões na cidade tanto com o pessoal da Unesp quanto o pessoal de sindicatos, de trabalhadores é... não sindicalizados e tudo mais, tiveram diversas reuniões pela cidade também, né, na (indecifrável), no sindicato dos trabalha.. é... no sindicato dos ban, bancários e outros locais também, é... onde foram organizados grande parte do, das manifestações, bem como também a... a coleta de recursos para conseguir tornar viável é... outras partes da manifestação.

MODERADOR- quem mais?

PABLO - Bom, posso falar. É... basicamente acho que não tem como não ser coletiva, né, mas assim, o ponto, o ponto, vamos dizer assim, o ponto crucial, o estopim para o meu grupo ir para essa manifestação foi e uma amiga que agitamos o pessoal, explicamos a situação, politizamos as pessoas do nosso laboratório, criamos cartazes e tudo mais, então a gente arrastou. Por que? Porque na verdade foi mais que... o meu doutorado é pela Unesp de Araraquara e eu não tenho vínculo absolutamente nenhum com a USP, então a gente não recebe comunicado, a gente não recebe nada, a gente não tem, não tem contato com os alunos, então a gente decidiu ir por conta própria nesse grupo do laboratório, composto por 5, 6 pessoas e lá encontramos os demais manifestantes e seguimos a rotina, o cronograma proposto por eles, é claro. Mas eu acho que numa, numa manifestação assim é difícil ter um, ter, vamos fazer assim, uma atitude individual, a não ser que seja coletiva, porque eu acho que uma manifestação é basicamente isso, a junção do coletivo, sabe, então vamos ver assim, por

mais que você queira manifestar alguma coisa, é difícil você ir sozinho, entendeu? Mas é por isso que existe todo esse processo de politizar tudo aquilo que está à nossa volta, inclusive nossos amigos, o nosso círculo social, nosso círculo acadêmico. Então acho que a ideia foi muito mais coletiva do que individual.

MODERADOR- Alguém ou sozinho para manifestação ou não? Todo mundo foi com um grupo? Se alguém foi sozinho e quiser se manifestar?

BIANCA– Então, na verdade no meu caso, eu tinha acabado de ingressar no programa, então eu ainda não conhecia as pessoas, né. Eu não era nem estudante da Unesp, né, porque não tinha um grupo aqui, então eu não me sentia nem parte de Araraquara, porque eu ainda tava morando em Botucatu, eu ia ter umas aulas lá então não tava nem fazendo parte de lá nem da Unesp daqui. Então eu tinha um colega que também não é da Unesp, mas ele era do PSOL, então a gente tava vendo e eu falei, assim, ai, você vai comigo? então a gente tava indo os dois muito isolados, assim, a gente acompanhou a assembleia que falou, não, vamos fazer o atos aqui em Botucatu e depois a gente... ele acabou organizando até um pouco mais, mas eu fiquei naquele perrengue, né, eu não tinha dinheiro, então eu tava procurando emprego, eu tava me deslocando Araraquara Botucatu, então não consegui participar de nenhuma forma das organizações, mas fui com esse colega do PSOL participar dos dois atos. Na verdade, eu tô procurando até nas minhas agendas, eu sei que eu fui no dia 30, mas no outro eu não tenho certeza, mas eu acho que eu fui nos dois, mas eu fui acompanhada desse amigo só.

MODERADOR- PABLO falou de, de cartazes. Eu queria saber se vocês levaram cartazes para manifestação, se levaram alguma coisa. Se levaram, se quem levou cartaz, se lembra os dizeres.

CAMILA– Eu havia ido, assim como todo mundo, acompanhado, né, nessa construção coletiva, e também o pessoal do grupo PET se mobilizou para gente ir na, nas manifestações e já puxando essa questão dos cartazes, eu não lembro muito bem, mas tinha alguns em relação à educação popular e tinha alguns também do grupo PET, que é um programa de educação tutorial que a gente conta com um tripé de pesquisa, ensino e extensão, então era pra reforçar a importância desses grupos de extensão da universidade, era mais ou menos isso que eu lembro e os outros eu também não vou lembrar. Eu acho que a gente fez, aí, os colegas que foram em Araraquara, a gente fez algum juntos, né, na porta da universidade, quando a gente fez o trançaço, aí a gente pintou meio que todo muito junto, foram construções coletivas dos dizeres, das frases, dos, dos gritos que a gente ia, que a gente foi falando, mas eu lembro que a gente foi falando bastante no trançaço mesmo, de manhã bem cedinho, acho que a gente tinha que chegar tipo às cinco da manhã para impedir esta quem tá indo pra universidade, e aí a gente foi fazendo durante o dia até a gente ir pro centro da cidade, que é um caminho, um percurso um tanto quanto longo, até a gente ir pro centro e a manifestação em si foi lá, né. A gente fez de manhã, a gente tava, tava nessa produção.

PABLO - A gente levou os cartazes, meu grupo principalmente, assim, com dizeres, tipo, não ao corte... eu, como tudo que é bom no Brasil, virei meme, porque criei um cartaz tipo assim, “Nem Thanos conseguiu juntar tantos heróis juntos”, então viralizou um pouco na internet esse cartaz e tudo mais, porque basicamente eu acho que o Brasil é uma piada, então, tipo, eu acho que é a única linguagem que a gente entende. E a gente tinha um monte de heróis aí, um monte de pesquisadores sucateados ali no meio da manifestação. E a gente, como no caso da BIANCA, pessoas que passam por perrengues muito complicados, sem dinheiro, sem bolsa, sem nada e ainda tava lá lutando por um país melhor. Então, é... teve outros cartazes no meu

grupo, é... referente a outras pautas políticas, como o feminismo, por exemplo, mas, é, o meu cartaz específico era esse. E eu acho que, tipo, cartazes assim, não só, claro, fazendo menções a filmes e tudo mais, mas cartazes fazendo menção ao atual estado político, atual do porquê você está ali é uma linguagem visual muito importante para quem não tá entendendo nada e você tá interrompendo ele de ir trabalho, por exemplo. Então, é... os cartazes fazem muito parte de uma manifestação, porque se eles não querem escutar, eles vão ter que ler, pelo menos isso.

MODERADOR- Alguém mais quer falar sobre cartazes?

BRUNA – Eu tenho só uma lembrança muito específica dessa confecção de cartazes, que é uma coisa meio cultural do nosso no nosso meio estudantil aqui da Unesp de Araraquara, a gente sempre constrói os cartazes, os dizeres, em oficinas de cartazes coletivas, mas eu lembro de um cartaz específico que eu ajudei a escrever que era “em defesa da ciência e tecnologia no Brasil”. E eu lembro também que o movimento muito... que aconteceu assim, principalmente pelos professores, professores que orientava os projetos de pesquisa, era para que os estudantes utilizassem as camisetas dos projetos, né, então todos objetos que eram ligados a Capes, o PET e todos os derivados, os professores costumavam ir com as camisetas dos projetos.

MODERADOR– Bom, vocês acham que as manifestações foram boas, foram efetivas? O que vocês buscavam foi resolvido?

MODERADOR– Fala, BIANCA, que você fez uma carinha (risos)...

BIANCA- Eu acho que naquela época, ah, Araraquara também não é muito maior, Botucatu é uma cidade muito pequena e eu lembro que juntou bastante gente. Em uma delas teve até um problema com a política, a polícia não queria deixar sair, ficou aquele entrave, assim. E eu lembro que... eu acho que o bom também de manifestação é a gente estar junto e ver que a gente não tá sozinho, porque quando a gente tá sozinho sem bolsa é... uma desesperança tamanha, assim, que... tá eu tô sozinha aqui e vou me fuder e é isso, ninguém tá ligando. Então acho que tinha, pelo menos, um gosto de esperança, e isso era uma coisa muito boa. Hum... acabou que eu consegui a bolsa de volta, mas eu sei que... o meu caso foi assim... pontual, assim, sei que tem gente que eu continuo sem bolsa, sei que tem gente que desistiu, então, não, não foi resolvido. Né...

MODERADOR– quem mais?

RODRIGO – Eu posso falar. É muito complicado a gente pensar assim se foi efetivo e tudo mais, eu acho que... acima de tudo elas foram, foram importantes as manifestações. É... eu acompanhei em Araraquara desde 2013, 2014, é... e 2015, manifestações, assim... de ver, foi realmente a maior que eu já vi em Araraquara. O 15M foi, assim, gigantesco, eu nunca tinha visto algo desse tamanho. É... e sem o perfil que Araraquara costumava ter, principalmente em 2014 e 2015, que era uma classe média, uma classe média alta, é... bem do perfil que é o bolsonarismo hoje em dia, das manifestações do Fora Dilma e tudo mais. Em 2013 teve um perfil assim de realmente mais estudante, trabalhadores assim um pouco mais, mas ainda continuava com um aspecto mais à direita, mais conservador. Tanto é que em 2014 e 2015 foi meio que a cooptação é... do que foi trrof201e3 também, em Araraquara pelo menos. Então, 2019 eu vi que realmente foi algo muito maior e que furou um pouco a bolha da universidade também. 2017 a gente chegou a fazer manifestações, assim, é, contra a reforma trabalhista, só que, era uma coisa que foi muito pequena ainda. Foi assim grande, relevante, importante, mas

infelizmente, não teve o impacto que teve em 2019, eu vi que 2019 foi realmente bem importante quanto a isso. A efetividade, assim, realmente voltaram atrás em alguns cortes e tudo mais, só que alguns impactos ficaram permanentes e infelizmente não foi resolvido, né. Eu acho que foi importante, mas a questão de efetividade não sei realmente mensurar, precisaria de alguns dados pra ver a efetividade, mas agora não me recordo de cabeça.

CAMILA- Eu acredito que no dia 15 ela deu um... acho que horizonte positivo, assim. Como foi uma manifestação que foram muitas pessoas, né, de.... foram muitas pessoas eu não sei, assim, acho que deu uma esperança um pouco mais. Aí depois a do dia 30 já não foram tantas pessoas é assim essa descontinuidade, ela romp... ela não fez com que a gente consiga entender ou mensura justamente qual foi o impacto da manifestação. Porque, poxa, foi muito massa, eu voltei para casa super, sabe? com realmente uma esperança, assim, voltei super feliz, que nossa, foi tanta gente e tal... E a gente fez alguns dias depois já tava bem mais esvaziada, então assim, a gente viu que essa descontinuidade das manifestações fizeram com que a gente não tivesse o resultado, o resultado que a gente esperava, né. Acho que justamente por conta dessa descontinuidade não dá para mensurar qual que foi o impacto.

MODERADOR– Quem mais?

IGOR - Eu acho que... ela teve de fato a sua importância no dia 15, mesmo porque ela serviu para recuperar várias daquelas, aquele sentimento de insurgência, daquele sentimento de debate e organização, né, que não, não se assistia dentro de uma organização, de uma manifestação nacional, né, pelo menos desde os primeiros momentos de 2013, desde aquelas primeiras semanas daquele onde as manifestações ainda estavam sob o controle do passe livre, né, ainda tinha um perfil de classe dentro daquilo. E a manifestação do dia 15 de maio, mais do que a manifestação em si, eu penso que todo aquele período de duas semanas anteriores, que serviu justamente para organizar o momento, foi super efetivo para trazer de volta é... a politização do meio estudantil, a qualificação de certos debates pertinentes à natureza da universidade e ao envolvimento dos estudantes nesse, nesse tipo de atuação, nesse campo político da atuação dos protestos, manifestações, certo? Mas que, apesar de toda essa importância que culminou na, naquele ato imenso nacionalmente, né, do, do dia 15, ela não garantiu nenhuma continuidade, como, como a CAMILA disse ali, não teve sequência, mesmo após o dia 30. O dia 30, na verdade, todo o ciclo das manifestações de 2019, você percebe que pode ter faltado estratégia entre os setores que dirigiram o movimento estudantil na hora de definir algo no que que seria o concreto, que que seria o pertinente a continuar com o legado daquele, daquela manifestação do dia 15, porque em outras épocas, com cortes assim que não foram tão na carne, tão profundos, com acabou acontecendo com o Bolsonaro, manifestações desse, nesse sentido, nesse perfil, despertavam um certo alerta, principalmente em reitoria Brasil afora, de que haveria alguma greve, é... naquele momento de que haveria, alguma... o estudante universitário poderia se radicalizar, isso sempre foi uma preocupação, assim, especialmente naquele período antes de 2015. É... em 2019, não aconteceu nenhuma preparação nesse sentido, meio que a estratégia ficou limitada a ficar... meio não, né, a estratégia ficou limitada a ficar, a continuar chamando esses atos periodicamente, e isso até talvez tenha influenciado na quebra de sequência, porque... você primeiro vê que a manifestação de rua não teve aquela resposta imediata que se esperava ter, e a continuidade das chamadas, assim, para se manifestar apenas em dias isolados, em pontos isolados, também não haveria de obter um retorno, foram certos, certos conflitos internos que apareciam dentro da própria organização das manifestações, né, especialmente aqui em Araraquara havia vários, entre..., até no próprio dia 15 de maio, que foi uma manifestação gigantesca no centro da cidade que teve quatro mil pessoas, você percebia nitidamente uma divisão. Um bloco,

uma divisão dentro do bloco da manifestação, um bloco que era mais próximo ao carro de som entoando palavras de ordem, assim, específicas, e um outro bloco mais afastado, dos estudantes secundaristas, de um, de um outro pessoal mais ligado aqui batucando, trazendo outros, outros tipos de palavras de ordem, até um pouco descontente com um, um rumo que tava sendo tomado pelo pessoal que estava conduzindo o ato lá na ponta dianteira. E teve manifestações de conflitos internos com relação à gestão, à condução das manifestações em outros pontos do Brasil, e isso também é outro fator que acaba alimentando certo sentimento de para onde que isso vai levar? aliado a não ter colocado outra, outra perspectiva além de continuar com manifestações pontuais em dias pontuais, isso... é um uma série de fatores que eu imagino que acabaram contribuindo para murcarem, né, o efeito das manifestações a longo prazo. Você percebeu que o dia 15 foi gigante no país inteiro, assim que termina, é convocado imediatamente, né, pelas minhas organizações, pela UNE, pelo sindicato dos docentes etc uma, um, um, uma continuação, né, uma segunda manifestação para duas semanas depois, sendo que para aquela a gente teve um tempo de preparo maior do que o dessas duas semanas, e um de preparo que incluía inclusive da abordagem com os estudantes, convidar eles para participarem, para instruir eles do porquê a manifestação ocorreria. Pode ter sido erro de cálculo com relação a isso, mas no dia 30 já não teve o mesmo cenário que foi no dia 15. O cenário do dia 15 no dia 30 só se repetiu nas capitais. (Trecho com falha)... também conseguiu manter o mesmo, o mesmo padrão, mas no interior, ao longo do interior, ela foi diminuindo muito é... drasticamente. Aqui em Araraquara, a segunda manifestação teve acho que mil pessoas para outra que tinha tido quatro mil. É... a terceira não chegou a juntar umas cem, se eu me lembro bem. As outras que foram chamadas ao longo do ano, para o 7 de Setembro e para outras datas que foram definidas, teve uma em julho, sequer chegaram a correr aqui e... nem foram assim tão... tão marcantes, mesmo nas maiores cidades, porque os atos estavam se esvaziando, os atos eles estavam se esvaziando e já não tinha mais a própria ampliação, a própria, a própria reverberação daquilo em outras instâncias que não as próprias pessoas que estavam organizando aqueles atos. Então foi uma manifestação, um movimento descontinuado, que poderia ter se expandido para além daquele momento essencial, né, no dia 15 de maio, mas que se limitou a ficar é... naquela memória, vamos dizer assim, não teve algo que permitiu que ele se expandisse, que inclusive tomasse, que se encorpasse como uma estratégia do setor estudantil para efetivamente fazer uma reversão dos ataques que estavam acontecendo.

MODERADOR- O que faltou, IGOR? Pode falar CAMILA.

CAMILA- Só reforçar um ponto que o IGOR falou, rapidinho. Eu lembro muito bem dessa questão da polarização que aconteceu em relação a alguns que queriam tomar as manifestações, tanto que eu lembro, não lembro em qual foi porque foram mais de uma, né, depois de um tempo também a gente fez acho que uma em julho, mas eu lembro que teve até uma discussão assim em relação a, literalmente, qual o percurso que tomariam as manifestações, né. Então eu lembro que, tipo, tinha... tava um pouco polarizado os grupos, né, que tavam na manifestação, e aí um queria seguir uma rota, que já tava preestabelecida em discussões acho que sindicais, né, e outro grupo queria tomar uma ... um outro rumo, né, do carro de som. Eu lembro que tava, assim, pequenas discussões com relação à fala, em relação a bandeiras que tavam na frente, né, tanto que que... Eu sinto que teve uma questão é... partidária muito grande e..., assim, tinha bandeiras de diversos artistas na frente e, assim, quem compôs mesmo foram os estudantes, muitas vezes sem nenhum tipo de ligação a partido, né. Foi uma coisa que foi, foi muito problematizada também e em alguns momentos é... se tornou uma coisa partidária quando na realidade não era, era uma coisa política e que é... os estudantes estavam lá, tinha muitas pessoas que não eram ligadas a nenhum partido, por

exemplo, eu, e eu lembro que realmente teve esse... não vou usar o termo usurpar porque eu acho que me foge, mas teve essa tomada de protagonismo de partidos quando na realidade não era aquela estrutura da manifestação. Acho que esse foi um ponto muito importante em relação a essa polarização que ocorreram nas manifestações, né.

MODERADOR- Como a CAMILA colocou, então, ela percebeu a presença de partidos políticos, pessoas defendendo bandeiras políticas. Não sei se foi isso que o IGOR também quis colocar, um pouco da organização do movimento, que não permitiu que tivesse continuidade, houve uma disputa ali de interesses, é isso que vocês estão dizendo?

IGOR – De certa forma, porque, especialmente, nas manifestações que vinham após o dia 15 você percebia que outras pautas que eram estranhas, inclusive, à da pauta da universidade ou de outra pauta a qual a gente concordou em incluir, inserir nas bandeiras das manifestações, que era a pauta da reforma da previdência, que tava sendo encaminhada naquele momento, mas você percebia a inclusão de... justamente de outras pautas que não haviam sido combinadas previamente com uma base que tava compondo as manifestações, é... com a base de estudantes. A gente tinha concordado em juntar a manifestação contra os cortes universidades com uma manifestação contra a reforma da previdência, na... na que tinha sido chamada para o dia 14, 14 de junho, se eu não estou enganado. É, mas a verdade é que, bom, o ato que aconteceu aqui em Araraquara, o que a gente pôde perceber é os setores maiores, né, dos, dos partidos que estavam conduzindo a organização, não era uma questão assim justamente somente pela... presença de figuras dos, dos partidos ,porque a gente costuma contar com apoio nessas manifestações tanto de PSol quanto de PT, mas havia setores do PT que tavam levantando bandeiras que eram ,assim, vinculadas a figura, a figuras políticas, a figuras partidárias do PT, em torno da figura mesmo, como... acho que a defesa da libertação do Lula naquele momento e não tinha sido acordado previamente que... isso seria o mote da manifestação, que esse seria algo que seria encampado na bandeira que cobriria o carro de som da manifestação, pra início de conversa. Isso inclusive provocou até mesmo a reação das pessoas que assistiam a manifestação naquele dia do 14 de junho. Por exemplo, na praça em que a gente estava eu cheguei a perceber uma pessoa, uma senhora, né, acho que ela devia ter uns 50 anos e pouco, mas estava acompanhado de uma amiga dela ou da filha, não sei, duas mulheres passando por lá assistindo aquilo ali e eu falei, ela soltou um comentário que eu escutei assim, ah, eu sabia dessa greve, mas não sabia que era por causa do Lula. E..., bom, acabou acontecendo um... eu acho que muito desconforto a partir daí, não somente em Araraquara, e eu não digo que o movimento murchou somente por causa desse desconforto com relação à condução dos atos, mas também a própria maneira como eles, ao chamado que eles estavam tendo, essa convocação das manifestações que acabaram se tornando algo repetitivo por assim dizer, e não tinha mais aquele, aquele brio, aquele ímpeto como das primeiras vezes, especialmente a do dia 15.

MODERADOR- Alguém mais se incomodou com essa questão que o IGOR colocou, que o IGOR e a CAMILA colocaram sobre é... pautas políticas mais específica, alguém viu isso e também sentiu incomodado?

RODRIGO - Eu tenho uma visão sobre esse tema, só que uma visão assim mais, mais contrária assim, digamos, sobre essa temática. É, desde o dia quinze, por exemplo, eu faço parte do MPJ em Disparada, que é um movimento que desde o dia 15 que... desde o começo de 2019 que a gente chegou em Araraquara, o movimento tava sendo fundado e... e a gente participou ativamente da, também da construção da manifestação, tanto pela parte da Unesp como pela parte... junto com organizações sindicais e, e, de movimento estudantil, entidades

estudantis. Eu concordo com o IGOR que a condução assim, acredito que em âmbito nacional é... realmente acredito que desidratou um pouco o movimento, no sentido de fazer essas movimentações periódicas. Eu acho que realmente foi um movimento equivocadamente das entidades estudantis de, de colocar realmente assim esse, essa frequência assim eu acho que é uma coisa que justamente por não ter um movimento do, é, uma repercussão imediata, isso acaba causando nas pessoas uma sensação de você tá tendo todo um trabalho à toa, acaba dando essa canção de que a gente está tendo todo um trabalho e isso não dá em nada, então vou seguir minha vida e aí quem não tá ativo, não tá organizando politicamente acaba perdendo a vontade de aparecer. Eu acho que isso realmente acaba desidratando o movimento. Sobre as, as questões de bandeira e tudo mais, eu acho que só repercutiu mesmo no meio da Unesp, o pessoal das cidades, não foi algo que chegou a incomodar, não. A gente legou estandarte lá, uma bandeirona (indecifrável) do nosso movimento, uma coisa que aconteceu em toda manifestação, só em 2013 que realmente algo que começou a ser criminalizado, de quebrarem bandeiras e tudo mais, e aí a gente viu a reverberação desse tipo de coisa (indecifrável) do movimento do PT, e a gente viu isso acontecendo também em 2019, essa criminalização, assim, começarem ah, nossa, uma bandeira assim, de partido assim, mas isso é uma coisa que eu vi na Unesp assim, nas cidade eu não senti algo assim, porque é algo comum, e, toda a manifestação as pessoas têm direito de manifestar, mostrar que elas fazem parte da identidade de um partido, e aí vai da, da competência, da organização do partido de realmente ter vontade de divulgar o próprio trabalho, né. É... outra pauta assim que foi algo que gerou discussão também só no âmbito da Unesp eu vi, foi a questão do Lula Livre, que foi uma coisa importantíssima de ter acontecido naquele momento, que... era um momento que tava havendo chance de liberar a prisão em segunda instância, se não me engano. Era algo do tipo. E... a pauta do Lula Livre ela realmente reacendeu mais assim na discussão e começou a ter proporções maiores, né. E aí houve internamente no movimento estudantil da Unesp uma rejeição muito grande a essa pauta (indecifrável) queria afastar as pessoas e tudo mais e acabou que no próprio dia 15 e dia 30 as pessoas que não tinham nada a ver com a Unesp, não tinha nada a ver com partidos, gritavam Lula Livre e Fora Bolsonaro e não, não é algo que eu conseguia ver que gerava alguma rejeição. Tanto é que, acredito que se não fosse a pauta Lula Livre sendo reacendida nas manifestações de 2019, provavelmente a gente não teria o mesmo resultado que é o Lula sendo solto é... no começo desse ano, né, não me lembro exatamente agora. É... então eu acho que assim, houve realmente essa questão, mas eu acho que foi muito centrada na, na, no âmbito do grupinho da Unesp, era algo que não dialogava muito com o restante da manifestação, tanto é que no racha que houve no dia 14 de junho, depois também da reforma da previdência, foi uma coisa assim também... toda uma organização, um racha que não dialogava em nada, além do grupinho da U, teve uma assembleia puxada do nada, nenhum sindicalista, nenhum trabalhador pôde falar, era negado de falar. É... fizeram, fizeram um... primeiro teve uma manifestação, uma assembleia uma hora antes da manifestação, e tiveram várias reuniões pra estabelecer o trajeto e tudo mais, já tinha enviado ofício para a Prefeitura é... só para finalizar que eu estou me alongando um pouco, é... e aí um, um pessoal foi à frente, um pessoal da Unesp foi à frente e... na hora que tem a, que a gente vira lá na rua, na rua não lembro agora, acho que é avenida Portugal, que dá para o TCI de integração, terminal de integração, uma parte das pessoas quiseram seguir para interromper o fluxo no terminal de ônibus, e aí é... a maior, a outra parte da manifestação, já estava acordado o percurso antes, de que iria fazer o percurso tradicional aqui em Araraquara que era descer ali a avenida Portugal e subir a rua 2, sem interferir (indecifrável) no percurso dos ônibus. E aí tanto é que teve pau ali mesmo na, na, na, no carro de som, falando que não, gente, não vamos interromper o terminal porque já são mais de seis horas da tarde, o trabalhador já trabalhou, já foi explorado, vai voltar pra casa dele e vai ser interrompido por um monte de gente e isso vai causar uma visão ruim do campo progressista,

dos estudantes, e se for pra fazer uma coisa dessa, faz cinco horas da manhã pra evitar que eles sejam explorados e tudo mais. E isso acabou que ficou uma coisa desconexa e desmobilizou muito assim, sabe, de realmente parar, sentar ali no chão para parar o carro de som, e não era algo que era uma coisa unificada, todo muito ficou lá (indecifrável) o que está acontecendo, o que que tá acontecendo? Essa é realmente a visão que eu tenho sobre o que aconteceu sobre a questão das bandeiras, depois o racha do dia 14.

MODERADOR– CAMILA, você quer falar, né?

CAMILA– Posso só pontuar uma última coisa rapidinho? Eu acho que talvez eu não tenha, não tenha me feito muito, pera aí, um segundo (pausa no áudio). Desculpa, gente. Acho que talvez eu não tenha sido tão clara na minha fala, né. Eu acho que vai além de uma questão de grupinho da Unesp. Eu não citei partido político específico na minha fala assim, né. Eu acho que é uma questão de, sei lá, eu enquanto estudante não, eu não me reconheço apenas como um estudante da Unesp, né. Eu, enquanto uma mulher negra em uma universidade pública, estou ocupando um espaço que... assim, em teoria não era o espaço que era meu, né. Na minha sala, por exemplo, de Economia, sessenta estudantes, cinco são negros, isso sem contar as evasões, agora são sei nem em quanto estão. Então eu falo isso além de uma questão meramente de grupinho da Unesp, eu acho que quando eu falei isso era uma questão só de... eu falei com bastante gente naquela manifestação, pessoas que, inclusive, amigos que eu tenho da cidade que não faziam parte do grupinho da Unesp. Eu acho que é uma bolha, sim, né. Acho que é uma questão um pouco alheira a muitas coisas que acontecem em relação a... até porque a universidade pública é sim elitizada, então (indecifrável) da Unesp é uma bolha de pessoas que muitas vezes, apesar de terem, é..., de quererem de fato seus direitos estudantis, é... em alguns momentos de fato acaba sendo um pouco desconexo com a realidade, por exemplo, dos trabalhadores etc, concordo com você nesse ponto. Eu só acho que... a questão, eu acho que é super normal e tá certo a gente vive numa sociedade, entre muitas aspás, democrática, a gente pode se quiser ir com uma bandeira, com uma camiseta, fazer parte do partido que a gente quiser, mas acho que a questão só que eu pontuei era a questão do protagonismo, né. Eu acho que enquanto um partido, ele toma a frente das vozes que estão ali, né, em relação ao trabalhador, inclusive, em relação ao estudante, em relação a qualquer pessoa que tivesse manifestando a sua, a sua, as suas vontades ali na manifestação, é isso que eu problematizei, a tomada de protagonismo, né, não as pessoas. Meu, se você quiser você vai com a camiseta que você quiser, você vai com a pauta que você quiser, eu acho que essa questão vai muito além de uma questão de livre expressão, acho que é uma questão de tomada de protagonismo que eu não achei coerente com.... Eu, enquanto uma mulher preta, estava ali contra o governo Bolsonaro, estava ali a favor da educação, enquanto educadora estava ali a favor de uma educação de qualidade, de uma educação popular de qualidade, tava ali por muitos motivos e não por uma questão de partido, porque não sou filiada a nenhum partido. Então assim é só a problematização que eu fiz em relação à tomada de, de... uma questão estratégica do partido, entende? de partidos e não apenas do PT, mas a questão de tomada da frente, é... e não em relação à livre expressão. A pessoa vai se filiar ao partido que ela , enfim vai com a camiseta, a bandeira, levando o que ela quiser. É só essa questão de tomada de protagonismo que eu não achei coerente o que estava acontecendo ali. E eu não falo só pelo grupinho da Unesp, mas eu falo por muitas pessoas das quais eu conversei, inclusive alunos meus que eram de Boa Esperança do sul, que é uma cidade vizinha de Araraquara, né, de quinze mil habitantes, eles se deslo... a gente fez uma super... falamos, meu, vamos, tentamos incentivar super os alunos, alguns alunos não conseguiram ir, enfim, então foram muitas pessoas aí da cidade, trabalhadores, estudantes de outras cidades, e não só o grupinho da Unesp.

BRUNA – Posso falar primeiro, gente? Porque eu tenho reunião às oito e meia. É só para fazer um pouquinho mais o meu relato próprio dessa, desse nesse caso, né. Acho que casa bastante com as outras falas aí de todos os companheiros. Houve, sim, diversas questões durante a mobilização que foi anual, né. A questão da periodicidade, né, eu não entendo necessariamente como algo ruim, né, mas sim a falta de planejamento, né, acabou se tornando um pouco espontaneísta, meio reatista, né, entendido pelo pessoal que era só, tipo, ah, a UNE chamou, então vamos lá. Então assim, tinha muito a contextualização da participação da União Nacional dos Estudantes da luta, a participação dos outros setores que não são universitários, né. Em relação aos pontos dos partidos políticos, né, nunca, eu assim pelo menos não soube de partidos políticos, eu não sinto muito a criminalização dentro da Unesp porque a gente costuma construir muito com diversos partidos políticos, né, as complicações surgem justamente quando a um q de oportunismo por parte de algumas organizações, todo mundo já é um pouco mais acostumado. E aí nesse sentido surgiram muitas complicações no âmbito que era muito maior, né, quando era só na... nas organizações da universidade era mais discutida, né, mas quando foi, por exemplo, essa questão do racha do ato, que eu acho que foi uma grande memória pra todo mundo, a gente tinha decidido em uma assembleia popular qual seria o trajeto no início do ato e a gente optou por escolher o terminal justamente por ser um polo de trabalhadores, né. Eu tava, fiz parte do grupo que foi por dentro do terminal e foi assim sensacional, foi a gente conseguiu entrar lá no horário de pico, que o pessoal tava descendo bastante e, assim, foi incrível porque muitos motoristas, muitos trabalhadores que tinham lá dentro, eles se juntaram a nós, demonstraram apoio, saíram para falar, isso aí, e a gente acabou não ficando muito tempo lá, foi só uma passagem, mas foi bem qualitativo, um pessoal que tava lá até acabou somando na mobilização com a gente, quando a gente saiu do terminal e se reuniu na praça, então foi bem, bem qualitativo, né. A questão dos, dos partidos políticos, né, com os estudantes que já tem uma, uma contextualização política maior desse movimento estudantil, são casos mais isoladas mesmo, né, por exemplo, nesse ano que a gente teve toda a mobilização contra o EAD e aí teve as organizações que votaram a favor, então um polo muito explodinte, né, justamente por serem o pessoal que está sempre compondo as lutas em defesa da educação, acabou sendo, trazendo de novo essa questão do tipo, poxa, o quanto isso é ou não qualitativo para nossa luta como um todo, né. Eu lembro também a questão do Lula Livre, né, eram, eram muitos os estudantes e também os trabalhadores, e eu lembro que pelo menos na minha experiência não foram só os estudantes da Unesp, porque a gente do movimento estudantil acabou por fazer um uma comissão que, para dialogar com os trabalhadores, então a gente saía panfletando nas ruas também, né, não só dentro da Unesp, sobre essas mobilizações, então a importância da soma, e a gente teve muito esse diálogo, ah, isso aí é Lula Livre? E a gente fala, não, e fazer aquele trabalho inicial do que era contextualizar a sociedade da importância da pesquisa e do ensino, dentro, naquele momento porque é importante a gente estar naquelas mobilizações, né. São, enfim, particularidades do movimento estudantil da Unesp, mas elas surgem, elas vêm, elas vão, mas eu me recordo dessa experiência, foi algo... acabou sendo movido mesmo, e infelizmente, teve a desmobilização ao longo do ano, mas justamente porque foi o período também muito... foi de muita movimentação, né, primeiro ano do governo Bolsonaro, então eram muitas manifestações em defesa da educação, eram muitos movimentos próprios, particulares da Unesp, a gente teve dois congressos o ano passado, teve conselho, teve COLUNE, né, que foi o congresso nacional da UNE, então foram muitas mobilizações e justamente eu acho que a falta de planejamento na hora de consolidar qual era o norte do movimento acabou fazendo as pessoas se afastarem, né, porque todo mundo achava que tudo era sobre a mesma coisa e também a falta dos resultados materiais imediatos também afastava um pouco a população.

Então tudo isso acabou corroborando para o que se deu no fim do ano que foi uma parcela mais desmobilizada mesmo. Mas, no geral, a princípio, parecia que ia dar muito certo.

MODERADOR– Quem quer falar?

RODRIGO – Eu quero só responder...

MODERADOR– É, calma aí, RODRIGO, só quero pontuar uma coisa que, assim, não vamos ficar debatendo, assim, a organização do movimento, entendeu, então, eu acho que você ia falar isso e não tá em questão assim o trabalho de quem organizou, não é isso, é mais como participantes mesmo, embora organizadores, também, mas como participantes. Então eu queria só voltar nessa questão de partidos políticos, de bandeiras políticas, a visão de vocês sobre isso, que é um aspecto interessante para entender mesmo a motivação, então quem não comentou, a BIANCA e o PABLO, se vocês quiserem comentar isso rapidamente.

BIANCA– Acho que a gente comentou tanto antes que agora a gente está mais quieto (risos). Eu acho que... pelo menos aqui em Botucatu esse debate não aconteceu assim. Talvez até tenha se falado um pouco sobre o Lula Livre, mas assim, não foi nessa dimensão que teve em Araraquara, eu acho que até um diferencial eu acho que foi no dia 30, que a política militar não queria deixar a gente sair. Então, assim, já estava tudo certo que ia ser o mesmo trajeto, tudo em ordem e a polícia chegou, parrou aquele monte de viatura e aí eu só escutava, eu tava empurrando a bicicleta do amigo que estava comigo e ele já está no movimento há mais tempo, ele é organizado no Psol e tudo, e aí ele já tava indo lá conversar pra entender o que tava acontecendo e eu tava segurando a bicicleta, e aí alguns estudantes assim, a gente tava mais unido, tipo, mano, a gente não vai apanhar aqui, a gente vai sair essa manifestação daqui e a gente precisa organizar. Então acho que a gente não ter tido nosso... essa briga não era entre nós, né, era com o outro. Então isso acabou não gerando tantos conflitos. Mas, assim, acabou desmobilizando... Na previdência eu sei que teve aqui também e tudo, mas... é... por eu ter morado numa cidade grande, né, Fortaleza, sei lá, dois, três milhões de habitantes depois voltar pra cá, os movimentos parecem muito pequenininhos aqui no interior, e daí de Araraquara não consegui conhecer, porque tava sempre viajando Botucatu Araraquara e... mas aqui... não houve esse, esses problemas.

MODERADOR– PABLO quer falar?

PABLO – Bom, eu vou comentar o tema mais especificamente e talvez até indo contra a contrária do RODRIGO, mas vamos lá. Basicamente assim, aqui em Ribeirão Preto e já, já começa assim, teve a paralisação das aulas pelo fato do, de todo esse movimento e tudo mais. É... medicina, administração, engenharias não param, não param, não importa, não, não vamos parar, não vamos parar para fazer isso. Acho que é óbvio o porquê elas não pararam, né, é só pensar no curso. Então assim, então beleza. Teve esse desloque de alunos e tudo mais, que continuaram tendo aula, é... aí teve, ao longo do, do movimento, também, a gente correr até, até o teatro da cidade no centro da cidade, teve também distinção de pautas, que isso é um problema muito grande a distinção de pautas porque assim, quando você luta por uma pauta específica, é... fica muito mais fácil você conseguir o mínimo dela, sabe, você vai para cima. Um exemplo. Quando eu fui do comitê de ética da Unesp e a gente tava brigando porque aluno tava ficando sem dinheiro pra comer ou sem casa pra morar, meu, as pautas começaram nas assembleias, as pautas começaram a abstrair tanto que chegou um ponto de aparecer uma pauta de gente que queria uma outra opção vegetariana no restaurante. Tipo, por que? A gente tá falando aqui de gente que tá sem morar, de gente que não tem dinheiro para comer, você

quer uma segunda opção vegetariana, sabe, no restaurante? Então assim, nossa, estou desvalorizando as pautas adjacentes, tipo a previdência? Absolutamente não. Acho muito válido lutar por essas pautas. Mas o movimento foi construído com base na manifestação em prol da educação. Então as pessoas que se alocaram dentro do movimento estavam, teoricamente, lutando pela educação. E aí quando aparece, por exemplo, movimentos... partidos... aparecem levantando a bandeira e tudo mais, pra gente às vezes não tem problema para as pessoas e tudo mais, mas aí lembra quando eu comentei sobre a burrice coletiva do Bolsonaro? A partir desse protesto, onde em vários locais do país teve bandeiras partidárias e, mais especificamente de partidos de esquerda, ele vai lá e lança exatamente o comentário que apareceu no vídeo, que é, tipo, massa de manobra, são idiotas úteis que são utilizados por? Por quem, tipo, pessoas aleatórias? Não, por uma pequena parcela da esquerda. Quem é essa parcela da esquerda? As bandeiras que estavam sendo erguidas no movimento. Parece besteira, mas isso descaracterizaria o movimento absurdamente. Por que? Porque quem tá do lado dele tá falando assim, pode até tá com uma picada de dúvida, assim, aí, será que, será que esse corte é necessário? será que tudo mais? Os alunos conversam com o pessoal na rua, você faz a pessoa entender, aí vem o Bolsonaro e fala isso, ó, você não viu a bandeira do partido de esquerda? Porque eles estão sendo utilizados como massa de manobra, eles querem ser militantes, eles querem ser isso, querem ser aqui. E, além disso, tem essa divisão de pautas aí que também desunifica todo movimento. Por que? porque uma pessoa vai lutar por isso, outra pessoa vai lutar, ah por que você tá lutando? Ah, eu tô lutando por educação. Mas por que tem uma bandeira de Lula Livre aí? Enteu? Ah, mas você quer que o Lula... Eu sou muito a favor da educação e tudo mais, mas eu não quero que solta o Lula. Lula é o pior ladrão do mundo. Lula é o, é um encarnado do satanás, eu não quero que solta ele, eu só quero que ajude a educação, mas como esse movimento tem a bandeira de Lula Livre, então eu não vou apoiar esse movimento. Então ao peso da bandeira nos momentos é muito, muito complicado você avaliar.

MODERADOR— Eu vou fazer aqui uma última pergunta e aí, RODRIGO, peço que você responda no início porque se você quiser colocar alguma coisa... Mas peço que todo mundo seja breve, porque a gente já ultrapassou, né, nosso tempo. Vocês acham que o movimento foi pela educação ou contra o governo?

RODRIGO – Então, naquele momento eu só ia falar mesmo que quando eu entrei nesse assunto não foi diretamente para a CAMILA, foi só realmente pra... você tinha tocado num assunto que estava muito em voga no momento, não disse que você que generalizou. E o que estava sendo uma prática muito comum na minha visão era a criminalização, assim. Mas, enfim, é... Eu acho que... não sei se dá para separar uma coisa da outra, acho que os dois ao mesmo tempo. Acho que aquele foi um momento de quebra muito grande, de um grande arrependimento de, de algumas pessoas assim, com o Bolsonaro, porque por mais que tenha sido, vai, uma eleição democrática, no sentido institucional, no sentido de, de uma democracia em si, no sentido cultural, não sei se dá pra gente dizer que foi uma coisa democrática, porque foi algo bem planejado para que algumas, para que cada pessoa teve uma visão diferente do candidato, então isso pode, isso acaba deturpando até mesmo a própria visão de democracia, quando a gente perceber que a democratização da informação, por mais que seja por meio da internet, né, que seja o meio de democratizar a informação, ela não foi democratizada. É, cada pessoa acabou tendo uma visão diferente do Bolsonaro e votaram muitas vezes no Bolsonaro por ímpetos completamente diferentes e achando que era uma coisa diferente. Então, aquele acho que foi um momento de decepção de parte do eleitorado, não uma parte relevante pra dizer, pronto, no segundo turno é Bolsonaro e PT e eu não voto no Bolsonaro e vou votar no PT, acho que não a esse ponto, mas ao ponto de pensar, olha, eu acredito em você, Bolsonaro,

mas você errou nessa e eu acredito no futuro educação, da nação e você tá errado. Eu acho que, assim, foi um protesto acreditando na educação ao mesmo tempo que sinalizando para quem foi eleito, o Bolsonaro, eu não acredito que foi a grande maioria, inclusive o contrário, acho que a maioria mesmo foi oposição, mas parte daquelas pessoas eram eleitores dele e queriam sinalizar, olha, eu apoio você só que você errou nessa. Então eu acho que não foi um protesto de... é, é, somente a favor da educação, foi em grande medida contra o governo Bolsonaro. Só que com um fator concreto pra se bater. Então eu acho que foi isso.

MODERADOR– Quem quer falar? BRUNA, você falou que você tem uma reunião, então você quer falar?

BRUNA – Posso falar, né. No geral, assim, em síntese, em relação às duas perguntas, a grande maioria das pessoas que compusera a mobilização acabava mesmo meio que sendo ambíguo, né. Eu estou aqui em defesa da educação e necessariamente por ser em defesa da educação eu sou contra o governo Bolsonaro. Então foi, foi uma pauta que conseguiu ser bem ampla, que conseguiu abranger, assim, mais de um único interesse, né, deu espaço para entrar em outras bandeiras que conversavam diretamente com que tava sendo reivindicado. Acho que é isso, que eu tenho que sair correndo agora, gente, perdão. Mas no geral eu acho que também ocorreu de acontecer, né, da gente conseguir apoio de muitas pessoas que estavam distantes da discussão, justamente por ter uma concordância maior como governo. Então foi bem ambíguo assim.

MODERADOR– Quem quer ser o próximo?

PABLO – Eu posso ser. Bom, eu vou, vou abrir um pouco mais o leque. Eu acho que a manifestação começou em prol da educação e ela terminou contra o governo, entendeu? Eu eu acho que, na, na minha concepção foi isso que deslocou parte desse movimento. Porque quando você começa lutando por uma pauta, é muito específico o objetivo da sua manifestação ali. Só que aí, a partir de que... na hora que você foi olhar a pauta, meu, tinha o Weintraub, tinha Damares metendo o louco, tinha é... o astronauta lá, tá ligado? Metendo o louco também. Assim, tava todo mundo metendo o louco que chegou num momento do movimento que a gente falou assim, a gente precisa lutar por outras coisas, por exemplo, pela previdência. Vamos lutar por isso? Ah, vamos lutar também por causa que o Salles tá destruindo tudo, pelo amor de Deus! Ah, vamos lutar porque a Tereza Cristina tá liberando agrotóxico. Só que aí nesse momento acabou que quem era a favor dos agrotóxicos começou a sair, quem era a favor, a favor de Jesus na goiabeira lá começou a sair. Então assim, começou a deslocar totalmente o movimento, por que? Porque passou de um movimento que era a favor da educação e como, como citado aí já, que muita gente que não era, que não tava dentro disso pegou e falou assim, não, vamos lutar pela educação, eu votei em você, mas eu fiz merda. Só que o cara vai lá e falar, não, porque o Bolsonaro falou tal coisa, não, pera aí, eu não vou deixar você falar assim do meu presidente. E aí começou a deslocar. Então a minha resposta é começou pela educação e terminou contra o governo.

CAMILA– Acho que só respondendo primeiro ao RODRIGO, eu só... eu entendi que não foi nada direto para mim, só respondi enquanto uma estudante também da Unesp, assim era minha visão que como não, não é de acordo com a sua, acho que ficou um tom um pouco... ríspido talvez da minha parte, mas nada pessoal. É... e sobre... essa questão, também acho que são coisas que acabam convergindo, né. Acho que também, assim como o PABLO pontuou, começou com a questão da educação e por também a educação tem um viés político, né, não tem como não ter, acabou seguindo um pouco mais esse viés político e se afastando um pouco

da temática da educação, né. O que é natural também, é difícil não, não ter, com tanto de coisa que tava acontecendo, tanto de coisa que a gente tava revoltado, não era só a questão educacional, mas a política em si, né, que tava respingando em várias, em várias questões, na educação, em política, em sociedade, em várias pautas, né. Eu acho que também começou com educação e acabou seguindo outro rumo, por isso para mim foi um dos pontos que acabou enfraquecendo com o passar do tempo.

BIANCA- Eu concordo que começou com educação, não acho que começou contra o Bolsonaro, mas ele era declaradamente o inimigo da educação, então não tinha muito o fazer, né. Mas... não consigo fazer um julgamento assim de valor, porque é isso. Esse governo inteiro, né, vai tá tocando em coisa que não tem como desvincular... não é uma coisa espontânea, se fosse só a educação acho que... seria... melhor, mas... ia juntando cada dia uma coisa nova.

MODERADOR– Falta o IGOR? Quer falar rapidamente, IGOR?

IGOR – Assim é... eu imagino na verdade que a manifestação ela já tenha começado com um intuito de ser contra o governo Bolsonaro, porque no momento em que a gente tá querendo se opor e inclusive organizando um movimento pra fazer com que ele reverta uma política que ele aplicou na educação e que vai ser uma política a longo prazo, já indicada pelas próprias manifestações que o ministro dava naquele momento, era uma pauta conjunta, contra o governo dele também. É... não especificamente pela saída, queda, por mais que isso já tivesse é... no próprio discurso do pessoal que se manifestava é... naquele momento. O setor da... do estudante universitário, vamos assim dizer, o setor universitário ele carregava..., carrega ainda, talvez, um, uma oposição já bem definida ao Bolsonaro como figura e... ao governo dele principalmente. Então... a partir do momento em que... ele aplica uma medida que ocorre num, num movimento em contrário, o movimento também é contra o governo dele... eu... eu imagino. E... as duas coisas acabaram por, por se juntar.

MODERADOR– É... uma pergunta de sim ou não, vocês participaram do movimento Ele Não?

PABLO – Minha resposta é até hoje.
Todos riem

CAMILA– Eu também

BIANCA– Eu não fui na manifestação, mas aderi.

RODRIGO – sim

IGOR – Aderi e fui na manifestação também, em duas que teve aqui em Araraquara.

Moderador encerra o grupo fazendo considerações finais.

4 Grupo Focal 2 (27/10/20)

Participantes

**os nomes foram alterados para não identificação*

Elisa: 29 anos; branca; mestranda em Farmácia; participou do ato de 15 de maio; bolsista CNPQ; mora em Araraquara; residência alugada; ensino médio cursado em escola particular.

Andréa: 27 anos; branca; doutoranda em Linguística; participou do ato de 15 de maio; bolsista CAPES; é de São Paulo, mas mora em Araraquara; residência alugada; cursou o ensino médio em escola particular.

Nathália: 23 anos; branca; mestranda em Economia; participou do ato de 15 de maio; bolsista CAPES; é de Araraquara, mas mora em Osasco; residência própria; cursou o ensino médio em escola particular.

Amanda: 26 anos; amarela; doutoranda em Linguística; participou dos dois atos; é bolsista CAPES; mora em Araraquara; residência alugada; cursou o ensino médio em escola particular.

Iuri: 22 anos; branco; estudante de graduação em Economia; participou dos dois atos; nunca foi bolsista; é de Bragança Paulista, mas mora em Araraquara; república estudantil; cursou o ensino médio em escola particular.

Arthur: 23 anos; pardo; estudante de graduação em Ciências Sociais; participou do ato de 15 de maio; nunca foi bolsista; mora em Araraquara; república estudantil; ensino médio cursado em escola particular.

Moderador: Fernanda Stella Cavicchia

Convidado: Matheus Garcia de Moura (mestrando em Ciências Sociais)

Transcrição

MODERADOR – Nós iniciamos aqui a gravação do grupo focal, o grupo número dois. Já conversei com os participantes, informei que essas conversas vão ser gravadas e que em nenhum momento o nome deles vai aparecer em qualquer lugar da pesquisa. Então... falei rapidamente sobre o grupo focal e queria falar para vocês que o tema é as manifestações de 2019. Nós estudamos movimentos sociais, mas não podemos entrar em mais detalhes sobre o tema realmente da nossa pesquisa, porque... para não influenciar a resposta de vocês, mas ao final do grupo, se vocês quiserem perguntar, saber mais, daí a gente pode falar o que vocês quiserem saber. Então, pra começar a primeira parte, a gente queria saber um pouco mais de vocês, quem é cada um de vocês. Então a gente tem aqui duas perguntinhas iniciais, de apresentação, então pra começar eu queria saber a idade, onde nasceu, onde mora, o que faz, se tem alguma outra atividade profissional, e um hobby, uma curiosidade pessoal, só pra gente conhecer melhor cada um de vocês. Eu vou começar por mim, depois eu passo a palavra pro Matheus e depois a gente vai pra vocês, ok?

Como vocês já conhecem, eu sou Fernanda, tenho 36 anos, eu sou formada em Jornalismo e... atualmente eu faço mestrado em Ciências Sociais na Unesp e... sempre trabalhei na área como jornalista e agora dei uma pausa nas minhas atividades profissionais como jornalista e medido somente à pesquisa de mestrado. Um hobby, uma curiosidade é... que eu gosto de plantas, gosto muito de cuidar de planta e isso me ajudou bastante nessa quarentena, no isolamento, que passei todo em Araraquara, moro aqui e nasci aqui. Bom, é isso, passo a palavra pro Matheus.

CONVIDADO – Olá tudo bom? Meu nome é Matheus, tenho 29 anos, sou formado, graduação em Ciências Sociais pela Unesp de Araraquara e agora estou no mestrado, segundo ano também na Unesp de Araraquara, sou bolsista Capes. Um hobby? Sou vocalista e guitarrista em uma banda de punk.

MODERADOR – Falou a cidade? Falou?

CONVIDADO – Ah, isso. Sou natural de São José do Rio Preto e aí eu faço faculdade em Araraquara, o mestrado, e agora estou, no período da quarentena, estou de volta a São José do Rio Preto, no interior de São Paulo.

MODERADOR – Alguém se habilita pra ser o próximo ou vocês querem que eu siga uma ordem aqui da minha tela? (tempo). Vou seguir a ordem aqui, AMANDA, você é a primeira.

AMANDA – Oi, pessoal! Eu acho que não conheço ninguém daqui, só a ANDRÉA. Sou a AMANDA, fiz graduação em Letras aí na FCL, aí, né? É que não estou em Araraquara. Fiz graduação em Letras aí em Araraquara, na FCL, com habilitação em Espanhol, sí depois fiz mestrado no programa de linguística e agora eu tô no doutorando no programa de linguística também. A minha linha de pesquisa é ensino e aprendizagem de línguas, então eu tô aí mais ou menos no campo da educação também. Estou em São Paulo, sou daqui de São Paulo, Zona Sul, e um hobby? Como acho que todas as outras pessoas, assistir séries e ver filmes (risos). Adquiri o Amazon Prime na quarentena, já tinha Netflix, eu acho que é isso. Prazer.

MODERADOR- Eu, na quarentena, reabilitei minha assinatura da Netflix, porque fazia muito tempo que tava desabilitada, mas não teve jeito, enfim, tá sendo muito bom. Deixa eu falar a ordem aqui aí vocês já se, já se preparam. Então a ANDRÉA agora, depois o ARTHUR, NATHÁLIA, ELISA e IURI. Falta alguém, não né?

ANDRÉA – Oi, gente, então eu tenho 27 anos, eu sou de Marília, e eu fiz Letras em Araraquara, também me formei em Letras em Araraquara com a AMANDA. Fiz mestrado em linguística e língua portuguesa lá e agora tô no programa de doutorado também em linguística e língua portuguesa. A minha área de estudo é morfologia e fonologia. Atualmente eu tô morando em São Paulo, é, mas morei muito tempo em Araraquara, até o ano passado. E hobby? Acho que assistir séries, bastante, gosto muito de ler, gastei muito dinheiro com livro nessa quarentena, e gosta bastante de fazer yoga, o que me ajudou muito durante a quarentena (risos).

MODERADOR– Bibliotecas fechadas na quarentena foi difícil, a gente teve que fazer um grande investimento em livros, né? ARTHUR.

ARTHUR– Oi, gente, boa tarde! Meu nome é ARTHUR, tenho 23 anos, em curso Ciências Sociais aqui na Unesp de Araraquara. Sou natural de São Paulo, mas morei a maior parte da minha vida em Catanduva, morei um ano em Chapecó, Santa Catarina, para fazer faculdade e agora eu moro aqui. Um hobby, uma curiosidade? Eu sou atleta, atleta de taekwondo aqui por Araraquara. E eu tenho um projeto multimídia, se vocês quiserem dar uma olhada depois, que é sobre aspectos políticos, é um pouco direcionado para a cidade de Catanduva, mas também tem temas gerais, que é a opinião provincial. E eu acho que isso.

MODERADOR– Olha! Bacana, obrigada! NATHÁLIA.

NATHÁLIA- Boa tarde! Sou NATHÁLIA, tenho 23 anos, fiz, também, Economia na Unesp, um pouquinho diferente de vocês. Agora eu faço mestrado em Economia e Desenvolvimento na Unifesp, lá em Osasco, mas por conta da pandemia também, por enquanto, estou em Araraquara, que eu sou daqui mesmo, e além do mestrado eu trabalho como autônoma em pesquisas e projetos que vão chamando, porque enquanto a bolsa não vem, né, que também um pouco difícil agora nesse momento, então a gente vai trabalhar nesses projetos. E um hobby? Eu acho que assim como a AMANDA e a ANDRÉA, eu acho que muito ler, comprar livro nessa quarentena, e também séries, filmes e distraindo do jeito que dá.

MODERADOR– Lega! Obrigada. ELISA.

ELISA - Oi gente, boa tarde! Eu tenho 29 anos, como o meu sotaque já entrega eu não sou de São Paulo, eu sou do Rio, capital, sou farmacêutica, bem diferente da maioria. Me formei no Rio, fiz Farmácia lá, e agora eu faço mestrado aqui na Unesp de Araraquara, eu tô finalizando, defendendo mês que vem, pretendo seguir um doutorado, se eles me aprovarem, né, se deixarem eu fazer. A minha linha de pesquisa é desenvolvimento de cosméticos, atribuindo a nanotecnologia a eles. E... um hobby, eu gosto muito de correr, embora tenha ficado alguns meses parada, eu estou voltando a correr. E ler bastante, ver filme, passear com minha cachorra, acho que é isso, que eu não esqueci nada.

MODERADOR– Eu também estou criando coragem para retomar as corridas, porque a quarentena me prejudica.

ELISA – Nossa, está sendo difícil voltar, estou me esforçando.

MODERADOR– IURI.

IURI– Boa tarde a todos! Meu nome é IURI, é, sou estudante de Economia em Araraquara, tenho 22 anos, é... sou natural de Bragança Paulista, interior de São Paulo, entre mais ou menos Campinas e São Paulo. Como hobby, eu jogo bola, faz muito tempo que eu não estou jogando futebol, então estou tendo que me distrair com algum tipo de exercício em casa, mas não consigo manter a rotina na pandemia (riso), e ler, estou voltando a ler bastante agora (risos), que é basicamente o único tipo de exercício que eu tô conseguindo manter uma rotina.

MODERADOR– Exercício em casa eu também tentei e não dá, é muito difícil. Mas nós temos a ANDRÉA que é praticante de yoga, né, muito bom. Bom, antes de passar para segunda questão, só queria saber rapidamente de vocês. Alguém aqui é... está envolvido com algum Centro Acadêmico? (Manifestantes acenam não com a cabeça). Não? ok.

CONV – Ou se já esteve, né? Às vezes não está no momento, mas já foi...

ARTHUR– No caso eu fiz parte da gestão do ano passado, durante o primeiro semestre.

TAM – Também fiz parte no Centro Acadêmico de Letras em 2014 e 2015.

MODERADOR– Ah, está ok! Bom, a segunda questão aqui das apresentações, eu queria que vocês falassem um pouco sobre planos de vida, o que vocês imaginam para o futuro de vocês. Algum objetivo mais imediato e uma coisa a longo prazo. Qual o objetivo de vocês nesse momento e como vocês se imaginam, no futuro. Eu, por exemplo, tenho como grande objetivo concluir a minha dissertação de mestrado, meu objetivo do momento, urgente. E

depois pretendo retomar minhas atividades como jornalista e conciliar com outros estudos. Matheus, vou passar pra você primeiro.

CONV – Meus planos atuais, estou no processo seletivo do doutorado para o ano que vem. E se não passar, estou no processo seletivo de um cursinho comunitário aqui de Rio Preto e estou aguardando esses dois. São meus planos mais imediatos e para o futuro.

MODERADOR– Eu vou fazer a ordem inversa agora, então vou começar com o IURI, ELISA, NATHÁLIA, ARTHUR, ANDRÉA e AMANDA , ok?

IURI– É, como plano imediato, eu me imagino simplesmente voltando para Araraquara, tentando readquirir minha rotina, rever os amigos e focar no curso, porque agora eu consegui ler um monte de coisa que eu queria ler, porque eu tava me segurando um pouco no curso para manter esse minha rotina de leitura, esporte e tudo. Agora eu tô bem adiantado, gostaria de focar no curso, tentar algum projeto de extensão, para transformar toda a parte teórica de Economia em algo mais prático, trabalhar algo mais humano. E no futuro tentar algum, provavelmente algum emprego, alguma coisa relacionada com esse tato mais humano da parte de economia. Na pandemia eu deixei meio de pensar nessas coisas.

ELISA – De imediato, terminar o mestrado, mês que vem, passar no doutorado, a seleção que está, que vai ser aberta agora em dezembro para início em fevereiro, mas Unesp em Araraquara. E a longo prazo, ter um concurso, né, ideal é a Unesp, para dar aula, mas é mais difícil. Mas eu objetivo realmente é seguir na carreira acadêmica e pesquisa, parte de Farmácia, que isso é o que me dedico desde que entrei na graduação, né, fiz iniciação científica, nunca fiz estágio em outra área, sempre fiz pesquisa, meu objetivo. Fui mudando de área dentro da pesquisa, mas sempre com esse objetivo.

NATHÁLIA– Bom, agora, mais para imediato, também terminar a dissertação, que eu defendo logo no comecinho do ano que vem e tentar os processos seletivos que eu tô tentando, e esperar algum resultado, ver se sai, ou tentar outros projetos, projetos de pesquisa mesmo e ir conseguindo e talvez um doutorado, mais a longo prazo, mas não logo pro ano que vem.

ARTHUR– Bom, meus objetivos agora de imediato são finalizar, que eu iniciei no ano passado, e dar entrada no mestrado, quando me formar e a longo prazo... a longo me imagino, não sei... essa parte do taekwondo compões uma outra... compõem um paralelo na minha vida, então me graduar depois da faixa preta e também conciliar com o mestrado e doutorado, eu imagino a longo prazo.

ANDRÉA – Bom, acho que mais a curto prazo, preciso focar também em concluir minha tese, que tá chegando o momento final, né, eu já qualifico no meio do ano que vem, então acho que isso é o mais importante pra mim agora. E a longo prazo, na verdade eu sempre também é... quis muito seguir a carreira acadêmica, eu fiz iniciação, mestrado, doutorado e tal. É... embora eu esteja um pouco desanimada, é... um pouco, é... atualmente em relação a isso, né. Acho que a logo prazo também seria dar aula na universidade, mas desde que eu vim pra São Paulo, tenho pesquisado sobre outras coisas e tenho gostado bastante também da área de linguística computacional, tenho explorado mais essa parte, então pode ser que a longo prazo eu mude um pouco meu planejamento e eu vá mais para esse outro lado.

MODERADOR– Só antes de passar pra AMANDA , desanimada em que sentido você diz?

ANDRÉA – Ah, porque é... não sei, desde que eu comecei a graduação, eu tinha muito essa ideia de que eu ia fazer graduação, passar no doutorado, e isso realmente aconteceu até aqui, né, e depois eu ia ter grandes chances de concluir e seguir a carreira acadêmica, dar aula em uma universidade, prestar concurso, ou numa universidade particular e tudo mais, é... mas eu vejo assim pelos... é... comentários tanto de outros colegas da mesma área quanto de colegas de outras áreas que também são da área acadêmica, que está um pouco difícil essa questão de concurso, muita gente prestando, pouquíssimas vagas, vagas não abrindo... E durante o ano passado, não, durante o ano retrasado, é... eu fui também representante discente do programa de pós em Linguística, então a gente via bastante isso, muitos alunos tendo que trabalhar junto para se manter, não tendo bolsa, e pouquíssimas vagas de concurso abrindo, vagas de substituto, vagas de nem de substituto, mas de aluno bolsista, então você nem passa por um concurso de fato, você só... é... você só dá aula por uma bolsa... você assume uma disciplina na graduação, né, por uma bolsa bem baixa. Então algumas coisas desse tipo foram me desanimando assim.

AMANDA – Bom, eu acho que como todos os outros aqui, tá todo mundo fazendo pesquisa, pelo que eu entendi, eu, a curto prazo terminar o doutorado, né, conseguir concluir o doutorado será uma vitória. É... e a longo prazo, é meio triste, né, mas é ter um emprego, não é nem grandes, grandes objetivos, é ter um emprego, não ser uma doutora desempregada, que eu acho que é um dos maiores temores assim, que eu também converso com outros colegas que são da pós e tudo, e é isso, não ser um doutor desempregado. Não estou nem almejando a universidade pública porque é como a ANDRÉA falou, eu já também... há muito tempo atrás, no governo do PT, a gente tinha um vislumbre, assim, uma possibilidade... e ainda no imaginário de outras pessoas que não conhecem a pesquisa, que não conhecem a universidade de perto acham que, tipo, ser doutor já te garante alguma coisa, né. Mas, enfim, concurso não tá abrindo, não vai abrir tão cedo, tá difícil, né... Mas, é..., como é triste isso, então vou falar outra coisa também, é... sei lá... ter um emprego pra ter dinheiro pra viajar, esse acho que é um objetivo bom (risos), não tão pesado, como o que eu falei anteriormente.

MODERADOR – Bom, acho que alguns já se manifestaram um pouco sobre essa nossa próxima pergunta, mas eu queria saber, de todo mundo, o que é ser estudante, pesquisador, o que é pra vocês e o que vocês acham que é para os outros?

ELISA – Bom, posso falar?

MODERADOR – Pode.

ELISA – Pra mim é... eu gosto muito, de ser estudante, de ser pesquisadora, realmente não me imagino fazendo outra coisa, acho que eu seria muito infeliz fazendo outra coisa, mas é muito desgastante, é muito trabalho, muito mesmo, é... quem está na pós-graduação sabe, a gente tem hora pra começar, mas não tem hora pra sair, não tem fim de semana, não tem férias, a gente não é valorizado, nem muitas vezes pela nossa própria família às vezes não entende, acha que é... “ah, você só estuda, você não trabalha”, Isso é muito desgastante pro emocional, principalmente, porque você não se sente valorizado. Você muitas vezes não sente... eu, pelo menos, acaba não se sentindo como profissional, realmente, como pesquisador. Acho muito que é pelo fato de não ser uma profissão reconhecida, profissão de pesquisador. E isso desmotiva muito. Além da questão que as meninas comentaram, de ausência de concurso, por exemplo. Na faculdade agora, da... de farmácia da UNESP, abriu concurso para substituto... é um absurdo você... no mínimo doutor, sendo que um salário de mil e duzentos reais. Menos

que uma bolsa de mestrado. É um ultraje, com um pesquisador como um doutor, oferecer esse tipo de vaga, mas, infelizmente, as pessoas se inscrevem, e tem cinquenta inscritos para uma vaga. Dá para a gente ver, realmente, a carência que a gente tá. Mas, embora tenham todos esses problemas, eu realmente não me imagino fazendo outra coisa. É um paradoxo.

MODERADOR– Tá ok. Quem quer ser o próximo?

NATHÁLIA– Bom, eu acho que eu posso ser. Bom, assim como as meninas falaram, eu gosto também de fazer. Difícil me imaginar fazendo outra coisa. Mas, ao mesmo tempo, é muito desgastante. Assim... eu tô um pouquinho ainda... eu tô no mestrado ainda, né?! Não fui pro doutorado. Mas é desestimulante, realmente. Eu acabei esse ano, tendo que trabalhar junto, porque a minha bolsa foi uma bolsa de um ano só da CAPES. Não renovou. Que é aquela bolsa que eles chamam de auxílio social, a bolsa. E assim, e você vê, realmente, pouco valorizado. Eh... e mesmo na área de economia, assim, não tem muitos concursos. Eu acho que assim como todas as áreas. Eh... mesmo pra quem é mestrado ou pra pensar no doutor, mesmo. E... é um futuro meio triste, assim, mas é uma coisa que eu gosto muito de fazer, apesar de algumas pessoas, não da minha família... Eu acho que a minha família até compreende. Mas muito a questão de: “Ah, mas você só estuda, né?! Não trabalha, realmente, alguma coisa reconhecida.” Tá bom, eu acho que é isso.

MODERADOR– Tá bom. Obrigada, NATHÁLIA. Quem quer falar?

AMANDA – Desculpa, qual que era a pergunta mesmo?

MODERADOR– Ah... o que é ser estudante pesquisador pra vocês, e como vocês acham que outras pessoas veem? Mas, o que é ser estudante pesquisador você?

AMANDA– Estudante “e” pesquisador, ou um “ou” outro?

MODERADOR– Ou um “ou” outro. Porque tem pessoas da graduação, então que talvez não tenham... eh... entrado num trabalho de pesquisa, então, só por isso que estou abrangendo as duas coisas.

AMANDA – Eu acho que... então, já que eu esclareci a minha pergunta de que é um “ou” outro, né?! Que não necessariamente o estudante é pesquisador, como não sendo um pós-graduando, por exemplo. Eh... é muito louco, né?! Que apesar disso que a gente tá falando, ser estudante é um privilégio no Brasil, né?! Porque, em todo esse contexto e panorama que a gente tá falando, da Universidade Pública, ainda continua a super desigualdade de que não entra outra classe social a não ser as classes mais privilegiadas, que podem estudar, e podem entrar, passar no vestibular. E eu acho que a desigualdade ainda vai aumentar, agora na pandemia, no pós-pandêmico. Eh... e aí, é muito... a situação, eu acho que fica mais triste ainda. De tudo que o pessoal já comentou, dessa tristeza de ser pesquisador Brasil, é exatamente por isso, por a gente saber que poderia ser diferente. Porque quando a gente conversa com outros pesquisadores de fora, por exemplo, da América Latina, o modelo de pesquisa, o modelo educacional de fomento à pesquisa foi modelo para outros países, é exemplo para outros países, tipo Colômbia, eh... Peru. Eh... essa questão de fomento à pesquisa, né?! De bolsas. Então... tanto que muitos vêm fazer pós-graduação aqui em Araraquara mesmo. A gente tem um monte de latino-americanos que estudam odonto, que estudam sociais, porque não existe isso de ter bolsa em outros países pra fazer mestrado e

doutorado. Então ter essa possibilidade, esse vislumbre, né, de poder vivenciar isso socialmente, e ver isso caindo aos pedaços, desaparecendo... daqui um tempo, desaparecer completamente, é muito triste, porque a gente tá pegando essa fase final. Eu fico pensando que eu vou ser uma das últimas gerações que vou ter bolsa pra fazer doutorado; daqui pra frente, os graduandos que estão chegando agora não vão ter bolsa pra fazer pós-graduação como eu, como ANDRÉA ou como ela... Mas Luísa já falou que pegou a outra bolsa, não foi outra, a bolsa oficial, né, digamos. E aí, vai ficar cada vez mais difícil. Então, eh... é triste socialmente, mesmo, falando, né?! Não é só triste só porque individualmente a gente não vai ter emprego, vai ser muito difícil a gente passar num concurso, porque não vai ter concurso. É triste todo o panorama, assim, de pesquisa no Brasil, né?! E aí, isso dói muito. Fere muito, assim.

ANDRÉA – É... eu. Desculpa, Fernanda. Posso complementar, só?! Eu faço das minhas palavras, as palavras das meninas. E só complementando, assim, uma coisa que eu vi também nesse período de agora... Poxa, cinco anos de graduação, agora mais quatro já de pós, né?! Vi muitos casos, assim, inclusive nessa... nesse momento que eu tava como representante discente. Eu acho que a AMANDA vai lembrar bem. Eh... quando teve aquela questão do corte de bolsas da CAPES, das bolsas que tavam ociosas, que na verdade não eram ociosas, eram só bolsas que tavam esperando pra ser recolocadas, né, eh... eh... atribuídas para outros alunos. E num dessas, que foi, assim, do dia pra noite, literalmente, assim. Foi, um dia o nosso programa tinha três bolsas no sistema que iam ser implementadas no dia seguinte, e, no dia seguinte, essas bolsas não estavam mais lá. Eh... foi uma coisa super surreal, assim. E nessa brincadeira, eh... eu, na época, como eu tava como representante discente, eu tinha bastante contato com outros alunos da pós. E... e aí, uma das alunas, que inclusive é nossa amiga e tal, ela comentou... perguntou pra mim se eu não... Ela tava próxima, ela era a próxima da fila da bolsa, né?! Eh... ela falou pra mim: “se eu não receber essa bolsa, não tem como, assim. Eu não posso ficar aqui eu Araraquara. Eu tenho que pegar minhas coisas e voltar pra minha cidade”. E, é uma aluna super boa, assim, que tem publicação, enfim... sempre apresenta os trabalhos, tem uma orientadora super de nome, assim, nome de peso na nossa área, na área da linguística. E, ela simplesmente ia ter que largar. Ela, ela, inclusive naquele ano, ela tirou a nota máxima na prova do doutorado. Ela tirou nota 10 na prova do doutorado, simplesmente. Ela era a próxima pra receber a bolsa, e nessa tour que aconteceu, da bolsa ter sumido do sistema de um dia pro outro, ela ia ter que voltar pra cidade dela. Só que depois, com muito custo e tal, a gente comprovou que as bolsas não tavam ociosas, iam ser implementadas logo no dia seguinte e tal, e só estavam lá no sistema por uma questão burocrática, não porque não tinha ninguém pra receber, e no final ela conseguiu essa bolsa. Mas, assim, foi uma semana muito louca, assim, sabe?! [trecho ininteligível]

MODERADOR – Você sabe se todas as bolsas... você falou que acha que eram três... se todas foram retomadas?

ANDRÉA – Eh... eh... eu acho que sim. É que dessas três, só duas pessoas eu realmente conheço, então eu sei que elas receberam. A terceira...

AMANDA – Oh, ANDRÉA, mas teve uma bolsa... Ah, não, isso foi esse ano. Que aconteceu a mesma coisa esse ano, lembra?

ANDRÉA – Ah, tá, é que...

AMANDA– Aconteceu a mesma coisa, tanto que esse ano não teve bolsa de doutorado. Quem...

ANDRÉA – É, esse ano, não teve.

AMANDA – Esse ano não teve, porque recolheram uma única bolsa, a única bolsa que já ia ser atribuída. E, esse ano, zero bolsas pra doutorado.

ANDRÉA – Isso, isso mesmo. Esse ano eu não sei quem tava...

AMANDA – Eu acho que aconteceu mais de uma vez, né?!

ANDRÉA – É. É que esse ano eu me lembro bem, porque... foi no ano passado, né?! Eu me lembro bem, porque as meninas, eu era próxima das meninas que iam receber a bolsa, né?! Esse ano, eu não sei quem que acabou ficando sem bolsa. Eu não conheço a pessoa. Mas...

MODERADOR– Ok.

ELISA – Só um complemento, que no programa de ciências farmacêuticas, né, que é o que tá, vai abrir agora dia primeiro de dezembro, abre a seleção do doutorado, não existe bolsa, nem pro mestrado, nem pro doutorado. Simplesmente, não existe e não tem nenhuma pretensão de ter. A minha bolsa, eu sou bolsista do CNPq, e a partir do momento que eu defender, a minha bolsa vai ser extinta. Então, ninguém vai mais receber bolsas no CNPq. Quem tem, ótimo, comemore, faça bom uso, porque a partir do momento que as pessoas tão defendendo, essas bolsas tão sendo extintas. E a Capes, assim como as pessoas também tão defendendo, essas bolsas tão ficando retidas. Não, não tem oferta de bolsa, então. E são vinte vagas, né?! Dez pro mestrado, dez pro doutorado, sem bolsa pra ninguém.

ANDRÉA– Curioso isso, ELISA, porque a gente, por exemplo, da linguística ou mesmo o pessoal da literatura, a gente tende a achar que as áreas como as ciências farmacêuticas têm mais bolsas do que nós, né?! O que historicamente foi verdade, assim, mas aparentemente, hoje, não mais. Então...

ELISA – Sim. Eh... eh... Na verdade, inclusive teve uma seleção emergencial pra COVID-19, né, e não tinha bolsa. Uma seleção emergencial pra trabalhar no desenvolvimento de um medicamento ou vacina, sem bolsa. Isso realmente já foi uma verdade. Uma injustiça, inclusive, porque todas as áreas de pesquisa são igualmente importantes, mas isso já não mais uma verdade. A gente tá com cada vez laboratórios mais sucateados; tendo que tirar do próprio bolso pra comprar reagente, vidraria, material de consumo que seria, inclusive, obrigação da UNESP fornecer, e isso não tem acontecido mais. Eh... é realmente um problema geral na universidade, na pesquisa no Brasil.

MODERADOR– ARTHUR e IURI, vocês gostariam de falar alguma coisa?

IURI– Pra mim, no caso, eu não sou pesquisador, né?! Pra mim, ser estudante é quase como ter uma obrigação moral de saber que cê tá recebendo um investimento pra poucos, saber que eu cheguei lá não unicamente por mérito meu, muito por causa das condições que historicamente minha família tem, obviamente. E saber que eu tenho que devolver isso pra sociedade de alguma maneira. Eu gosto de me pensar como estudante justamente como isso: um investimento de anos de luta para uma educação de qualidade e pública, e é isso que

deveria continuar sendo. E, falando, né, o que eu imagino, a pesquisa é o um ato de luta, um ato de amor, mesmo, nos dias atuais. É totalmente desvalorizado. Todo mundo falou da família, coisa... Mesmo estudante, hoje em dia, eu não consigo entender isso, você pensar, você olhar pro lado, olhar pra própria turma de economia e falar: “não, eu não vou ser pesquisador, porque não vale a pena mesmo”. Tipo, ignorando que ali é um... Ignorando tudo que a sociedade tá investindo nele, e que ele deveria retornar alguma coisa. Só pensando nele mesmo, ignorando todo um sistema educacional, só “não, eu não quero ser, porque não vale a pena pra mim, porque não vale a pena...”. Nem só pra ele, né, no caso é pra todos... no caso, na visão dele, não vale a pena intelectualmente, não vale a pena o desgaste, não vale a pena nada. Então, eu acho que é uma questão de luta. Eu acho que é, principalmente, uma questão de amor mesmo. Todo mundo que segue a pesquisa e era meu objetivo no começo, infelizmente, não vou ter bolsa, e não vou ter mais condição, porque, apesar da minha família conseguir investir na minha educação básica com a ajuda de vários familiares, eu não tenho condição pra bolsa, e principalmente pra outra cidade. Eu acho que, como eu disse, essa parte de pesquisa virou algo, infelizmente, de amor mesmo. Você tem que ir contra tudo e todos pra conseguir, pra conseguir seguir nessa trajetória de vida tão bonita, né, de educação, de pesquisa, de desenvolvimento que pra mim era um sonho, pra muitas pessoas que eu vi entrando na faculdade, era um sonho. Muitas delas nem tão na faculdade, não conseguiram se manter, tanto na minha faculdade, né, na UNESP, quanto meus amigos. E os poucos que se mantêm, poucos eu vejo com esse norte, hoje em dia, infelizmente.

AMANDA – Eh.. desculpa, pessoal. Só deixa eu comentar alguma coisinha, assim, porque a fala do IURI... Eu fiquei pensando, né, mas quem é que pode ter o luxo de ter amor, né... Assim, não querendo contradizer o IURI, né, eu acho que tenha razão. Eu também faço pesquisa porque eu gosto, né?! Afinal, é tão sofrido, se eu não gostasse, é um completo masoquismo, né?! Então, minimamente, eu tento gostar da minha área, tento gostar do que eu faço, porque se não... É a única coisa que eu preciso ter pelo menos, além da bolsa e tudo mais. É o mínimo pra minha saúde mental. Mas, assim, quem pode, né?! Porque, antigamente, a pesquisa, não só a pesquisa, mas a universidade como um todo, é o âmbito da elite, né, da elite intelec... é a elite intelectual, justamente, né?! E eu acho que tudo tá se encaminhando pra ser novamente. Tanto que, antigamente, a pós-graduação, o mestrado e doutorado eram dez anos, né?! Dez anos pra se formar como mestre, dez anos para se formar com doutorado. E eu entendo que, socialmente, essas pessoas não tinham uma preocupação de se formar. Eu sei, porque elas vinham de uma elite intelectual que não precisavam... não eram proletários, não eram pessoas que precisavam trabalhar. A gente tá comentado aqui, eu falei que eu quero ter um emprego: é muito simples. E essas pessoas, elas não precisavam, né?! E aí, eu acho que tudo tá se encaminhando pra ser assim novamente no futuro, pra pesquisa ser só pra quem tem condições pra pensar intelectualmente, pra contribuir pra sociedade. Acho que a humana, principalmente, tem disso, né, de ser pensador, poder ser pensador, né?! Quem pode pensar, gente? Pelo amor de Deus.

ARTHUR – Com essa sua fala, eu até pensei muito na questão da República, de Platão, né?! O espírito de prata, o espírito de bronze, o espírito de ouro. Uns guerreiam, outros trabalham, outros pensam. A classe dominante, feita pra pensar, é a elite toda, ali, que pode ter uma condição, né, uma condição financeira, ou uma condição familiar, uma estrutura boa, né?! Porque daí, vai desde a questão do espaço que a pessoa tá, a casa, o bairro, família... se tem um aporte familiar muito bom, se não tem problemas sociais, como separação, eh... se ela tem condições pra tá com uma boa alimentação. A alimentação também influencia muito nisso. Então são varias... vários fatores, né, várias variáveis, por assim dizer, que se leva em consideração quando a gente vai falar de ser pesquisador ou ser estudante, né?! Muito difícil

imputar o ser estudante ou o ser pesquisador numa categoria única de “é essencial isso”, porque a essência de ser estudante é você tá ali estudando, basicamente, adquirindo conhecimento. Imagino que não um conhecimento egoísta no sentido de voltar pra si mesmo, mas sim no sentido de produzir conhecimento pra sociedade, né, de certa forma, é um trabalho em prol da própria sociedade. Porque se não, não sei... É que pra mim, não faz muito sentido imaginar fazer pesquisa ou estudar se não for pra ter um retorno pra sociedade no geral, né?! A gente vai, sei lá... Tem a ELISA que tá na área de farmácia; o IURI tá na área de economia. Todos nós vamos chegar num certo ponto que vamos trabalhar, e o trabalho tem um papel social. E hoje é muito difícil, né, ser pesquisador, ser estudante, porque com um cenário muito instável, economicamente falando, politicamente falando... O Brasil tá num cenário que eu não preciso nem entrar muito a fundo aqui pra todo mundo entender, né?! Esses cortes das bolsas, mas no final das contas, ser estudante é um ato de luta e pra quem tá... pra quem é de uma condição mais precária, é até um ato de resistência, sabe, de resistir mesmo. Acho que isso define muito você... Aquela coisa que o cara falou de estudar por amor, pesquisar por amor, né?! Quando você pesquisa ou estuda por amor, é muito um ato de resistência, de você resistir e você ter noção de, pôh, já é desvalorizado, não tem muito investimento, é desanimador olhar pro cenário possível, né, olhar pra possível realidade concreta e falar “poxa, as condições vão ser difíceis, mas mesmo assim a gente tá aqui, né?!” Então, muitas vezes, acaba por ser, na minha perspectiva, um ato de resistência. Um ato de resistência, porque, existem tantas variáveis, confrontos familiares, né, conflitos de relacionamentos, conflitos internos, coisas identitárias nossas, mesmo, problemas psicológicos que são muito levados em consideração. Hoje, a gente fala muito sobre saúde mental, principalmente agora na pandemia, né, é muito complicado ficar o dia inteiro trancado em casa. A gente... Querendo ou não, a gente tem nossa parte biológica. A gente necessita fazer uma certa atividade, sair de casa. Então, isso... isso influencia muito em todas essas perspectivas. Ser estudante e ser pesquisador é... não é essencial isso, mas é também amar, resistir, lutar, eh... e tá aí, né, fazer em prol da sociedade, eu imagino.

IURI – Retomando um pouco o que a AMANDA falou. É muito triste você pensar a pesquisa voltando pra um grupo pequeno, né, uma elite pequena, porque basicamente: eles vão ser quem pensam a sociedade? E como disse o Paulo Freire, se não me engano, “a cabeça só pensa, onde o pé pisa”. Então, assim, os caras... eles tão vindo de um pequeno lugar e eles vão continuar... eles vão pensar para esse pequeno lugar. Então, eu acho muito, é muito triste você ver... Eu não tinha... Faz pouco tempo que eu tive essa noção de que há tempos atrás, a pesquisa era para poucos. Quando eu tava no ensino médio, parecia que era um futuro ok, cê parar e pensar “ah, vou estudar, vou entrar numa faculdade, vou fazer um mestrado, um doutorado...”. Todo mundo da minha sala pensava assim. Porque era uma sala de elite, e tal, e as pessoas não tinham essa noção de... elas não pisavam fora desse ambiente de que tudo era muito fácil. E daí, quando eu entro na faculdade, tomo um choque de realidade, conheço várias pessoas de outra realidade. Começo a pensar com a cabeça diferente, vejo que não é mais assim, que não é simplesmente, um: “ah, vou seguir esse caminho”, como se fosse uma opção que todo mundo tem. E, infelizmente, vai cada vez diminuir mais, e só quem já tá nesse meio faz anos vai continuar nele.

ARTHUR – E, pegando ainda essa questão que você falou de pisar, né?! Hoje, a gente já sabe que estudo é privilégio e um exemplo claro também disso é que a gente tá aqui se reunindo por uma plataforma digital, onde a gente tem condição de acesso pra poder tá fazendo essa reunião. Muita gente ficou de fora nessa corrida. Muita gente... E o meu EAD [trecho ininteligível], chamam de ensino remoto, mas é um EAD, e basicamente muita gente tá de fora; muita gente perdendo. Tem gente que tá, que estava compondo as manifestações que

talvez não pudessem ter respondido o questionário, ou que não tivessem visto isso, porque às vezes tá em zona rural, às vezes tá na periferia, a internet não chega; não tem computador; ou então não tem um celular; o celular não é de boa qualidade, né?! Tem muita gente que já tá ficando de fora nessa corrida. Uma exclusão muito grande institucional, né?!

MODERADOR– Bom, todos descreveram as dificuldades de ser estudante, de ser pesquisador no Brasil. Eu queria saber o que vocês acham, Isso é de agora ou isso já vem de algum tempo? Qual que é a visão de vocês?

ARTHUR – Eu acho que já vem de um certo tempo. Não sei... é que é muito complicado, né?! Porque no período do governo do PT, o cenário econômico do Brasil já era um cenário um pouco mais favorável, né?! E fora as medidas sociais que teve por parte do governo, facilitaram bastante coisa, e o que eu acho na minha perspectiva é que, às vezes, faltou um... não faltou, não tem como dizer, né, mas... Faltou um aporte de longo prazo, às vezes, sabe?! A sensação que eu tenho, tipo, às vezes parece que faltou uma base de longo prazo, uma base de sustento pra poder dar continuidade em alguns dos projetos que foram feitos, e que hoje a gente vê as consequências... E a gente não só tá pegando essas consequências, disso, mas como também as consequências de uma crise econômica que já vinha desde 2008, que estourou em 2013 aqui no Brasil, com as manifestações de junho, e dali pra frente, as coisas foram mudando, todo o cenário político, todo o cenário econômico, essa falta dessa base, foram todos fatores que foram somando e que hoje dificultam muito, né?! Então, não que nunca tivessem esses problemas do estudo, né: chegar no doutorado sempre foi pra poucos, no mestrado, sempre foi, e na graduação, também. Quando a gente... A impressão que passa é que quando a gente tava tendo um pouquinho de avanço nesse sentido, de massificar as pessoas com um título de graduação, esse... esse movimento foi cortado, sabe?! É a impressão que eu tenho.

ELISA – A impressão que eu tenho... Desculpa, você já acabou de falar? Ah, tá. É... é que... Pensando, assim, nos meus avós, né, nos meus tios mais velhos, a questão de fazer uma graduação ou de ser um pesquisador era realmente uma coisa muito distante da realidade, era uma coisa exótica, era realmente... não era pro brasileiro, era sempre pro exterior, nos Estados Unidos, na Europa. E isso depois começou a mudar, né?! Então, e fiz faculdade, meus irmão fizeram faculdade, meus primos fizeram faculdade, e depois, né, a família começou a fazer pós-graduação, meu irmão tem mestrado, mas isso, realmente, como ele falou, foi cortado, não teve uma continuidade. E uma coisa que eu tenho visto de alguns anos pra cá, e agora a gente tá no momento de ápice disso, que é a falta de credibilidade da ciência, né?! Então, muitas fake News a respeito de “vacinas fazem mal”, “vacinas causam autismo”, medicamento sem comprovação científica, as pessoas tomando como se fosse água, sem pensar nas consequências. Dúvidas sem respeito às ciências sociais, né, à pesquisa nessa área, como se não fosse uma área importante, como se fosse uma subárea, como se a ciência social, ela não fosse o que desse base pra toda uma sociedade, como se realmente não fosse importante. E isso, cada vez mais, tem sido incentivado, né, essa descrença na ciência sobre todos os aspectos, sobre todas as áreas. E, e esse desmonte da educação, não vejo outra palavra, um corte nas verbas do recurso, não vejo outra coisa a dizer a não ser como um plano. Vamos botar na teoria da conspiração aqui, que isso não é nem o foco, mas... Eh, uma população, um povo que não pensa, que não tem senso crítico, é um povo fácil de se manipular. E quanto mais corte na educação e na ciência, mais fácil disso acontecer.

MODERADOR– Alguém mais quer falar? Vocês concordam que o ARTHUR e a ELISA, ambos falaram que é alguma coisa que já vem de anos, né?! Não é exatamente desse ano, do ano passado, das manifestações, enfim. Vocês concordam com essa visão ou não?

AMANDA – É, eu acho que sim, né?! Eu acho que estatisticamente falando, né, mostra-se que, que, né, que houve esse período de investimento na educação. Eu vi um gráfico muito bom e muito triste, que mostra o investimento nas instituições que fomentam bolsa, que é CNPq, Capes e Fapesp, desde 2000 a 2020. E aí, mostra todo na era do PT, o gráfico subindo, porque houve todo um investimento nesse período, e aí, a partir de 2000, quando foi o golpe, 2014, né?! Não!

NATHÁLIA – 2016.

AMANDA – Dois mil e?

NATHÁLIA – dezesseis. Eu acho que foi, né?

AMANDA – Dezesseis. Foi dois anos de governo Dilma. A partir de 2016, com o governo Temer, começa a cair, cair, cair, cair. E a gente, em 2020, voltou praticamente pro mesmo lugar, acho que é quatro milhões de reais de investimento, pra quando era em 2000. Então, assim... é isso, entende? Exatamente como tá no quadro. Literalmente aconteceu. A gente retrocedeu 20 anos, né, de investimentos que houve. E como o ARTHUR falou, concordo com ele, não houve um projeto a longo prazo. Eh... e essas coisas são... eh... fluidas, né, porque mudam com o governo, também, tem isso. Mas, a partir do momento que não se trata também de uma política pública, fica muito complicado. E é isso, a gente retrocedeu 20 anos, aí, a partir de 2016. E é muito complicado, porque tudo que a gente consegue, na educação, falando, principalmente, mas em outras áreas sociais, é com muita luta que se consegue. Aí, depois, pra tirar é muito simples. É muito simples. A partir de 2016, a gente só caiu. Sendo que, toda a implementação, inclusive, a gente consegue fazer autocrítica de como foi todo esse processo, nem colocando também, que esses primeiros anos de investimento, a partir de 2000, foi o melhor dos mundos. Acho que cabe também a gente conseguir fazer uma autocrítica, eh... do que poderia ter sido, de como seria, né?! Cabe também, inclusive estou aqui pra isso, faço... Mas de qualquer forma, muito simples pra se tirar tudo. E vai ser muito difícil depois.

ANDRÉA – Eu acho que, só complementando o que eles falaram. Eu concordo, realmente. Eu acho que, como ela falou, assim... eh, e o que deixa a gente mais triste, quando tá muito tempo aí, né, fez a graduação, mestrado, doutorado, ou mesmo quem não tá, quem tá na graduação ainda, quem ainda tá no mestrado. Você já tem um tempo de vivência dentro da universidade pública pra ver como as coisas acontece. E a gente sente muito na pele isso. Então, assim, tem “n” exemplos, tá?! Um deles é esse que a gente tava comentando das bolsas. Um ano, você tem dez bolsas de doutorado no programa de linguística, e no outro ano, você tem zero. É assim, um ano mesmo. De um ano pro outro. E uma coisa... E isso vai muito além só da pós-graduação. Por isso eu concordo com o ARTHUR, quando ele diz que acha que isso se intensificou de 2016 pra cá, e alcançou um nível que, assim, é o auge, porque, assim, é realmente a galera duvidando de vacina. Eu acho que esse é o nível que a gente alcançou. Mas é uma coisa que tá vindo desde... Porque... Um exemplo, assim, bem rápido, é que em 2013, quando eu tava na graduação, eu consegui uma bolsa pra fazer intercâmbio de seis meses. Aí fui, fui com a bolsa, voltei. No semestre seguinte, exatamente no semestre seguinte, uma... uma colega minha da minha turma, com o CRI melhor que o meu, se

aplicou... eh... se inscreveu pra mesma, pro mesmo programa, e essa bolsa já não aconteceu. Né?! Então, assim, de agosto de 2013 pra fevereiro de 2014, que foi quando ela foi tentar, essa bolsa já não existia mais. Né?! Então, eu acho que isso é muito visível, quando a gente pega assim a longo prazo, mas às vezes a gente nem precisa pegar a tão longo prazo, sabe?! De um ano pro outro, você já consegue ver a descida, entendeu?! E isso é muito triste, assim. E é o que a AMANDA falou, é de um ano pro outro cai tudo, e pra você conquistar isso aí, é muito tempo, é muito difícil, sabe?!

MODERADOR– Bom, se ninguém quiser comentar nesse aspecto, eu vou pra próxima questão. Como vocês acham que é a visão do governo federal atual sobre as universidades, sobre o ensino universitário?

ARTHUR – Nossa, eu até perdi um pouco a linha aqui, porque é quase uma piada. [trecho ininteligível]. É tanta coisa que às vezes é muito difícil expressar em palavras tudo que significa. Mas, tentando dar uma lapidada aqui nas coisas. Eh... primeiro que ele vem se mantendo na linha já dá emenda constitucional de 95, emenda constitucional 95, né, que foi assinada pelo Michel Temer, que previa já esses cortes sociais. Muito disso, claro, tem a ver com a questão da austeridade fiscal. Não sei se todo mundo sabe o que seria a austeridade fiscal, mas seria basicamente um controla da economia, onde se cortam gastos sociais, né?! E..., dizem que os gastos sociais com a educação, com saúde, com algumas coisas por parte do Estado, seriam gastos, né?! Os gastos dele, assim. Então, eles enxergam muito isso como um problema. E eu vejo muito ele se mantendo nessa linha, não só nessa linha, mas também puxando muitas falas tradicionalistas, conservadoras, da velha ordem, por assim dizer, né?! Eh... Uma desvalorização muito grande da educação. Uma desvalorização muito grande da pesquisa. Como se nós fôssemos resumidos, basicamente, aquela figura do Brasil colonizado, de que nós servimos pro trabalho braçal, que nós servimos pro trabalho rural, de que nós não somos um povo voltado pro pensamento, mas sim somos voltados pra ação, como diria Gilberto Freyre, né?! Algo que não tem sentido nenhum, porque todo mundo pode pensar, todo mundo tem a capacidade de pensar, desde que seja humano, e é isso. E é isso, né?! Animal também pensa, mas a gente pensa que pensa. Enfim, e a perspectiva desse governo é que... é uma piada, quase, com os estu... olhando pela perspectiva de quem é estudante, né, porque pela perspectiva deles, deve tá maravilhoso o governo, deve tá uma maravilha, com o dinheiro cortado pra educação... Claro que tem os fatores econômicos, beleza, de crise, mas se for olhar de novo a longo prazo, a melhor medida que se pode tomar, se pode ter, se pode tomar, pra economia, inclusive, é investir em educação. Porque, é através da educação que você vai gerar um retorno financeiro a longo prazo. Acho que, a minha perspectiva é essa. Não tem muito o que falar sobre o governo com relação a educação, porque é quase que implícito entre nós aqui, eu imagino, que nós somos totalmente desvalorizados, cada vez mais, aliás, né?!

MODERADOR– Alguém mais quer comentar?

NATHÁLIA – Eu acho, ARTHUR, complementando meio o que você falou, eu poderia traduzir que o governo federal vê a gente como inimigo, realmente, né?! Porque, quando você vai numa manifestação, você vê, assim, “n” xingamentos em palavras horríveis, né, que falam: “ah, você deveria trabalhar”, “quê que cê tá fazendo aqui no meio da rua?”, né?! E eu acho que o que você falou também da PEC do teto dos gastos, né, que foi como ficou conhecido em 2016, que eu acho que foi muito importante, a partir dali, foi realmente quando começou a se concretizar, né, esse plano de desvalorização do conhecimento. E ainda a gente chegar nesses absurdos que a gente vê... Enfim, de terem eleito esse governo, as propostas que

ele... que teve de armamento, de desvalorização da ciência, da gente ter ficado se questionando: “Ah, discussão de terra plana”. Enfim, discussão de coisas que teriam que já estar bem consolidadas, né?! Que nem hoje a notícia é que sete milhões de criança, que dá acho que uns 40 a 50% das crianças do Brasil todo, não foram vacinadas, né, contra a poliomielite, né?! Então, acho que é realmente um... é um projeto de desmonte, é um projeto de eleger inimigos, né?! Parece voltando à época da ditadura, inclusive, né, onde os comunistas eram os inimigos, né?! Então, eu acho que é, é meio que isso. Tentando traduzir em palavras, assim, o quê que é o pensamento do atual governo federal.

ARTHUR – E nessa questão também de inimigo que cê falou, eu lembrei também, por exemplo, das manifestações de 2018, que foi em São Paulo, [trecho ininteligível]. Era uma manifestação pequena, não tinha muito coro... e tava lá os policiais todos com escudos, com cassetete, pra... o que?! Devia ter umas quatrocentas pessoas no máximo. E quando eu morava em São Paulo, às vezes, eu passava pela Paulista, sempre quando tinha, dia de domingo, manifestação, ou alguma coisa assim, pró-governo, era sempre um ou dois seguranças, mas quando tinha manifestação de posicionamento mais à esquerda, era sempre com muita polícia, muita rigidez, né?! Mesmo ano passado... na reunião hoje a gente tava falando das manifestações acho que de maio do ano passado. Nas manifestações [trecho ininteligível] do ano passado. Eu falo a de maio, porque foi quando eu fui. Mas, em maio mesmo, quando a gente foi se manifestar na rua, tinha vários policiais. E... sabe... Quê que a gente vai fazer ali?! A gente tá com um monte de cartaz reivindicando ter o mínimo de condição pra poder viver, pra poder estudar, pra poder fazer algo que a gente deseja, e o Estado vem ali sem com uma, com a polícia, né?! Com a polícia, logo de cara. E um polícia, muitas vezes, mal-intencionada. Não que tenha rolado alguma coisa assim, mas pelo número de policiais, pelo estado em que eles estavam, já representava muita coisa que tava implícita, e que no universo simbólico, a gente não consegue nem, nem explicar, né?! E... e... outra coisa que eu ia falar também é sobre essa questão da... da... que você falou de “ah, o pessoal descrendo, com descrença, basicamente, desmentido algumas verdades, né?!” Muito complicado também, porque dentro disso tudo tem a questão das fake news. Hoje, esse universo todo virtual, é muito complicado. Como fazer ciência, com todas essas coisas, né, com todo esse universo midiático constantemente bombardeando e mentindo e levando as pessoas, se aproveitando de medos, de incertezas, para poder construir uma perspectiva de mundo que não é a perspectiva de mundo que realmente se coloca ali como realidade concreta, né?! E as pessoas vão ali alienadas, né, para usar o termo de Marx. Muito complicado falar dessa questão da educação dentro de todo esse cenário. Eu lembro do meu pai, eu falando: “pai, oh, tá tendo corte de bolsa da verba”. Ele: “Não, há contingência de gastos”. Ele: “Tão cortando agora, e vão dar depois os gastos”. Sabe? Não é bem assim. Eu tento falar pra ele, falar: “Oh, pai, não é bem assim. As coisas não funcionam desse jeito. O pessoal dentro da faculdade tá sofrendo. Tem gente passando fome. Tem gente tendo que se mudar e largar pesquisa”. E mesmo eu falando da realidade concreta, ele tava falando ali sobre um universo possível, sobre um universo virtual, um universo totalmente construído na cabeça dele por meio dessas mídias que a gente vê. E nós que vivemos essa realidade de fato, é quase como se o outro, hoje, não fosse escutado, sabe?! É desanimador essa questão.

MODERADOR – Alguém mais quer comentar sobre... descrever como vocês acham que é a visão do governo federal sobre a universidade, descrever aí em poucas palavras ou os colegas representaram?

AMANDA – É...

IURI – Pode falar, pode falar. Então eu vou falar, porque o meu é super rapidinho. Eh... concordo com tudo que foi dito, obviamente. Só queria lembrar algumas falas, né?! Por exemplo, o Weintraub, se eu não me engano, falando que o dinheiro dele não iria para ciências sociais, o imposto que ele paga, como se ele fosse a síntese do cidadão e não membro do governo. Grande... e vinte mil outras falas que seria chover no molhado aqui, que todo mundo viveu na pele até mais do que eu mesmo.

MODERADOR– Quer falar AMANDA?

AMANDA – Eu acho que todo mundo falou o que e penso também. Eu acho que uma unanimidade. E só dizer que é fascista, né?! Gente, é ultradireitista, é fascista, prega o higiene... a higienização social. Quê mais? É racista. Que mais que a gente pode dizer? Tudo que é de higienização social... Então, todo esse projeto que a gente tá falando de educação aqui é de elitização, né?! Porque, assim, o ARTHUR comentou, né, que não é só do governo Bolsonaro, que antes... agora tá sem partido, e era PSL, né, e que é representado por outros partidos também, como PSDB. O governo do estado de São Paulo, esse ano mesmo teve manifestações aqui durante a pandemia, no MASP, na Paulista teve manifestações. Eh... a mídia cobriu muito pouco, com alguns segundos só do Jornal Nacional, e outros jornais, passou muito pouco. Eh... que era organizado por algumas torcidas (Corinthias, Flamengo, etc.), que rolou em todo Brasil, né?! E aí, a polícia tava lá, com cavalaria, etc. Mentira, acho que não tava com a cavalaria nesse dia, ou estava, não lembro muito bem. E no mesmo dia, teve manifestações dos verde-e-amarelo na frente até de hospitais, aqui em São Paulo. E assim, não tinha polícia lá, sabe?! E aí, o próprio governador, o governa... é... o próprio Dória falou que ele (a fala mais ridícula que eu poderia ouvir), que ele falou que ele vai organizar certinho pra duas manifestações que pensam diferentes não acontecerem no mesmo lugar e no mesmo dia. É assim que ele, porque ele teve que se posicionar, porque a própria mídia oficial perguntou sobre porque que tinha polícia lá na paulista com os pró-democracia, e porque com os que tavam com bandeira levantada de intervenção militar, a polícia... a polícia militar não tava lá com o cassetete neles. E aí o Dória, a resposta do Dória foi essa. Então... Que... que é a ala também, né, é a ala, o grupo social que prega a privatização da universidade, a privatização de tudo, né, representado também pelo partido Novo. Então...

MODERADOR– Eh, jogo rápido aqui pra vocês. Alguém... O IURI falou de frases, né, do governo. Alguém de lembra de alguma coisa assim que vem à mente agora, ou do presidente, ou de algum ministro, ou de algum integrante do governo se referindo à universidade, à estudantes, à pesquisadores? Rapidinho.

ARTHUR – Eu não lembro exatamente quem... Eu acho que foi o presidente mesmo que falou da “balbúrdia” que “a universidade é uma balbúrdia”.

NATHÁLIA – Foi o Weintraub que falou.

ARTHUR – Foi o Weintraub?

NATHÁLIA – Foi. Inclusive, como ele é de Osasco, então, fica inesquecível. Inclusive...

MODERADOR– Alguma outra coisa? Alguém lembra?

IURI – Plantação de maconha nas universidades.

ARTHUR – É, e acho que isso não havia sido diferente à educação, mas eu acho que foi o candidato à ministro da educação que falou do rock, associando ao satanismo, associando à algumas coisas assim. Também foi uma fala ridícula.

MODERADOR– Bom, eu vou compartilhar então um vídeo com vocês. Tem dois minutinhos. Então, vamos assistir. Eu abrir aqui. Vocês tão vendo?

[Alguns minutos em que tenta compartilhar a tela do vídeo com os participantes do bate-papo. Depois, alguns minutos do vídeo.]

MODERADOR– Bom, eu quero saber como vocês se sentem diante disso.

ELISA – Dá nojo.

ANDRÉA – Eu tinha esquecido na minha mente sobre essa do chocolate. Nossa, eu tinha apagado isso, Jesus! Eu tô muito triste de ter lembrado. Nossa, muita indignação, assim. Eu acho que... Ai, eu não sei. Eu não sei. Eu nem consigo sentir raiva mais, sabe?! Eu acho que só tristeza. Nem forças pra sentir raiva mais eu tenho.

ELISA – Me dá nojo. E principalmente saber que muita gente apoia isso. Esse tipo de pensamento tá cada vez mais disseminado na nossa população de que a universidade, que o estudo, que a ciência é um inimigo, que é errado você querer estudar, que é errado você querer fazer ciência, que é errado você querer se qualificar, você pensar, é errado questionar, é errado. Isso, realmente, dá muito nojo. Eu não consigo encontrar outra palavra, porque, realmente, me dá muito muito nojo, asco, desse tipo de coisa e saber que tanta gente pensa igual e apoia, inclusive dentro das universidades. Professores, alunos, que fazem parte da universidade e apoiam esse tipo de pensamento, de comportamento, ou do contrário, ele não teria sido eleito, né?!

ARTHUR – Lembrei até, agora, de um caso que teve acho que em 2018, aqui na UNESP, que teve uma mesma que foi gravada com o KKK, da Ku Klux Klan, e um desenho de uma pessoa da Ku Klux Klan, né, com uma frase (eu não lembro exatamente quê que era)... Mas com relação ao sentimento em relação a tudo isso, é... Desculpa, gente, eu dei muita risada, mas é que é ridículo o que foi... É muito ridículo. Ao mesmo tempo que eu fico triste, me bate uma coisa de tipo... sabe, às vezes e olhar e falar assim “como é possível isso, sabe?! Como que chegou nesse ponto de a gente falar, de falarem que a gente é idiotas úteis?!” Eu, sinceramente, eu olho isso como mais empolgação: eu posso tá, juro, eu acho que eu posso tá fazendo malabares pra ganhar dinheiro na esquina, pra conseguir continuar estudando, que isso daí é o que mais me motiva, sabe?! É o tipo que coisa que eu digo “é justamente por isso que eu tenho que estudar. É exatamente por isso que eu quero chegar num momento e ensinar, sabe, educar, falar assim “gente, ó! Não é bem assim que as coisas funcionam”. Eu acho que, claro, tirando todo esse cenário triste, todo esse sentimento de nojo que a gente tem, e que eu imagino que todos tenhamos, para além disso, eu também sinto, assim, eu olho e falo “beleza, legal que vocês falaram isso, é exatamente por isso que eu vou continuar onde eu tô, sabe?!” É quase, eu vou usar isso como uma afirmação pra mim mesmo, e eu vou olhar e falar “beleza, é por isso que eu preciso continuar”.

MODERADOR– Alguém mais quer falar do sentimento?

IURI – É um desgosto profundo. É realmente rir pra não chorar, mesmo. Eh... é constante, né... não dá... Por exemplo, você vê ali, você pode falar, você pode pensar que, como que é... “ah, é uma onda que tá vindo”. Mas, por exemplo, as falas de 2018, 2018, 2019, 2019. Tipo, é muito recente. Cê até pode discutir e pensar “não, isso está na sociedade”. Em 2014, 15, 16, pelo menos, eu não sentia isso. Eu achava... Era um motivo de... Pra todo mundo que eu conhecia, era um motivo de orgulho você estar na faculdade. Óbvio, eu tô falando da minha bolha, tudo bem. Mas, de dois anos pra cá... dois, quatro pra cá, né, depende da ótica, vira abertamente motivo de ser escrachado, motivo de riso, motivo de choro, dependendo da pessoa. E, num nível muito baixo. Eu lembro desse dia do chocolate: foi vergonhoso. Eu ri quando eu vi o do chocolate. Que ele não conseguiu dividir o chocolate. Aí ele falou: “A gente só pede que demore até setembro pra comer”. Deu dois segundos, o Bolsonaro comeu. É vergonhoso o que tá acontecendo do outro lado, sabe?! Eu olho e falo: “é esse cara que tá me menosprezado e é esse cara que a sociedade tá indo atrás”. Eh... Eu não sei se eu rio, se eu choro. Aquele dia foi... Aqueles cinco minutos que eu vi aquele negócio do chocolate, eu não sabia se eu chorava, se eu ria, se eu saía na rua. Foi uma sensação muito estranha dentro de mim aquele dia.

MODERADOR– Emendando na questão do sentimento para os que ainda não responderam. O IURI falou de sentir orgulho, né, antes sentia orgulho de ser estudante. Vocês concordam com isso, e que hoje não sente mais?

IURI– Então que... que a sociedade parecia... Sei lá, eu passava, eu passei nas faculdades... era minha família inteira vindo me dar parabéns. Hoje mesmo, os membros, não da minha família mais próxima, mas os membros distantes me deram pela minha universidade.

ELISA – A impressão que eu tenho é que as máscaras caíram, vamos dizer assim. Antes, as pessoas pensavam dessa maneira, mas muitas vezes elas tinham um certo pudor em não falar, em não demonstrar o que elas realmente pensavam a respeito da universidade. Eh... e hoje isso não é mais necessário, hoje, né, quando a gente vê o líder, né, da política no nosso país, que é o presidente da república, fazendo esse tipo de discurso, meio que tá permitindo, né, que as demais pessoas que pensam como ele, vomitem preconceito a torto e a direito, sem nenhum tipo de consequência. Isso realmente que o IURI falou, a questão do orgulho, eu continuo sentindo muito orgulho de ser estudante, de ser pesquisadora, e cada vez mais... E quanto... Parece que isso me dá um gás. Quanto mais alguém fala que “ai, você só estuda, você não trabalha”, que eu tô mamando na teta do governo. Vê se uma bolsa de mil e quinhentos reais, se isso for mamar na teta do governo, realmente a gente tá perdido. Isso me dá mais orgulho, de dizer “é, mamou mesmo na teta do governo, ganho bolsa, mas sou eu entre todos os outros que fazem ciência, que movem a ciência do país. É a gente que leva pra fora muita coisa de boa que a gente faz”.

MODERADOR– Alguém mais quer comentar?

NATHÁLIA – Ah, acho que só reiterar o que já foi dito. E acho que é o que a ELISA falou agora, eu acho que era o que ia falar mesmo que a impressão que dá é que com o Bolsonaro, com a eleição, né, do Bolsonaro, ele autorizou todos que já pensavam, que pensavam desse jeito preconceituoso contra a ciência, contra o conhecimento, a realmente falar na cara, a realmente não mais esconder, né?! A impressão que dá é que com o governo do PT, essas pessoas que já pensavam assim naquela época, eu acho que não é uma coisa de cinco anos só, eu acho que muita gente já pensou assim por muito tempo, e a gente não sabia realmente. E aí, vindo com o Temer, e depois agora com o Bolsonaro, falou assim “agora, realmente, eu posso

falar”. E aí, tá aí isso. E realmente, dá nojo, e não só nojo dessas falas do governo e não só do presidente, mas como dos ministros também, né, mas como da sociedade, que se ele tá lá, se eles tão lá é porque foram eleitos pela maioria.

MODERADOR– Então vocês acham que a sociedade apoia esse tipo de fala?

NATHÁLIA– Eu acho que apoia, inclusive porque a última pesquisa que saiu foi que a aprovação de Bolsonaro subiu de 31 pra 42%. Então, não sei mais qual é... A impressão que dá, é que mesmo em meio a pandemia, mesmo em meio a tanta coisa absurda que se fala, muitas vezes a gente é minoria. Eu tenho essa impressão, sabe, que os absurdos que eu ouço, assim... E eu ouço da minha família, assim, não tão próxima, mas pessoas mais conhecidas, parentes, a impressão que dá é que, às vezes, a gente tá sozinho. Por mais que isso dê ainda força pra gente continuar, eu acho que dá um gás, como ARTHUR falou, mas tem hora de desanima um pouco, também.

AMANDA– Eh, assim... Na verdade, eu concordo um pouco com a fala do Mano Brown quando teve na época da eleição, ele... na segunda, no segundo turno, ele fez palanque junto com o Haddad, e a fala dele viralizou até, e até o próprio Bolsonaro retweetou. O inteligentíssimo Bolsonaro retweetou. Ah, uma outra coisa que eu ia falar, enquanto o pessoal tava falando aí, eles não comentaram. Eu me sinto muito desrespeitada por esse vídeo, extremamente desrespeitada, porque, assim, ele é muito burro, ele é muito chucro, ele é uma porta, sabe?! As coisas que ele fala... Esse negócio de chocolate é surreal, porque eles comeram o chocolate na hora. Eles tavam fazendo conta com o chocolate... É um negócio surreal, surreal. Assim, distopia total, assim, que um roteirista não daria conta de escrever a história do Brasil. E aí, assim, eu me sinto extremamente desrespeitada por causa disso, mas, por outro lado, eu concordo com o Mano Brown, exatamente porque ele falou lá e eu completamente concordo com ele, porque ele falou: “eu não posso acreditar que as pessoas viraram fascistas do dia pra noite”, ele fala desse jeito. Eu não posso acreditar que a minha tia, os meus parentes, as pessoas próximas, elas se tornaram fascistas, elas acordaram fascistas, né, essas coisas que ensinam. E, assim, eu inclusive como pesquisadora do campo da educação, professora também, eu acredito que a educação é transformadora, né?! E essas coisas se ensinam. São movimentos, né, de identificação, de ideologia, resgatando aí o conceito de ideologia. Então, essas pessoas não necessariamente tem o esgotinho dentro delas que elas realmente se identificam com isso, mas essas coisas são ensinadas, são perpetradas e são reproduzidas, né?! Da mesma forma que qualquer um de nós poderia reproduzir, e não reproduzimos por “n” questões: a nossa história de vida, o conhecimento de nós desenvolvemos, as leituras que nós fazemos, e nossas afinidades, mas outras pessoas não. E a gente conhece pessoas próximas, tenho certeza, eu não posso... Concordo com o Mano Brown, eu não posso acreditar que o meu tio virou fascista do dia pra noite. Ele é caminhoneiro, né?! Ele não teria inclusive porque, entende? Porque justamente, num movimento mesmo pra cooptar essas pessoas, como um bom fascismo, como um... todo um movimento aí de...

MODERADOR– Alguém mais quer falar?

ARTHUR – Fiquei pensando aqui nessa questão do orgulho de ser estudante, e a perspectiva da sociedade... É muito engraçado... Engraçado, assim, né, curioso como a questão de você pegar e ser estudante, passar numa universidade, deixou de ser um orgulho, né, e deixou de ser um signo do bem-sucedido, como passou de uma imagem totalmente invertida disso. A gente... Ser estudante é justamente o contrário de ser um orgulho, é o contrário de ser o bem-

sucedido, porque você tá ali, você tá só estudando, você tá dando só gasto pro governo. Como a ELISA falou: “ah, tá mamando na teta do governo”. Nossa senhora, tem tanta gente que mama na teta do governo muito mais, e a gente aqui recebendo um dinheiro suficiente às vezes pra pagar as contas, comer um arroz e feijão, e quem sabe tomar uma cervejinha da sexta-feira à noite, às vezes, quando sobra, no final do mês. E, eles lá, com bolsa, auxílio terno, auxílio transporte. Auxílio terno é outro negócio que já não cabe na lógica, né?! O cara já recebe um salário absurdamente alto por vezes... Absurdamente alto, assim, né, levando em consideração o padrão do Brasil, a média que o Brasileiro recebe. E aí, o problema tá na gente, sabe?! É muito... Tipo, a pessoa vai lá, dá um chute na perna, quebra a perna da pessoa, depois dá uma muleta, e depois diz: “ixi, gente, olha lá! Se machuco sozinho!” Sabe?! Qual a lógica que tem? Não tem sentido o que fizeram... a lógica que colocaram na educação.

AMANDA – É que eu acho que também, essa mentalidade de falta de orgulho, de virar e falar “nossa, as universidades...”. Tem que olhar pra classe à que essa pessoa pertence. Porque geralmente vai ser a de classe média, porque a elite, elite mesmo, aquela que detém os 2% do patrimônio do estado de São Paulo, que a gente tá num estado muito rico, milionário, trilionário, essa não tá destruindo a universidade, essa vai estudar nos Estados Unidos, porque assim, não é nem a elite que vai estudar na USP, é a elite que vai sair do país pra estudar fora. E essa faz universidade. E essa sabe o valor da ciência. E essa, eu acredito também, que mantém um pouco, dá uma segurada nesse governo Bolsonaro. Porque existe uma ala militar, que é intelectualizada, que não do todo do chocalatinho, igual a gente viu aí nas falas. Tem uma ala que vai pra universidade, que é sociólogo, que é, que vai estudar, que faz pesquisa, né, e que dá uma segurada um pouco no governo Bolsonaro. Porque, a elite mesmo, e é essa que vai continuar... E por isso que eu também acho que não vai ser tão fácil destruir a universidade assim, dessa forma, porque tem que enfrentar essa elite, e essa elite, ela não é tão burra quanto o Bolsonaro. É porque o Bolsonaro, gente... é uma figura até difícil da gente enfrentar. Eu acho que lutar hoje em dia é muito difícil, vide a esquerda como está hoje, né?! É muito difícil lutar, porque antigamente, a gente lutava contra o PSDB, né, as figuras políticas eram... eram políticos engravatados, eram políticos profissionais, né?! E eles também não tavam nem aí. Eles eram claramente meritocráticos, racistas, homofóbicos, LGBTfóbicos, mas tavam afim da politicagem pra se manter, pra se manter nesse grupo social né?! E aí, hoje, a gente tem uma figura como o Bolsonaro, um bruco como o Bolsonaro, assim, que, cara, é até difícil da gente lutar, porque fala umas coisas tão absurdas, e incute umas coisas tão absurdas na população também, né, que é o cenário pra desgraça, mesmo. Porque se a população começa tudo isso, que é o que acontece: é a completa desgraça, né, a completa desgraça. É muito louco.

MODERADOR– Todos que tão participante hoje declararam que estiveram em pelo menos um dos dois atos de protesto do ano passado, de 2019. Então, eu quero saber de cada um de vocês, por que vocês participaram das manifestações?

ELISA – Bom, eu participei, porque, para mim, aquilo que... O desmonte da educação é uma das coisas de pior que se pode fazer com o país, né?! Você tirar dinheiro da educação, você tirar dinheiro da saúde pública, eu acho que não tem nada pior do que isso. Porque, se você tira dinheiro da saúde pública, você tá matando gente; da mesma forma, com a educação, se você tira dinheiro da educação, as pessoas também vão morrer, ou por fome, ou porque vão pra outros caminhos, já que não vão ter as mesmas oportunidades. E não é... Eu não vejo outra possibilidade de mudança em nenhum lugar do mundo do que se não pela educação, pelo ensino de qualidade e um ensino público, e que ele seja mais abrangente possível, e cada vez mais pessoas possam estar numa universidade. Eh... Eu morei quatro anos em Macapá. Eu não

sei se alguém conhece, é no extremo norte do país. É um estado muito pobre, e eu estudei quatro anos lá, na universidade federal de lá. E eu tive contato com uma realidade muito diferente hoje no eixo rio-são Paulo. Ali, você tinha, você tem pessoas que não tem luz em casa, são pessoas que moram em regiões ribeirinhas, que só não passam fome graças ao rio, que passam na frente de suas casas. Então, elas pescam. E ali eu tive contato com pessoas que o pai e a mãe não sabiam ler e escrever. Não é uma ou duas pessoas, são muitas pessoas. E ali, essas pessoas, pela primeira vez na vida, estão tendo a oportunidade de mudar sua realidade, mudar a realidade da sua família, da sua comunidade. E você ver uma pessoa, um governo, não uma pessoa especificamente, mas um grupo de pessoas que estão dirigindo o país querendo acabar com isso, pra mim é inadmissível. E eu não consigo me calar. É contra os meus princípios morais de vida. Realmente, ver isso acontecer e ficar quieta, não dá.

MODERADOR– Quem mais? Na verdade, essa que quero resposta de tudo mundo. O que fez com que fez com que você fosse pra manifestação?

IURI– Eu não sei nem ao certo falar o quê. Eu não sei dizer se era esperança; medo, de daqui a cinco, dez anos, não acabar, mas as condições estarem bem piores do que as que eu entrei, as que eu vi de veteranos mais velhos do que eu. Acredito que seu e for sintetizar em uma coisa só, vai muito do que eu penso, do que eu falei, né, que eu sou um investimento da sociedade, eu tenho que lutar pela sociedade, eu tenho que retornar de alguma forma. Eu não tenho que retornar simplesmente estando sentado na minha casa, lendo os livros, estudando. Eu tenho que retornar levando pras pessoas. Eu tenho que retornar fazendo número, barulho. Eu acredito que foi por um sentimento de gratidão que eu tenho pela própria faculdade que me fez lutar por ela, pelo futuro dela, e pelo de muitas outras, né?! Pela faculdade, eu digo a UNESP em si, mas, lutando por várias, lutando por um ideal, por um projeto de Brasil que não é o que tá agora no poder, e que não tá fazendo algum tempo já.

MODERADOR– Quem quer ser o próximo?

ANDRÉA – Eu posso falar. Eh... Meu caso é muito parecido com o caso do IURI também. Eu acho que eu fui, justamente, muito com esse sentimento de gratidão, assim, me recusando a acreditar que outras pessoas não teriam as mesmas oportunidades que eu tive enquanto tava na graduação mesmo. Porque, mesmo durante a graduação... eh... eu tive a oportunidade de participar de várias coisas que eu não imaginava que existiam antes, e mesmo as que eu imaginava e queria há muito tempo, por exemplo, fazer intercâmbio. E, por exemplo, a gente não precisa ir muito longe, mas, por exemplo, a minha irmã que entrou na universidade agora, não vai ter essa mesma oportunidade, mesmo estando numa faculdade pública, né?! Ela entrou numa universidade pública no curso de engenharia civil, mas ela não vai ter a oportunidade, por exemplo, de viajar com bolsa, né?! E acho que justamente por esse sentimento de gratidão, porque, na UNESP, principalmente durante a graduação, eu fiz muita coisa, me foram dadas muitas possibilidades, assim, de várias coisas. De estudar línguas, sabe?! Poxa, na UNESP, você pode fazer... Se você é aluno da UNESP, você pode fazer alemão, francês, italiano, inglês, espanhol, sabe?! Tipo, de qualidade, de graça. Quanto custa um curso de francês particular? Sabe?! E várias outras coisas. E eu me recuso a acreditar, pensar que minha prima, por exemplo, que tá fazendo, tá no terceiro colegial agora, ela... ela pode passar na melhor universidade do país, ela não vai ter as mesmas oportunidades que eu tive, porque tudo tá sendo cortado, tudo tá sendo censurado, sabe?! Talvez, nem aula presencial ela tenha. Então, eu acho que foi muito por esse sentimento também. Eu acho que tudo que a UNESP me deu durante a graduação e a pós, eu acho que o mínimo que eu poderia fazer, né, é ir lá naquele momento, sabe?! Foi bem com esse sentimento mesmo.

IURI– E também, só deixando mais claro, gratidão em muitos aspectos. Pegando a fala um pouco da ANDRÉA, que foi... eu tenho gratidão pelas pessoas que eu conheci, pelas realidades que eu conheci fora até do ambiente da UNESP, que a UNESP me proporcionou, não só a minha fala que eu acabei não deixando bem claro a grandiosidade de todas as dimensões da minha gratidão pela UNESP.

NATHÁLIA – Eh... pode falar, ARTHUR.

ARTHUR– Certeza, não quer falar?

NATHÁLIA – Não, pode falar. Tranquilo.

ARTHUR – Beleza, eu acho que o que me motivou naquele período, foi também o que a ANDRÉA e o IURI disseram, né, e também eu vi muito como uma possibilidade de já manifestar um sentimento que já vinha se acumulando, né, porque, é aquilo, a gente se revolta com essa situação da educação, eu acredito que todo mundo se revolte todo dia. Eu, pelo menos, por muito tempo, sempre que a gente vai aí nessas sociologias, filosofias de boteco, que às vezes a gente tá falando dessas coisas quinta-feira, sexta-feira num bar, a noite, é muito recorrente, pelo menos na bolha que eu vivo, assim, e com as pessoas que eu tenho contato, a gente falar sobre essas questão da educação, e sempre com um tom de indignação. A indignação, a revolta com a toda a situação, com a precariedade da situação do estado e da educação em si. Então, eu vi mais como, pow, a gente vai agora defender um negócio que a gente já tá indignado faz muito tempo, sabe?! É como se fosse algo que veio acumulando e estourou, como a pipoca que você vai esquentando, e chega uma hora que ela estoura. Na minha perspectiva, não foi, infelizmente, um coro tão grande quanto eu acho que poderia ter sido, mas foi uma forma de expressão que já... uma forma de... um espaço pra se expressar que carregou tudo isso, tanto a questão da indignação, quanto a questão da gratidão pelas oportunidades que eu tenho na faculdade, tanto pela gratidão de ter os professores que eu tenho, de ter o convívio, né, com as pessoas que eu tava lá, esse encontro, né, de múltiplas realidades, então, pow, foi nesse sentido, de revolta e de gratidão ao mesmo tempo.

MODERADOR– NATHÁLIA e AMANDA , né, que faltam?

NATHÁLIA– Acho que isso, como todo mundo falou, acho que um sentimento de gratidão pelas oportunidades dadas, mas um sentimento de revolta, por tudo isso tá desmoronando, e tá desmoronando com a nossa geração, como já foi falado antes, mas pras futuras também. E eu mudei um pouco, né, eu saí da UNESP, da estadual, e fui pra federal, e é uma realidade pior ainda. Vários amigos meus que faziam mestrado na UNESP, tinham feito graduação em universidade federais, falaram “Ana, você vai sentir diferença”. E é realmente mais chocante ainda a falta de oportunidade, apesar de você ver o esforço de muitos professores que, mesmo com a dificuldade, tão ali, te incentivam, e dão todo apoio. E acho que é isso. E é pra mostrar, mesmo, pra mostrar pra sociedade, pra mostrar pra todo mundo o quanto é revoltante, o quanto a gente tem que repensar nos rumos que a nossa sociedade tá indo se a gente continuar desvalorizando tanto a educação.

MODERADOR– AMANDA?

AMANDA – Eu fui porque, eh... as ruas é a resposta e a luta mais efetiva pra se conquistar coisas. Historicamente, foi assim, tudo que se conquistou foi por meio das ruas, então, é isso.

É isso, é a única maneira da gente conquistar. E foi muito bonito, na verdade, até na fala aqui do pessoal, deu pra perceber, né, que é um dos momentos únicos, assim, que a gente consegue se identificar, né, enquanto classe, enquanto pertencente a universidade, então, todos nós, né, aqui, todos falaram sobre a identificação com a universidade, a gratidão por ela, e tudo. Então, tudo que a gente tem que fazer é se unir e ocupar. Só isso [trecho ininteligível]. Embora, seja algo muito difícil, né, não seja algo simples, mas, é a única resposta possível.

MODERADOR– O que vocês buscavam foi atingido?

[Silêncio]

ARTHUR – Acho que aí entra muito naquela questão do ideal, né?! A gente sempre imagina o ideal, mas nunca acaba o ideal é o real. Nunca, não, né, por vez, pode até ser que aconteça, mas, eu não consegui sentir o retorno. Falo isso por pessoas que eu vejo próximas, assim, que sofreram muito com os cortes das bolsas ano passado. E... ah... vou ser bem sincero que eu não acompanhei no cenário posterior quais foram os desdobramentos das manifestações, mas, o que eu sinto é que não teve um retorno, não teve... Como se a gente tivesse só gritado, e fôssemos tratados como crianças que tavam fazendo birra e foi jogado de lado, esse foi mais ou menos o sentimento que eu tive.

ELISA – A impressão que eu tenho é a mesmo do... do... que ele teve de que nada, não fez diferença. Que o ARTHUR falou aí que a gente parecia criança fazendo birra, mas a impressão que eu tenho é que de fato não fez diferença. A gente foi pra rua, gritou, lutou, mas os cortes aconteceram, continuam acontecendo. E enquanto esse governo estiver, e dependendo dos próximos, de quem vai vir, ele vai acontecer, de novo, e de novo, e cada vez mais a educação vai ser deixada de lado em prol de outras áreas que, lógico, algumas tem, todas têm a sua importância, mas eu não enxergo que você tirar o dinheiro da educação, o investimento da educação e colocar, por exemplo, na compra de tanques de guerra, de armas, seja o caminho, o melhor caminho pra uma sociedade. Ao meu ver, não é o melhor. Com certeza, é, é triste. Bem triste e muito frustrante. Eu acho que, inclusive, por não ter tido uma continuidade, talvez, das manifestações, e não ter tido nenhuma resposta a isso, desestimula a ocorrerem novas manifestações e mais protestos nas ruas.

AMANDA – Eu acho que...

IRURI– Ah... Pode falar. Pode falar. Desculpa.

AMANDA – Desculpa. Eh... a pergunta foi sobre se o resultado foi atingido, né, sobre se os objetivos foram atingidos. Eh... depende do objetivo que a gente tá procurando. Se o objetivo for, de fato, acabar com os cortes, acabar com o desmonte, não é com uma ou duas manifestações que a gente conseguiria, né?! E aí, a própria ELISA falou, foi, talvez não tenha sido suficiente. Porque, é isso, tem que ser sistemático. O ataque pra ser efetivo, a luta pra ser efetiva precisa ser sistemática. E talvez ter saído dois dias de maio, 15 e 30, não tenha sido. Tanto que em 30 já abaixou um pouco, né, diminuiu a quantidade, pelo menos em Araraquara, mas em outras regiões, não. Por outro lado, se o nosso objetivo é mostrar força e união, e nos provar enquanto nós, né, saber da nossa força, mesmo, sabermos que somos potentes, eu acho que sim, nós atingimos o nosso objetivo. Porque desde a eleição, a época da eleição lá com as manifestações das mulheres, eh... eu fiquei muito... esperançosa é uma palavra meio forte nesse governo, né... mas me deu um certo alento saber que a qualquer momento, nós realmente podemos, que nós conseguimos sair às ruas e nos unir. Acho que se nosso objetivo

é esse, sim, nós atingimos, porque em 15 e 30 de maio, foi essa a sensação que eu tive. Eu voltei pra casa, eu sabia que a gente não ia conseguir acabar. Tanto que ANDRÉA descreveu, pelo menos no nosso programa, continuou a queda de bolsas e tudo. Mas, pelo menos, serve primeiramente no mínimo, no plano básico, mostrar que a gente não vai ficar de boa, mostrar que a gente não tá de boinha, que a gente tá satisfeito. E em segundo lugar, nós sabermos mesmo, né, porque esse sentimento de tristeza, de desânimo que todos nós sentimos, não pode ser paralisante, né?! Eu fico muito preocupada, assim, que nós ficamos paralisados muitas vezes com o medo, com a insatisfação. Eh... ela precisa ser uma força de luta, né?! E aí, é isso, acho que nós cumprimos, aí, dependendo da perspectiva da pergunta.

IURI – Era exatamente isso que eu ia falar. A minha ideia de gratidão, eu acho, eu acredito que sim, eu senti na rua isso, eu senti lá. O que me decepcionou e muito foi ir na do dia 30. Na do dia 30, eu senti menos isso, e imaginar que teriam mais, e não tiveram. Eu imaginei que seria um processo, que teria uma continuidade maior, que seriam várias, e não aconteceu. Eu senti muito. Pra mim, a primeira, eu fui e depois teve a do dia 30. Eu não lembro se eu já sabia que ai ter a do dia 30 ou se logo depois já foi marcado. Mas, eu lembro que eu senti sim que valeu a pena. Senti que o que eu tava propondo e o que eu tava sentindo foi alcançado. A segunda, não sei se a segunda não, ou dias depois da segunda, eu não senti isso, porque eu vi menos pessoas, eu vi que não ia continuar tendo. Então, a minha resposta é mais ou menos igual a da AMANDA . Em alguns aspectos, sim. E dependendo do ponto de vista que eu olhei, sim, me satisfiz. Mas dependendo do ponto de vista quando eu vi que não ia ter mais, eu me senti bem insatisfeito com o que aconteceu.

ABDRÉA – Eh, pra mim foi a mesma coisa, assim. Eu acho que, do ponto de vista do longo prazo, eu acho que a gente ainda tem muita coisa, né, pra ser feita, assim. Eh, realmente, não foi uma coisa que a manifestação aconteceu, e no dia seguinte, as bolsas foram restituídas, eh, e nem previsão, na verdade, o que é bastante desanimador. Mas eu acho que, pelo menos em mim, o que causou, o que me trouxe um sentimento de “não, realmente, a gente tinha que tá fazendo isso”, eh, foi olhar pro lado... Porque, assim, conversando, por exemplo, com a AMANDA, né, que converso com mais frequência, ou com outras pessoas do meu círculo, que também são da pós em linguística, ou seja, uma bolha bem específica, né, eh, a gente vê que eles, todo mundo tá com esse mesmo sentimento. Mas eu acho que a grande questão das manifestações foi você olhar e ver gente que eu nem sonhava, gente que eu nem conhecia, claro, depois de um tempo na pós, a gente acaba se distanciando do pessoal da graduação, o que é muito triste. Mas muita gente da graduação, muita gente novinha, assim, tipo, calouro mesmo, primeiro, segundo ano, lá. Ou seja, eu acho que isso, talvez, esse objetivo assim, ele tenha sido alcançado. Eu acho que muita gente sentiu isso também, né?! Eu me senti, depois das manifestações, com muito mais ânimo, por exemplo, até pra minha pesquisa de doutorado, viu gente, confesso pra vocês, assim. Eh... Então, realmente, a longo prazo, e como a ELISA disse, precisava, e a AMANDA complementou, né, esse ataque precisava ser mais constante. Mas eu acho que o que gente teve ali foi um momento de falar “não, vocês tão fazendo isso, mas a gente tá vendo e não tá gostando. E a gente sabe que isso é péssimo”. Então, quer dizer, a gente ainda tem muita coisa ainda pra fazer, mas eu acho que a gente mostrou que a gente tá ciente, sabe, que tá acordado, eu acho.

AMANDA – Nossa, é... O que a ANDRÉA falou, eu pensei nisso também, né?! Assim, professores junto com os alunos em manifestação. Em Araraquara, né, que historicamente é ali... As greves que aconteceram em Araraquara. Greve estudantil que não bate junto com a greve dos professores. E, e... falta ali a conexão muitas vezes, nessas manifestações e nessas lutas, e naqueles dias, todo mundo lá junto. E assim, os próprios professores, o que me deixou

muito orgulhosa dos meus professores. Muitos dos meus professores de Letras foram os que convocaram os alunos nas redes sociais, fizeram panfletos, fizeram panfleto e imprimiram, e levaram. Eles fizeram um panfleto explicativo o que que era a universidade pública, o que a UNESP desenvolve, quais são as contribuições da UNESP pra população de Araraquara. Aquilo, de fato, se cumpriu o que a gente tinha como lema lá naquele dia de que dia 15 a aula vai ser na rua. De fato a aula foi na rua, sabe?! Então, assim, esse objetivo eu acho que nós cumprimos, e que numa próxima vez, acho que estaremos firmes e fortes novamente.

MODERADOR– NATHÁLIA?

NATHÁLIA – Eu acho que complementando a fala da AMANDA, da ANDRÉA e do IURI, eu participei das manifestações em São Paulo, porque eu tava na época estudando em Osasco, e realmente, assim, em São Paulo, foi a primeira vez que eu fui, e essa questão de perceber que é a união, que realmente quando a gente quer, quando a gente se indigna, a gente consegue se juntar e ter essa força. Obviamente, como as meninas também falaram, faltou algo que fosse... enfim, né?! Sempre se discute que as manifestações deveriam ser mais recorrentes para ter realmente um retorno. E a AMANDA tava falando também de Araraquara, e eu fiquei também muito feliz, principalmente porque economia, não sei se o IURI tem essa noção, mas economia é um curso, assim, que realmente as pessoas não vão, assim. Realmente, eu tento, eu participo das manifestações em Araraquara desde as manifestações do Temer, das mulheres contra Bolsonaro, e eu fui percebendo essa questão de união de forças de professores, inclusive do pessoal mais novo da economia, desde 2018. E eu acho que esse objetivo, eu acho que já foi conquistado, né?! Que eu acho que daqui pra frente, eu acho que quando as coisas se normalizarem mais, né, quando a gente conseguir voltar aí pra rua, que realmente isso não tenha se perdido, que eu acho que isso foi uma conquista muito importante, principalmente em Araraquara.

IURI– Eu ia justamente falar isso mesmo. Eu tava ouvindo já de tempos que economia não participava, e a minha república, ela é composta por metade do pessoal de odonto, e odonto participou em um peso absurdo, que eu também não imaginava. Que eu ouvia “ah, economia, não, não sei o que... mas é do campus, vai acabar indo”. Odonto saiu de frente da minha casa até 5, 6 da manhã, até a porta da faculdade fechar a faculdade, em peso. Eu fui com os moleque, bicho, meu, sério, foi uma sensação muito incrível aquele dia.

MODERADOR– Vamos imaginar que não tenha mais cortes de bolsas, que as bolsas cortadas sejam repostas, vocês ficam satisfeitos com isso? isso resolve? Se não resolve, o que falta?

NATHÁLIA – Bom, eu acho que primeiro, não ter o corte de bolsa já seria, com esse governo do jeito que a gente tá, já seria uma conquista, né?! Mas, eu acho que pensando que... Pensando nas bolsas primeiro, né?! Que as bolsas não são reajustadas desde 2013, então, esse valor das bolsas é totalmente ridículo. Eu falo por São Paulo, porque, realmente, eu tive que ter ajuda dos meus pais, mesmo no período que eu tava com a bolsa, e ficou bem apertado. Mas, eu acho que fora isso, acho que a parte de infraestrutura, como a ELISA, principalmente, trouxe a realidade do pessoal mais de biológicas, de laboratório. Essa questão de realmente o investimento, eu acho, porque não adianta só não ter o corte, né, a gente quer ter o investimento. Então, eu acho que o corte já seria algo imediato que se não tivesse já ajudaria, mas que tem que pensar em algo mais a longo prazo, no investimento mesmo.

MODERADOR– Alguém mais quer comentar?

ELISA – É exatamente isso que ela falou. A curto prazo, realmente, a devolução das bolsas seria... aliviaria muito o calo de muita gente. Ficaria muito mais fácil se manter na universidade, se manter na pesquisa, se manter estudando, mas falta muito investimento. Eu não sei se vocês têm consciência da quantidade de gasto que a gente tem pra manter um laboratório de pesquisa que tenha bancada ali, que precisa de insumo, de... tem... A gente faz às vezes estudo com célula, pra saber se um medicamento, ele mata ou não a célula, não é nem pra ver se ele vai ter atividade, normalmente é pra ver se ele é tóxico ou não. Isso, um teste básico, muito básico, ele custa cinco mil reais. Então, isso pra se manter, pra você ter um laboratório com mínimo de condição pra você rodar esses experimentos, é um gasto muito grande. E cada vez mais, a gente não tem dinheiro. Então, às vezes a gente tem o aluno, tem o que a gente quer pesquisar, mas a gente não tem condição pra comprar coisas básicas, pra manter coisas básicas, como, por exemplo, comprar um galão de nitrogênio líquido pra poder manter a célula viável. São coisas muito... A gente não tem solvente orgânico. A gente não tem álcool, etanol, a gente não tem no laboratório. A gente tem que comprar do nosso bolso. Então, equipamento que faz água destilada, é algo muito básico, é água, quebra, não tem dinheiro. A gente tem que fazer uma vaquinha, tirar do nosso bolso, de uma bolsa de mestrado, de doutorado extremamente defasada para pagar o conserto e fazer o básico. Então, a infraestrutura, não tô falando de comprar um equipamento de dois milhões de reais, é realmente manter uma estrutura básica pra um funcionamento mínimo de pesquisa. Isso realmente faz muita falta, muita mesmo.

MODERADOR– Vocês acreditam que as manifestações de 2019 foram manifestações políticas contra o governo Bolsonaro ou foram manifestações em defesa da educação?

ARTHUR – Eu acho que, não sei... Seria só um ou outro, vocês diz, ou poderia ser os dois? Porque eu acredito...

MODERADOR –Você tá livre na resposta.

ARTHUR – Entendi. É porque pra mim, foram os dois, né?! Claro que a ponta da lança da manifestação era a defesa em relação à educação, e se manteve como pauta, desde o começo até o fim, pelo que eu observei, tanto pelo jogral, o pessoal fazia, e por tudo. Mas, em certo ponto, também era uma manifestação política contra o governo, por conta do próprio posicionamento que... Eu não lembro quem que tinha falado dessa questão da perspectiva do governo sobre a educação de inimidade, por assim dizer, de inimigo. Então, eu acho que as duas coisas ali, elas tão muito truncadas, elas tão muito juntas, porque manifestação em prol da educação, a favor da educação, em defesa de uma educação de qualidade, também ela casa muito, ela tá muito interligada com a questão política e com o governo representativo, né, no caso.

MODERADOR– Vocês concordam?

IURI– Então, eu acredito que nem tinha como ser diferente, eu acredito que quem colocou, quem se colocou como inimigo da educação foi o governo, não foi a gente que colocou ele como inimigo. Então, quando a gente luta pela educação, não tem como. Foi simplesmente... Você pode não citar, pode ficar calado, pode só gritar que a luta é pela educação, todo mundo sabe que vai ser contra esse governo, porque eles se colocaram nessa posição. Então, não tinha, não tem como não ter sido as duas coisas. Apesar da ponta da lança com certeza ter sido uma educação mais digna, melhorias, mais investimento, contra os cortes e tudo mais, que todo mundo já sabe já.

MODERADOR– Alguém discorda do IURI e do ARTHUR?

AMANDA – Não, eu concordo, né, lutar pela educação pública necessariamente é lutar contra o governo Bolsonaro. Isso é fato. Inclusive, não só o Bolsonaro, né, mas os conservadores, tradicionalistas, direitistas, governo PSDB incluído. E aí também fico pensando na outra pergunta que tá muito similar, né, de que realmente não teria como a gente conquista com duas manifestações ou se as bolsas forem restituídas, porque isso não vai acabar, né, porque é o que acontece muitas vezes em outras manifestações que envolvem universidade pública. Os professores fazem greve por conta do salário, aí eles dão o décimo terceiro, e aí greve é uma coisa cansativa, manifestação é uma coisa exaustiva pra caramba, fica acabando, desgastando todas as células do nosso corpo. E aí, eles dão, pra dar uma segurada, e aí a greve é desfeita, manifestação simplesmente para também, e a gente sabe que os problemas não acabam, né?! E assim, a utopia, a maior utopia, pra que ela fosse concretizada, é de que a luta fosse unificada, a luta pela educação pública, e não só pela universidade, pela pesquisa. Até porque não existe pesquisa sem o ensino, não existe pesquisa sem extensão, eh... que ainda não acontece. Aconteceu um pouco, e é por isso que eu falei que o objetivo foi concluído lá em 15 de maio, e em 30 de maio, quando vários setores da educação se juntaram e ocuparam as ruas juntos, mas não é o que acontece de maneira geral. Esse foi um caso um pouco isolado, porque se a gente pega todas as manifestações, nem sempre é assim, né?! A gente devia lutar junto, não só pela universidade pública, mas pela escola pública, por todos os níveis da escolarização, toda a educação pública como um todo, não só pela universidade.

MODERADOR– Eh... nos atos, nos dois atos, 15 e 30 de maio, vocês observaram, perceberam se tinha presença de partidos políticos, de pessoas ligadas a partidos políticos? E, se sim, o que vocês acham disso?

[Silêncio]

IURI– Eh, aí é minha opinião, obviamente. Na onde eu estava, não lembro em qual das duas manifestações, eu tava no meio, um pouco mais pro final, se não me engano, no meio do caminho, tinha um carro de som, se não me engano, tava com PSTU, que eles tavam até gritando pelo, tavam gritando tipo palavras fortes e tal, e gritavam pelo nome do Lula, coisas assim. Que foi até, foi o único momento que eu vi uma pequena divisão na manifestação, não lembro em qual dela, que tinha uma galera junto comigo gritando que era pela educação, não deveria, nesse caso, não deveria fazer o que eles tavam fazendo. Não... Foi só... Essa é minha opinião, não lembro em qual das duas foi. Durou pouco tempo. A manifestação mesmo acabou engolindo esse movimento que teve, mas eu lembro que eu percebi isso. Também, não tô nem criticando, nem falando a favor de nenhum do lado, só lembro que teve isso no bloquinho que eu tava, perto de um carro de som específico.

MODERADOR– Alguém mais?

ARTHUR – Você falou na questão de eles defenderem a pauta do Lula Livre, eu lembro que teve uma hora, eu acho que no final, quando a gente parou na praça, que... abriu um espaço pro microfone, tiveram muitas falas assim, em tom de afirmação, de Lula Livre, pedindo o Lula Livre. Eh, eu achei que nesse momento também, realmente, foi um momento que misturou, as coisas misturaram um pouco. A impressão que eu tive foi essa, né?! Eh, teve, eu lembro da presença dos partidos, lembro do PSOL, do PT, acho que eu lembro só do P... não, é, do PSOL e do PT. Acho que foram os que eu lembro. E, sei lá, por um lado, foi muito bom,

porque se não fossem os partidos, a juventude também do partido, né... a juventude... Ah, PCB, lembrei. PCB também tava. Eh, se não fossem os partidos a gente não teria isso. PCO. E não teriam sido puxadas essas manifestações, se não fossem por eles. Eu fui como independente. E, se por um lado foi bom, por outro, foi ruim em alguns aspectos, assim, de misturarem esse tipo de pauta numa manifestação de educação. Essa foi a impressão que eu tive.

MODERADOR— Alguém mais quer falar sobre isso ou...

AMANDA – Eu acho que essa pergunta, também, depende do ponto de vista, né?! Até de identificação ideológica mesmo com o, de sociedade que se quer, assim. Não dá pra negar a importância desses partidos na organização desses atos, igual o ARTHUR falou, né, que é o caso do PSOL em massa. Eu estive em... Eu já não vou lembrar a data, né, que a gente não ficou gravando a data. Mas os das mulheres, o último que teve, eu estive em Franca, fiz o ato lá em Franca. E aí, as meninas que puxaram eram um grupo de oito meninas, assim, algumas bem novinhas inclusive. Elas conseguiram um carro, e o carro era do PSOL, é claro, né?! Um carro com microfone e tudo mais. Então, não dá pra negar a importância desses... Essa questão de ato antipartidário é falaciosa, inclusive, uma fala totalmente da direita, inclusive, porque é apagar completamente da importância do P... da juventude, do PSOL, do PCO, e... Ao mesmo tempo, o que eu falei que depende do ponto de vista de identificação teórico ou prática mesmo, é porque isso também é defender um pouco a importância das instituições, porque as pessoas que eu acho que vão defender esses partidos também são aqueles que vão defender, por outro lado, os sindicatos. Vários sindicatos dia 31 estiveram presentes, né?! Eu acho que o do Correio, o sindicato... Bom, enfim... Os funcionários públicos. Eu lembro que quando teve a manifestação do dia 31, os funcionários públicos também estavam em peso, porque naquele dia eles fizeram uma paralisação. Então, as pessoas que vão defender os partidos são aquelas que defendem as instituições. Eh, e aí, eu acho que nem todo mundo vai estar de acordo, né, porque, por um lado, também, é defender de alguma forma esse sistema político-social, né, que é a democracia, com as instituições e tudo mais, que, por exemplo, os anarquistas, eu acho que não vão completamente concordar com isso.

MODERADOR— A decisão de participar, de ir pro ato, foi pessoal, foi em grupo? Vocês foram sozinhos ou foram com colegas? Como que foi isso? E eu quero saber também se vocês levaram alguma coisa pra manifestação, cartaz, ou alguma outra coisa, camiseta? E, se levaram, se lembram os dizeres?

ANDRÉA – Eh... eu me lembro que... A AMANDA comentou sobre os professores nossos terem feito esse panfleto, né, explicando o que era a universidade pública, o que a gente fazia lá e tudo mais. E na época, eu, em alguma reunião do conselho, do programa de pós, né, como e era representante discente, um dos professores comentou que tinha feito esses panfletos, e que iria panfletar. E aí, nisso, eu e a outra representante, a gente falou “não, então dá alguns também que a gente também vai”. Então eu me recordo de ter... Agora como [trecho ininteligível], agora eu não lembro assim, que a gente meio que se olhou e falou “vamo panfletar também”, enfim. E aí a gente levou panfleto, né, levou os panfletos. Eu me lembro de tá vestindo uma camiseta da semana de Letras, de muito tempo atrás. Eh, talvez de 2012, não sei. Mas eu tava vestindo uma camiseta da semana de Letras em um dos dois. No outro dia, eu fui com outra roupa. [trecho ininteligível]. E levei água, salgadinho, né, essas coisas. Mas foi mais o panfleto, mesmo, com os dizeres e tudo mais.

MODERADOR— Dizeres sobre a universidade?

ANDRÉA– Isso. Era bem assim: quê que a gente faz? Quem somos nós? Quê que a gente faz? Quem nos financia? Era tipo assim, três, quatro perguntas respondidas em um parágrafo. E os professores que elaboraram isso, eles mesmo imprimiram, e aí a gente se dividiu assim pra panfletar.

ELISA – A gente, o pessoal da pós-graduação de ciências farmacêuticas, a gente se reuniu e foi basicamente todo mundo. Foi assim, pouquíssimas pessoas não foram. Nós fizemos panfletos dizendo tudo que o programa de ciências farmacêuticas faz na UNESP, tanto as linhas de pesquisa, quanto aqueles trabalhos que têm um impacto direto na população em Araraquara, como tem algumas pesquisas que são de saúde pública, direcionadas realmente à população de Araraquara. E, assim, foi uma... uma mobilização que chamou até a atenção dos professores do programa, que eles falaram que nunca tinham visto os alunos da pós-graduação se unirem tanto, se mobilizarem pra fazer uma coisa juntos que não fosse publicar um artigo ou nada que gerasse um retorno imediato né pra sua própria pesquisa. E junto com o pessoal da graduação, que também se mobilizou e apoiou muito a gente. Então, foi uma decisão conjunta da pós-graduação, dos alunos, né?! E a gente fez vários cartazes também, a gente levou apito, foi bem bonito a mobilização dos alunos.

NATHÁLIA – É, também na Unifesp, foi uma decisão dos alunos da pós, dos que não trabalhava, né, porque alguns, na época, trabalhavam. E a gente se reuniu, não só com alguns professores da universidade, mas também com os alunos da graduação. Então, que nem a ELISA falou, legal, também. Os professores falaram que é muito difícil o pessoal da pós se juntar também com o pessoal da graduação. E aí, a gente saiu, fez uma manifestação por Osasco, mesmo. E depois a gente seguiu de metrô até a paulista, né?! E lá, a gente levou mesmo mais cartaz, mais apito, e tudo isso, né?! Mas, também foi algo, foi algo legal também. E acabou juntando com o sindicato dos professores, [trecho ininteligível] de Osasco também. Então, saiu todo mundo junto, e foi depois pra paulista, fez uma manifestação também no calçadão de Osasco, que é um local bem movimentado, próximo da Estação de metrô, próximo de comércio e tudo mais. E teve também, não da minha parte, né, mas teve também panfletos e tudo mais.

MODERADOR– Alguém mais quer comentar? Se não, a gente encerra e? IURI...

IURI– Falando, retomando. A minha república foi em peso, a gente foi com eles, mas, basicamente, se reuniu com a galera de odonto, né, que foi muito perto da minha casa que eles resolveram sair, e a gente foi desde o comecinho. A gente levou água, levou cartaz, comida. Que a gente foi... A gente acordou 5, 6 da manhã, não lembro ao certo. Fechamo o campus. Ficamos lá. Fomos pra praça (não lembro o nome dos lugares). Aí, depois, a gente voltou, atravessou a cidade, ficou na praça perto do Extra lá. Foi... Eu lembro, eu lembro disso basicamente. Não lembro o que tava no cartaz, porque foi umas 10, 15 pessoas da minha república, tinha uns 5 cartaz entre a gente. Não lembro muito bem agora também. Mas o que eu lembro é basicamente isso. A gente se reuniu com uma galerinha bem expressiva de odonto e levou bastante água, comida e cartaz, basicamente. Mas eu não lembro muito mais do que isso já. Até porque foram 5 cartazes num dia, alguns... 6, 7 no outro também, então, não consigo lembrar.

AMANDA – Fazer manifestação no interior é engraçado, né?! Porque, assim, é igual a ANDRÉA falou. A gente tem os nossos núcleos, assim, a gente conhece todo mundo, né?! E no meu caso, ainda por cima, que já tô desde a graduação, eu conheço muita gente da minha

época, de todas as gerações, desde 2010, de dois mil e... Todas as gerações de conhecidos do campus e da cidade até... Aí, só não conheço a galera de agora mais recente da graduação, e alguns eu ainda conheço de vista. Então, eu não fui acompanhada, de combinadinho: “ah, não sei o que”. Mas, eu encontrei todas as pessoas nos dois dias. Então, assim, todas as pessoas. Assim, sabe, cada hora eu tava encontrando pessoas diferentes, e eu acho que Araraquara tem isso né, porque é uma cidade universitária, é uma cidade pequena. Por mais, assim, que tenha sido grande, grande em termos do interior, né?! Por que, tipo, comparar com a Paulista, ocupar inteira a Paulista, talvez você encontre alguns conhecidos, mas não é igual a Araraquara, que você vai de ponta a ponta da rua e você vai encontrando vários conhecidos, colegas, amigos. Então, é isso, assim. É engraçado.

MODERADOR– ARTHUR.

ARTHUR – No caso aqui da manifestação, a gente foi com a república também. Eu lembro que o... Eu lembro que teve um morador que levou, um ou dois moradores que levaram as, os cartazes, eu não lembro exatamente o que tava escrito agora. Mas, a decisão, eu acho que foi meio que individual e conjunta. A gente ouviu falar. Eu já tava afim de ir. Aí, de repente, eu conversei, falei: “Ah, você viu que vai ter manifestação”. Falaram que viram, e a gente foi nessa. Ah, queria ir também, aí a gente foi todo mundo junto. Foi bem isso mesmo de pegar todo o sentimento e falar: “É, vamo aí, vai”. A gente já tava com essa vontade.

MODERADOR– Pergunta final. Sim ou não. Acho que vocês lembram do movimento Ele Não. Eu quero saber se alguém aqui participou das manifestações do Ele Não.

ELISA – Eu participei no Rio. Tava morando lá, eu participei de dois dias. Um que foi o Ele Não, e o outro que foi exclusivo das mulheres, né, que foi bem grande, bastante gente. Participei desses dois dias.

NATHÁLIA – Eu também participei dos dois dias, tanto do Ele Não, quanto das mulheres em Araraquara.

IURI – Eu participei do Ele Não em Araraquara também.

ANDRÉA – Eu não tava presente no Ele Não.

ARTHUR – Eu não tava presente no Ele Não, mas é porque eu tava em Catanduva, aí não teve essa movimentação lá.

AMANDA – Eu participei dos dois dias. Um dia em Franca, e outro dia em Franca. Não, um dia em Araraquara e outro dia em Franca.

MODERADOR– Pessoal, a gente encerra. Não, quer dizer, Mateus, quer colocar alguma coisa? Tá. Alguém que falar mais alguma coisa? A gente já chegou ao fim aqui do nosso roteiro, mas se alguém quiser fazer alguma colocação final, pode ficar à vontade.

Bom, a gente encerra. Queria agradecer muito a participação de vocês.

Considerações finais do MODERADOR e encerramento.